



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO GEOCIÊNCIAS**

**ANANDA MARIA GARCIA VEDUVOTO**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO URBANA  
EM FRUTAL (MG)**

**CAMPINAS  
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO GEOCIÊNCIAS**

**ANANDA MARIA GARCIA VEDUVOTO**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO URBANA  
EM FRUTAL (MG)**

**DISSERTAÇÃO/TESE APRESENTADA AO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRA  
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE  
AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA ANANDA  
MARIA GARCIA VEDUVOTO E ORIENTADA PELA  
PROFA. DRA. CLAUDETE DE CASTRO SILVA VITTE**

**CAMPINAS  
2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Geociências  
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

V516p Veduvoto, Ananda Maria Garcia, 1991-  
Produção do espaço e estratégias de gestão urbana em Frutal - MG /  
Ananda Maria Garcia Veduvoto. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Claudete de Castro Silva Vitte.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Geociências.

1. Planejamento urbano. 2. Espaço geográfico - Frutal (MG). 3. Gestão. I.  
Vitte, Claudete de Castro Silva, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Production of space and urban management strategies in Frutal -  
MG

**Palavras-chave em inglês:**

Urban planning

Geographical space - Frutal (MG)

Management

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Mestra em Geografia

**Banca examinadora:**

Claudete de Castro Silva Vitte [Orientador]

Arlêude Bortolozzi

Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

**Data de defesa:** 20-06-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Geografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**AUTORA:** Ananda Maria Garcia Veduvoto

Produção do Espaço e Estratégias de Gestão Urbana em Frutal - MG”

**ORIENTADORA:** Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte

Aprovado em: 20 / 06 / 2016

**EXAMINADORES:**

Profa. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte – Presidente

Profa. Dra. Arlêude Bortolozzi

Profa. Dra. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

***A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora,  
consta no processo de vida acadêmica do aluno.***

Campinas, 20 de junho de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais, José Antônio e Sueli,  
que me deram a vida. E à Elis, que me fez renascer.

## AGRADECIMENTOS

Quando o texto da dissertação é finalizado, é chegado o momento de rememorar os muitos caminhos percorridos antes de chegar a este ponto do trabalho. Houve a elaboração do projeto, a participação do processo seletivo, a expectativa pela aprovação, o período de disciplinas, as viagens (e quantas viagens), as leituras, a pesquisa e a escrita. Pese, porém, que estes acontecimentos não se deram de modo linear, como a leitura de um texto, mas ocorreram simultâneos ao movimento da vida cotidiana. O Mestrado é, portanto, um período de grande aquisição de conhecimento. Com a teoria e com as inúmeras leituras de artigos e textos aprendi mais sobre Geografia. E com as muitas pessoas que estiveram presentes neste percurso, descobri, sobretudo, que uma dissertação não é só um trabalho acadêmico, mas é também uma oportunidade de compreender o significado das palavras gratidão e amizade. Por isso, agradeço:

À Profa. Claudete Vitte, pela confiança e orientação, interferências sempre atentas e cuidadosas.

Aos Professores, Arlêude Bortolozzi e Eduardo Marandola, pelas correções e contribuições ao Exame de Qualificação.

Aos que participaram da pesquisa concedendo entrevistas e respondendo aos questionários, fundamentais para a realização deste estudo, Frutal realmente é lugar de gente amiga.

À Prefeitura Municipal de Frutal, pelo acolhimento da pesquisa e disponibilização de dados e informações.

Ao Prof. André Vinícius, orientador durante toda graduação e amigo, pela leitura dos primeiros esboços do projeto, observações sempre atentas e críticas, livros emprestados que ainda não foram devolvidos, incentivo e amizade.

À Profa. Lucia Elena, pela abençoada e verdadeira amizade. Pelas incontáveis oportunidades, leituras, conversas, apoio e presença. Não há palavras para descrever. Grata por tê-la em minha vida.

Ao Prof. João Marcos, eterna gratidão por toda ajuda, disposição, paciência e partilha do conhecimento. A expressão da bondade e humanidade foram os maiores ensinamentos, João.

Aos amigos de Frutal, uns que já estão em outras paragens. Outros que ainda lá estão. Pela ajuda com a pesquisa, entrevistas e crises existenciais: Claudia Bernardes, Maria Queiroz e Renan Silveira. À Tânia Brito, agradeço as inúmeras oportunidades e generosa

tradução do resumo desta pesquisa. Pela amizade sempre presente: Ju Silva, Mari Guimarães e Conceição Ramos.

Às amigas de Birigui, Letícia Valladão, Joice Dias e Alice Nardoni, pela força e companheirismo compartilhadas durante uma vida. À amiga de Campinas, Débora Cantador, por me ajudar a desvendar não só o mapa, mas os diversos caminhos da Unicamp e da pós-graduação.

Ao Caio Tavares por ter sempre me incentivado e me ensinado a ser simples com as palavras. Pelas muitas vezes que me levou para fazer viagens, pelo apoio sempre paciente. Por ter sido sempre meu companheiro.

À Nathália Veduvoto, pela sustentação e por ser minha base, meu repouso. Pela ajuda na catalogação dos dados e pelo maior presente que eu poderia receber: Elis.

Aos meus maiores incentivadores, José Antônio e Sueli, que me carregaram no colo muitas vezes, mesmo depois de crescida. Durante as incontáveis viagens, vocês sempre estiveram à minha espera, em Frutal ou em Birigui, com uma xícara de café e um coração sempre disposto a ouvir. Por segurarem a minha mão durante toda a trajetória, pelos pacientes ensinamentos e amor incondicional: este trabalho é de vocês também.

\*\*\*

À CAPES/CNPQ pelos doze meses de bolsa concedida.

*“[...] a forma da cidade muda bem mais que o coração de uma infiel.”*

*Charles Baudelaire*

## **RESUMO**

Nesta dissertação analisa-se a produção e reprodução do espaço na cidade de Frutal, situada no Triângulo Mineiro, que nos últimos anos vem passando por alterações importantes, ocasionadas por iniciativas de alguns dos principais agentes produtores desse espaço, entre os quais se destacam o governo estadual, com a implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e da Fundação de Ensino, Capacitação e Pesquisa UNESCO-HidroEX, e os empresários de usinas de açúcar e álcool oriundos de outras regiões do país. Diante dessas iniciativas, a expansão e diversificação do espaço urbano têm ocorrido de forma intensa, tanto pela abertura de loteamentos novos, feitos por incorporadoras imobiliárias, quanto pela construção de conjuntos habitacionais, impulsionados, especialmente, pela forte atuação do programa federal “Minha casa, Minha Vida”. A pesquisa que deu suporte às análises aqui apresentadas visou identificar as novas formas do espaço urbano produzido, bem como identificar as estratégias utilizadas pelo poder público municipal para realizar o planejamento e a gestão territorial urbana. Neste sentido, são consideradas as políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional em face da atuação dos agentes públicos e privados que operam no mercado imobiliário. Para tanto, a investigação recorreu aos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e análise das leis urbanísticas atuais, das propostas políticas e ações municipais que balizaram o planejamento urbano da cidade, destacando-se a análise do projeto de reestruturação urbana proposto pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner, por meio da Fundação UNESCO-HidroEX. Também foram utilizados dados obtidos por meio de entrevistas e questionários aplicados junto aos diversos sujeitos envolvidos no processo em foco. Por fim, registra-se o uso de informações de fontes históricas e cartográficas, bem como o uso de documentos diversos que deram suporte à observação e análise da organização sócio-espacial da cidade.

**Palavras-chave:** Produção do Espaço Urbano em Frutal – Gestão – Planejamento Urbano

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the production and reproduction of space in the city of Frutal, Triângulo Mineiro, Minas Gerais, which, in recent years, has come through important changes, caused by initiatives undertaken by some of the key agents involved in the production of the city space - the State Government, with the deployment of the University of the State of Minas Gerais (UEMG) and of the HidroEX Foundation, an International Centre under the auspices of UNESCO; and entrepreneurs of sugar and ethanol plants, from other regions of the country, who were attracted to the studied region. Driven by these initiatives, the expansion and diversification of urban space have been done in an intensive way, especially by the opening of new building lots, done by real estate developers, and by the construction of low-income housing developments, counting mainly on the federal program "my house, my life". The research that supported the analysis presented here aimed at identifying the new forms of urban space produced, as well as identifying the strategies used by the municipal government to carry out urban planning and territorial management. For that, the public policies of housing and urban development were considered in view of the action of public and private actors operating in the real estate market. To this end, the research was undertaken according to the following methodological procedures: survey and analysis of current urban laws, and of municipal policies and actions that guided the urban planning of the city, with emphasis on the analysis of the urban restructuring project proposed by the architect and urbanist Jaime Lerner, through the UNESCO HidroEX Foundation. Data were also obtained through interviews and questionnaires applied to many actors involved in the process in question. Finally, it should be mentioned the use of historical sources and cartographic information, as well as the use of various documents which gave support to the observation and analysis of socio-spatial organization of the city.

**Keywords:** Production of urban space Frutal-Management-Urban Planning

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização de Frutal no mapa de Minas Gerais.....	23
<b>Figura 2:</b> Mapa de localização das cidades que pertencem a Microrregião de Frutal (MG)...	25
<b>Figura 3:</b> Localização de bairros selecionados para a pesquisa em Frutal (MG), 2015.....	26
<b>Figura 4:</b> Hierarquia das Cidades Médias em Minas Gerais (1982, 1999, 2006).....	57
<b>Figura 5:</b> Igreja Matriz e Fonte Luminosa em Frutal (MG).....	78
<b>Figura 6:</b> Sertão da Farinha Podre: sesmarias concedidas pelo governo da Capitania de Minas Gerais no termo do Desemboque entre 1818 e 1822 (localização aproximada).....	80
<b>Figura 7:</b> Organização socioespacial de Frutal no séc. XIX.....	82
<b>Figura 8:</b> Primeira Igreja Matriz, (construída entre 1854 e 1872) e o antigo coreto.....	83
<b>Figura 9:</b> Mapa da proporcionalidade de tamanho dos núcleos urbanos do Triângulo Mineiro, segundo censo de 1872.....	85
<b>Figura 10:</b> Configuração territorial de Frutal (MG) em 1923.....	86
<b>Figura 11:</b> Cidade das Águas - Unesco-Hidroex - maquete elaborada pelo arquiteto Jaime Lerner.....	106
<b>Figura 12:</b> Imagem Aérea – Complexo Cidade das Águas em Frutal (MG), 2015.....	107
<b>Figura 13:</b> Residencial Waldemar Marchi em Frutal (MG), 2015.....	109
<b>Figura 14:</b> Vila Esperança em Frutal (MG) – década de 1990.....	115
<b>Figura 15:</b> Área urbana de Frutal em 1971.....	139
<b>Figura 16:</b> Área urbana de Frutal em 2006.....	139
<b>Figura 17:</b> Expansão territorial de Frutal com o “Minha Casa, Minha Vida” (2015).....	140
<b>Figura 18:</b> Localização das áreas de estudo: Frutal III, Flamboyant, Casablanca e Florence.....	148
<b>Figura 19:</b> Paisagem urbana do Frutal III em Frutal (MG).....	150
<b>Figura 20:</b> Conjunto habitacional Frutal III (COHAB) em Frutal (MG).....	151
<b>Figura 21:</b> Paisagem urbana do bairro Flamboyant em Frutal (MG).....	157
<b>Figuras 22:</b> Residencial Granville Casablanca em Frutal (MG).....	162

**Figura 23:** Propaganda de instalação do Villa Florence em Frutal (MG).....163

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Evolução populacional de Frutal (1970 a 2010).....	94
<b>Gráfico 2:</b> Produto Interno Bruto de Frutal (1999 a 2012).....	96
<b>Gráfico 3:</b> PIB de Frutal (Impostos, agropecuária e serviços).....	97
<b>Gráfico 4:</b> Produção leiteira em Frutal (1990 a 2013).....	99
<b>Gráfico 5:</b> Cabeças de gado em Frutal (1990 a 2013).....	99
<b>Gráfico 6:</b> Área plantada em Frutal: Abacaxi, laranja, soja e milho.....	101
<b>Gráfico 7:</b> Área plantada de cana-de-açúcar em Frutal (MG).....	101
<b>Gráfico 8:</b> Diagnóstico sobre a falta de equipamentos urbanos no Frutal III, Frutal (MG)..	156
<b>Gráfico 9:</b> Diagnóstico sobre a falta de equipamentos urbanos no Flamboyant, Frutal (MG).....	159

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Funcionários migrantes da Usina Cerradão até 2012 em Frutal, (MG).....	24
<b>Quadro 2:</b> Argumentação geral de Soja em Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica (1993).....	34
<b>Quadro 3:</b> Operações realizadas pelos promotores imobiliários segundo Corrêa (1989).....	48
<b>Quadro 4:</b> Balanço Financeiro Consolidado de Frutal (MG), 2014.....	132

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de cidades, segundo as classes de tamanho da população.....	55
<b>Tabela 2:</b> Taxa de crescimento populacional de Frutal (MG).....	94
<b>Tabela 3:</b> Índices de renda, pobreza e desigualdade em Frutal (MG).....	95
<b>Tabela 4:</b> Cultivo da cana-de-açúcar em hectares, para abastecimento da usina Cerradão em Frutal (MG), 2011.....	102
<b>Tabela 5:</b> Cultivo da cana-de-açúcar em hectares, para abastecimento da usina Bunge em Frutal (MG), 2011.....	103
<b>Tabela 6:</b> “Minha Casa, Minha Vida” (Faixa I) em Frutal (MG).....	108
<b>Tabela 7:</b> Loteamentos implantados em Frutal (1990 a 2000) em Frutal (MG).....	111

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO.....</b>	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO I - A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS.....</b>	<b>29</b>
1.1 Referências teóricas sobre a produção do espaço urbano.....	29
1.2 Quem produz a cidade? Análise dos principais agentes envolvidos.....	44
1.3 Sobre a produção do espaço urbano em cidades pequenas: do campo à cidade.....	54
1.3.1 Cidades pequenas: do rural ao urbano, do campo ao agrícola.....	64
1.3.2 Quais são as formas e as estruturas de cidades pequenas?.....	67
1.4 Estratégias de produção do espaço urbano: o planejamento e a gestão.....	70
<b>CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE FRUTAL: DO SERTÃO DA FARINHA PODRE À CIDADE DAS ÁGUAS.....</b>	<b>77</b>
2.1 Contextualização histórico espacial do Sertão da Farinha Podre.....	77
2.2 As transformações espaço-temporais de Frutal entre o século XX e XXI.....	86
2.3 Planejamento e gestão: estratégias de produção do espaço urbano em Frutal .....	111
<b>CAPÍTULO III – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FRUTAL: O CAPITAL IMOBILIÁRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>134</b>
3.1 Estratégias do capital imobiliário para a valorização do espaço urbano.....	134
3.2 Expansão territorial e a construção de novos loteamentos em Frutal.....	137
3.2.1 Frutal III e Parque Flamboyant.....	150
3.2.2 Granville Casablanca e Condomínio Villa Florence .....	156
3.3 Novas demandas urbanas e a gestão urbana municipal.....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>177</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais

COHAB - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais

COOFRUL - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FAF - Faculdade Frutal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PIB - Produto Interno Bruto

PMCMV - Programa “Minha Casa, Minha Vida”

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

SECTS - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UTI - Unidade de Tratamento Intensivo

## PREÂMBULO

Quando lia trabalhos de outros autores, muitas vezes me questionei qual seria a razão de estudarem tão profundamente algum tema ou lugar. Como puderam chegar a pensamentos tão complexos e a teorias tão bem elaboradas sobre certas situações? O que só fui descobrir mais tarde, quase na metade do curso de mestrado, quando ainda buscava um encaminhamento que fizesse sentido a minha pesquisa e as minhas escolhas, é que toda teoria, toda explicação e todo estudo, parte de um incômodo. Tudo fez sentido pela primeira vez quando comecei a ler o relato de vida de José de Souza Martins<sup>1</sup>, que, ao fazer reflexão sobre os principais acontecimentos de sua história de vida, deu sentido a sua trajetória acadêmica e teórica. Percebi, então, que também precisaria dar sentido a minha trajetória e considerar todo o esforço feito depois de pesquisar e dissertar sobre o meu determinado ‘incômodo’.

Assim, apresento neste preâmbulo as razões pelas quais escolhi estudar a cidade de Frutal, no Triângulo Mineiro, onde estive pela primeira vez em 2008, quando nela fui prestar o vestibular da UEMG para o curso de Geografia. Lembro-me que durante a disciplina “Seminários”, do Instituto de Geografia da UNICAMP, fui questionada pelos avaliadores sobre meu interesse por esta cidade, que se tornou meu “incômodo”: “Tudo bem, mas você é de Frutal?”. Não, sou de Birigui, cidade localizada no interior do estado de São Paulo. Mudei-me para Frutal aos 17 anos, muito a contragosto, para cursar Geografia na UEMG, quando o que queria mesmo era estudar História na UNESP, sonho que não pude realizar por limitações financeiras. Meu pai havia se mudado recentemente para Frutal, da qual nunca havíamos ouvido falar. Ir para esta típica cidade pequena do interior de Minas Gerais significava morar com meu pai e, também, obter curso superior.

Da opção feita hoje não me arrependo. Ainda me lembro, perfeitamente, do momento em que, ao chegar à cidade, olhei pela janela do ônibus e tive as primeiras impressões de Frutal. Se hoje sei o que são paisagens urbanas, naquele dia eu ainda não sabia. Comentei com minha irmã, que me acompanhava para fazer uma visita a meu pai: “Olhe, a cidade é toda vermelha”. A terra da cidade é toda vermelha. Frutal é lugar típico de Cerrado, o que só fui entender depois. Como em quase toda cidade pequena do interior de Minas, a rodoviária era muito pequena e tudo parecia ter muita proximidade. Meu pai e eu morávamos em frente à Prefeitura Municipal. Nosso primeiro passeio foi na tradicional “Feira de Domingo”, realizada em uma das ruas que entornam a Praça da Matriz, onde meu pai, sempre muito curioso, tinha

---

<sup>1</sup>MARTINS, José de Souza. **Uma Arqueologia da Memória Social**: autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

descoberto onde comer os melhores quitutes. Tendo chegado a Frutal em final de semana, logo na primeira segunda-feira fui convidada a fazer uma excursão pela cidade, com o intuito de obter alguma independência de localização e locomoção. Descobri que os bancos, as maiores lojas, a igreja, o maior supermercado e tudo o que eu precisasse estavam no centro da cidade, no entorno da Praça da Matriz.

Essa primeira constatação sócio espacial se confirmou como dado histórico mais importante do espaço urbano de Frutal, em pesquisa intitulada “Análise da Qualidade da Distribuição Espacial de Equipamentos de Uso Coletivo e Prestação de Serviços na Cidade de Frutal e a Construção de um Banco de Dados voltado para a construção de Indicadores de Qualidade de Vida Urbana”<sup>2</sup>. O objetivo da pesquisa foi levantar a quantidade e disponibilidade de equipamentos de uso coletivo e serviços prestados em Frutal. A pesquisa deu origem a um banco de dados com a quantidade de equipamentos e serviços de cada bairro da cidade e a um mapeamento da distribuição espacial dos indicadores de qualidade de vida. Os dados utilizados no estudo foram obtidos em instituições públicas e privadas.

A partir disso, verificou-se em Frutal uma disparidade entre os bairros no que concerne à alocação de equipamentos e serviços de uso coletivo. Em sua maioria, os equipamentos concentram-se no centro da cidade e em bairros que o circundam.

Diante destas observações, alguns questionamentos foram suscitados: como ocorre a produção do espaço urbano em cidades pequenas (os eixos de expansão e adensamento, a formação de novas centralidades e periferias)? A gestão pública municipal utiliza-se de planejamentos para a execução das obras e ações na cidade? Quanto ao processo de especulação imobiliária, quais as interfaces entre as políticas públicas federais e municipais e os incorporadores imobiliários? Tais incômodos transformaram-se em motor para a realização da pesquisa que fundamenta esta dissertação.

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida entre fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011, durante a Graduação em Geografia, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Campus de Frutal, como projeto de iniciação científica, financiado pela FAPEMIG.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir 2013, o movimento intitulado “Jornadas de Junho” trouxe à tona questões objetivas e subjetivas, reivindicações e questionamentos sobre as condições de vida nas cidades e o cotidiano urbano. O movimento, que foi iniciado nas redes sociais, ocupou, mesmo que temporariamente, as ruas, avenidas e praças das principais cidades de todo o país.

Embora as manifestações tenham sido acompanhadas pela mídia com maior acuidade em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, dentre outras metrópoles e capitais, a população das cidades médias e pequenas também foi às ruas apresentar os seus protestos por melhorias nos serviços urbanos e reiterar a necessidade de maior transparência na prestação de contas dos gastos públicos. Tanto no que concerne às políticas implementadas pelo Governo Federal e Estadual, quanto àquelas que são de responsabilidade da gestão Municipal. A parceria que se estabelece entre as entidades público-privadas também foi questionada. Em São Paulo e Rio de Janeiro os protestos começaram em função do aumento no preço nas passagens do transporte público, por exemplo.

As populações urbanas colocaram em “xeque” o modelo de urbanização propagado no Brasil e no mundo (do local ao global). Guardadas as devidas proporções, aconteceram levantes urbanos também na Turquia, em Londres, Paris, Egito e Síria, dentre outros países. Há um descontentamento generalizado no que se refere à maneira como são planejadas e geridas as cidades. Ao realizarem um evento político (Chauí, 2013) que questionou o modelo, – de política e de Estado (em todas as suas esferas), e o modo de atuação dos capitais que financiam o espaço urbano –, os manifestantes evidenciaram a importância e os papéis do Estado, dos agentes capitalistas e sociais na produção social do espaço urbano. O modo de produção e o Estado agem de forma autônoma em alguns momentos e estabelecem uma fusão outras situações. A cidade é produto das ações destes agentes e é também o resultado da organização das relações sociais de modo geral.

A questão urbana e a organização das cidades estão sujeitas às políticas urbanas e a atuação e financiamento de capitais, com destaque ao capital imobiliário. Com o intuito de exemplificar, mencionamos a implantação do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Elaborado e coordenado pelo Governo Federal, contou com o apoio do Governo Federal e Municipal para a sua implementação. As áreas destinadas à construção dos loteamentos e a própria edificação das casas tornaram-se responsabilidade dos capitais imobiliários, figurados pelas incorporadoras imobiliárias e pelas construtoras. A população

contemplada pelas moradias instalou-se, de modo geral, distantes do centro da cidade e em áreas recém-urbanizadas.

Para Maricato (2013) não é possível dizer que todas as melhorias nas condições de vida urbana estejam relacionadas a melhores salários e tão somente à distribuição de renda mais equitativa. Mas, sobretudo, a qualidade de vida urbana depende de políticas públicas eficientes, tais como: transporte público, saneamento básico, moradia, educação, lazer, saúde, iluminação pública e asfaltamento, coleta de lixo e segurança, por exemplo. A cidade não apenas fornece espaço físico para a reprodução das relações sociais, mas, são as suas características e particularidades (e a forma como são produzidas) que estabelecem e ditam as condições da vivência local.

Em Frutal, cidade pequena situada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a população também organizou manifestações, nos últimos anos, com o objetivo de questionar a gestão e o planejamento urbano. Os protestos fundamentaram-se em reivindicações por melhorias na prestação dos serviços públicos locais, desde a eficiência de planejamentos técnicos pontuais à gestão de demandas.

No ano de 2012, moradores organizaram uma ação por conta do mau estado do asfalto da cidade. Os buracos de uma rua foram pintados de branco junto da sigla IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Os manifestantes questionaram a não conversão dos impostos recolhidos pelo poder público em serviços de qualidade<sup>3</sup>. Também em 2012 uma professora fez greve de fome em função de uma voçoroca não controlada (não houve o planejamento necessário para que fosse feito o cuidado adequado) que teve aumento significativo no período de chuva e se localizava ao lado de uma creche escolar e da casa da manifestante. O governo local tomou medidas técnicas de contenção e controle da voçoroca depois do Ministério Público entrar com um pedido de segurança<sup>4</sup>. Em 2013, cerca de 300 manifestantes aderiram às manifestações que estavam ocorrendo em todo o país e, também, colocaram em discussão o modelo de urbanização construído localmente<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> **Rua é pintada com a sigla IPVA em sinal de protesto em Frutal, MG.** Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/02/rua-e-pintada-com-nome-ipva-em-sinal-de-protesto-em-frutal-mg.html>. Acesso em 01 de fev. 2016.

<sup>4</sup> **Professora faz greve de fome em protesto por causa de voçoroca em MG.** Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/12/professora-faz-greve-de-fome-em-protesto-por-causa-de-voçoroca-em-mg.html>. Acesso em 01 de fev. 2016.

<sup>5</sup> **Estudantes de Frutal, MG, vão às ruas em apoio aos protestos nacionais.** Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/vc-no-g1-triangulo-mineiro/noticia/2013/06/estudantes-de-frutal-mg-vao-ruas-em-apoio-aos-protestos-nacionais.html>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

Mais recentemente, em 2015, moradores de Frutal não contemplados pelo programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, questionaram os critérios utilizados pelo Governo Municipal para realizar a triagem dos selecionados pelo projeto. A denúncia feita pelos manifestantes resultou na concessão de uma liminar para suspender a entrega das casas até que as suspeitas fossem averiguadas<sup>6</sup>.

O município, nos últimos dez anos, passou por alterações significativas. As modificações que ocorreram no espaço urbano e rural de Frutal influenciaram diretamente a vida da população e estabeleceram novas demandas ao planejamento urbano e gestão municipal. Em função disto, o objetivo deste trabalho foi pesquisar o processo de produção e reprodução do espaço urbano no município de Frutal, mais especificamente compreender e analisar como o governo local e os demais agentes locais, públicos e privados, atuaram no planejamento, organização e gestão do espaço da cidade.

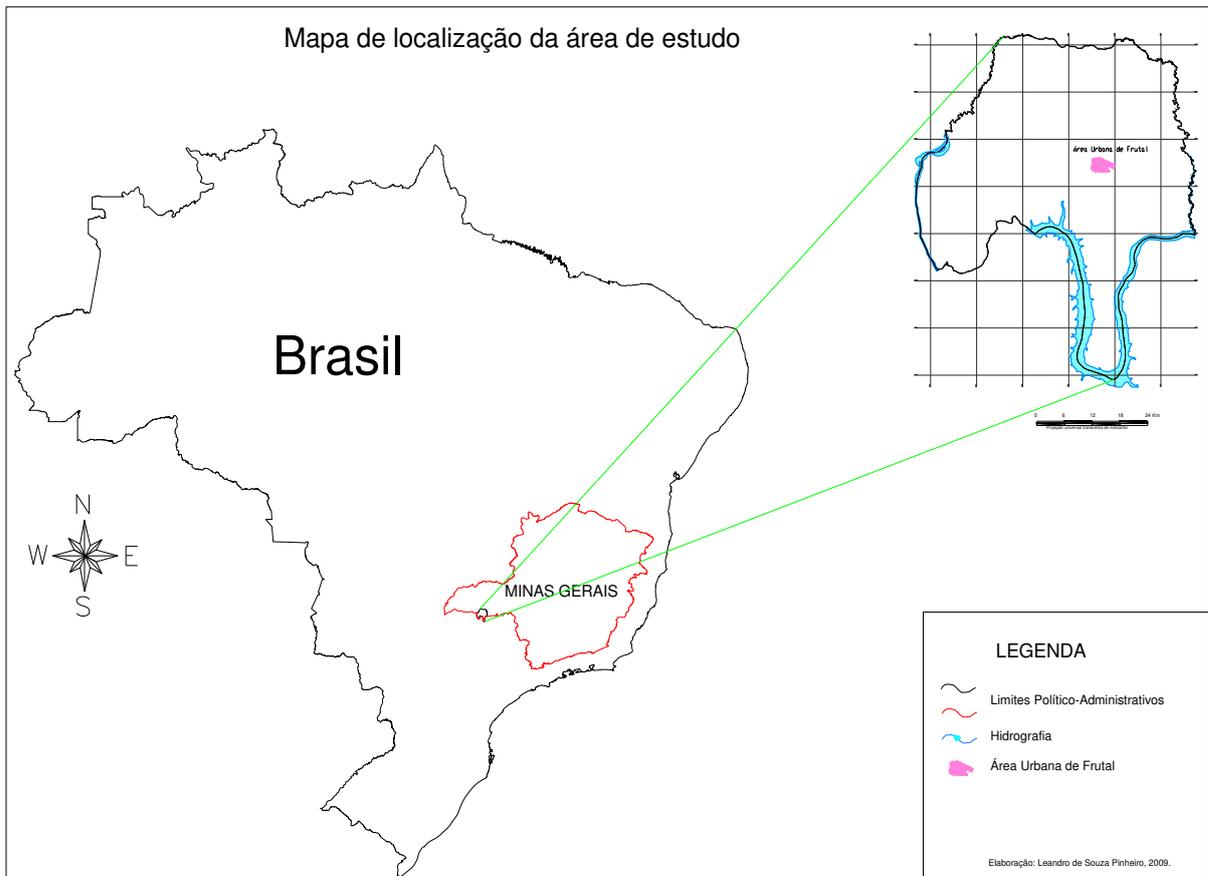
Para isso, alguns questionamentos foram suscitados, no sentido de delimitar o problema e definir os procedimentos metodológicos empregados no estudo: que instrumentos e estratégias de planejamento territorial foram propostos e efetivamente executados? Que sujeitos sociais e políticos participaram do planejamento, da organização e da gestão do espaço da cidade?

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2014, o município de Frutal, contava com 53.468 habitantes, sendo a população residente urbana de 46.086 e a população rural de 7.379, segundo o Censo Demográfico de 2010. A estimativa populacional do IBGE para 2015 (Instituto de Geografia e Estatística) apontou para um contingente populacional de 57.795 habitantes.

---

<sup>6</sup> **Juíza concede liminar que suspende entrega de casas em Frutal.** Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/12/juiza-concede-liminar-que-suspende-entrega-de-casas-em-frutal.html>. Acesso em: 01 de fev. 2016.

**Figura 1:** Mapa de localização de Frutal no mapa de Minas Gerais.



**Fonte:** Pinheiro, 2009.

Historicamente, sua economia esteve baseada na agropecuária, com destaque para o gado de leite e de corte, os produtos alimentares, em especial o abacaxi, quase sempre produzidos em propriedades familiares. Nas últimas duas décadas, sua economia agrícola passou por transformações importantes, graças à instalação de empresas agroindustriais, que expandiram fortemente as áreas cultivadas de cana, milho e soja. Com isso, as formas produtivas tradicionais entraram em declínio, em face da venda e do arrendamento das terras de produtores familiares para as usinas. Este processo tem implicado em concentração de terra e capital, assim como em alterações significativas na estrutura de emprego e trabalho. Com a expansão do emprego na produção sucroalcooleira, grande parte dos trabalhadores do campo migrou para a cidade, ao mesmo tempo em que se deu a chegada de um grande contingente de trabalhadores de outros estados e regiões. Dessa forma, tem crescido constantemente o contingente de trabalhadores temporários que se instalam em bairros novos na periferia da

cidade<sup>7</sup>. Para exemplificar, apenas a Usina Cerradão, no ano de 2012, empregava 301 migrantes de vários estados das regiões Norte e Nordeste. Informações que podem ser verificadas em pesquisa realizada por Reis (2016)<sup>8</sup>,

**Quadro 1:** Funcionários migrantes da Usina Cerradão até 2012 em Frutal (MG).

<b>RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA USINA CERRADÃO</b>					
<b>ANOS</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Sergipe	12	15	34	25	61
Bahia	45	69	56	59	55
Maranhão	22	19	45	108	79
Pernambuco	16	57	48	95	55
Ceará	04	18	16	46	19
Paraíba	02	31	12	08	32
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>209</b>	<b>211</b>	<b>341</b>	<b>301</b>

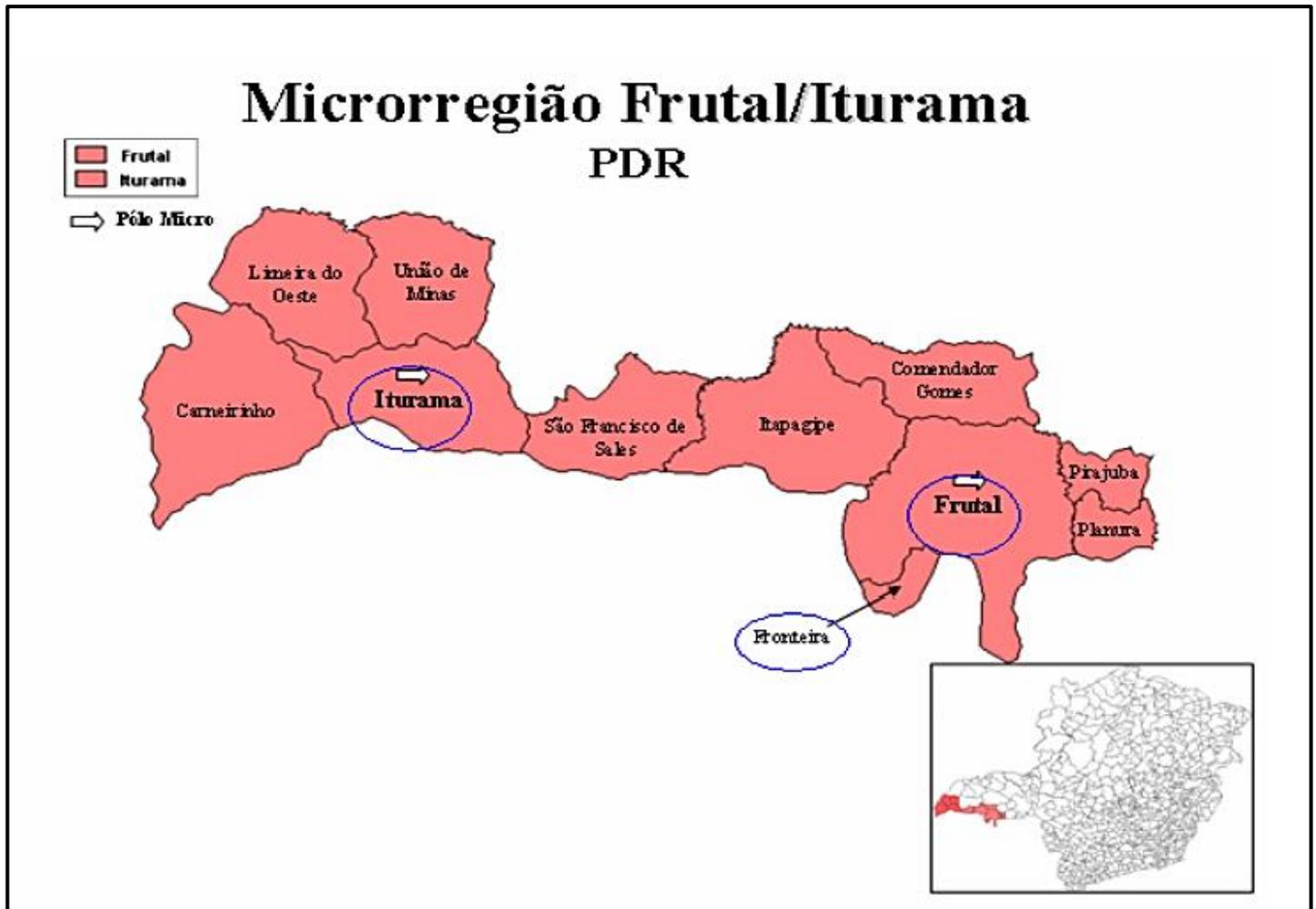
Fonte: Reis (2016)

O posicionamento geográfico do município lhe garante destaque na microrregião, que compreende as cidades de Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura e São Francisco de Sales, em função de estar localizada no entroncamento rodoviário das BRs 050, 153, 262, 364 e MGs 255 e 427. Tal posição lhe assegura uma densa malha viária, que faz ligação com os principais centros do país, além de importantes cidades mineiras e paulistas.

<sup>7</sup>Ver SILVA, Adriano Reis de Paula e (2002). Transformações sócio espaciais em Frutal (MG). Uberlândia, UFU, dissertação de mestrado em Geografia. Em 2005, ocorreu a instalação da Usina Frutal, de propriedade do Grupo Moema, de Orindiúva (SP), adquirida em 2009 pela transnacional BUNGE, com sede em White Plains, estado de Nova York, Estados Unidos. Em 2009, também passou a operar no município a Usina Cerradão – pertencente a dois grupos ligados ao agronegócio, Queiroz de Queiroz (de Frutal) e o Grupo Pitangueiras. Disponível em: <http://www.usinacerradao.com.br/empresa.asp>. Acesso em: 22 jul. 2015.

<sup>8</sup> REIS, Nerci Aparecida. **A migração do nordestino trabalhador rural e a educação escolar de seus filhos**. Editora Prospectiva: Frutal, 2016. Disponível em: [http://frutal.uemg.br/downloads/Livro\\_Nerci%20Reis.pdf](http://frutal.uemg.br/downloads/Livro_Nerci%20Reis.pdf). Acesso em: 15 fev. 2016.

**Figura 2:** Mapa de localização das cidades que pertencem a Microrregião de Frutal (MG).



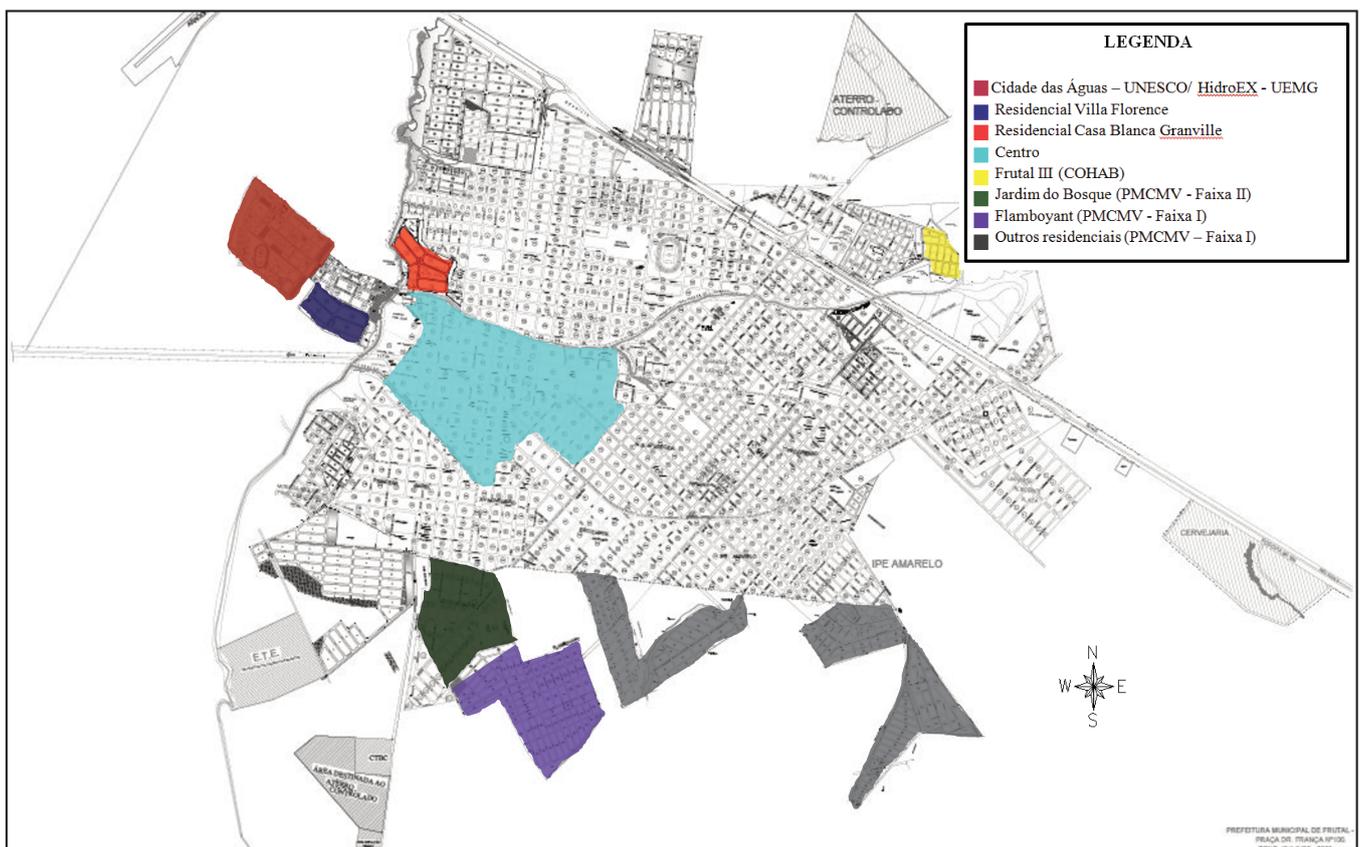
**Fonte:** Boas, 2009<sup>9</sup>.

Mas, além das mudanças na economia agrária, também chamam a atenção algumas iniciativas de políticas locais, que resultaram na chegada de instituições de educação superior, por meio da abertura de um campus da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), ocorrida em julho de 2004, e da FAF, Faculdade de Frutal, que entrou em funcionamento em 2005. A cidade passou a receber, além de trabalhadores agrícolas, também jovens em busca da formação acadêmica em nível superior de todo o país. Tal como professores, pesquisadores e técnicos para trabalharem na UEMG e no Centro UNESCO-HidroEX, desenvolvendo pesquisas e ministrando cursos.

<sup>9</sup> BOAS, Soraya Wingester Vilas. **O setor sucroalcooleiro na microrregião de Frutal - Iturama, Minas Gerais: suas características e reflexos na saúde dos cortadores de cana.** Dissertação de Mestrado apresentada à Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

Em face dessas mudanças, a cidade passou por muitas intervenções em seus espaços centrais e periféricos nos últimos dez anos. E também houve a implantação de programas e projetos do governo federal e estadual. Entre esses programas e projetos, importa destacar a implantação, em 2005, de loteamento de habitação popular por meio do projeto COHAB Minas Gerais (180 casas), situado na zona Norte na cidade. E a partir de 2009, a instalação do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, com a inserção de cinco conjuntos habitacionais Faixa I (1.853 casas) e Faixa II (em média 2.000 casas). No portal de notícias da Caixa Econômica Federal: “Segundo o Ministério das Cidades, mais de 14 mil pessoas já foram beneficiadas pelo Minha Casa Minha Vida em Frutal. Desde o início do programa, foram entregues 3.500 moradias na cidade da mesorregião do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba”<sup>10</sup>.

**Figura 3:** Localização de bairros selecionados para a pesquisa em Frutal (MG), 2015.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Frutal, 2015.

**Org.:** VEDUVOTO, 2015.

<sup>10</sup> **Famílias do Triângulo Mineiro recebem 668 moradias do Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=2416>. Acesso em 10 fev. 2016.

Com o andamento da pesquisa, foi possível perceber que esses programas e projetos não foram instrumentos de planejamento inseridos em plano de desenvolvimento urbano de médio e longo prazo. Contudo, os impactos que geraram no espaço da cidade impuseram mudanças importantes nas formas de sua gestão vigentes até dez anos atrás, mudanças que se deram independentes dos planos diretores aprovados no período em foco, que foram poucos utilizados e, rigorosamente, não serviram como instrumento de planejamento, organização e gestão do espaço urbano.

Delimitado o problema do estudo a partir destas questões, se define como seu objeto primordial de análise as intervenções dos agentes públicos no planejamento, organização e gestão do espaço urbano, incluindo todas as iniciativas propostas e as efetivamente executadas no período considerado para análise, tais como elaboração dos planos diretores, definição das áreas de expansão urbana (perímetro urbano) segundo finalidades diversas (econômicas, habitacionais e outras). Trata-se de tomar essas iniciativas como práticas de construção social e política do espaço urbano, que resultam, também, em uma concepção determinada e dominante de como deve ser a cidade, ainda que esta concepção seja social e politicamente particular.

Nos procedimentos metodológicos para realizar a pesquisa, inicialmente, foram selecionados alguns livros e artigos que pudessem servir de referências conceituais e teóricas para as análises, bem como alguns estudos monográficos atuais na temática da produção e gestão do espaço urbano. Ao mesmo tempo, realizou-se levantamento de fontes de dados estatísticos e históricos sobre o município, e ainda outras informações que subsidiassem as análises. Também foi feito um estudo cartográfico da configuração espacial da cidade em diferentes momentos históricos, a fim de identificar a evolução da ocupação dos espaços segundo funções específicas. Em seguida, foram identificados e abordados, por meio de entrevistas com tópicos semi-diretivos (ver roteiros utilizados nos apêndices de I a VIII), alguns dos sujeitos envolvidos na história do planejamento, produção, organização e gestão dos espaços da cidade nos últimos dez anos. Por meio desta estratégia, procurou-se aprofundar a pesquisa pela coleta, registro e análise das práticas e importância política desses sujeitos. Para finalizar o trabalho foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário diretivo sobre tópicos relevantes para os objetivos do estudo, conforme se vê nos apêndices IX e X.

Assim, o primeiro capítulo intitulado “**A (re) produção do espaço urbano em cidades pequenas**” é teórico conceitual e traz discussão sobre o conceito de “produção social do espaço”, considerado neste trabalho como condição, meio e produto para a realização e

reprodução das relações sociais. Para isso, analisamos os principais agentes envolvidos na produção do espaço urbano, a saber: o Estado, o capital e os sujeitos sociais. Mais além, para situar o objeto de pesquisa (Frutal – MG) elaborou-se um estudo sobre cidades pequenas, discutindo a influência do espaço rural e das atividades agrícolas em cidades pequenas, a morfologia característica, bem como colocamos em discussão a terminologia “pequena” para classificar determinadas cidades, situadas em região não metropolitana.

O segundo capítulo, “**A formação territorial de Frutal: do Sertão da Farinha Podre à Cidade das Águas**” é descritivo e analítico, abordando-se dados históricos e geográficos relevantes sobre o município e a cidade. De modo que fosse possível compreender quais foram as principais transformações espaço-temporais de Frutal entre o século XX e XXI, no espaço urbano e no espaço rural. Analisando, sobretudo, quais foram as principais estratégias de planejamento e gestão empreendidas tanto pela política local, quanto as que foram implantadas pelos Governos Estadual e Federal. Além disso, considerou-se a atuação dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e da população no uso e produção do espaço urbano de Frutal.

No terceiro e último capítulo, “**A produção do espaço urbano de Frutal: O capital imobiliário e a gestão municipal**” apresentam-se as análises fundamentadas nos dados oriundos da pesquisa de campo por meio do questionário acima referido. Neste capítulo aprofundam-se as considerações sobre a atuação dos promotores do imobiliário articulados às políticas locais e federais na implantação de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda em Frutal. E por outro lado, a construção em espaços valorizados, de condomínios fechados e bairros de ‘alto padrão’, com melhor localização e dotados de infraestrutura prévia. Neste sentido, buscou-se compreender como se dá o planejamento e a gestão urbana no que se refere ao uso e ocupação do espaço urbano de Frutal.

## Capítulo I - A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS

O objetivo deste capítulo é discutir a produção do espaço urbano em cidades pequenas. Isto é, considerando o espaço como condição, meio e produto da reprodução das relações sociais. Para isto, buscou-se compreender como os agentes envolvidos – o Estado, os agentes capitalistas e os agentes sociais – produzem o espaço, coletivamente, por meio de estratégias de planejamento e gestão em cidades pequenas.

### 1.1 Referências teóricas sobre a produção do espaço urbano.

Ao (re) produzir a vida em sociedade, as relações sociais<sup>11</sup> produzem ao mesmo tempo o espaço geográfico. Isto é, ao produzir-se, a sociedade produz também um espaço que lhe é característico. Ana Fani A. Carlos (1994) explica que, os homens ao se reproduzirem enquanto espécie e ao produzirem os bens materiais, produzem o espaço geográfico. As relações sociais estão, pois, sujeitas a uma dimensão espacial. As ações humanas se estabelecem em um determinado tempo e espaço. “A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço – tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido” (CARLOS, 2001, p. 53).

Nesta perspectiva, Carlos (2011), argumenta que este processo se dá de modo dialético, a reprodução da vida ocorre na reprodução continuada do espaço, – e o espaço é resultante da organização e produção dos grupos humanos, um se realizando através do outro. Nas palavras de Carlos (2011, p. 53):

Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Esse caminho indica a imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.

A partir de uma análise que parte do campo teórico da Geografia, esta abordagem busca compreender o movimento dialético entre as relações sociais, o tempo e o espaço. Assim como, permite pensar para além do enfoque “geográfico” tradicional que considera

---

<sup>11</sup> Para Barrios (1979, p. 3): “As relações sociais que se verificam por intermédio das coisas materiais constituem a estrutura econômica da sociedade, elemento que define e explica as diretrizes fundamentais que regem a dinâmica social. Expressando o diferente lugar ocupado pelos indivíduos na produção material, que, por sua vez, determina a sua participação no produto social resultante, a estrutura econômica orienta as práticas adequadas no sentido da aceitação ou recusa de seus limites”.

somente a localização geográfica dos processos. Mas, sobretudo, busca ampliar a observação para o movimento de apropriação, produção e reprodução do espaço geográfico, cujos conteúdos resultantes são socialmente e espacialmente articulados. “Não se pretende, todavia, negar a importância da localização dos fenômenos no espaço, mas relativizá-la como momento necessário de superação analítica: a ideia arraigada de que a localização dos fenômenos é a finalidade e o sentido último do termo “geográfico”” (CARLOS, 2011, p. 53) Neste trabalho, o caminho teórico-metodológico percorrido teve como fundamentação o espaço produzido e vivido enquanto criação histórica e social<sup>12</sup>. Para tanto, teve como base as discussões desenvolvidas por Lefebvre (1999, 2006), Gottdiener (1997), Soja (1993), Smith (1989) e Carlos (1994, 2007, 2011).

Para Lefebvre (2006) no século XX<sup>13</sup>, a noção de espaço ainda estava confusa, paradoxal e até mesmo incompatível entre as análises das ciências humanas e físicas. O espaço era analisado, sobretudo, a partir de uma perspectiva física, o Espaço Sideral, as distâncias entre os cosmos. O termo evocava, tradicionalmente, cientistas matemáticos e físicos, cuja conotação de “espaço” era vazia, sem conteúdo. Para a filosofia, “com frequência, o espaço era desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras” (2006, p. 3). Diante desta perspectiva, Lefebvre, explica que “no melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, [...] absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano” (LEFEBVRE, 2006, p. 3). No que se refere às ciências que se ocupavam do conceito, por vezes, o espaço era fragmentado, – o geográfico, o sociológico, o histórico.

---

<sup>12</sup> Ana Fani A. Carlos (2011, p.54) esclarece a orientação de método que fundamenta a análise da produção do espaço do espaço geográfico, cuja dimensão espacial resultante advém de processos históricos e sociais: “O caminho proposto orienta-se por dentro do pensamento geográfico, invertendo o caminho que sintetizou a compreensão do espaço em sua objetividade absoluta – a partir da ideia de palco da atividade humana – bem como o viés empirista que essa objetividade assegura à Geografia. [...] Essa opção permite enfrentar a limitação da disciplina como “ciência parcelar” (um das subdivisões das ciências sociais), num caminho que propõe analisar a totalidade do processo de reprodução social como constituição de uma espacialidade específica que lhe dá conteúdo. Nessa perspectiva, a produção do espaço ganha um conteúdo social, constituindo-se historicamente”.

<sup>13</sup> Smith (1989, p. 110) também faz considerações sobre a evolução do conceito de espaço: “Desde o início da década de sessenta, a concepção de espaço geográfico tem sido objeto de discussões consideráveis. Duas concepções particulares de espaço têm sido objeto de destaque: o espaço absoluto e o espaço relativo. A discussão surgiu em relação à chamada Revolução Quantitativa na Geografia, que se materializou no início da década de 60. Anteriormente, os geógrafos tendiam a confiar quase exclusivamente na concepção absoluta de espaço, mas uma visão mais “ampla da questão acompanhou as inovações técnicas da Revolução Quantitativa” Nessas diferentes concepções de espaço estão envolvidas relações muito diferentes com a natureza e com os eventos materiais”.

Neil Smith (1989) também faz uma descrição esclarecedora sobre a história do conceito de espaço. Explica que a ideia de espaço contemporâneo, o espaço social, muito se difere da concepção física desenvolvida pelas cientistas e matemáticos. Enquanto o espaço científico se abstrai dos eventos e das atividades sociais, o espaço social é resultante da interlocução entre as relações humanas com o espaço:

Entretanto, as concepções contemporâneas de espaço não têm nenhuma semelhança com os espaços dimensionais abstratos da Física matemática. Qualquer que tenha sido a relação histórica, o espaço social hoje é completamente diferente do espaço científico. Enquanto o espaço científico tenta completamente se abstrair da atividade e dos eventos sociais, o espaço social é geralmente tratado como sendo justamente o campo dessa atividade.

Edward Soja (1993) está entre os autores que defende uma reconstituição da história intelectual crítica em torno da dialética evolutiva do espaço. Isto é, considerando o tempo, o espaço e o ser social: História, Geografia e sociedade. Soja explica que no século XIX<sup>14</sup> o tempo e a História ocuparam um lugar de destaque no seio das ciências sociais críticas, assim como, na consciência prática e teórica do marxismo ocidental. O intuito, portanto, é de “espacialização” dos estudos, um esforço de criar uma Geografia Humana Crítica – o materialismo histórico e geográfico –, em sintonia com os desafios políticos e teóricos contemporâneos. Nas palavras do autor:

Assim como o espaço, o tempo e a matéria delineiam e abrangem as qualidades essenciais do mundo físico, a espacialidade, a temporalidade e o ser social podem ser vistos como as dimensões abstratas que, em conjunto, abarcam todas as facetas da existência humana. Mas concretamente especificadas, cada uma dessas dimensões existenciais abstratas ganha vida como um constructo social que molda a realidade empírica e é simultaneamente moldado por ela. Assim, a ordem espacial da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo. Similarmente, a ordem temporal se concretiza na construção da história, simultaneamente cerceada e cerceadora, numa dialética evolutiva que tem construído o cerne ontológico do pensamento marxista há mais de cem anos. Para completar a tríade existencial necessária, a ordem social do ser-no-mundo pode ser vista como algo que gira em torno da constituição da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais [...].

Para descrever a reestruturação cultural, política e teórica contemporânea que acometeu as ciências sociais, Soja (1993) utiliza-se do termo “pós-modernas”. Embora admita que tais designações, (pós-modernidade, pós-modernização e pós-modernismos) possam

---

<sup>14</sup> Para Soja (1993, p. 11) “As últimas décadas do século XIX, examinadas em retrospectiva, podem ser vistas como uma era de crescente historicismo e de submersão concomitante do espaço no pensamento social crítico. [...] Essa ascensão de um historicismo desespacializante, que só agora começa a ser reconhecida e examinada, coincidiu com a segunda modernização do capitalismo e com a instauração de uma era de oligopólio imperialista empresarial. Tamanho foi o sucesso com que ela ocluiu, desvalorizou e despolitizou o espaço como objeto do discurso social crítico, que até mesmo a possibilidade de uma práxis espacial emancipatória desapareceu do horizonte por quase um século”.

assumir significados confusos e controversos, afirma que são os mais apropriados para destacar a reafirmação do espaço nas ciências humanas, essencialmente, na Geografia. O autor apoia-se em Michel Foucault para analisar a história do pensamento crítico moderno: a predominância do tempo sobre o espaço. Na esteira de Foucault, Soja afirma que no século XIX houve uma maior incidência de estudos da História<sup>15</sup>. O espaço foi tratado como morto, fixo e não dialético. Divergindo, portanto, do tempo, que era a riqueza e fecundidade, a vida e a dialética. Soja relatada que as primeiras “vozes” da geografia humana pós-moderna surgiram no final dos anos sessenta. Assim:

[...] escondido da modernidade que se ia moldando, estava um profundo “arranjo espacial”. Em todas as escalas de vida, da global à local, a organização espacial da sociedade foi sendo reestruturada para fazer frente às exigências urgentes do capitalismo em crise – para abrir novas oportunidades de lucros extraordinários, descobrir novas maneiras de manter o controle social e estimular produção e consumo crescentes. Isso não constitui um fenômeno repentino, nem tampouco devemos encará-lo como conspiratorial, totalmente bem sucedido ou inteiramente despercebido pelo os que vivenciaram (SOJA, 1993, p. 45).

Embora Edward Soja faça a crítica àqueles que enxergam somente por meio das lentes do tempo, reitera que o intuito do trabalho que desenvolve não é projetar uma anti-história simplista. O que se questiona, contudo, não é a importância da História, mas o predomínio de um historicismo do pensamento crítico. Nas palavras de Soja (1993, p. 33), “[...] há um extraordinário apelo por uma nova perspectiva crítica, por um modo diferente de ver o mundo, no qual a geografia não somente tem importância, como também fornece a mais reveladora perspectiva crítica”.

Assim, nesta perspectiva, a importância em se considerar o “espaço” enquanto caminho de método está em reconhecer que, para além do modo de produção vigente, deve-se ter a consciência que o “desenvolvimento capitalista” é projetado de maneira geograficamente desigual no espaço, daí a importância em estudar os lugares em especificidade. Instaurou-se uma concepção “centro-periferia” para explicar a dominação dos países dominantes (primeiro mundo) sobre os países dominados (terceiro mundo), como fruto das análises que consideravam o desenvolvimento do capitalismo geograficamente desigual. O autor tece as

---

<sup>15</sup> “O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é um espaço vazio, nem desprovido de substância a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro [...] a espacialidade vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura de práticas sociais”. (SOJA, 1993, p. 26)

críticas<sup>16</sup> sobre esta forma que interpretar as realidades sociais e espaciais tão importantes para a teorização em Geografia:

Praticamente todos pareciam admitir a existência de uma estrutura centro e periferia na economia capitalista mundial; admitir que havia alguns países “nucleares” que eram centros primários de produção industrial e acumulação e um conjunto subordinado, dependente e sumamente explorado de países periféricos, que faziam parte de um “Terceiro Mundo”. Mas na falta de uma conceituação rigorosa do desenvolvimento geograficamente desigual, a significação teórica e política dessa estrutura centro-periferia era difícil de entender, especialmente quando somente o nível superior (sistema mundial) da hierarquia escalar complexa era visto como explicativo da história da acumulação capitalista e da luta de classes. Isso parecia explicar o capitalismo “de cima”, e não “de baixo”, externamente, em vez de internamente [...] (SOJA, 1993, p. 135)

Sendo assim, a desmistificação da espacialidade e de sua instrumentalização do poder, para Soja, é a fundamentação para dar um direcionamento prático, político e teórico à era contemporânea. Nesta concepção, o espaço, mais do que o tempo, esconde as contradições das análises sócio-espaciais. O espaço por si não é simplesmente um dado. A organização e o sentido do espaço são, então, produto da translação, da transformação e das experiências sociais. De modo que:

[...] a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela apresenta ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (SOJA, 1993, p. 99).

O espaço socialmente produzido é também estrutura criada, que emerge de uma prática social deliberada. Soja (1993, p. 158) esboça um resumo de toda a sua argumentação em uma sequência de premissas interligadas, cujo objetivo é esclarecer os principais conceitos e categorias desenvolvidos pelo autor:

---

<sup>16</sup> Em uma passagem de destaque, Soja (1993, p.137) pontua que: “A divisão internacional do trabalho, a divisão inter-regional do trabalho limitada pelo Estado, a divisão urbanizada do trabalho nas áreas metropolitanas e a divisão do trabalho na menor das localidades, fábricas ou casas, estas não são captadas em toda a sua complexidade pela estrutura centro-periferia. Mas, mesmo assim, ela está *presente*, na medida em que as relações sociais e espaciais estão vinculadas na produção capitalista. A geografia específica do capitalismo pode ser reestruturada, mas nunca é desestruturada ou inteiramente liberta de uma polarização sócio-espacial fundamental”.

**Quadro 2:** Argumentação geral de Soja em Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica (1993).

1. A espacialidade é um produto social consubstanciado e reconhecível, parte de uma “segunda natureza” que incorpora, ao socializá-los e transformá-los, os espaços físicos e psicológicos.
2. Como produto social, a espacialidade é, simultaneamente, meio e resultado, o pressuposto e a encarnação da ação e das relações sociais.
3. A estruturação espaço-temporal da vida social define o modo como a ação e as relações sociais (inclusive as relações de classe) são materialmente construídas, concretizadas.
4. O processo de constituição/concretização é problemático, repleto de contradições e de lutas (em meio a muitas coisas recorrentes e rotinizadas).
5. As contradições decorrem, primordialmente, da dualidade do espaço produzido, como resultado/encarnação/produto e meio/pressuposto/produtor da atividade social.
6. A espacialidade concreta – a geografia humana efetiva – é, pois, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais, de práticas sociais que visam, quer à manutenção e reforço da espacialidade existente, quer a uma reestruturação significativa e/ou a uma transformação radical.
7. A temporalidade da vida social, desde as rotinas e os eventos da atividade cotidiana até a construção da história em prazo mais longo, radica-se na contingência espacial, exatamente do mesmo modo que a espacialidade da vida social se enraíza na contingência temporal/histórica.
8. A interpretação materialista da história e a interpretação materialista da geografia são inseparavelmente entremeadas e teoricamente concomitantes, sem nenhuma priorização intrínseca de uma em relação à outra.

**Fonte:** (SOJA, 1993, p. 158)

**Org.** Veduvoto, 2014.

Soja, contudo, faz uma crítica a teoria do espaço desenvolvida por David Harvey e Manuel Castells, pois alega que embora reconheçam as contribuições de Henri Lefebvre, divergem de sua insistência no papel decisivo e preeminente das forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna. Para Soja, Lefebvre lida com a organização do espaço como produto material, ou seja, estabelece uma relação entre as estruturas sociais e espaciais do urbanismo. De modo que, revela, além do conteúdo ideológico do espaço socialmente criado, a problemática urbana. Com o objetivo de elucidar o pensamento de Soja (1993, p. 99):

[...] a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela apresenta ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais.

Mark Gottdiener (1997) trava um debate amplo sobre a natureza da organização do espaço entre o que é proposto pelos autores Castells (1977) e Lefebvre (1979). Para Gottdiener, tanto Lefebvre como Castells oferecem alternativas para analisar o “espaço” contrapondo as ideias mais comuns entre o pensamento marxista. “O objetivo de Castells e

Lefebvre era uma concepção mais global da articulação entre sociedade e espaço e ambos empregaram epistemologias distintas [...]” (GOTTDIENER, 1997, 120).

Gottdiener explica que o debate sobre a teoria do espaço foi iniciado em Castells, em contraposição ao desenvolvido por Lefebvre. Para compreender as nuances das ideias desenvolvidas por cada um dos autores, Gottdiener, revisa e compara cada uma das teorias sobre o espaço, cujo intuito é o de trazer para o centro da discussão a “ausência-presença” de Lefebvre, como alternativa ao projeto estruturalista<sup>17</sup>.

No que se refere à teoria do espaço, Gottdiener explica que ambos (Castells e Lefebvre) compreendem que o espaço é um produto material de uma dada formação social. Para Castells o espaço é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam dela. Gottdiener (1997, p. 120) apoiado em Castells<sup>18</sup>:

Assim, a teoria do espaço consiste em uma especificação de uma teoria geral da organização social na medida em que ela se articula com o espaço. Isto é, “não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estruturação social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras formas e processos, historicamente dados” [CASTELLS] (1977:124).

Manuel Castells propõe analisar as formas espaciais por meio de uma teoria althusseriana baseada na estrutura social. Isto é, “Analisar o espaço como uma expressão da estrutura social, equivale, pois, a estudar sua formação por elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, e por suas combinações e pelas práticas sociais que derivam deles” (CASTELLS, 1977, p. 126 *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 121). A estrutura econômica é o principal aspecto conceitual de sua teoria do espaço. A produção do espaço urbano/ ambiente construído se dá por meio da articulação da economia, política e ideologia (EPI) com a unidade espacial. Sendo assim, “isto é definido pelo que Castells

---

<sup>17</sup>Gottdiener (1997, p. 117) explica que Castells utiliza-se de uma abordagem estruturalista althusseriana. De acordo com Gottdiener o principal objetivo de Althusser consistia em transformar o materialismo histórico numa teoria de organização social. “Toda formação social era uma estrutura constituída de sistemas econômicos, políticos e ideológicos (ou EPI), que possuíam relativa autonomia.”

<sup>18</sup> “Dada a crítica amplamente bem-sucedida de Althusser, a importância pertinaz de seu discípulo, Manuel Castells, tem algo de enigma. Sua obra principal *The Urban Question*, representa uma aplicação direta da análise geral, por Althusser, da organização social, no contexto particular do “sistema urbano” ou da “articulação específica das instâncias de uma estrutura social dentro de uma unidade (espacial) da reprodução da força de trabalho” (1977:237). A justificativa para uma análise urbana provém da afirmação de Castells de que todos os sistemas estruturais, como o capitalismo tardio, contêm dentro de si mesmos subsistemas de práticas homólogos à estrutura maior porque atuam exatamente segundo as mesmas leis. Por conseguinte, se se pode analisar a ordem social maior de acordo com o esquema triplo economia, política e ideologia (EPI), do mesmo modo o poder seu subsistema, o complexo urbano. Por isso, a legitimação da análise de Castells depende totalmente da aceitação da validade da afirmação de que o “urbano” constitui um “subsistema” único. Tal afirmação, porém, não possui base material” (GOTTDIENER, 1997, p. 119).

denomina de sistema urbano, que ele especifica, depois, por uma análise formal adicional, constituída de elementos e instâncias dominadoras [...]” (GOTTDIENER, 1997, p. 123).

Contudo, para Lefebvre<sup>19</sup>, de acordo com Gottdiener (1997, p. 127), o aspecto teórico de maior relevância é a natureza multifacetada do espaço. O conceito de espaço “não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais”. Lefebvre empreende uma noção de espaço de maior complexidade, que vai além da concepção de espaço como receptáculo. É ao mesmo tempo o local da ação, da possibilidade do engajamento social, é objeto de consumo, instrumento político. Nas palavras de Gottdiener (1997, p. 127):

O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social). Essa ideia é fundamental para a noção de práxis de Lefebvre, que apresenta vantagens com relação a outras atitudes marxistas frente à luta política. Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.

Lefebvre destaca e enaltece a existência o espaço em dimensão social<sup>20</sup>. O autor argumenta que o espaço social é proveniente dos efeitos das sociedades sobre a primeira natureza, resulta de seus modos de produção. O espaço social é construído por decorrência das relações sociais de produção, que instituem ações específicas no âmbito das instituições públicas e privadas, que se dão pela movimentação cotidiana de sujeitos diversos ao longo da história. Assim, dessas ações nascem *espaços específicos*, suscetíveis de mudanças em *tempos históricos* também específicos. Nas palavras esclarecedoras do autor:

---

<sup>19</sup> Gottdiener (1997, p. 126) elucida o desenvolvimento da teoria lefebrevana: “Para Lefebvre, a transformação da sociedade moderna em sociedade humanista deve ocorrer na forma de uma “revolução urbana” – na forma de uma revolução do design espacial organizado em torno da vida cotidiana desalienada –, além da transformação econômica exigida pela maioria dos marxistas. No pensamento de Lefebvre, portanto, a “práxis espacial” é elevada a uma atividade radical ao lado de esforços para reorganizar as relações sociais, e ele sustenta tal perspectiva com uma teoria marxista do espaço (tais afirmações não podem ter sentido de outro modo)”.

<sup>20</sup> “Mas, de que forma se abarca esse espaço social? Como na maioria das teorias contemporâneas sobre o espaço, Lefebvre avança a partir de um conceito relacional de espaço e tempo. O *espaço* representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. *Tempo*, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. *Sociedade* aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas” (SCHMID, 2012, p. 91).

De onde o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fatos de “cultura”, mas como produtos. O que acarretava uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias (LEFEBVRE, 2006, p. 05).

O espaço, de acordo com esta concepção, não pode ser reduzido aos três domínios: produção, consumo e troca. De acordo com Lefebvre, as atividades e a localização, quando em consonância com o espaço social, constitui um quarto domínio de relações sociais: a produção de riqueza ou mais-valia do espaço. Godoy (2008, p. 126), explica a teoria desenvolvida por Lefebvre:

A concepção de Lefebvre sobre a ‘produção do espaço’ não implica numa leitura ortodoxa da produção-circulação-consumo, ou mesmo da espacialização do valor. O conceito possui um sentido histórico e sócio-cultural por conter uma dimensão temporal, subsumindo a historicidade do conceito de trabalho e uma dimensão espacial definida no momento da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato<sup>21</sup>.

Nesta perspectiva, o espaço é um dos elementos da força de produção, principalmente, por meio do que Lefebvre chama de “forma” ou *design*<sup>22</sup>. “A economia política tradicional apenas reconhece a importância da terra como meio de produção ao lado da importância do capital e do trabalho”. Porém, para Lefebvre, “o *design* espacial é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade – que, juntamente com a tecnologia, o

---

<sup>21</sup> Para compreensão: “Para Marx, a atividade produtiva apresenta-se, de maneira geral, como sendo homogênea, porém, devem-se fazer distinções conceituais que são decisivas para a compreensão do seu pensamento. Antunes (1995, p. 76) ressalta que, se “de um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de coisas socialmente úteis e necessárias”. Tem-se, igualmente, o “dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata”. A análise esboçada até aqui auxilia, em parte, a interpretação e a compreensão da problemática conceitual do Trabalho. Deve-se buscar, sobretudo na obra original de Marx, os fundamentos de tal problemática. Para ampliar a compreensão da categoria Trabalho o autor de O Capital procura esclarecer, inicialmente, os conceitos de mercadoria, trabalho abstrato, trabalho concreto, valor de uso e valor de troca. Marx explicita, no início de seus estudos que a mercadoria, configuração específica do movimento do capital, aparece-lhe como duas coisas: como valor de uso e valor de troca, e que, mais tarde, verificou-se que o trabalho comporta duplo sentido, pois quando se expressa como valor de troca não agrega mais as mesmas particularidades que lhe pertenciam como gerador de valor de uso. Desse modo, referindo-se à mercadoria, o que faz uma determinada coisa possuir um valor de uso é a sua utilidade; o trabalho útil, dessa forma, é aquele cuja utilidade se patenteia no valor de uso do seu produto ou cujo produto é um valor de uso. Sob esse ângulo de interpretação, o Trabalho sempre estará associado ao seu efeito útil; Neste sentido, o Trabalho que produz valores de uso é de natureza qualitativa, portanto, com características específicas. Este tipo de trabalho Marx denomina de trabalho concreto” (GODOY, 2008, p. 127).

<sup>22</sup> Gottdiener (1997, p. 129) explica a importância da forma e design do espaço para Lefebvre: “Assim, o próprio design espacial pode ser convertido em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores da cidade e turistas conheceram por um tempo. Desse modo, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, numa maneira dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território”.

conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para o nosso “potencial de produção”” (GOTTDIENER, 1997, p. 128).

[...] o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também um produto dessas mesmas relações. Essa propriedade torna o *design* espacial diferente de qualquer outro fator social ou mercadoria [...]. Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como *objeto* de consumo. Isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido através da recreação, ou pela realocação dos negócios devido a atratividades naturais (GOTTDIENER, 1997, p. 129).

Christian Schmid apoiado na teoria de Produção do Espaço de Lefebvre<sup>23</sup> (2012, p. 3) explica que o “espaço (social) é um produto (social). Para entender esta tese fundamental, é necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em ‘si mesma’”. Schmid esclarece:

Contra tal visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de *produção do espaço*, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social - do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido (SCHMID, 2012, p. 3).

Embora, Lefebvre, considere que haja uma “produção do espaço”, – o espaço como ‘produto’<sup>24</sup> não se refere a uma conjunção de objetos e coisas, mas é proveniente e resultado das interações que ocorrem no espaço. “Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos” (LEFEBVRE, 2006, p. 5). O autor explica que,

Não designando um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. [...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. (LEFEBVRE, 2006, p. 7)

<sup>23</sup> Contra tal visão, Lefebvre, utilizando-se do conceito de *produção do espaço*, propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social - do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido. (SCHMID, 2012, p. 3)

<sup>24</sup> “A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” insignificantes, saindo das mãos ou das máquinas, mas como os aspectos principais da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a “primeira natureza”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias”. (LEFEBVRE, 2006, p. 5)

Smith (1989) explica que a noção de “Produção do Espaço” não é nova. Mas foi Lefebvre quem desenvolveu a ideia de que há a produção das relações sociais, além da produção realizada pelo processo produtivo. De modo que, a produção não está circunscrita somente à fábrica, tampouco na sociedade como um todo, mas no espaço como um todo:

O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção, e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz ele, "constitui o processo central e oculto" da sociedade capitalista, e este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, "mas no espaço como um todo"; "o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza". As relações espaciais são geradas "logicamente", mas tornam-se "dialeticizadas através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço "dialeticizado" e de conflito... que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições." (SMITH, 1989, p. 139)

Sobre a noção de “produção” do espaço desenvolvida por Lefebvre, Carlos (2011) explica que há de um lado a produção de objetos, produtos e mercadorias. E de outro lado a produção do espaço como condição da reprodução das relações sociais. Isto é, produzindo um mundo que é objetivo (real e concreto), ao mesmo tempo em que estabelece noções de subjetivação no/sobre o espaço<sup>25</sup>:

Lefebvre, em vários momentos de sua longa obra, insiste na dupla determinação da noção de produção: de um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo de produção gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço como condição da reprodução da vida social. Aqui, a prática sócio-espacial aponta para essa objetividade. De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação. Mas, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo (real e concreto), produz igualmente uma consciência sobre si – assim ele se produz no processo, como humano, consciência, desejos; um mundo de determinações e possibilidades capaz de metamorfosear a realidade (como possibilidade de realização do negativo) (CARLOS, 2011, p.56).

Assim, a ideia de produção é transformada no decorrer da história. “A produção *lato sensu* diz respeito ao processo de produção do humano – na tradição hegeliana, aponta-se a produção do ser como ser genérico [...]”. Já a “noção de produção *stricto sensu* refere-se, exclusivamente, ao processo de produção de objetos” (CARLOS, 2011, p. 56). Ainda que este último não se realize somente dentro do processo produtivo, – na produção e circulação de

<sup>25</sup> Godoy (2008, p. 126) também explica a dupla acepção de “produção” desenvolvida por Lefebvre (1973): “Na análise da problemática da ‘produção do espaço’, Lefebvre (1973, p. 78) levanta as seguintes questões: “quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?” As respostas devem levar em consideração, segundo o autor, que o conceito de produção não possui um único sentido, isto é, há uma dupla determinação e, por tanto, sentidos diferenciados quanto ao valor explicativo. Pode-se dizer que existe um sentido estrito e um sentido geral, mais amplo. [...] O sentido do conceito não faz referência somente à produção material *stricto sensu*, mas define-se a partir das relações envolvidas no processo produtivo como um todo, bem como, as instituições responsáveis pela reprodução dessas mesmas relações, a saber: o direito, a família, o sistema jurídico, o Estado e etc. A produção refere-se também, de acordo com o autor, à produção de fatos, de acontecimentos históricos, de conflitos e de guerras.

objetos e mercadorias –, mas, realize-se também por meio da produção das relações sociais, que de certa forma, em uma dimensão ampla e complexa, extrapola os limites das fábricas e tomam a sociedade em sua totalidade de processos. Lefebvre, então, esclarece este pensamento:

Cada um sabe do que se trata quando se fala de uma “peça” num apartamento, da “esquina” da rua, da “praça”, do mercado, do “centro” comercial ou cultural, de um “lugar” público etc. Essas palavras do discurso cotidiano discernem, sem os isolar, espaços e descrevem um espaço social. Elas correspondem a um uso desse espaço, portanto, a uma prática espacial que elas designam e compõem. Esses termos se encadeiam seguindo uma certa ordem. Não seria preciso, de início, inventariá-los, depois procurar qual paradigma lhes confere uma significação e segundo qual sintaxe eles se organizam? (LEFEBVRE, 2006, p. 36)

“Logo, o processo de produção abrange o espectro mais amplo, aquele da produção de relações sociais, de uma cultura, de uma ideologia e de um conhecimento” (CARLOS, 2011, p. 56). Nas palavras de Lefebvre (1973, p. 79-80) *apud* Godoy (2008, p. 125):

[...] a dupla acepção do termo decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos.

Diante desta perspectiva, Godoy (2008) explica que para Lefebvre o sentido de “produção” relaciona-se para além do sentido econômico do termo, mas, traz o conteúdo de toda a filosofia: a produção de coisas, obras, ideias, ideologias, a consciência e o conhecimento e até mesmo ilusões e verdades. “Porém, diz o autor, “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida”.<sup>26</sup>” De modo que, “a ‘produção’ misturada à atividade material e ao mercado de trabalho constitui a linguagem da vida real (LEFEBVRE, 2001)” (GODOY, 2008, p. 126).

Carlos (2011, p. 56) esclarece que em um sentido mais profundo,

[...] a produção de relações mais abrangentes, e no plano espacial, significa neste contexto, o que se passa fora do âmbito específico da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de incorporá-lo), para estender-se ao plano do habitar, do lazer e da vida privada, expandindo sua exploração pela incorporação

<sup>26</sup>Segundo (Carlos, 1994) na discussão do espaço enquanto produto histórico e social torna-se indispensável analisar os processos de produção e reprodução. A produção se refere ao processo em si. Reproduzir considera a acumulação do capital por meio de sua reprodução, possibilitando apreender a divisão do trabalho em seu movimento. “A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que, antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução, que se constrói a partir de peculiaridades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se produz)” (CARLOS, 1994, p. 34).

de espaços cada vez mais amplos. Assim, se o espaço é condição para a realização do processo produtivo, unindo os atos de distribuição, troca e consumo de mercadorias, ele se produz como materialidade – como, por exemplo, infraestrutura viária, rede de água, luz e esgoto etc. Todavia, o espaço guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade em seu sentido mais amplo, a realização da vida para além de sua sobrevivência.

Desta maneira, o espaço, em sua condição material, é condição para a realização do processo produtivo. Isto é, no que concernem as atividades de distribuição, troca e consumo de mercadorias. Assim, é preciso considerar, contudo, que o espaço mercadoria, para realização do processo produtivo, é convertido em produto: passível de ser trocado, loteado, vendido e comprado. Lefebvre esclarece:

Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de globalidade (não de “totalidade”) que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que justamente o espaço e o tempo produzidos, mas “loteados”, são trocados, são vendidos, são comprados, como “coisas” e objetos!) (LEFEBVRE, 2006, p. 5)

Assim sendo, segundo esta perspectiva, “[...] o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso” (LEFEBVRE, 2006, p. 8). A “produção do espaço”, para Lefebvre, consiste na ideia de que:

O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. [...] O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais).

Diante disso, Carlos (2011) esclarece que a reprodução do espaço depende, em perspectiva histórica, de um conjunto de condições para a sua realização. Na contemporaneidade, produzem-se por meio do modo de produção capitalista. De modo que, a valorização do espaço e a acumulação de capital são a finalidade e objetivo primordial da interação contraditória entre as classes sociais, cujos interesses se unem e se diferenciam<sup>27</sup>. “Nessa direção, abre-se como possibilidade analítica o desvendamento da realidade em constituição, iluminando o plano da análise do cotidiano como lugar da reprodução contraditória da vida” (CARLOS, 2011, p. 56). Para Lefebvre, então:

<sup>27</sup> Barrios (1979, p. 5) esclarece este processo: “No sistema capitalista, em particular, a reprodução dos grupos dominantes estará centrada em torno da acumulação de capital. O sistema produtivo estabelecido, a tecnologia desenvolvida e as adaptações ambientais realizadas responderão, por conseguinte, aos fins assinalados. Não obstante, as classes dominadas, em seu intento de sobrepor-se às limitações materiais que para elas decorrem da racionalidade imperante, tratam também de intervir, na medida de suas possibilidades, no meio que as circunda. O espaço modificado surge então não como resultado natural da evolução sociocultural da humanidade, mas como produto intencional e não-intencional de uma ordem estabelecida”.

E isso não é tudo. Longe disso. Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se se quiser exprimir assim. Portanto, há uma história do espaço. (Como do tempo, dos corpos, da sexualidade etc.). História ainda por escrever. (LEFEBVRE, 2006, p. 9)<sup>28</sup>

Neste sentido, retomando a discussão que deu início a este capítulo, a Geografia, de acordo com Carlos (2011, p. 59), supera a sua objetividade pura quando analisa o conceito de espaço a partir da “produção social”, deixando de observar os processos somente a partir da localização geográfica. “É assim que a simples constatação da localização das coisas no espaço passa-se à descoberta da “organização do espaço” pelos grupos humanos e, desta elaboração, para a ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço”. O método dialético, como caminho de pesquisa, permitiu, no desenvolvimento desta pesquisa (principalmente as análises contidas nos Capítulos II e III), compreender o espaço mercadoria, dentro do modo de produção capitalista, como consequência de sua produção social. Lefebvre vai dizer que o capitalismo se compõe de muitos elementos e que poucos admitem a sua influência na produção do espaço, cuja abrangência hegemônica reverbera na divisão do trabalho do mundo todo:

Hoje em dia poucas pessoas recusariam admitir “a influência” de capitais e do capitalismo nas questões práticas concernentes ao espaço, da construção de imóveis à repartição de investimentos e à divisão do trabalho no planeta inteiro. Porém, o que entendem por “capitalismo” e por “influência”? Para uns, representam “o dinheiro” e suas capacidades de intervenção, ou a troca comercial, a mercadoria e sua generalidade, posto que “tudo” se compra e se vende. Para outros, representam mais nitidamente os atores dos dramas: “sociedades” nacionais e multinacionais, bancos, promotores, autoridades. Cada agente suscetível de intervir teria sua “influência”. Assim, coloca-se entre parênteses ao mesmo tempo a unidade do capitalismo e sua diversidade, portanto, suas contradições. Faz-se tanto uma simples soma de atividades separadas, quanto um sistema constituído e fechado, coerente porque é duro e pelo único fato de que ele dura. Ora, o capitalismo se compõe de muitos elementos. (LEFEBVRE, 2006, p. 28)

A produção, no sistema capitalista, é incorporada às práticas sociais e às formas espaciais. As atividades desenvolvidas pelos homens são redefinidas no processo de valorização do capital, pois, quando o espaço é revertido em mercadoria, a lógica capitalista transforma o espaço de uso (fundamental à realização da vida), em espaço de troca. “A

---

<sup>28</sup> Na concepção de Carlos (2011, p. 57): “O central na obra é a ideia de que, num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. A partir desse momento, o espaço ganha, para o autor, outro significado, posto que vai aparecer como condição para reprodução ampliada do capital, assegurada pelo Estado (que produz um espaço controlado). Em seu desenvolvimento, o capitalismo produziu, nessa argumentação, o espaço da mundialidade através de relações novas de reprodução e dominação”.

produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria” (CARLOS, 2011, p. 60).

Neste período da História, a produção do espaço incorpora uma nova contradição: embora a produção do espaço se realize socialmente, a sua apropriação é privada. O acesso aos lugares que condicionam e respaldam a realização da vida, – produzidos socialmente –, sob mediação do mercado imobiliário são tomados privativamente. Assim, estabelecem uma condição em que vigora a sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso<sup>29</sup>. Carlos (2011, p. 60-61) desenvolve esta ideia:

A ironia do momento em que vivemos é que o abandono do debate sobre a “produção do espaço” no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo da mercadoria, isto é, a expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que transforma a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado. Por essa intermediação, a produção da cidade ganha uma nova perspectiva e as estratégias dos empreendedores imobiliários, dos bancos e do Estado orientam suas estratégias de acumulação na produção da mercadoria-espaço. Generaliza-se, assim, a produção do espaço na determinação do “mundo da mercadoria”. Trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É quando a propriedade privada invade-a de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática sócio-espacial limitada pela norma, como maneira legítima de garantir acessos diferenciados. Portanto, trata-se do momento histórico em que a existência generalizada da propriedade privada reorienta e reorganiza o lugar.

Do ponto de vista da Geografia, Carlos (2011) entende que poderíamos afirmar que a ideia de “produção” está vinculada a concepção de produção do homem. Ou seja, a (re) produção da vida em sua multiplicidade de processos. Ainda, a análise da produção do espaço tem condições de indicar os contornos dos movimentos da reprodução em uma perspectiva analítica mais ampla, – em uma totalidade, – não se restringindo a compreensão do plano econômico, mas expandindo o entendimento da sociedade em movimento, o que, segundo a autora, transforma os termos dos estudos sobre o espaço. De maneira esclarecedora, Carlos (2011, p. 62), explica:

Desse modo, a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da produção material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada. Essa produção distingue-se das outras em seu significado e apresenta novas implicações. Se ela tem por conteúdo as relações sociais, tem também uma localização no espaço. Dessa forma, há produção do espaço e reprodução das atividades no espaço, portanto, as

---

<sup>29</sup> Com a palavra, Carlos (2011, p. 61): “Assim, o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade como valor de troca, destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades de reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. É nesse processo que o valor de troca ganha uma amplitude profunda – o que pode ser constatado pela produção dos simulacros espaciais como decorrência de revitalizações urbanas, ou pelas exigências do desenvolvimento do turismo [...]”.

atividades humanas se localizam diferencialmente no espaço, criando uma morfologia.

Com essas referências, é possível pensar que a produção do espaço urbano em cidades de portes diferentes guarda características comuns a todas as cidades modernas, mas também guarda particularidades relativas às interações próprias da história das regiões e das localidades particulares. Como este estudo objetiva analisar a produção do espaço urbano em cidades pequenas, logo de início é necessário evidenciar que não é possível compreender a cidade de Frutal enquanto materialidade e o seu modo de vida urbano sem apreender suas diversas formas de ocupação do espaço. A partir dessas premissas, a hipótese central suscitada neste estudo é a de que a produção do espaço nas cidades pequenas apresenta características dos padrões dominantes de urbanização da sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, também apresenta particularidades que devem ser desveladas por estudos como o aqui proposto.

## 1.2 Quem produz a cidade? Uma análise dos principais agentes envolvidos.

O urbano é um conceito que se caracteriza como um modo de vida, que atinge tanto a cidade, quanto o campo.<sup>30</sup> Mas não como realidade pronta e acabada, visto que está em constante produção. No espaço urbano estão as transformações territoriais, sociais e políticas, bem como a difusão de fluxos materiais e imateriais. A cidade é a sede político-administrativa do município. É forma espacial e é o lugar de concentração da produção, circulação e consumo de bens e serviços. As cidades correspondem às áreas urbanas dos municípios, difundem o urbano, são o centro de manifestações sociais e políticas.

O município, por definição, abarca o espaço urbano e o espaço rural: “nos limites administrativos dos Municípios, através de legislação específica, são delimitadas leis de zoneamento, áreas urbanas e rurais, de expansão urbana, de uso especial, áreas de preservação, etc” (RODRIGUES, 2004, p. 10). É o espaço político, onde se discutem as leis gerais de convivência e cooperação, competições e conflitos, política e os mais variados exercícios do poder, manifestos não apenas fisicamente, mas social e politicamente construídos<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup>“As atividades urbanas extrapolam os limites das cidades, como é possível verificar, em especial, no agronegócio e nas atividades turísticas” (RODRIGUES, 2004, p. 05)

<sup>31</sup> Para clarificar as diferenças conceituais ente **urbano, cidade e município**: “O **urbano**, resultado do processo de urbanização, caracteriza-se como modo de vida que atinge tanto as áreas rurais como as urbanas [...]. O **urbano** deve ser entendido não como uma realidade acabada, mas como um horizonte de transformações

Sendo assim, com o intuito de articular o movimento de passagem analítico da “Produção do Espaço” a “Produção da Cidade”, Carlos (2011) explica que o principal desafio consiste em elaborar conhecimentos que deem conta de analisar a cidade em uma perspectiva espacial. Para a autora há a necessidade de se construir teorias e análises sobre a prática sócio-espacial<sup>32</sup> urbana. Isto é, cujo objetivo último consiste em “[...] desvendar a realidade urbana em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana na cidade” (CARLOS, 2011, p. 67).

Esta perspectiva possibilita apreender o processo de reprodução do espaço em dimensões múltiplas. Sendo que, para Carlos (2011, p. 67) “[...] se coloca como fundamental pensar o conceito de *reprodução social do espaço urbano*, capaz de iluminar a armadilha da redução do sentido da cidade àquele de condição da reprodução do poder ou do capital [...]”, desconsiderando a construção do cotidiano realizada pelos cidadãos e as contradições que se instalam, entre agentes diversos, pela disputa de apropriação do espaço.

Os agentes que interferem e participam da prática sócio-espacial de modo objetivo e também subjetivo são o Estado, o capital e os sujeitos sociais. Carlos (2011) esclarece que o Estado é aquele que possui os meios de controle político. O capital articula estratégias reprodução continuada, de modo que suas frações – industrial, comercial e financeiro – articulam-se a outros setores da economia, como o mercado imobiliário, por exemplo. Os sujeitos sociais, por meio da realização da vida humana, tem o espaço como condição, meio e produto de sua atuação, tal qual reproduzem a vida cotidiana com suas necessidades e desejos. Nas palavras de Carlos (2011, p. 64):

---

territoriais, sociais, políticas e econômicas, considerando que se trata de um modo de vida da atualidade. A **cidade** deve ser compreendida como forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação, consumo de bens e serviços”(RODRIGUES, 2004, p.6) O **município**, por sua vez, abarca o espaço urbano e o espaço rural: “nos limites administrativos dos Municípios, através de legislação específica, são delimitadas leis de zoneamento, áreas urbanas e rurais, de expansão urbana, de uso especial, áreas de preservação, etc (RODRIGUES, 2004, p.10) .

<sup>32</sup> Souza (2008) explica que há diferenças fundamentais entre os termos socioespacial e sócio-espacial. Considerando o citado pelo autor, optamos pela terminologia sócio-espacial em função de retratar o proposto por esta dissertação, pois, segundo Souza (2008, p. 160), a terminologia sócio-espacial faz referência simultaneamente: às “[...] relações sociais e ao espaço (social), como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes [...]”. Já o termo socioespacial está relacionado: “somente ao espaço social, que é um produto (enquanto substrato espacial material, território, “lugar” etc.) das relações sociais (trabalho/economia, poder/política, simbolismo/cultura) e, ao mesmo tempo, parte integrante da totalidade social concreta ou sociedade concreta (a qual compreende as relações sociais e o espaço). Quando dizemos, por exemplo, “a estrutura socioespacial preconizada no plano-piloto de Brasília” ou “a interpenetração dos espaços urbano e rural prevista pelo modelo de organização socioespacial das garden cities de Ebenezer Howard”, deseja-se fazer referência direta apenas ao espaço social (ou a algumas de suas características, retratáveis por meio de um mapa ou de um modelo gráfico), e não necessariamente à totalidade social concreta formada pelo espaço e pelas relações sociais que o produziram e animam. Nesses casos é justificável e, mais que isso, é recomendável a ausência do hífen”.

A noção de “produção do espaço”, como vimos, importa conteúdos e determinações, obriga-nos a considerar os vários níveis de realidade como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade em sua complexidade. Obriga-nos a considerar o sujeito da ação: o Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações de capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Esses níveis correspondem àqueles da prática sócio-espacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade, do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente, em suas contradições.

Para Roberto L. Corrêa (1989, p. 11) o espaço urbano capitalista, que é fragmentado e articulado, é também um condicionante social e um campo de disputas, “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. Este autor esclarece que a ação dos agentes produtores do espaço é complexa e deriva do resultado e movimento da dinâmica de acumulação do capital, assim como, das necessidades da reprodução das relações de produção, das contradições e conflitos que dela derivam.

Para este estudo importa compreender de que maneira a complexidade destes agentes influenciam e participam das práticas sócio-espaciais e, que em um movimento dialético, levam a uma constante reprodução da cidade, que:

[...] se faz via incorporação de novas áreas do espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. É preciso considerar, entretanto que, a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado. A desigualdade sócio-espacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologias (CORRÊA, 1989, p.11/12).

Corrêa (1989, p. 12), então, questiona: “Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? Que estratégias e ações concretas desempenham no processo de fazer e refazer a cidade?” Para isso, o autor esclarece que os agentes são os seguintes: os proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos socialmente excluídos<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Na concepção de Corrêa (1989, p. 12/13), torna-se necessário esclarecer: “Em primeiro lugar, a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. Em segundo lugar, convém apontar que, ainda que possa haver diferenciações nas estratégias dos três primeiros agentes, bem como conflitos

Sobre os proprietários dos meios de produção, Corrêa (1989) explica que os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, também, em razão de sua amplitude, grandes e importantes consumidoras do espaço. “Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população, etc.” (CORRÊA, 1989, p. 13). Sendo assim, para este agente o espaço urbano tem função dupla: o de suporte territorial físico e o de expressar os diferentes requisitos locacionais pertinentes às suas atividades. Porém,

[...] as relações entre os proprietários dos meios de produção e a terra urbana são mais complexas. A especulação fundiária, geradora do aumento do preço da terra, tem duplo efeito sobre as suas atividades. De um lado opera os custos de expansão na medida em que esta pressupõe terrenos amplos e baratos. De outro, o aumento do preço dos imóveis, resultante do aumento do preço da terra, atinge os salários da força de trabalho: gera-se assim uma pressão dos trabalhadores visando salários mais elevados, os quais incidirão sobre a taxa de lucro das grandes empresas, reduzindo-a (CORRÊA, 1989, p. 13/14)<sup>34</sup>.

Os proprietários fundiários, por sua vez, se interessam em obter a maior renda fundiária de suas propriedades. O uso deve ser o maior e o mais rentável possível, principalmente no que se refere à utilização comercial e residencial de “status” (CORRÊA, 1989). Estes agentes estão interessados, primordialmente, na conversão da terra rural em terra urbana, pois, quando ocorre a expansão dos limites da área urbana, a terra urbana é mais valorizada do que as terras rurais. Segundo, Corrêa (1989), os proprietários fundiários estão interessados no valor de troca da terra, e não no valor de uso. É importante observar, contudo,

---

entre eles, há entretanto denominadores comuns que os unem: um deles é a apropriação da renda da terra. Por outro lado, a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade de processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado. Para isto o espaço urbano constitui-se, como aponta Lefebvre (1976), em instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos acima indicados, em grande parte através da posse e do controle do uso da terra urbana. Em terceiro lugar, é necessário ressaltar que a tipologia apresentada é muito mais de natureza analítica do que efetivamente absoluta. No estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especula, financiam, administram e produzem espaço urbano. [...] Em quarto lugar, é importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação capitalista e dos conflitos de classe [...].”

<sup>34</sup> Corrêa (1989, p. 14) desenvolve este raciocínio e esclarece: “A especulação fundiária não é assim de interesse dos proprietários dos meios de produção. Interessa, no entanto, aos proprietários fundiários: a retenção de terras cria uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, possibilitando-lhes ampliar a renda da terra. Esta prática gera conflito entre proprietários industriais e fundiários. Os conflitos que emergem a ser, em princípio, resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política. A solução desses conflitos se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terra, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho”.

que os agentes produtores do espaço, contraditoriamente, hora beneficiam-se mutuamente, e em outros momentos competem pelo controle e apropriação do espaço. Corrêa (1989, p. 16):

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição de leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários fundiários. Alguns, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente a viária: as cidades brasileiras fornecem vários exemplos dessa prática.

Corrêa (1989) vai dizer que os promotores imobiliários são aqueles que realizam as seguintes práticas:

**Quadro 3:** Operações realizadas pelos promotores imobiliários segundo Corrêa (1989).

<p>1- <b>incorporação</b>, que é a operação chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria.</p> <p>2 - <b>financiamento</b>, ou seja, a partir da formação de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel;</p> <p>3 – <b>estudo técnico</b>, realizado por economistas e arquitetos, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e à luz do código de obras;</p> <p>4 – <b>construção ou produção física do imóvel</b>, que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculadas às firmas construtoras;</p> <p>5 – <b>comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro</b>, agora acrescido de lucros, os corretores, planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação.</p>
--

**Fonte:** Corrêa (1989, p. 19)

**Org.** Veduvoto (2015)

Ainda de acordo com o autor, as operações citadas dão origem a diversos tipos de agentes do setor imobiliário. Ou seja, há o proprietário-construtor do terreno; as firmas que trabalham especificamente como incorporadoras; também as que são especializadas na etapa de construção ou em apenas uma parte do processo produtivo; outras empresas são incorporadoras e construtoras, bem como há aquelas que concentram todas as operações. Há, pois, significativas diferenças entre os promotores imobiliários, “[...] desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora [...]” (CORRÊA, 1989, p. 21). Necessário observar que, também os grandes bancos e o Estado fazem o papel de promotores do setor imobiliário em diversos momentos da produção do espaço.

Nesta perspectiva, sobre os agentes produtores do espaço, Corrêa (1989), cita os “grupos sociais excluídos”, que são aqueles que não têm acesso ou tem acesso restrito aos bens e serviços produzidos socialmente: “É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço [...]” (CORRÊA, 1989, p. 30). Contudo, para os limites desta dissertação, optamos por analisar os agentes sociais em uma perspectiva mais ampla, não apenas no sentido de exclusão descrita pelo autor. São os agentes sociais, que em sua cotidianidade, se reproduzem e produzem o espaço.

Por fim, destacamos, já que se o que se pretende é compreender quais são os mecanismos de “gestão” dos municípios, por meio de políticas públicas, aparelhos estatais ou compromissos políticos, é preciso considerar a atuação do Estado como agência fundamental do processo. Atuante na produção do espaço nas diversas escalas da federação, o Estado tem que ser considerado nos níveis de governo Federal, Estadual e Municipal. Assim:

É preciso considerar que a ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A casa um desses níveis sua atuação muda, assim como o discurso que encobre os interesses dominantes. É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tonam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advém, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais (CORRÊA, 1989, p. 26).

Dessa maneira, Corrêa (2011) considera que a atuação do Estado é complexa e também variável no tempo e no espaço. É, então, o reflexo da dinâmica social do qual é constituinte. Pois, o Estado capitalista atua como grande industrial, grande consumidor do espaço e de localizações específicas, ao mesmo tempo em que atua como proprietário fundiário e promotor imobiliário. Além de ser, sobretudo, um agente regulador do uso e ocupação do espaço. Como exemplo, Corrêa (1989, p. 24) “As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais”. Cita-se também que, “através de órgãos como a COHAB, por outro lado, o Estado torna-se produtor imobiliário”.

Contudo, é por meio da alocação de serviços públicos, como: implantação de sistema viário, calçamentos, sistema de água e esgoto, iluminação pública, parques e praças, sistema de coleta de lixo, entre outros equipamentos e serviços, que o Estado atua de maneira mais contundente e recorrente. Estes serviços são úteis e indispensáveis tanto ao processo produtivo, quanto a população. O Estado capitalista atua também como órgão legislador, – estabelece leis e normas referentes ao uso do solo, normas para o zoneamento urbano e rural,

elabora o código de obras, o plano diretor municipal, dentre outros documentos. “E é decorrente de seu empenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem a população, que o Estado se torna alvo de certas reivindicações [...]” (CORRÊA, 1989, p. 24).

Dentre os instrumentos de poder que o Estado capitalista pode empregar no espaço urbano, Corrêa (1989, p. 25), cita:

a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras; b) regulamentação do uso do solo; c) controle e limitação dos preços de terra; d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar; e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização; f) taxação de terrenos livres, levando a sua utilização mais completa do espaço urbano; g) mobilização de reservar fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço; h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem desmontes, aterros e implantação da infraestrutura; i) organização de mecanismos de créditos e habitação; e j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado deste material.

O campo de atuação do Estado é vasto e complexo e não se realiza ao acaso. Além de não se processar de modo neutro. Não é possível considerar a sua atuação baseada em uma racionalidade que se assenta em princípios de equilíbrio social, espacial e econômico. É, sobretudo, uma instituição marcada pelos conflitos de interesses e disputas pelo poder. “Sua ação é marcada pelos conflitos de interesse e disputas pelo poder” (CORRÊA, 1989, p. 26). Cujos privilégios são destinados àqueles dos segmentos dominantes e que estejam a frente dos aparelhos de controle e poder.

Então, David Harvey (2005, p.79), utilizando-se de uma visão marxista sobre o Estado, reitera que “atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado”. Para o autor, o Estado sempre esteve presente como agente central na sociedade capitalista, assumindo formas e modos de funcionamento que se alteram conforme o amadurecimento do capitalismo. Apoiado na discussão de Engels e Marx (1970) considera que o Estado é originado de uma contradição que resulta dos interesses particulares *versus* os interesses da sociedade. Contudo, de acordo com o autor, o Estado incorpora um papel aparentemente “independente”, para garantir um lugar que se destaque entre as duas esferas citadas de interesses: “para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar indivíduos e grupos [...]” (HARVEY, 2005, p. 80). Engels (1984) descreve o Estado:

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o Poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes (ENGELS, 1984, p. 62)<sup>35</sup>.

Harvey (2005) explica que esta contradição gerada pelo Estado (interesses particulares *versus* demandas da sociedade) é, parcialmente, resolvida por meio de duas estratégias. A primeira delas consiste em expressar os interesses e domínios das classes economicamente dirigentes como sendo legítimas e próprias do Estado, de modo que as ações estatais pareçam independentes e autônomas. Nas palavras do autor:

Os funcionários do Estado, portanto, precisam “se apresentar como órgãos da sociedade, situados *acima* da sociedade [...] Representantes de um poder que aparta a sociedade, obtém prestígio por meio de decretos especiais, que o investem de santidade e inviolabilidade peculiares”. [...] O ato de investir funcionários públicos com essa “autoridade independente” impõe um problema adicional. Temos de explicar como o poder o Estado pode ter toda a aparência e autonomia diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em que expressa unidade do poder de classe dessas classes (conforme POULANTZAS, 1973, p. 281) (HARVEY, 2005, p.81)

A segunda estratégia fundamenta-se em solucionar a contradição que existe entre a ideologia e o Estado, de modo que os interesses de classe são transformados no que se chama de “interesse geral ilusório”. A classe dominante age no sentido de transformar os seus interesses particulares em interesses comuns. As ideias das classes dominantes tornam-se universais, nos dizeres do autor, são “ideias dominantes”. “Provavelmente, esse será o caso que resulta do processo real de dominação de classe” (HARVEY, 2005, p.81).<sup>36</sup>

Ainda na esteira de Engels e Marx (1970), Harvey (2005) explica que, de modo geral, a classe dirigente exerce poder também no que diz respeito à produção e regulação de ideias de sua época. As ideias da classe dominante passam a ser as ideias do momento. Contudo, para que as ideias das classes dominantes sejam aceitas pelas classes dominadas, é necessário que se crie um “interesse comum”. Ou seja, tendem a ser apresentadas como

<sup>35</sup> Cf. ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Disponível em: <http://minhateca.com.br/historiaoffline/Documentos/a+origem+da+fam,127381646.pdf>. Acesso em 20 out. 2015.

<sup>36</sup> “Toda a nova classe que se põe no lugar da classe dirigente anterior fica obrigada, para levar a cabo seu objetivo, a representar seus interesses como o interesse comum de todos os membros da sociedade [...] precisa dar as suas ideias a forma de universalidade, e representá-las como as únicas ideias racionais e universalmente válidas. A classe que promove a revolução aparece desde o início [...] não como uma classe, mas como a representante do conjunto da sociedade” (MARX E ENGELS, 1970, p. 65-6 *APUD* HARVEY, 2005, p.81).

ideologias abstratas e verdades universais. São apresentadas como se fossem ideias que se constroem sozinhas, de forma autônoma, como são as noções de justiça, direito e liberdade. Apresentam-se, pois, como se fossem independentes dos interesses das classes dominantes.

Mais além, Harvey (2005), considera a possibilidade de se criar uma contradição adicional neste processo, porque o relacionamento entre as ideias dominantes e as classes dirigentes, ao estigmatizar ideias como sendo verdades absolutas, permite que o Estado se torne o estigma da própria moral. Harvey (2005, p. 82) mostra que se o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum, o próprio Estado pode se tornar encarnação abstrata do princípio da ‘moral’. Em algum momento, utiliza-se de estratégias do nacionalismo, do patriotismo e até do fascismo como forma de dominação.

No entendimento de Harvey (2005, p. 82), o Estado preenche todos os requisitos necessários para dar continuidade à re (produção) do sistema capitalista<sup>37</sup>. Para o autor, se torna ilusória a concepção de que o Estado expressa os interesses comuns de todos os cidadãos. Em suas palavras,

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito a propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para os propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (MARX E ENGELS, 1970, p. 80). (HARVEY, 2005, p. 82).

Harvey (2005) ainda argumenta que o Estado capitalista não pode ser outra “coisa” além de um instrumento de dominação de classe. É assim que a instituição – “Estado” – se organiza para dar sustentação à relação que se instaura entre o capital e o trabalho. Para ele, se isto fosse diferente, o capitalismo não poderia se sustentar por muito tempo. Assim, o Estado capitalista tem de desempenhar suas funções de modo que os interesses dos capitalistas sejam atendidos. Isto é, as necessidades da produção, circulação e troca de mercadorias devem ser solucionadas por meio das ações do Estado. Além do mais, o Estado, exerce importante papel no que se refere a regulação e exploração do trabalho. Por exemplo, ao legislar sobre o valor do salário mínimo, a quantidade máxima das horas trabalhadas, bem como o piso salarial (de

---

<sup>37</sup>“Podemos começar a desenvolver tal entendimento básico mostrando como o imperativo do Estado em relação à necessidade preenche certas funções básicas se for para o capitalismo se reproduzir como sistema contínuo” (HARVEY, 2005, p. 82).

acordo com as categorias e funções dos trabalhadores). Assim, o Estado acaba por estabelecer os critérios que regem a exploração e acumulação capitalista<sup>38</sup>.

Segundo Buonfiglio (2015), na concepção marxista de Estado, tanto as relações de produção, quanto as relações de reprodução estão situadas, em alguma medida, na esfera econômica. “Para Karl Marx, a sociedade civil estava inserida nessa estrutura, nessa base econômica, de modo que as funções econômicas são relevantes para a estruturação do Estado” (BUONFIGLIO, 2015, p. 54). Contudo, para autores marxistas como, Gramsci e Poulantzas, outras questões são importantes para compreender as instituições políticas. Isto porque, o fato de a acumulação capitalista estar circunscrita a genealogia do Estado capitalista, não permite que apenas as relações de (re)produção do capital – as funções econômicas –, sejam suficientes para explicar as instituições políticas.

Martin Canoy explica que (1988, p. 93) “para Marx e Gramsci, a sociedade civil é o fator chave na compreensão do desenvolvimento capitalista, mas para Marx a sociedade civil é estrutura (relações na produção)”. Já para Gramsci, a sociedade civil está no nível da superestrutura, representantes de um fator positivo e ativo no desenvolvimento histórico da sociedade “[...] é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações toma-se o centro da análise, e não a estrutura” (CARNOY, 1988, p. 93). Buonfiglio (2015) esclarece que Gramsci (1999) introduz a tradição marxista uma visão inovadora em relação ao Estado.

Carlos (2011, p. 64) explica que Lefebvre parte da hipótese que o Estado domina a sociedade inteira. Em um primeiro momento, o crescimento econômico, pois “transforma em instituição todas as organizações e todas as atividades da sociedade, constituindo-se centro das decisões e protegendo o funcionamento dos organismos sociais [...]”, em condição de coloca-los sob sua proteção, que por meio de uma estratégia, “conquistou tudo, dos signos aos lugares, bens, trabalhos, tempos, gostos, necessidades e o cotidiano, impondo-se ao não idêntico e ao não equivalente” (CARLOS, 2011, p. 65). Assim:

Nessa situação, a natureza de intervenção do Estado garante a exploração multiforme e a igualdade na exploração mútua e recíproca, enquanto a lei garante a igualdade e, nesta, a manutenção da desigualdade. A relação economia-política impulsionada pelo Estado se concretiza espacialmente ganhando a dimensão global e encerrando a reprodução nos quadros políticos, isso porque, a partir de certo momento, o Estado assume como tarefa primordial assegurar as condições de reprodução através das relações de dominação (e o que isto implica) (CARLOS, 2011, p. 65).

---

<sup>38</sup> “A separação formal de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário [...] foi idealizada como um sistema de freios e equilíbrios, para impedir a concentração do poder político nas mãos de algum grupo. Tal estrutura assegura que o Estado pode atuar como árbitro efetivo entre os diversos interesses fracionários dentro da classe capitalista [...]” (HARVEY, 2005, p. 87).

De maneira contraditória, porém, em outro momento, as relações sociais revelam um uso do espaço que objetiva a reprodução da vida, isto é, só descobertos quando analisados por meio das práticas espaciais. Carlos (2011), então, explica que a contradição fundante da produção espacial, – produção social e apropriação privada –, desdobra-se na condição entre a produção do espaço voltada às necessidades econômicas e políticas e, sobretudo, a reprodução do espaço como condição, meio e produto da vida em sociedade. Com a palavra, Carlos (2011, p. 65):

No primeiro caso, a reprodução do espaço se orienta pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. No segundo caso, a reprodução da vida prática se realiza na relação contraditória entre o uso dos lugares da realização da vida e os lugares produzidos como valor de troca; contradição esta que está na base dos conflitos em torno da reprodução do espaço.

Para concluir, é necessário considerar que para além dos objetos, a produção do espaço revela um processo que se estabelece no plano do real. Pois, de modo amplo e completo, permite compreender os modelos de comportamento e sistema de valores, bem como as relações que se formalizam e se fixam no espaço entre os agentes da sociedade, que em um determinado momento histórico, produzem um espaço em uma dimensão prática. “Aqui os sujeitos entram em conflito em torno da reprodução do espaço no conjunto da sociedade, na cidade.” (CARLOS, 2011, p. 65). Mais detidamente, neste trabalho, busca-se compreender a produção do espaço em uma cidade pequena, situada no interior de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro: Frutal.

### **1.3 Sobre a produção do espaço urbano em cidades pequenas: do campo à cidade**

No âmbito dos estudos urbanos no Brasil, atualmente, muitas são as pesquisas que elegem as cidades pequenas e médias como ponto de partida de suas análises, principalmente tendo em vista a comparação com estudos que se aprofundam na complexidade da produção do espaço urbano das metrópoles e grandes cidades. De fato, o país conta com um conjunto significativo de cidades pequenas e médias, não situadas em regiões metropolitanas, no interior do país. “Estas localidades abrigam significativa parte da população brasileira e constituem numerosos pontos de suporte territorial por todo país” (ENDLICH, 2009, p. 9)<sup>39</sup>. De acordo com os dados do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), os municípios

---

<sup>39</sup>Cf. ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá, PGE: 2009

pequenos, (com população de até 5.000 a 50.000 habitantes), são a maioria na rede urbana brasileira, conforme se vê na tabela a seguir.

**Tabela 1:** Número de cidades, segundo as classes de tamanho da população.

CLASSES DO TAMANHO DA POPULAÇÃO(HABITANTES)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE		
		TOTAL	URBANA	RURAL
<b>BRASIL</b>	<b>5 561</b>	<b>169 799 170</b>	<b>137 953 959</b>	<b>31 845 211</b>
Até 5. 000	1 382	4 617 749	2 308 128	2 309 621
De 5. 001 até 10. 000	1 308	9 346 280	5 080 633	4 265 647
De 10. 001 até 20. 000	1 384	19 654 828	11 103 602	8 551 226
De 20. 001 até 50. 000	963	28 831 791	19 132 661	9 699 130
De 50. 001 até 100. 000	299	20 786 695	16 898 508	3 888 187
De 100. 001 até 500. 000	194	39 754 874	37 572 942	2 181 932
Mais de 500. 000	31	46 806 953	45 857 485	949 468

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas – DPE.

**Org.:** VEDUVOTO, 2015.

Segundo Fresca (2010), só recentemente os pesquisadores das mais diversas ciências descobriram o estudo sobre as cidades pequenas no Brasil. Isto se deu na década de 1990, quando houve uma profusão de estudos que passaram a analisar o estudo das cidades em rede, a rede urbana brasileira. As cidades pequenas, por participarem da constituição desta rede, foram inseridas nas agendas de pesquisa em Geografia<sup>40</sup>. Até então, pouco se pesquisava sobre a importância e significado (econômico, social e cultural) das cidades pequenas no contexto da urbanização brasileira. Houve a necessidade de se compreender qual a função destas cidades, (dentro das redes urbanas regionais), em um contexto de cidades de nível não metropolitano.

Os estudos sobre cidades pequenas têm sido expandidos, também, em função de uma intensificada reestruturação produtiva, imposta por demandas econômicas novas, que ampliaram a possibilidade de construção de novas centralidades dentro das redes urbanas

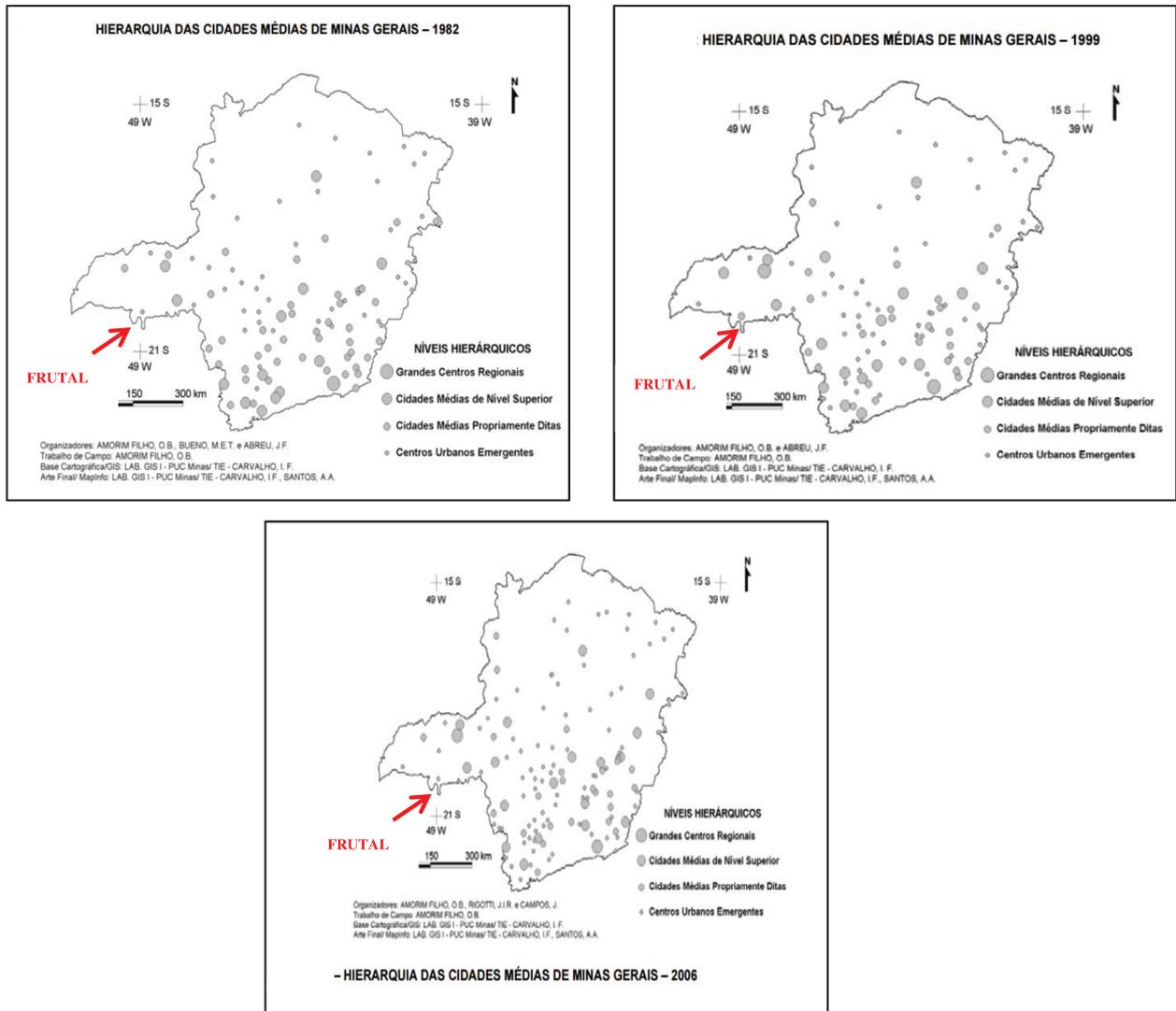
<sup>40</sup> Endlich (2006, p. 31), porém, considera que os trabalhos sobre cidades pequenas em Geografia ainda são incipientes: “Poucos elegem as pequenas cidades como objeto de pesquisa. As iniciativas existentes permaneceram isoladas, o que dificulta um avanço teórico em relação à compreensão destes espaços. Observa-se muito recentemente um maior número de pesquisadores propondo trabalhos, o que ficou registrado no VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Assim, a pesquisa foi construída com base nos elementos considerados anteriormente e o tratamento do tema no âmbito acadêmico, mais especificamente, na Geografia Urbana, buscando o que se diz e o que não se diz, ou o que se entende como lacunas existentes”.

regionais. A intensa reorganização sócio espacial do Brasil, ocorrida a partir da década de 1950 e intensificada da década de 1970 em diante, deu a estas cidades a possibilidade de desempenhar novos papéis. As cidades pequenas, no interior do país, tornaram-se lócus privilegiado para a reprodução e realização do modo de produção capitalista, e permitiu que ocorresse “a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira” (FRESCA, 2010, 75).

Ainda que, é necessário destacar as pesquisas realizadas em Minas Gerais por Amorim Filho (1982, 2002, 2007). O autor realizou intenso estudo de campo sobre as cidades médias mineiras com o objetivo de traçar um panorama e classificar as cidades do estado de Minas. Em estudo específico sobre esta temática, Oswaldo Amorim Filho (1982) estudou 102 cidades médias no estado, das quais as classificou em quatro níveis hierárquicos. De acordo com Amorim Filho, Rigotti e Campos (2007, p. 09), os *Grandes Centros Regionais e as Cidades Médias de Nível Superior*, tratam-se “do limiar superior, que serve para fazer a transição entre as cidades médias de nível superior e as grandes cidades”. As *Cidades Médias Propriamente Ditas* são aqueles que “com características mais intermediárias, quando se trata do tamanho demográfico, da hierarquia e das funções econômicas”. De acordo com as classificações elaboradas pelo autor, os *Centros Urbanos Emergentes* são formados por “por cidades que se encontram na faixa transicional entre as os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais, pequenas cidades e as cidades médias propriamente ditas”.

Interessante observar que na pesquisa feita por Amorim Filho em 1982, Frutal aparece no quarto nível hierárquico representativo: Centros Emergentes. Já na década de 1990, o autor classifica a cidade de Frutal no terceiro nível: Cidades Médias Propriamente Ditas. Em 2006, Frutal volta a ocupar o quarto nível. Amorim Filho (2007) que este movimento não representa que o município teve o crescimento populacional estagnado ou que deixou de se desenvolver, mas que outras cidades elevaram o patamar de desenvolvimento tecnológico, por exemplo, e por conta disso alteraram as bases de classificação.

**Figura 4:** Hierarquia das Cidades Médias em Minas Gerais (1982, 1999, 2006).



**Fonte:** Amorim Filho; Rigotti; Campos, (2007)

As variáveis utilizadas por Amorim Filho sofreram adaptações no que se refere às mudanças relacionadas à globalização de informações e tecnologias. Contudo, quais elementos considerar para classificar uma cidade como sendo pequena<sup>41</sup> no Brasil de 2016? A maior parte dos estudiosos sobre as cidades pequenas, de algum modo, enfrenta este questionamento. Como caracterizar e definir estas cidades? Para Fresca (2010) um dos critérios mais utilizados para estabelecer o recorte entre as cidades pequenas são os dados demográficos. “O IBGE (2008) ao analisar a rede urbana nacional estabelece a existência de

<sup>41</sup> “A palavra pequena é um adjetivo que remete à noção de tamanho, dimensão e, no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes e com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade. Os termos cidades pequena e cidades locais, tem sido utilizados em diversas bibliografias como sinônimos, residindo aí um equívoco”. (FRESCA, 2010, p. 76)

4.473 centros locais, em que a centralidade é exercida predominantemente em seus limites municipais” (FRESCA, 2010, p. 76). Haveria um critério populacional para classificar as cidades pequenas? Quais seriam outros critérios que comporiam esta classificação?

Tânia Fresca (2010), explica que utilizar os dados populacionais como o caminho para definir o tamanho da cidade pode induzir a análise ao erro. Pois, não seria possível, quando se considera somente a variável populacional, compreender quais as especificidades das diversas cidades que compõe a rede urbana brasileira. E, sobretudo, compreender as diferentes inserções e funções de cada núcleo urbano em escala regional. Nas palavras da autora:

Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena (FRESCA, 2010, p. 76).

Os autores Spósito e Jurado da Silva (2013)<sup>42</sup>, em seus estudos relacionados às cidades pequenas, apresentam a discussão realizada por Bell e Jayne (2006):

Porque pequeno é pequeno? E quais métodos de mensuração do tamanho são convenientes? Dada nossa alergia por generalizações, nós decidimos ser contrários a quaisquer requerimentos mínimos ou máximos. Apenas como Thrift (2000) lembramos que ‘um tamanho não ajusta tudo’ nos poucos trabalhos prévios confirmar isto: em estudos dos Estados Unidos, uma cidade pequena é usualmente definida como tendo menos de 50.000 habitantes (Brenan e Hoene, 2003); em estudo de ‘países desenvolvidos’, um pequeno centro urbano pode ser classificado como um que tenha 5.000 a 20.000 habitantes, embora aqui a variação nacional e regional faça-a uma definição insustentável (Hardoy e Satterthwaite1986b) [...]. (BELL; JAYNE, 2006, p. 4 *apud* SPÓSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 31)

Torna-se, pois, tarefa árdua classificar em pequenos, médios e grandes os mais diferentes núcleos urbanos brasileiros. Embora estejam todos sob a lógica do modo de produção capitalista, apresentam características diferentes no que diz respeito à divisão social e territorial do trabalho, bem como aos aspectos culturais e políticos diversos. Especificamente no que se refere à conceituação de cidades pequenas, Maia (2009, p. 7), também acredita que classificar as cidades somente pelo contingente populacional, pelo número de habitantes, pode não dar conta de explicar a diversidade de cidades e assentamentos urbanos. Assim:

---

<sup>42</sup>Cf. SPÓSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

Ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra “pequena” induz-se à análise do tamanho da cidade, que por sua vez conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Cidade pequena que se contraporia à cidade grande. E que por sua vez requer uma medição, uma aferição do tamanho da cidade, mesmo que se quisesse referir à importância da cidade se estaria referindo também a uma grandeza. O tamanho da cidade normalmente é medido através do contingente populacional, ou ainda do número de habitantes. Comumente classificam-se as cidades em pequenas, médias e grandes a partir dos seus contingentes populacionais e para a classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20.000 habitantes. Acima deste montante seria classificada como cidade média e aquelas com mais de 500.000 habitantes seriam consideradas cidades grandes. Este critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto. Realmente não se pode deixar de considerar a contagem populacional quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes há ainda muita discrepância entre estes espaços. (MAIA, 2009, p.7)

Para Moreira Junior (2009), pensar sobre as cidades e o urbano no Brasil pode gerar uma gama diversificada de questionamentos. E, também, respostas diversificadas sobre a mesma temática. Contudo, para este autor, o pontapé inicial na discussão sobre cidades deve, sobretudo, admitir que tais espaços são resultados de processos que variam no tempo e no espaço. Sendo assim, a cidade enquanto construção social, ancorada em uma realidade material, deve ser analisada em um contexto temporal e espacial:

Definir, delimitar ou classificar as cidades de pequeno porte torna-se um grande desafio, pois são diversas, heterogêneas e, nesse sentido, constituem numa dificuldade em proceder a análises que contemplem sua complexidade. Definir não é uma tarefa simples. Por isso, nosso propósito, mais do que apresentar uma definição pronta e acabada de conceitos, consiste em expor algumas considerações gerais que possibilitem discutir e pensar, tanto teórico-conceitualmente como metodologicamente as cidades de modo geral e as cidades pequenas em particular. Ressalta-se que a própria definição de cidade é carregada de discussões e controvérsias, sendo-lhe atribuída diversas conceituações, a partir de diferentes diretrizes. Além do mais, vários fenômenos atrelados à urbanização trazem cada vez mais complexidade às discussões e análises [...] (MOREIRA JÚNIOR, 2009, p. 52).

Neste ponto, convém considerar a discussão elaborada por Fresca (2010, p. 77), quando sugere a existência de diferenças fundamentais entre os conceitos de “cidades locais” e “cidades pequenas”.<sup>43</sup> A autora expõe o pensamento de Milton Santos (1982)<sup>44</sup>: as cidades locais são aquelas de menor escalão entre a rede urbana brasileira. Para classificá-las dentro de uma hierarquia, portanto, leva-se em conta o papel e a centralidade exercida pelos núcleos

<sup>43</sup>“Não se pretende [...] defender a tese de que pequenas cidades sejam sinônimas de cidades locais, mas de refletir e considerar que todas são “cidades pequenas”. Emerge, então, a defesa em atribuir à palavra “cidade” um caráter substantivo, devido sua essência de ser urbano e de possuir uma materialidade passível de ser experimentada, ao mesmo tempo em que recebe o atributo de ser “pequena”, tanto territorial e demograficamente, quanto nos papéis que desempenham” (MOREIRA JÚNIOR, 2014, p. 6).

<sup>44</sup>SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

urbanos. Ou seja, sua importância na distribuição e disponibilização de bens e serviços na rede urbana regional. Sendo assim, Fresca (2010, p. 77), esclarece:

Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico. Assim, as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito frequente, sendo estas denominadas de centros locais. No entanto, tal denominação carrega uma variedade de situações, que acabam igualando situações bastante diversas no contexto da formação social brasileira. Da mesma maneira já não é mais possível utilizar este referencial para análise, cujas críticas muitos já o fizeram.

Santos (1982, p. 71) *apud* Fresca (2010) explica que seria necessário que houvesse uma dimensão mínima “[...] a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária, para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço”. E que contenha um limite mínimo de “[...] complexidade das atividades urbanas capazes de [...] garantir ao mesmo tempo um crescimento autossustentado e um domínio territorial”. Por sua vez, as cidades locais, cuja complexidade produtiva é menor, dariam suporte somente “[...] às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 70 *apud* FRESCA, 2010, p. 77).

Oliveira e Soares (2002), também explicam as ideias desenvolvidas por Santos (1979b)<sup>45</sup>:

[Milton Santos] escolheu o termo “cidades locais” por diversos motivos; segundo o mesmo, quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente, portanto, aceitar um número mínimo, como fizeram diversos países para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é criar uma generalização perigosa. [...] A pequena cidade que SANTOS, (1979b) prefere chamar de cidade local, distingue-se pela sua influência estritamente local, de uma cidade média. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isso através das solicitações da produção, circulação, distribuição e consumo, que, na medida do possível, tem que ser satisfeito localmente. De acordo com o mesmo, numa escala urbana populacional, a cidade local representa o nível inferior; visto que suas atividades estão a serviço da população local e da zona de influência.

---

<sup>45</sup> Jurado da Silva (2011, p. 52) comenta que: “encontram-se esforços para pensar na continuidade dos estudos sobre cidades locais, sobretudo, em Oliveira e Soares (2002). As autoras elencam nove indicadores principais para os estudos desses centros, procurando detalhá-los à luz de preceitos teóricos e de informações extraídas em bases diversas, tendo como universo empírico a realidade mineira”.

Neste sentido, Fresca (2001, p. 28)<sup>46</sup>, questiona qual seria a dimensão mínima que seria utilizada para eleger uma cidade como pequena, visto que há uma grande complexidade de relações e elementos que permitem caracterizar um núcleo urbano como pequeno. Isto porque, “nesta classe de cidades vamos encontrar desde aquelas com limite mínimo da complexidade de atividades urbanas até aquelas donde tal complexidade é bastante acentuada [...]”. As ideias desenvolvidas por, Moreira Júnior (2009), reforçam as concepções apresentadas por Fresca (2001; 2010). Ambos admitem haver diferenças fundamentais entre as cidades de pequeno porte no contexto da rede urbana brasileira:

Pensando estritamente o caso das cidades de pequeno porte, no caso brasileiro, podemos encontrar núcleos urbanos com menos de mil habitantes tal qual cidades com mais de 50 mil que adquirem características de cidades locais na rede urbana. Igualmente pode-se deparar com cidades com cerca de 50 mil habitantes que assumem características de cidade média, como ocorre nas regiões de baixa densidade demográfica. Ou seja, existem enormes dessemelhanças entre cidades pequenas localizadas em áreas metropolitanas e aquelas que se encontram em áreas não metropolitanas, acrescenta-se também as diferenças entre as pequenas cidades antigas e novas, o que revela uma multiplicidade de contextos (MOREIRA JÚNIOR, 2009, p. 53).

Há, portanto, uma quantidade significativa de cidades que – quando considerados somente o “nível mínimo” de atividades produtivas desenvolvidas – excederem os limites classificatórios em função da multiplicidade do que é produzido no urbano. Considerando este elemento, as cidades pequenas, então, se diferenciariam das cidades locais em função de uma maior diversificação do processo produtivo. Contudo, nas palavras de Fresca (2010, p. 77): “[...] isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas”. E assim, “aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais”.

Jurado da Silva (2011, p. 52), também opta pela utilização de “cidades pequenas” em vez de “cidades locais” e justifica:

As ideias de Milton Santos tiveram uma importante contribuição para o enriquecimento do debate das cidades pequenas. Como fez esse autor, optando pela expressão cidade local e lançando o debate das pseudocidades, esse trabalho selecionou, por outro lado, para a discussão a *cidade pequena*, pois é assim que ela é tratada com maior ênfase no âmbito acadêmico e em outros setores da sociedade; visando facilitar a compreensão e o alcance dos resultados da pesquisa. Outra dificuldade é com relação à adoção da terminologia *cidade local*, pois essa pode induzir a pensar que esses centros são apenas locais e não possuem comunicação com outros núcleos, mesmo que isso ocorra, em alguns casos, de maneira

---

<sup>46</sup>Cf. FRESCA, Tânia. Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**, Londrina, vol. 10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

unidirecional quando tratado dos serviços de saúde especializados (em geral, as cidades pequenas partem para centros maiores).<sup>47</sup>

Além de diferenciar cidades locais de cidades pequenas, Fresca (2010) adverte que só é possível caracterizar uma cidade como “pequena”, quando contextualizada com uma rede regional ou região. “É preciso, pois, o entendimento do contexto socioeconômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização como forma de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas” (FRESCA, 2001, p. 28)<sup>48</sup>.

Endlich (2006, p. 86), corrobora com a ideia desenvolvida por Fresca (2006) e reitera que “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos”. Sobre a classificação das cidades e sua interlocução com a rede urbana, Endlich (2006, p. 29), também argumenta que as cidades pequenas não estão isoladas dos processos que dão dinamismo à rede de cidades, mas:

Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. Desta maneira, é preciso observar o que ocorre em diversos núcleos, ou seja, no conjunto da rede urbana brasileira [...].

Porém, sobre as redes urbanas, Spósito (2006) explica que as cidades médias e pequenas ocupavam espaços pretéritos dentro do modo de produção capitalista; hierarquicamente organizadas em redes urbanas. Seus papéis eram pensados em consonância com as cidades grandes e metrópoles, situadas no topo da rede (a montante) e a sua articulação com as cidades pequenas, localizadas na parte inferior da rede urbana (à jusante). Para, Spósito (2006), tornou-se tarefa complexa observar a inserção e as funções desenvolvidas pelas cidades médias no âmbito da rede urbana. Pois, “há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimento de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade”.<sup>49</sup> Como brevemente exposto, esta

---

<sup>47</sup>Cf. JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96711>>.

<sup>48</sup>Além de observar as cidades em rede, Spósito (2006, p. 147), propõe: “o que se apresenta ao intelectual como tarefa não é a inserção de um período na sucessão de tempos históricos ou de um território no conjunto organizado hierarquicamente de territórios mais amplos, mas a apreensão das relações entre um período e outros e entre um território e outros. Em outras palavras, é a articulação entre períodos, adequadamente recortada, que nos permite reconhecer tempos que sejam relevantes, do ponto de vista histórico e, portanto, teórico para a análise do período escolhido para o estudo”.

<sup>49</sup>Em outras palavras, ainda que se considere a manutenção, ainda forte, de relações e fluxos interurbanos de natureza hierárquica, é crescente a presença de relações do tipo complementares ou do tipo competitivas, entre

ampliação das possibilidades e redefinições de funções dos núcleos urbanos, deveu-se, sobretudo aos seguintes aspectos:

A mundialização da economia e o desenvolvimento das telecomunicações ampliaram muito os fluxos que uma cidade pode estabelecer com espaços distantes, e esses fluxos não se desenham, apenas, com cidades maiores ou menores, ao contrário, eles também se estabelecem entre cidades da mesma importância e entre essas e outras cidades constitutivas de outras redes urbanas (SPÓSITO, 2006, p. 148).

Neste mesmo sentido, Corrêa (1999, p. 44)<sup>50</sup>, esclarece que a globalização<sup>51</sup> causa um impacto que grande monta nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Mas, sobretudo, e simultaneamente, no que se refere à organização espacial, “tanto reflete como condiciona aquelas esferas”. Segundo o autor, ainda que desigualmente, a globalização, redefiniu as formas, funções e os agentes sociais, com mudanças de maior ou menor grau, ou, em outros casos, substituindo-as totalmente. “Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros” (CORRÊA, 1999, p.44). Nas palavras deste autor:

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1988), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais [...]. A rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de *criações* urbanas recentes, em relação às quais o Brasil constitui-se em excelente laboratório para estudos, como da *refuncionalização* dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais.

Santos, (1993, p. 51) *apud* Oliveira e Soares (2002, p. 59), explica as mudanças fundamentais que ocorreram nas cidades locais com o advento do processo de globalização:

---

cidades de mesmo nível ou de níveis diferentes no âmbito da mesma rede urbana ou entre redes urbanas diferentes, superando-se a tradição de organização piramidal das redes urbanas [...]” (SPÓSITO, 2006, p. 148).

<sup>50</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana:** uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

<sup>51</sup>É preciso salientar que para Corrêa (1999, p. 43), “a globalização é entendida [...] como a fase superior da espacialidade capitalista que, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, manifesta-se pelo espraiamento do capital produtivo (PALLOIX, 1978) vinculado a poderosas corporações que atuam em escala global. Caracterizam-se as corporações, entre outros aspectos, pela ampla escala de operações, pela diversidade de suas atividades, pela segmentação de suas unidades componente e pelas múltiplas localizações de unidades produtivas direta ou indiretamente controladas (CORRÊA, 1997)”.

Antes eram as cidades dos notáveis; hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz (...) cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

Ainda de acordo com Oliveira e Soares (2002), resguardadas as diferenças estabelecidas entre *cidades locais* e *cidades pequenas*, no período contemporâneo<sup>52</sup>, com crescimento e desenvolvimento das atividades agrícolas, sobretudo, com a expansão das monoculturas de exportação, verifica-se cada vez mais uma interdependência entre a cidade e o campo. As atividades agrícolas, dentro do modo de produção, são cada vez mais servidas pela ciência e a técnica.

### 1.3.1 Cidades pequenas: do rural ao urbano; do campo ao agrícola.

Segundo Moreira Junior (2009), a tradicional dicotomia que se estabelecia entre o que se considerava rural e urbano/ campo e cidade, no período atual, não possui mais as mesmas características. Isto porque, para este autor, cidade e campo mantêm relações indissociáveis, que constituem uma interdependência muito grande entre ambas. O campo não é autônomo em relação à cidade e vice-versa. De modo que a análise espacial não deve ser constituída com base na oposição entre o campo e a cidade, mas, sobretudo, observando a articulação que existe entre o rural e o urbano. Rodrigues (2004), conceitualmente, apresenta formulação semelhante à elaborada por Moreira Junior (2009):

A relação campo/cidade, rural/urbano na atual dinâmica econômica precisa ser relativizada, tendo em vista as diferenças sócio-espaciais das regiões brasileiras. A sociedade rural se recria e se requalifica, traz novos conteúdos [...]. Campo e Cidade, Rural urbano não se caracterizam pela oposição, mas pela complementaridade. [...].

Sobre as cidades pequenas, Moreira Junior (2013, p. 27), explica que algumas características são marcantes na organização da dinâmica destas localidades: “O primeiro é a articulação entre o urbano, o rural e o agrícola. Não raramente, o setor primário possui relevância significativa no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas”. De modo que,

---

<sup>52</sup>Como observa Jurado da Silva (2011, p. 39), os aparatos tecnológicos dinamizaram não só o processo produtivo, mas influenciaram, sobretudo, na disponibilidade de informações da sociedade como um todo: “[...] os correios, telefones, telex e as novas formas de transmissão da informação como a *internet*, telefonia celular, TVs com tecnologias *digital/laser/high definition/3D/holográfica*, comunicação *wi-fi Bluetooth*, etc. dão sustentação a uma moderna arquitetura de telecomunicações que, por sua vez, transportam não somente dados, mas também algo que representa conteúdos diversos, dentre os quais se inserem a categoria do dinheiro e das ordens e, por fim, mensagens da tirania, normas e do controle do capital que se direcionam às cidades em suas diferentes magnitudes”.

“a estrutura dos municípios está ligada essencialmente às atividades agropecuárias, principalmente quando nos referimos às cidades pequenas de regiões não metropolitanas” (MOREIRA JUNIOR, 2013, p. 27).

Neste mesmo sentido, Santos (1993)<sup>53</sup> desenvolve uma teoria de que o território brasileiro estaria, grosseiramente, repartido em dois grandes subtipos: espaços urbanos e espaços agrícolas. Para o autor, o espaço total brasileiro é preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Isto porque, “simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e de “cidades”. Hoje, as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, 1993, p. 65).

Esta situação se aproxima do exposto por Oliveira e Soares (2002), quando explicam que as cidades em que o processo produtivo está situado predominantemente no campo, em função da globalização, tendem a se equipar com técnicas modernas e novas informações, para abastecer as atividades agrícolas, “através dos fluxos dispersos pelas cidades mais equipadas, levando assim, as cidades locais a mudarem seu conteúdo” (OLIVEIRA E SOARES, 2002, p. 58). Santos (2002, p. 44), explica este processo:

A agricultura moderna se realiza por meio dos seus *belts*, *spots*, áreas, mas a sua relação com o mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos [...]. Nessas localidades dá-se uma oferta de informação, imediata e próxima, ligada à atividade agrícola e produzindo uma atividade urbana de fabricação e de serviços que, fruto da produção regional, é largamente “especializada” e, paralelamente, um outro tipo de atividade urbana ligada ao consumo das famílias e da administração. A cidade é um pólo indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isso é, urbano-residentes. Às atividades e profissões tradicionais juntam-se novas ocupações e às burguesias e classes médias tradicionais juntam-se as modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores.<sup>54</sup>

Sobre o processo de globalização, modernização do campo e criação de frentes agrícolas em cidades pequenas, como Oliveira e Soares (2002), Fresca (2010) também vai dizer que modificações de caráter quantitativas e qualitativas vêm ocorrendo no terciário das cidades pequenas. De certa medida, algumas demandas do mercado consumidor são supridas; seja pela implantação de alguns estabelecimentos físicos, e/ou pela grande diversificação de produtos disponíveis via internet:

As pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população. Mas deve-se considerar que estes apresentam outro caráter qualitativo comparativo a outros

<sup>53</sup>Cf. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

<sup>54</sup>Cf. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002

momentos históricos. Em outras palavras, os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangente em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana. Mudanças quantitativas e qualitativas vêm ocorrendo no terciário das pequenas cidades, suprimindo em parte, demandas de seu mercado consumidor, seja pela presença dos estabelecimentos físicos, bem como pelo comércio via internet. Esta última possibilidade de aquisição de bens, articulado à renda dos consumidores, tem provocado muitas modificações nos anteriores esquemas de análise do terciário (FRESCA, 2010, p. 78).

Contudo, Corrêa (2011, p. 8) explica que, embora, o foco de análise seja as transformações socioespaciais que ocorreram nas cidades pequenas, é preciso salientar, que tais mudanças também ocorreram, de modo geral, nas esferas econômica, social e política da sociedade e seu espaço. Além de que, as transformações anunciadas, como já discutido neste texto, dependem, sobretudo, do modo desigual com que se produzem os diferentes contextos regionais. Assim sendo, Roberto Lobato Corrêa (2011, p. 9), esclarece que, do lado rural, estas foram as modificações mais significativas:

i – Industrialização do campo ou um estágio superior à modernização do campo, gerando os complexos agroindustriais (CAI's), que substituíram o antigo complexo rural e outros mais como o do café. A industrialização do campo, afetou não apenas a estrutura fundiária, gerando maior concentração da propriedade rural, mas também as relações de produção, gerando a diminuição do número de pequenos proprietários, rendeiros e meeiros e o aumento do número de assalariados, particularmente aqueles de trabalho temporário. Paralelamente a demanda de bens e serviços foi ampliada, tanto à montante da produção 'strictu sensu' (sementes, adubos, inseticidas, maquinário em geral, assistência técnica, etc.), como à jusante (beneficiamento, embalagens e transformação). Isto estreitou a dependência da agricultura à indústria, da qual aquela tornou-se um braço desta, assim como as relações entre o urbano e o rural, que perde muitas de suas características e é melhor definido como o agrário.<sup>55</sup>

Como apontou Corrêa (2011), outro aspecto se destaca neste contexto: o agronegócio atrai para estas cidades muitos trabalhadores, de outros estados e regiões, com oferta de empregos no setor agrícola: temporários ou permanentes. Santos e Silveira (2001)<sup>56</sup> vão dizer que a população urbana é formada, por um lado, de trabalhadores agrícolas, urbano-residentes<sup>57</sup> e, por outro, por pessoas empenhadas em dar suporte à relação criada entre cidade e campo. Nas palavras de Santos (2002, p. 44):

<sup>55</sup>CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/449/261>. Acesso em 20 mai. de 2014

<sup>56</sup>SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

<sup>57</sup>Damiani (2006, p. 141) também abordará esta questão: “Também se esboroa a distinção rural-urbana, já não somente porque a força de trabalho rural mora nas periferias das cidades –como o bóia-fria–, mas, nas últimas décadas, o meio rural vem ganhando novas funções –agrícolas e não-agrícolas–; “a agropecuária moderna e a

A cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção, cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isso é, urbano-residentes.

Sendo assim, nas cidades pequenas cujo processo produtivo está predominantemente no campo, o espaço urbano congrega características do espaço agrícola, não só relacionadas ao sistema financeiro e a economia, mas, também, em suas paisagens urbanas e na configuração espacial da cidade, “onde muito do que é considerado rural está enraizado no espaço intraurbano (MOREIRA JÚNIOR, 2009, p. 57)”. Torna-se necessário, portanto, o esforço de compreender quais são os fatores externos e internos atuantes da produção do espaço urbano destas cidades, bem como compreender quais os processos que dão origem aos seus contornos morfológicos e, fundamentalmente, a produção social do espaço urbano.

### 1.3.2 Quais são as formas e as estruturas de cidades pequenas?

Qual a forma e a estrutura interna das cidades pequenas? Quais processos são os mais atuantes na produção do espaço urbano destas cidades e de que maneira são articulados com os que acontecem no campo? É possível constatar as permanências em face das transformações que ocorreram nos últimos na estrutura da cidade?

Se o intuito deste trabalho é o de compreender como se dá a produção do espaço urbano em cidades pequenas, isto não poderia deixar de estar vinculado com a morfologia urbana, porque é preciso considerar que na cidade há um conjunto significativo de agentes que produzem e (re)produzem o seu espaço. Transformam, cotidianamente, a forma e a estrutura dos espaços urbanos. Trata-se, pois, de considerar as políticas e projetos de intervenção urbana; considerar a atuação dos agentes públicos, privados e da sociedade (o mercado imobiliário e os processos segregacionistas; a mobilidade urbana, a infraestrutura e a distribuição dos equipamentos e serviços de uso coletivo, etc.). Na visão de Endlich (2011, p.2):

As pequenas cidades são frequentemente associadas a espaços marcados pela tranquilidade, socialmente acolhedores e sem as costumeiras mazelas que marcam a sociedade capitalista. Por isso, ao estudá-las, ainda que às vezes possa ser pertinente destacar seus atributos positivos, é fundamental a atenção às contradições sociais que nelas também podem ser encontradas. Olhar para o território e a morfologia urbana pode contribuir na desmistificação dessas interpretações equivocadas acerca das condições sociais e humanas vivenciadas em tais espaços.

Moreira Junior (2009) explica que, para compreender as permanências e (re)estruturações que ocorrem nas cidades pequenas, é preciso desvendar quais são os processos que compõe a dimensão morfológica destes espaços. A morfologia, então, é o estudo da forma urbana, ou seja, é a representação física da (re)produção da estrutura da cidade, dentro de um período de tempo. Lama (2004, p. 37), esclarece que “o termo “morfologia” utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenómenos que lhes deram origem”.

Sposito (2004, p. 66), *apud* Nascimento (2012, p. 92), também se posiciona no mesmo sentido de Lama (2004). Explica que não basta compreender a morfologia somente como a representação da forma urbana, mas, sobretudo, compreender a gênese e o desenvolvimento dos processos que dão origem a configuração espacial:

[...] o conceito de morfologia urbana não se referiria a uma dada forma urbana (extensão e volume), tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais podemos explicar essa morfologia e não apenas descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente.<sup>58</sup>

Neste sentido, no que concerne à morfologia urbana de cidades pequenas<sup>59</sup>, cujo vínculo entre espaço urbano e espaço rural é proeminente, Moreira Junior (2011, p. 6), constatou que:

A morfologia, portanto, deve ser entendida como resultado da forte articulação entre o modo de vida e os valores rurais e urbanos, os aspectos morfológicos devem considerar as formas assumidas em seu processo de produção, desde aquelas com características tipicamente urbanas – como as edificações, a forma de parcelamento do solo, as vias de transporte, os espaços públicos e privados, entre outros [...]

De modo que, não por acaso, a forma urbana está relacionada à estrutura urbana. “A estrutura da cidade diz respeito à lógica de distribuição e/ou organização do solo no espaço urbano, bem como na articulação desses usos no espaço em um determinado momento” (MOREIRA JUNIOR, 2007, p. 58), ainda que os usos do espaço sejam constantemente alterados com o decorrer do tempo<sup>60</sup>.

<sup>58</sup>SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção da descontinuidade territorial urbana. In: \_O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. p. 127-171 *apud* NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **Múltiplas relações entre a morfologia urbana e os Shopping Centers**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 14, n. 48 Dez/2013.

<sup>59</sup>Quanto à influência das ruralidades, Moreira Junior (2011, p. 6), evidencia, então: “[...] tem um vínculo maior com o modo de vida e valores rurais – como os quintais, os espaços destinados as hortas ou criação de animais –, e as formas de produção agrícola, mesmo tendo que considerá-las de modo mais subjetivo [...] os espaços destinados às novas áreas do saber e pesquisas (como a biotecnologia, por exemplo) e os espaços especializados para atender o campo e suas atividades tal qual aqueles destinados aos serviços de armazenagem de grãos e carnes, entre outros”.

<sup>60</sup>“Portanto, ao falarmos em reestruturação das cidades, estamos nos referindo a uma nova lógica de organização do uso do solo que se sobrepõe, em determinado momento, a outra em vigor até então. A reestruturação da

Por isso, Sposito (2007)<sup>61</sup>, propõe que se observe a articulação de dois conjuntos de dinâmicas e processos distintos entre si, embora, complementares e articulados: o da reestruturação da cidade e o da reestruturação urbana. Isto porque, na concepção de Sposito (2007), é preciso adotar, em primeiro lugar, a lógica da estruturação espacial (que devem ser compreendidas para além das estruturas do espaço) e, então, num segundo momento, compreender as lógicas da morfologia urbana (que deve abarcar mais do que somente as formas espaciais). Com a palavra:

[a] estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana. Assim, procuro articular duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem.

Por diversas razões, as cidades são re(estruturadas). Tanto no âmbito da rede urbana, quanto no que se refere a suas características intraurbanas. Os usos e as funções do espaço urbano são alterados e, com isso, a configuração espacial também se modifica com o decorrer do tempo. Para, Moreira Junior (2009), a principal característica deste processo é a produção desigual do espaço urbano, pois, gera descontinuidades espaciais, resultando em um quadro de desconcentração urbana – um deslocamento centrífugo de pessoas, indústrias e comércios<sup>62</sup>.

As cidades pequenas, por sua vez, têm passado por intensas reestruturações em seus espaços urbanos e rurais. Com a dinamização do mercado imobiliário, construção de grandes conjuntos habitacionais, loteamentos fechados, galerias comerciais, etc., as cidades pequenas, *pari passu* com o experimentado por cidades médias e grandes, têm vivenciado um espraiamento intensificado dos limites do espaço urbano. E também têm criado outras centralidades, em função do deslocamento de parte da população para áreas mais distantes do centro principal, assemelhando-se com o descrito por Moreira Junior (2009), quando explica os

---

cidade é um processo em marcha contínua no espaço urbano, que dá origem, em diferentes momentos, a uma estrutura intraurbana diferente” (MOREIRA JUNIOR, 2009, p. 58).

<sup>61</sup>SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista**. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2007.

<sup>62</sup>Segundo Moreira Junior (2009, p. 58): “As cidades possuem espaços caracterizados por usos diferenciados do solo. Determinadas áreas são ocupadas principalmente por residências, outras por indústrias, outras por comércio e serviços. Toda cidade possui, geralmente, um centro principal no qual se localizam as instituições administrativas públicas, a igreja matriz, o distrito financeiro, o comércio, cinemas, teatros, entre outros. O centro principal, destaca Singer (1980), possui, em alto grau, todos os serviços urbanos, sendo que esses serviços se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância aumenta [...]”.

processos de descontinuidades espaciais e desconcentração urbana na reestruturação das cidades.

#### 1.4 Estratégias de produção do urbano: o planejamento e a gestão

A cidade é o espaço social em que se realiza o contato, organização, relações entre os homens, as trocas, sociabilidades, construções afetivas, dentre outras necessidades. É também produto das relações conturbadas, controversas e contraditórias. É onde se materializam as desigualdades e diferenciações socioespaciais. É, sobretudo, o espaço de diversidades e tensões, onde coabitam os interesses dos agentes do processo produtivo, do Estado e da população. Ao Estado, porém, cabe a definição de políticas de intervenção urbana que promovam a “melhor” utilização do espaço da cidade. Na concepção de Melo et. al (2008, p. 01):

O processo de industrialização no Brasil provoca um crescimento acelerado e desorganizado dos centros urbanos. É nesse período que surge uma grande quantidade de novas áreas urbanas, destacando para um crescimento sem considerar medidas de planejamento e organização do território. Diante dessas intensas transformações no meio sócio-econômico e espacial, têm-se o Planejamento Urbano como um importante instrumento de regulação e ordenamento do desenvolvimento urbano.

O planejamento urbano, de modo geral, é o processo utilizado pelo Estado para organizar a produção do espaço dos municípios. Há um conjunto de planos, leis e diretrizes que servem como aparato legal para regulamentar a atuação do Estado<sup>63</sup>, tanto na zona urbana, como na zona rural. É por meio das políticas públicas<sup>64</sup> que o Estado faz as principais intervenções na cidade. O planejamento é a fase mais crítica e criticada na implantação de políticas no espaço urbano balizada pelo Estado. Isto porque, entre planejar, executar e avaliar, a fase de planejamento é o momento em que há o envolvimento e interação entre técnicos do poder público, os políticos locais envolvidos, a população interessada, dentre outros profissionais e instituições. É o momento em que o Estado (enquanto planejador) levará em conta um conjunto significativo de intenções para executar as obras – desde os interesses individuais aos coletivos. Melo et. al (2008, p. 2) contribui com a explicação:

<sup>63</sup> Neste trabalho nos remetemos ao Estado em suas três esferas, a saber: Federal, Estadual e Municipal.

<sup>64</sup> Everaldo Melazzo (2010: 12) explica que o “termo política pública ainda encerra um grande conteúdo polissêmico e não nos basta aqui uma conceituação simples tal como aquela que define política pública como programa de ação governamental. Na verdade, este conceito pode se referir ou expressar diferentes dimensões dos processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado sobre determinada realidade ou, ainda, incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações mais ou menos sujeitas a controles sociais e, somente isto, justificaria uma análise mais detida de seus conteúdos”.

As práticas de ordenamento e planejamento do espaço urbano são um desafio aos órgãos gestores e estudiosos da área, visando o crescimento estruturado das cidades, bem como preservação do meio ambiente, qualidade de infraestrutura urbana e em qualidade de vida para a população. O planejamento urbano se manifesta em vários instrumentos, apresentado também diferentes características. Uma dessas modalidades é o plano diretor, que consiste num instrumento municipal de regulação do espaço, como o controle de uso e ocupação do solo, e os planejamentos setoriais, como transportes e saneamento. O planejamento urbano é um instrumento público e privado que garante o ordenamento do espaço, sejam eles de grandes centros urbanos (sendo esses centros constituídos de grandes problemas, devido o rápido e intenso processo de urbanização) os médios centros e as pequenas cidades.

Aqueles que já participaram de audiências públicas municipais para a redefinição de leis municipais, mudanças nas diretrizes do Plano Diretor ou discussões que tenham o objetivo que interferir nos rumos da organização do município sabem o quão conflituosas essas reuniões podem ser. Na maior parte das situações há diversos agentes envolvidos advogando em causa própria. São os representantes do setor imobiliário, comerciantes, agentes intermediários do poder público (personificados em técnicos, advogados, corpo administrativo de secretários), presidentes de associações de bairro, professores e alunos da Universidade local, dentre outros setores que poderiam ser citados aqui. A cidade é arena de competição, encontro de ideias e desencontro de interesses. Mas, quem ganha à disputa?

As práticas das políticas urbanas contemporâneas situadas, no tempo e no espaço são o reflexo da luta pelo exercício do poder e pelo controle do espaço urbano; “com essa luta, disputam também distintas e, às vezes, irreconciliáveis formas de poder, de conhecimento, de direito e de discurso, ainda que investidos de possibilidades de ação e intervenção desiguais” (BUONFLIGIO, 2015, p. 79).

As relações de poder são estabelecidas no território por meio de assimetrias na posse de meios e estratégias. A cidade (ou o território) é meio e é condicionante da efetivação dos exercícios de poder, posse e dominação. Castro (2005) explica que a centralidade territorial do poder é o fundamento da institucionalização da coerção legítima do Estado moderno. As práticas de planejamento urbano e gestão, neste trabalho, serão interpretadas como instrumentos de disputas políticas empreendidas tanto pelo Estado, como pelo mercado, quanto pela sociedade civil. Cujas interação e retroação produzem e (re) produzem o espaço urbano. Sobre o poder político, Castro (2005, p. 104) esclarece:

[...] poder político, que compreende, em sentido amplo, tanto a possibilidade de coerção, típica do poder despótico, quanto a autoridade, de fundamento legal. Ambos constituem os dois polos opostos extremos contidos nesta modalidade. Ambos colocam em jogo uma capacidade oriunda de interpretação de uma vontade dirigente, de um querer comum sem o recurso fundamental e exclusivo da coerção ou da transcendência da autoridade. Mas podendo fazer uso de ambos para alcançar o bem comum, que é a justificativa última da sua existência e aceitação. Esta é a instância que tem capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público,

um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente; ele se exerce sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo (sem o qual ele tende a se dissolver) e visa um certo bem comum e não o único bem privado daquele que o exerce.

A produção e a organização espacial expressam este mosaico de interesses manifestados no território, cuja expressão física se faz por meio dos equipamentos de infraestrutura, educação, saúde, lazer, etc. Sendo o Estado o agente responsável pela implantação dos equipamentos urbanos, destaca-se a importância do planejamento no que diz respeito à alocação de recursos. Pois, quando o poder público instala benfeitorias em um determinado lugar na cidade, propicia a acumulação de capital neste espaço, uma vez que valoriza este lugar de modo seletivo. Outros espaços ficarão desatendidos, gerando um processo de desigualdade sócio-espacial no urbano.

O planejamento urbano é utilizado pelo poder público para organizar as agendas de políticas públicas que serão executadas e por isso tem importância fundamental no que se refere à execução das propostas.

Monteiro (2007), explica que “planejar” a cidade tornou-se necessário a partir da Revolução Industrial, quando o perfil das cidades foi totalmente alterado em função das mudanças empreendidas pelo novo modo de produção. O urbanismo, neste período “percebe as consequências como a desorganização urbana, a densidade excessiva, o congestionamento das cidades como causas; assim, não percebia a situação como resultado inerente do novo modo de produção, ou seja, o capitalismo” (MONTEIRO, 2007, p.41). Acreditava-se que a “ordenação” do espaço resolveria os problemas de ordem social e econômica. O urbanismo tinha o intuito de racionalizar a respeito do urbano. Monteiro (2007, p. 41) esclarece que,

Da nova ciência uma gama de conceitos derivados foram surgindo, como "urbanificação" utilizada para designar o processo espontâneo do crescimento urbano; em oposição a "urbanização", expressão que pretendia indicar "organização" do desenvolvimento, assim como toda uma nomenclatura própria e um corpo conceitual que nunca chegou a ser bem desenvolvido.

Planejar a cidade vem da necessidade de pensar a respeito do espaço que se vive. Para Ferreira (1981) *apud* Monteiro (2007, p. 42) "uma ação planejada é uma ação não improvisada". Esta racionalização do espaço urbano deveu-se ao desenvolvimento do capitalismo mercantil e industrial, que passou a influenciar cada vez mais sobre a organização sócio-espacial das cidades, uma vez que o modo de produção se tornou mais complexo.

O planejamento que operava somente dentro dos limites das fábricas e tinha a necessidade de agir em função da ‘sociedade como um todo’ se revelou por uma mudança relativamente lenta. Principalmente, em momentos de liberalismo econômico e capitalismo competitivo. Monteiro (2007, p. 42) nos revela que,

Somente quando as crises tornaram-se maiores e mais constantes, quando a miséria social começou a imperar e a gerar maiores parcelas de descontentes, com um aumento das tensões sociais, quando tais tensões começaram a ameaçar os níveis de acumulação, foi então que a sociedade capitalista começou a aceitar a ideia de um planejamento geral, notadamente na área econômica, visando corrigir certos abusos e desvios.

Os países capitalistas aplicaram técnicas de planejamento tardiamente, se comparado aos países socialistas. O “discurso” que vigorava em países socialistas era o da disponibilização de planejamento para todos, estabelecendo a coletivização da propriedade dos meios coletivos. Em resposta, os países capitalistas, temerosos à repercussão das práticas dos países socialistas, veiculam a ideia de que o planejamento geral impunha limites às liberdades individuais, cerceando o direito de se viver na cidade como “bem entender”, com total liberdade de administrar seus bens e propriedades. “Por isso foi difícil, num momento posterior ao próprio capitalismo, apresentar o planejamento como algo válido e positivo para a sociedade capitalista” (MONTEIRO, 2007, p. 43).

Somente com a crise financeira de 1929 é que os países capitalistas mudam de postura em relação às intervenções do Estado nas “condições gerais da população”. Sendo assim, fez-se necessário desenvolver uma visão de ‘conjunto’ entre o Estado e os agentes produtivos para assegurar a continuidade da acumulação capitalista na cidade. Assim, o Estado volta a ter responsabilidades quanto à disponibilização de meios coletivos, condicionando e viabilizando a reprodução da força de trabalho nas cidades. Monteiro (2007, p. 43) argumenta que,

Surge, assim, uma articulação entre o Estado, representante das parcelas dominantes da sociedade, e determinadas frações de capital, que passa então, a emitir orientações e planejar as atividades gerais do país, inclusive as econômicas, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico.

No entanto, para diferenciar-se dos moldes socialistas de planejamento, o Estado capitalista assume uma postura de caráter técnico ao planejar as cidades. Maricato (2000, p. 126) evidencia que,

Da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social, e um mercado de massas. A matriz teórica que alimentava o planejamento nos países capitalistas, mas não só nestes, como também nos países socialistas, e que embasou o ensino e a prática do planejamento urbano e regional na América Latina, atribuía ao Estado o papel de portador da racionalidade, que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego (regulamentando o trabalho, promovendo políticas sociais), bem como asseguraria o desenvolvimento econômico e social (com incentivos, subsídios, produção da infraestrutura, regulando preços, produzindo diretamente insumos básicos para a produção etc.).

O planejamento urbano ‘tecnicista’ tende a adotar uma postura de “neutralidade” nas atividades que são utilizadas no planejamento e gestão das cidades. Os técnicos, muitas vezes, revestidos de certa cientificidade, tendem a ignorar os conflitos e contradições inerentes ao espaço urbano. A neutralidade perseguida por este tipo de planejamento pode ser facilmente questionada, quando as suas proposições são baseadas tão e somente a aspectos estruturais na cidade. O planejamento técnico não se envolve em projetos longos, tendendo a ser pontual e restritivo.

Tal assertiva transmite a ideia de que, através do conhecimento de uma situação e por meio da "racionalização" e cientificidade das propostas elaboradas se chega a melhor solução. Despreza-se, assim, a existência de externalidades ao processo de planejamento, como se toda a problemática dependesse apenas de soluções técnicas. (MONTEIRO, 2007, p. 43)

Os objetivos e propostas são apresentados na forma de planos, crendo-se que os problemas da cidade serão resolvidos apenas com este tipo de ação. Uma vez analisados revelam a gama de conflitos de interesses manifestados pelas mais diversas relações na cidade. Maricato (2000, p. 124) nos esclarece que o problema do planejamento urbano no Brasil não se deve à falta de planos, nem tão pouco a má qualidade de suas propostas, mas de sua utilização para atender a interesses dos políticos locais.

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

No Brasil, o planejamento urbano baseou-se em instrumentos urbanísticos, tendo nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo seus representantes mais emblemáticos. No entanto, tomando por base a realidade das cidades brasileiras, estes documentos, muitas vezes, não apresentavam as verdadeiras características da cidade real, tão pouco, podiam ser utilizados como instrumento para o enfrentamento da questão social.

Villaça (1995, p.47) descreve a crise do planejamento urbano calcado em planos e zoneamentos territoriais e explica que os planos são instrumentos políticos e ideológicos. “Essa concepção de plano diretor é altamente ideológica e tecnocrática. Ela foi aceita e difundida por uma classe dominante que procura veicular que a ideologia de que a boa técnica tem o poder mágico de resolver os problemas urbanos”.

No entanto, com a ascensão do pensamento neoliberal, mais detidamente nos anos 1980 e 1990, o Estado assume outra postura no que concerne ao desenvolvimento das cidades. É retomada a ideia de que o intervencionismo estatal é controlador e burocratizado. As

economias é que devem “regular” os problemas urbanos e sociais das cidades. “Legada à condição de inoperante e de ser incapaz de encaminhar soluções para as pautas sociais, econômicas e urbanas, a prática de planejamento envereda-se, pela década de 1990, para um caminho a ser substituído por formas de “gestões” mais flexíveis” (FERRARI, 2004, p. 19).

Nas palavras de Maricato (2000, p. 129).

A vitória da chamada ideologia neoliberal, nos anos 1980 e 1990, é incontestável: argumenta-se que a desregulamentação deve assegurar liberdade às forças do mercado, pois daí decorreria o equilíbrio. Aparentemente, de acordo com o ideário neoliberal, é o fim do intervencionismo, da burocratização, da ineficácia, do autoritarismo, das certezas e das receitas.

Nesse sentido, a prática do planejamento urbano brasileira é (re)direcionada. Opta-se por um planejamento urbano estratégico, cuja cidade é comparada conceitualmente e estruturalmente a uma empresa. “O Estado muda substancialmente sua função e papel na prática de exercer oportunidades, análises e desenvolvimento para as cidades. Para atingir o status de cidades globais os governos locais compram a ideia de Plano Estratégico (...) (FERRARI, 2004, p. 19)”. Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 31) entende que há um enfraquecimento do planejamento, assim como a sua substituição por uma atuação mais prática e pontual, como sinônimo de gestão,

O enfraquecimento do planejamento se faz acompanhar pela popularização do termo gestão (nos países de língua inglesa, management), o que é muito sintomático: como a gestão significa, a rigor, a administração dos recursos e problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazo, o hiper privilegiamento da ideia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do “mercado livre”. Em outras palavras ele representa a substituição de um “planejamento forte”, típico da era fordista, por um “planejamento fraco” (muita gestão e pouco planejamento), o que combina bem com a era pós-fordismo, da desregulamentação e do “Estado mínimo[...]

O termo “gestão”, de acordo com Souza (2006) está relacionado às áreas de administração de empresas (gestão empresarial), contudo, este conceito tem sido recorrentemente utilizado em outras áreas. “No Brasil, desde a segunda metade da década de 1980 se vem intensificando o uso de expressões como gestão urbana, gestão territorial, gestão educacional, gestão de ciência e tecnologia e outras tantas” (SOUZA, 2006, p. 45). Porém, de acordo com o autor, é preciso fazer uma ressalva:

[a] substituição de planejamento por gestão baseia-se em uma incompreensão da natureza dos termos envolvidos. Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento

convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares.

Neste sentido, de acordo com Vitte (2006, p. 78), observar que a administração pública e a gestão municipal permitem apreender a dimensão da política e estratégias de desenvolvimento local:

[...] destaca-se a administração pública municipal, como agente do desenvolvimento por meio de políticas, estratégias e alianças. Este tipo de abordagem permite enxergar a emergência de um dado fenômeno, no caso o desenvolvimento econômico local, e apontar o papel determinante da dimensão política (cf. G. COCCO, 1996, p.39). Uma outra perspectiva é a da gestão territorial local, no caso gestão municipal, considerando que há uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas [...].

A partir disso, em relação ao planejamento e a gestão municipal, Rolnik (1999) esclarece que a legislação urbana define a apropriação e uso da terra urbana e, além disso, atua como linha demarcatória, pois organiza e classifica os territórios urbanos, confere legitimidade aos modos de vida e às micropolíticas do poder, mas por outro lado discrimina agenciamentos e organizações espaciais sancionados pela lei. Sendo assim, “a legislação urbana regula apenas uma pequena parte do espaço construído, uma vez que a cidade não é resultado da aplicação inerte do modelo contido na lei”. E, então, “A cidade real é consequência da relação que a legalidade urbana estabelece com o funcionamento concreto dos mercados imobiliários que atuam na cidade” (ROLNIK, 1999, p. 2). Para tanto, como fio condutor, procura-se, refletir sobre o fenômeno das intervenções urbanas e as estratégias de produção do espaço urbano, assim como os desdobramentos destas intervenções em cidades pequenas.

## Capítulo II – A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE FRUTAL: DO SERTÃO DA FARINHA PODRE À CIDADE DAS ÁGUAS.

*“Quem faz a história de uma cidade é a própria comunidade, que são seus habitantes. Trabalho deles, a vida deles, a participação. Eles fazem a história” (Terezinha Lamounier).<sup>65</sup>*

O objetivo deste segundo capítulo é compreender quais foram os processos que atuaram na produção do espaço urbano de Frutal–MG. Para além das transformações urbanas mais recentes, aquelas observadas na última década, é preciso considerar que a cidade, produzida e reproduzida (enquanto forma), carrega em sua estrutura e paisagem as características de outros períodos. Sendo assim, buscar a geografia histórica do lugar permite observar o que ficou das organizações mais antigas e como foram estruturadas e sobrepostas às camadas construídas pelas intervenções mais recentes.

### 2.1 Contextualização histórico espacial do Sertão da Farinha Podre

Há pouco mais de um século, quem viesse a Frutal, para morar ou a passeio, teria a oportunidade de conhecer a praça central com a Igreja Católica Matriz e o coreto, instalados pelos fundadores da cidade. Depois de 128 anos desde a sua fundação, o centro da cidade mudou relativamente pouco. A igreja foi reformada em 1939 e uma fonte luminosa ocupou o lugar do coreto na década de 1970. Ao longo do tempo, embora os prédios da praça central tenham sido reformados, com alguns elementos simbólicos modificados, o centro de Frutal ainda possui algumas características importantes do período de seu povoamento inicial, pois exerce centralidade na oferta de serviços e equipamentos urbanos em relação a outros bairros. Por isso, buscou-se, compreender a gênese dos processos que resultaram na formação do espaço urbano de Frutal, considerando a função, a forma e a estrutura dos elementos que deram origem à cidade do século XXI.

---

<sup>65</sup> Terezinha Lamounier é memorialista local e escreveu as obras “Respingos de Histórias I, II e III”, deu importante contribuição à geografia histórica de Frutal. Este trecho foi concedido por meio de entrevista fornecida ao projeto História e Cultura da Água em Frutal, da Fundação UNESCO-HidroEX. A autora foi parte integrante do grupo de pesquisa e trabalhou na gravação das entrevistas do projeto.

**Figura 5:** Igreja Matriz e Fonte Luminosa em Frutal (MG).



**Fonte:** Alô Frutal<sup>66</sup>.

Frutal está localizada no Triângulo Mineiro, a Oeste do estado de Minas Gerais. A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi denominada “Sertão da Farinha Podre”<sup>67</sup> até meados do século XIX. Recebeu este nome em função da rápida deterioração dos alimentos armazenados em comboios pelos bandeirantes, que transitavam pela região<sup>68</sup>. O lugar está

---

<sup>66</sup> Cf. **Matriz Nossa Senhora do Carmo**. Disponível em: [http://alofrutal.com.br/news/?attachment\\_id=120](http://alofrutal.com.br/news/?attachment_id=120). Acesso em 20 nov. 2015.

<sup>67</sup>“A região hoje conhecida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi denominada, à época das bandeiras, de Sertão da Farinha Podre, em virtude do fato de que alimentos estocados pelos comboios eram encontrados deteriorados, quando de seu regresso. Até 1816, o Sertão da Farinha Podre pertencia à capitania de Goiás, só então passando à capitania das Minas Gerais, através de alvará do rei D. João VI”. Cf. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística: **Cidades: Histórico de Frutal**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 17 ago. de 2015.

<sup>68</sup>“Segundo consta, o povoamento da região onde hoje se localiza o município, pelo homem branco, teve início no século XVIII, em especial a partir de 1736, quando, por ordem do governador Martinho de Mendonça, foi

situado no bioma Cerrado, cujas características marcantes são os períodos de seca rigorosa e verão quente com chuvas concentradas (em função de períodos quentes e úmidos), o que contribuía para a acelerada deterioração dos alimentos estocados pelos bandeirantes durante as viagens. Os bandeirantes viajavam por esta região à procura de minérios, escravos fugidos, que formavam quilombos, ou, ainda, em busca de áreas para demarcação de terras. “Neste período histórico, o Sertão da Farinha Podre era ponto obrigatório na rota dos Bandeirantes, cujo destino era o Planalto Central, o que foi importante na formação das características do atual Triângulo Mineiro” (REIS DE PAULA, 2012, p. 56). O território no qual Frutal está situado foi usado pelos viajantes como local de pouso e passagem. Teve uma ocupação tardia, se comparado com o período de povoamento de outras localidades no Sertão da Farinha Podre.

De acordo com Freitas (2004), foram concedidas sesmarias na região do Sertão da Farinha Podre por volta de 1809. Tais demarcações de terras objetivavam, sobretudo, delimitar pontos no decorrer das trilhas que faziam a ligação de São Paulo a Goiás e Mato Grosso. Só em 1816, o Sertão da Farinha Podre foi desmembrado de Goiás e acrescentado a Minas Gerais.

Lourenço (2010) explica que as viagens dos bandeirantes pelo Sertão da Farinha Podre tiveram um papel relevante no que diz respeito à ocupação e desenvolvimento territorial da região que corresponde ao Triângulo Mineiro. Os primeiros indícios de povoamento ocorreram em meados do século XIX em Araxá, Desemboque e Uberaba.

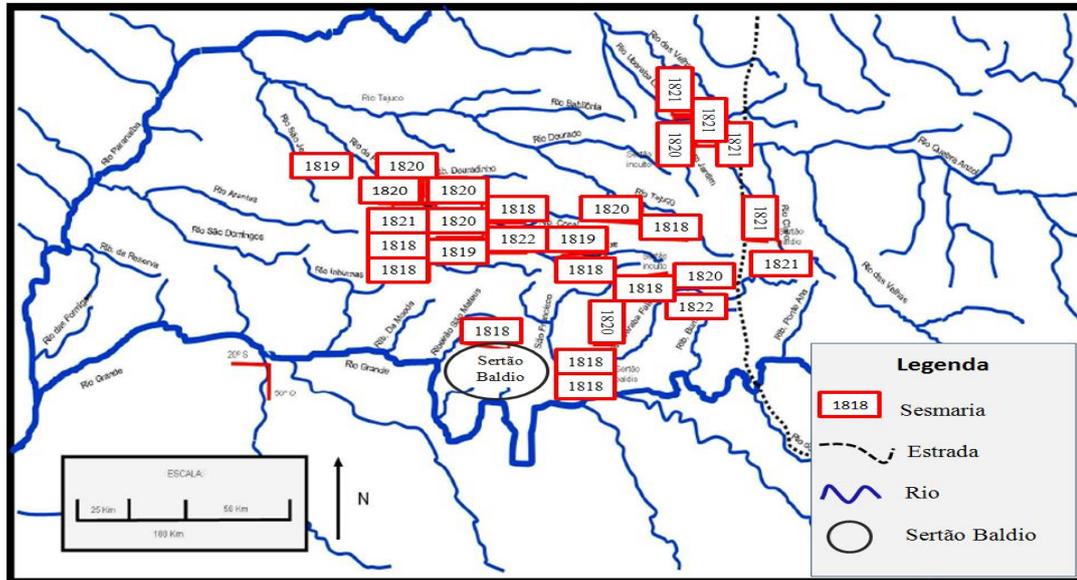
[...] do século XIX, indicam já alguns núcleos de povoamento, como Uberaba, Araxá, Desemboque, e a rede de aldeamentos indígenas espalhados ao longo da Estrada dos Goiases. Entretanto uma ampla área a oeste, que, hoje, corresponde ao pontal do Triângulo Mineiro, permanece sem qualquer menção à presença luso-brasileira (LOURENÇO, 2007, p. 100).

De acordo com a análise do mapa de Lourenço (2007), “Sertão da Farinha Podre: sesmarias concedidas pelo governo da Capitania de Minas Gerais no termo do Desemboque entre 1818 e 1822”, a região em que a cidade de Frutal está localizada, no Pontal do Triângulo Mineiro, permanece denominada *Sertão Baldio*, enquanto outras áreas já haviam sido povoadas por luso-brasileiros:

---

aberta a Picada de Goiás, no trecho que saía de Pitangui rumo a noroeste, tendo sido concedidas sesmarias para localização de estâncias ao longo da Picada, onde também foram se formando pontos de parada e abastecimento”. Cf. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística: **Cidades**: Histórico de Frutal. Frutal. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 17 ago. de 2015.

**Figura 6:** Sertão da Farinha Podre: sesmarias concedidas pelo governo da Capitania de Minas Gerais no termo do Desemboque entre 1818 e 1822 (localização aproximada).



**Fonte:** LOURENÇO (2007, p. 103).  
**Org.:** VEDUVOTO, 2013.

Em Frutal, de acordo com a história “oficial”, que consta em fontes como Ferreira (2003, 2006, 2009), Freitas (2009) e Reis de Paula (2012), a chegada de povoadores, reconhecidos como pioneiros, à região em que hoje está situada a cidade, ocorreu em 1835<sup>69</sup>. A primeira família dos povoadores teria vindo do estado de São Paulo e se instalou com o objetivo de demarcar a posse de terras. Entre as primeiras iniciativas realizadas pelos povoadores, deu-se a construção da capela, em 1851. A fundação da cidade é atribuída a Antônio de Paula e Silva e sua família. A localidade foi nomeada de Nossa Senhora do Carmo do Fructal, em homenagem à padroeira da cidade. Além disso, de acordo com Brito e Veduvoto (2014, p. 09), “a própria definição do nome do povoado vem associada à suposta presença da jabuticaba, aqui chamada simplesmente de *fruta* – daí Frutal”.

<sup>69</sup> Nossa Senhora do Carmo do Fructal, como era conhecido o povoado, foi elevado de Arraial a Distrito de Paz em 1858. Em 1885, o antigo Distrito passou a *Villa de Fructal*. No ano de 1888, de cidade foi elevada a município de Frutal (FERREIRA, 2009).

O núcleo urbano de Frutal constituiu-se ao redor da capela e da praça, constituindo o centro da cidade<sup>70</sup>.

Homem dinâmico e de numerosa prole, iniciou o povoamento com os próprios filhos e escravos, poucos quilômetros da sede da fazenda São Bento, onde viera residir. Deveu-se a ele o levantamento da primeira igreja e do primeiro cemitério, além da primeira construção colonial digna de registro em toda região. (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, p. 145)

Contudo, há indícios de que outros povos habitavam a região de Frutal antes da fundação “político-administrativa” realizada pelos povoadores oriundos do estado de São Paulo. Menciona-se a população *dos bugres*<sup>71</sup>, formada de indígenas que, segundo seus descendentes, vieram do estado de Mato Grosso. Esta população instalou-se em lugar chamado de Capoeira dos Bugres. Há também menções a negros, alguns fugidos e outros libertos no período de escravidão, que constituíram moradias no Brejinho – atualmente, bairro Princesa Izabel. Os três grupos étnicos, que se distinguem bastante culturalmente, estabeleceram-se em lugares distintos no espaço que originou a cidade de Frutal.

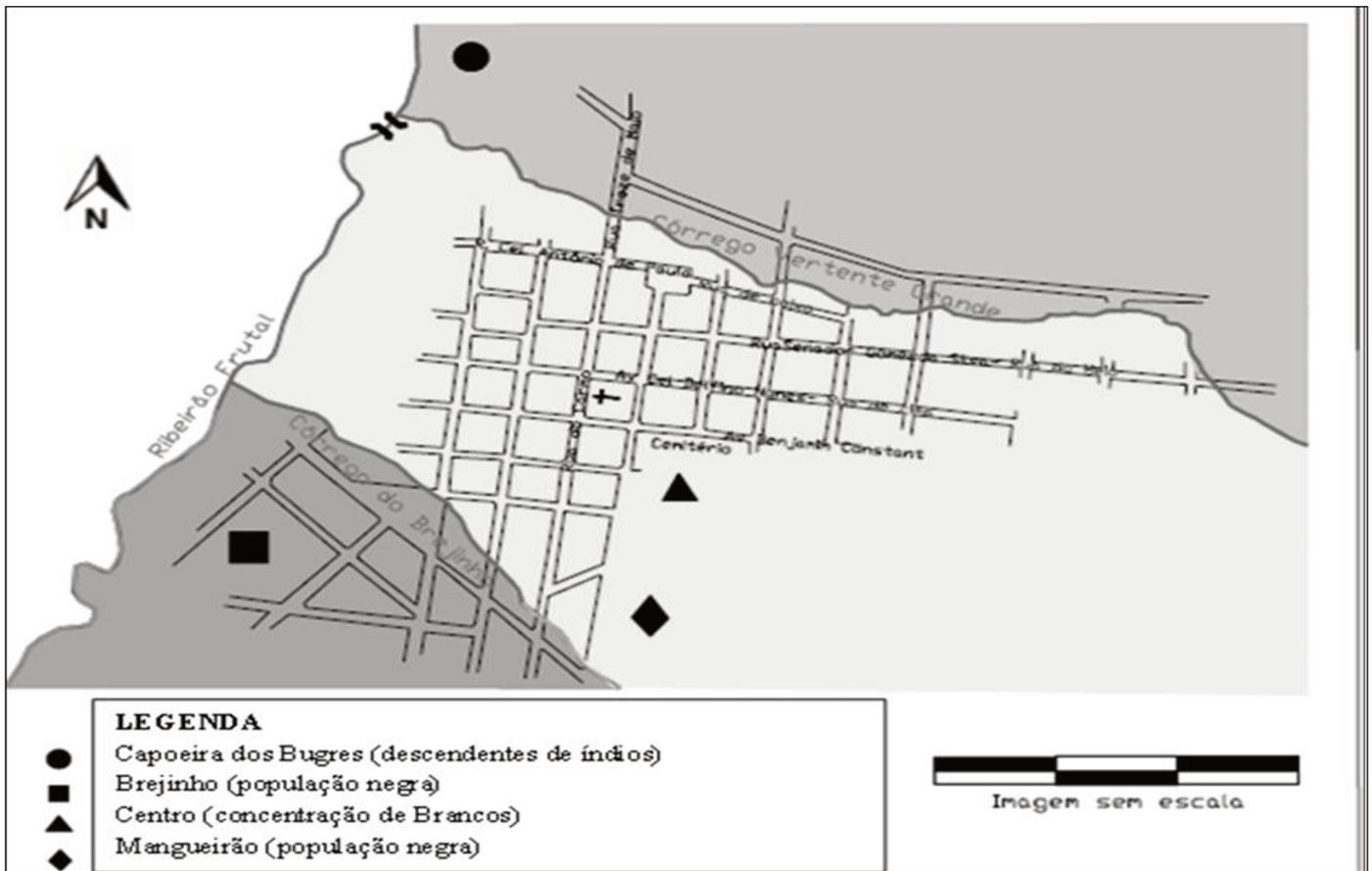
Branco, negro e bugre eram distintos não só no que diz respeito aos aspectos econômicos e culturais, mas também no que se refere à organização de suas moradias e da vida em comunidade. Os indígenas construíram suas moradias – chamadas *ranchos* por seus descendentes – de modo aleatório, sem obediência a critérios de arruamento ou distanciamento entre as casas. Os negros organizaram-se em chácaras, com grandes terrenos ao redor das casas. E os brancos abriram as primeiras ruas da cidade<sup>72</sup>, construíram a capela, a praça e o coreto, conduziram a “organização” do povoado em um formato mais parecido como a morfologia de outras aglomerações do Brasil colonial. Como se vê na figura abaixo, os três grupos instalaram-se em espaços diferentes na cidade. Os córregos demarcavam o distanciamento e a posse de terras:

<sup>70</sup> “Antônio de Paula e Silva construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, ao redor da qual formou-se um povoado, passagem obrigatória para os que transitavam de São Paulo para Goiás e Mato Grosso. Em seus primórdios, o lugar tinha como atividade econômica fundamental a pecuária, sendo que o povoamento da região teve como móvel principal a agropecuária para abastecimento de bandeiras, viajantes e localidades de exploração aurífera”. CF. INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística: Cidades: Histórico de Frutal. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 17 ago. de 2015.

<sup>71</sup> A denominação *bugre* ainda hoje é utilizada pelos descendentes deste grupo populacional. O lugar em que viviam, no século XIX, chamava-se *Capoeira dos Bugres* e hoje corresponde aos bairros Cidade Jardim e Alto Boa Vista, embora grande parte da população ainda se refira a estes bairros com o antigo nome. Sendo assim, apesar da expressão *bugre* frequentemente ter uso pejorativo, neste trabalho, optou-se por empregá-la em respeito ao grupo populacional que se reconhece por esta denominação.

<sup>72</sup>As ruas centrais eram: Avenida Coronel Delfino Nunes (Rua de Cima), Rua Senador Gomes da Silva (Rua do Meio) e Rua Antônio de Paula (Rua de Baixo).

**Figura 7:** Organização socioespacial de Frutal no séc. XIX.



Org. Pereira, (2012)

Fonte: Acervo da Fundação UNESCO – HidroEX.

Lourenço (2007), ao analisar as aglomerações sertanejas do século XIX, considera que todos os núcleos urbanos exibiam características parecidas neste período: “um adro retangular no centro da localidade, dominado por uma igreja ou capela, ladeado por edificações de taipa ou adobe, com arruamento perpendicular nos lados”. E registra também que havia “à frente do templo, o cemitério e, dos lados, espaço livre para as procissões” (LOURENÇO, 2007, p.20).

**Figura 8:** Primeira Igreja Matriz, (construída entre 1854 e 1872) e o antigo coreto.



**Fonte:** Acervo da Fundação UNESCO – HidroEX.

Os modos de organização socioespacial dos pioneiros evidenciam, assim, significativas diferenciações socioeconômicas na constituição dos bairros. Os brancos, negros e bugres ocupavam, socialmente, posições bastante distintas, pois aos negros e bugres destinavam-se os trabalhos braçais e alguns serviços domésticos, prestados, geralmente, às famílias de brancos, enquanto estes ocupavam cargos relacionados ao comércio, funções político-administrativas ou eram proprietários de terras. Como explica o memorialista local, Jeová Ferreira (2002):

Logo que Frutal inaugurou os três poderes, a população passou a respeitar a dois tipos de autoridade: a autoridade pioneira formada pelas pessoas historicamente ilustres e as autoridades investidas de poder através das leis como Juiz de Direito e Promotor, o Prefeito, o Presidente da Câmara e os Vereadores. O primeiro prefeito de Frutal chamava-se Horácio de Paula e Silva, eleito em 1888 e o primeiro Presidente da Câmara foi Felício de Menezes, que ocupou a presidência durante o ato de instalação definitiva de nosso município (FERREIRA, 2002, p. 47).<sup>73</sup>

Ao final do século XIX, as principais atividades econômicas desenvolvidas eram a agricultura e pecuária. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959):

<sup>73</sup>“Em 1895, Comendador Gomes foi eleito Senador, contribuindo para a cidade de Frutal, marcando a conquista da emancipação. Capri (1916, p. 8) destaca que “Frutal muito lhe deve: o nome do Comendador Gomes da Silva está intimamente ligado a todos os melhoramentos porque tem passado a bela cidade e que tão largamente a tem engrandecido”. Os primeiros equipamentos e serviços urbanos de Frutal foram: o Grupo Escolar, a Cadeia Pública, o Fórum, o Jardim Público, o Matadouro Municipal, o Cemitério, serviço de iluminação, os meio-fios e sarjetas em várias ruas (PLASTINO, 2003)” (REIS DE PAULA, 2012, p.69).

Em 1891, já existiam, na região hoje compreendida pelo município e sua sede, 6952 habitantes, dos quais, 16 africanos, 9 italianos, 5 portugueses, 3 egípcios e o restante brasileiros natos. Convém notar que havia 614 pretos. Daí para cá, a população cresceu sempre, lentamente, mas sem queda acentuada em nenhum período. Dos primórdios, até hoje, a atividade econômica principal tem sido a pecuária, notadamente a criação de gado para corte. A agricultura também foi, desde o início, até hoje, outro sustentáculo de igual importância econômica para a comunidade, sendo a principal, a cultura do arroz, vindo em seguida as de milho, feijão, mandioca, algodão e cana-de-açúcar (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, p. 146).

No que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Triângulo Mineiro, outro fator que contribuiu para o crescimento de algumas cidades da região deve-se à chegada dos trilhos da Mogiana. Como descreve Reis de Paula (2012, p. 57):

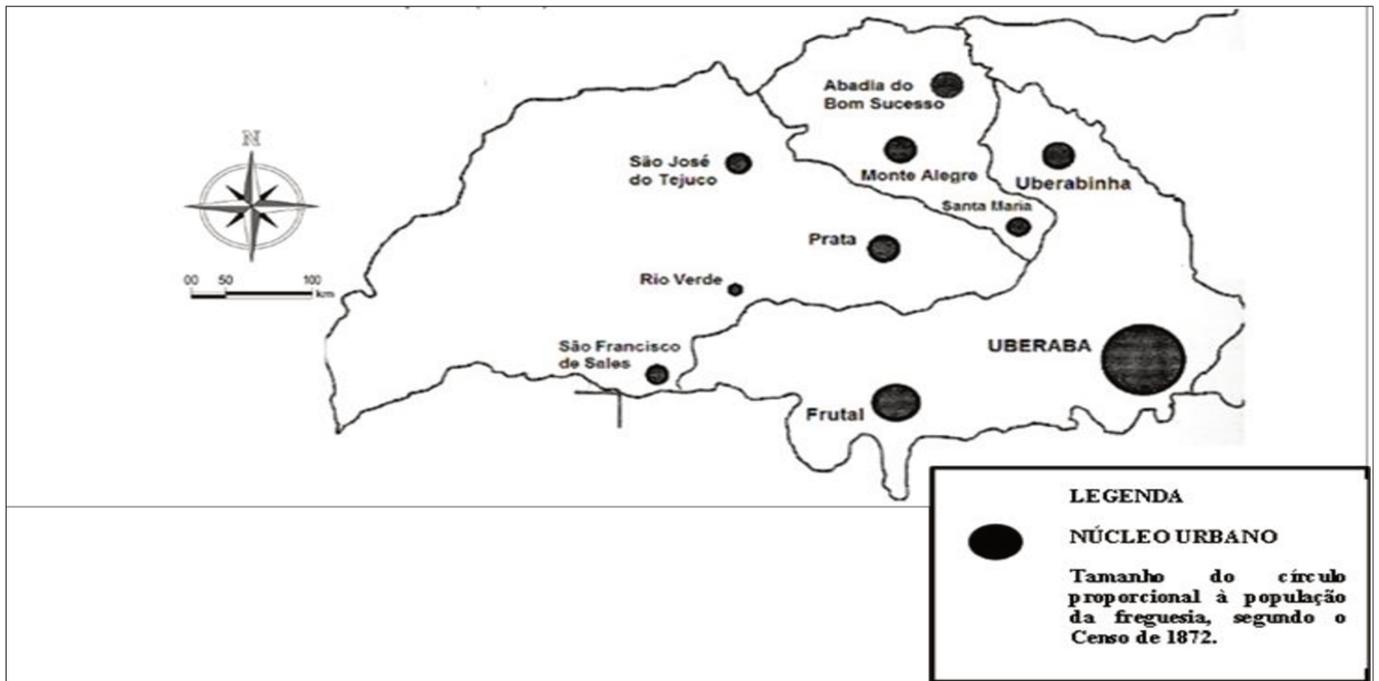
O contingente populacional e a presença da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro possibilitaram a inserção da região na economia nacional no final do século XIX [...]. A conexão ferroviária possibilitou aos mineiros fornecer cereais, como o milho, para a capital paulista. Assim, a instalação da Mogiana no Triângulo Mineiro se destaca como um fato que acelerou o desenvolvimento de municípios como Uberaba (1889), Uberabinha (1895) e Araguari (1896), contemplados como esta infraestrutura.

Sendo assim, Uberaba, no século XIX, passa a ter um lugar de destaque no Sertão da Farinha Podre, já que não havia outros núcleos em seu entorno que fizessem frente ao seu crescimento, como demonstrado no mapa abaixo<sup>74</sup>:

---

<sup>74</sup> “A presença de estradas e, sobretudo, de infraestruturas de transportes ferroviários foi fundamental para o crescimento econômico das cidades no final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, historicamente os municípios que foram beneficiados pela presença de infraestrutura de transportes foram os que apresentaram maior desenvolvimento. No caso do Triângulo Mineiro, tais municípios foram Uberaba e Araguari, nas pontas dos Trilhos da Mogiana, e Uberabinha [Uberlândia], que possuía uma estação da ferrovia. Outros locais como Frutal, não puderam desfrutar de tal condição para o seu desenvolvimento” (REIS DE PAULA, 2012, p. 61).

**Figura 9:** Mapa da proporcionalidade de tamanho dos núcleos urbanos do Triângulo Mineiro, segundo censo de 1872.

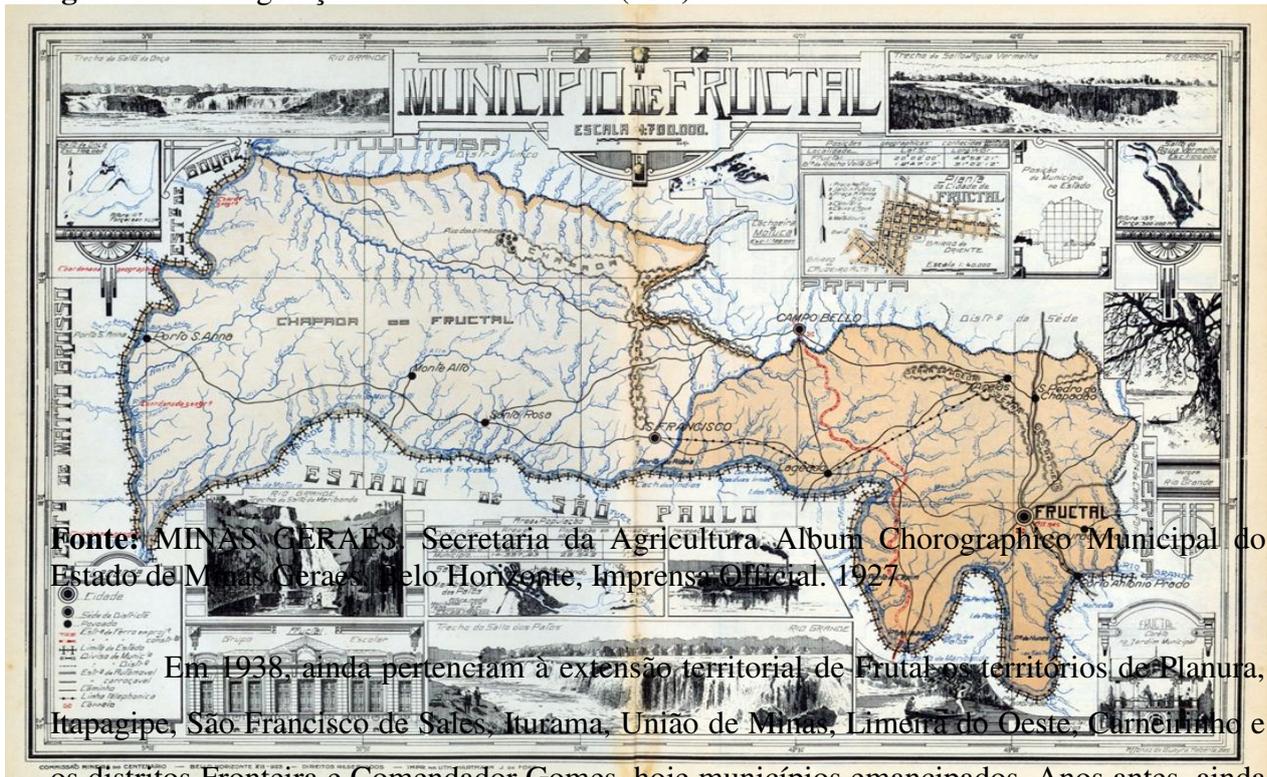


**Fonte:** Lourenço (2010, p. 82) **Adaptação:** Reis de Paula (2012, p.59).

Em 1850 o povoado de Frutal foi elevado à categoria de arraial. No ano de 1858, o arraial de Nossa Senhora do Carmo de Frutal passou à condição de Distrito de Paz, integrante da Vila de Uberaba. Já em 1887, em 4 de outubro, elevou-se a Vila de Frutal à categoria de cidade. E, no ano de 1888, a cidade de Frutal foi elevada à condição de município.

É importante observar que houve uma mudança significativa nos limites do território frutalense no período que se estende de 1938 a 1962. Como pode ser observado no mapa do ano de 1923 (Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes), que ilustra a configuração territorial de Frutal neste período:

**Figura 10:** Configuração territorial de Frutal (MG) em 1923.



Em 1938, ainda pertenciam à extensão territorial de Frutal os territórios de Planura, Itapagipe, São Francisco de Sales, Iturama, União de Minas, Limena do Oeste, Carneirão e os distritos Fronteira e Comendador Gomes, hoje municípios emancipados. Anos antes, ainda na década de 30, o povoado Douradinho, atualmente, Pirajuba, havia se desmembrado de Frutal e passou a pertencer ao município de Conceição das Alagoas. Na imagem abaixo, é possível identificar que, em 1938, o território frutalense ainda é bastante extenso.

## 2.2 As transformações espaço-temporais de Frutal entre o século XX e XXI

Reis de Paula, na esteira de Freitas (2004) assinala que “as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pelas buscas por melhoramentos nas ruas e praças, além da preocupação de se construir escolas, inclusive nos povoados e distritos devido ao aumento populacional” (REIS DE PAULA, 2012, p. 86) Sendo assim, em 1920, trinta e três anos depois de sua emancipação (ocorrida em 1887), a cidade de Frutal passou a abrigar uma população de 10.600 habitantes, sendo 1.800 pessoas na sede e 8.800 habitantes na zona rural. “Nessa época, década de 1920, Frutal possuía 280 edificações, distribuídas em 14 ruas e 9 avenidas, além das 3 praças, denominadas Largo da Matriz, Affonso Pena e 15 de Novembro” (REIS DE PAULA, 2012, p. 88).

Dentre os acontecimentos que se destacam neste período (década de 1920), está a instalação de uma usina hidrelétrica, a “Usininha”, “que possibilitaria colocar Frutal entre as primeiras cidades de Minas Gerais a contar com a luz elétrica” (REIS DE PAULA, 2012, p.

86)<sup>75</sup>. Ao lado disso, houve a construção da segunda Cadeia Pública de Frutal, o Coreto, o Grupo Escolar Gomes da Silva (primeiro estabelecimento de ensino com capacidade para 100 alunos do curso primário); a reforma no serviço de abastecimento de água; o início da construção da ponte sobre o Ribeirão Frutal; a ampliação do serviço de energia elétrica e a inauguração das Agências dos Correios. No que se refere à diversificação de atividades econômicas, “o Agente Executivo Raul, como comerciante, industriário e banqueiro, instalou a primeira indústria frutalense, Laticínios Luar e a Casa Bancária Raul de Paula e Silva, primeiro estabelecimento bancário da cidade” (REIS DE PAULA, 2012, p. 88).

Em 1930, pousou o primeiro avião em Frutal, na pista de chão feita pela gestão municipal, na Capoeira (hoje Alto Boa Vista). Em 1939, foi demolida a antiga paróquia, a Igreja Matriz de Frutal, que se encontrava em estado precário. No mesmo período, instalou-se a estação de telégrafo, anexada à Agência Postal. Nessa época, ainda faziam parte do território de Frutal os distritos de Comendador Gomes, Planura e Itapagipe. Os demais distritos acima citados foram desmembrados do município de Frutal. Reis de Paula (2012), apoiado nos memorialistas Paula (2004) e Freitas (2004), explica:

Para Paula (2004) as décadas de 1920 e 1930 estavam como intermediárias entre a Frutal antiga e a Frutal moderna e tiveram reflexos no campo da educação, saúde, beneficência e comunicações. Para as condições da época, um fato notório foi a construção do primeiro prédio de dois andares da cidade, [...], um edifício moderno que abrigava o poder legislativo e executivo (a Câmara e a Prefeitura Municipal) no térreo, e na parte superior, o Poder Judiciário (o Fórum). Atualmente, após a restauração, o espaço abriga a Casa de Cultura (FREITAS, 2004).(REIS DE PAULA, 2012, p. 88).

Em 1940, ocorreu a chegada dos primeiros automóveis da marca Ford, ainda que Frutal não possuísse ruas asfaltadas. Na mesma década, foi inaugurada a primeira parte da igreja que estava em construção, sendo também fundada a Casa Bancária de Antônio Longo e irmão. No ano de 1943, houve a inauguração da Escola Particular Presidente Vargas e a construção da Ponte Mendonça Lima no Porto Marimbondo. Já em 1945, foi construída em Frutal a primeira Estação Rodoviária, localizada onde hoje está a Praça Rui Barbosa.

Em relação à ampliação de infraestruturas, em 1940 o governo municipal efetivou serviços de compactação e terraplanagem, assim como realizou a abertura de galerias pluviais, expandindo a área urbana de Frutal. Destaca-se neste período a criação dos bairros XV de

---

<sup>75cc</sup>A primeira forma de iluminação pública era por meio de querosene, que abastecia pequenos lampiões. Por volta de 1910-1911, a iluminação era a gás-carbureto, sendo que os lampiões foram colocados apenas no centro da cidade e permaneciam acesos até às 23 horas. A iluminação elétrica ocorreu em 1920 com a construção da Usininha do Marimbondo, abastecida pelas águas do ribeirão Marimbondo, por isso o nome que foi dado. A usininha foi recebida pelos habitantes com grande euforia (LAMOUNIER, 2009). Um benefício necessário, mas que não atendia a toda população da cidade e que ficava centrada nas ruas principais” (BERNARDES, 2012, p. 23).

Novembro e Renascença, localizados na zona sul da cidade. Em 1948, os distritos de Comendador Gomes e Itapagipe foram elevados à categoria de município. Somente em 1962, os distritos de Planura e Fronteira deixam de pertencer ao município de Frutal. Assim:

A década de 1940 foi marcada pela ampliação da agência dos Correios, inauguração da rodoviária, de outras escolas e de pontes no distrito de São Francisco de Sales, além de estradas ‘de chão batido’ de São Francisco a Campo Belo (Campina Verde), de Frutal a Cachoeira do Marimbondo e de Areias (Comendador Gomes) a Campo Belo (Campo Florido). Neste período, Freitas (2004) destaca o crescimento de farmácias. Porém, em relação à saúde pública, ainda não existia hospital em Frutal. A cidade continuava ‘subconvenc’ionando a Santa Casa de Misericórdia de Barretos”, que possuía um setor somente para receber pacientes de Frutal [...] (REIS DE PAULA, 2012, p. 90).

Em 1940 as atividades econômicas desenvolvidas em Frutal ainda estavam relacionadas ao setor primário da economia. No comércio local havia lojas de tecidos, calçados, perfumaria, venda de cereais, ferragens e utensílios. “Mercearias e botecos têm à frente dos estabelecimentos os varais onde se amarram os cavalos. Alguns põem cocho com água para os animais saciarem a sede” (FREITAS, 2004, p. 204). De acordo com o memorialista, esta estratégia era utilizada pelos comerciantes para cativar os fregueses que vinham, geralmente, da zona rural para a cidade. Reis de Paula (2012) explica que as atividades relacionadas ao campo sempre foram predominantes em Frutal. Neste período, destacam-se as atividades de garimpagem desenvolvidas na região rural de Sertãozinho, Garimpo do Bandeira e Salitre. Além disso:

O município possuía também o cultivo de cereais e frutos que eram comercializados com centros maiores. A pecuária estava fortalecida tanto na criação de gado de corte, para o frigorífico na cidade de Barretos, quanto de gado leiteiro, que atendia a indústria de Laticínios Malibú, instalada no município [...]. Até o início da década de 1940 ainda transitavam pelas ruas de Frutal apenas carros de boi, carroças que conduziam cargas e cavalos que troteavam pela cidade, sendo que Frutal possuía 15.500 habitantes, 3.000 na cidade e 12.500 no campo, portanto, um município predominantemente rural (REIS DE PAULA, 2012, p. 91).

No ano de 1950, de acordo com os dados do recenseamento apresentado pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1950), a população de Frutal era de 17.808 habitantes, enquanto que, de acordo com as Estimativas do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, em 1955, Frutal contaria com uma população de 19.373 habitantes. Nesse período, surgem o primeiro ginásio (de 5ª a 8ª série) e o primeiro posto de saúde de Frutal, havendo também a construção de um hospital particular. Salienta-se a construção da Ponte Gumercindo Penteado, localizada no porto do Cemitério, sobre o Rio Grande, ligando Minas Gerais a São Paulo, que agilizou a locomoção de pessoas e as

transações comerciais entre Minas Gerais e São Paulo – travessia que, antes, só podia ser realizada por meio de balsa.

Sobre os melhoramentos urbanos, na década de 1950, ocorre a inauguração da rede trifásica de 12000 volts, interligada à Usina da Cia. Paulista de Força e Luz. O então prefeito, João Carlos Ribeiro, obtém um empréstimo para o novo abastecimento de água e continua fazendo o calçamento da cidade, os meios-fios e a rede de esgoto. No final da década, em 1959, chega a Frutal a primeira Agência do Banco do Brasil.

Em 1960, Frutal contava com uma população de 22.573 habitantes, sendo 8.729 habitantes na zona urbana e 13.744 na zona rural. Nota-se que a população rural ainda é maior do que a população que morava na sede urbana. Segundo Reis de Paula (2012), em 1969 a cidade era constituída por 59 ruas e 8 praças. O centro da cidade era formado pelas ruas Presidente de Moraes, Coronel Delfino Nunes, Senador Gomes da Silva e Bias Fortes. Entre os principais equipamentos e serviços urbanos localizados no centro da cidade estavam a Prefeitura Municipal, a Rodoviária, a Central Telefônica, o Hospital e a Igreja Matriz. As atividades comerciais localizavam-se nas ruas Cônego Marinho, Prudente de Moraes e Floriano Peixoto. A gestão municipal caracterizava as áreas destinadas ao comércio como “zonas especiais”. O Centro da cidade contava com os serviços de água, esgoto e energia elétrica.

Reis de Paula (2012, p. 93), baseado em Brasil (1972), explica que, na década de 1960, a maior concentração de residências (principalmente os melhores prédios) estava próxima ao córrego Vertente Grande, na Avenida Brasil. “Já na Avenida Homero Alves de Souza, mais afastada, existiam residências na denominada parte alta 1, bem como no bairro [Princesa] Izabel (antigo Brejinho)”, na zona Sul localizavam-se as habitações consideradas de baixo padrão. E também, “a partir da construção da BR 364, a cidade inicia um crescimento para o nordeste e para o sudeste, no sentido da rodovia, ainda que o campo de pouso funcionasse para barreira para a expansão da malha urbana nessa direção” (REIS DE PAULA, 2012, p. 94).

Neste mesmo período, foram instaladas outras agências bancárias, instituições filantrópicas, franquias de lojas de roupas, comércios de apoio às atividades agropecuárias e clubes de lazer. E em função da instalação da rede bancária, Frutal se destaca entre as cidades da microrregião pela quantidade de financiamentos e créditos disponibilizados em apoio à produção local. Como descreve Reis de Paula (2012, p. 94):

Ferreira (2003) diz que na década de 1960 ocorreu a criação de novas escolas e clubes sociais como o Alvorada Praia Clube, a fundação do Asilo Pio XII, do Hospital São Francisco de Assis, além do crescimento do comércio com a chegada das Casas Pernambucanas e da Riachuelo em Frutal. Com o fortalecimento da agropecuária e da garimpagem surgiram os armazéns e cerealistas, bem como foi inaugurada uma concessionária de veículos pesados da Mercedes Bens. [...] A Caixa Econômica Federal (CEF) chega ao município em 1969 e o Banco Brasileiro de Descontos (atual Bradesco), no final da década de 1970. Com isso, conforme Brasil (1972), na década de 1970, a rede bancária do município de Frutal era a mais importante de toda microrregião, com um elevado número de financiamentos e incentivos da produção local (MATA, 1982).

Em 1970, apesar da emancipação política de Planura e Fronteira, ocorrida em 1962, Frutal apresenta uma população que cresceu para 30.669 pessoas: a população urbana é de 17.735 e a população rural de 12.934 do total. De acordo com Reis de Paula (2012, p. 63), o município teve um crescimento populacional de 36,80% e ficou acima da média do crescimento demográfico do estado de Minas Gerais. Além disso, pela primeira vez a população urbana é superior à população residente na zona rural. Em 1980, a população total do município era de 34.271 habitantes. Na zona urbana, moravam 23.981 pessoas; na zona rural, 10.290.

Dentre as mudanças que se destacam em Frutal na década de 1970, salienta-se a interligação da rede de energia elétrica às Centrais Elétricas de Minas Gerais, tornando necessária a substituição das antigas instalações e a implantação do padrão CEMIG (Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais). Neste mesmo período, o governo local também fez mudanças no padrão de abastecimento de água, quando assinou o primeiro contrato de Concessão de Água com a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), ampliando os serviços de distribuição e tratamento de água. De acordo com Bernardes (2012, p. 30), em 1972, somente 14% da população recebia água canalizada:

Segundo dados levantados, disponibilizados pela COPASA, que mostram como se encontrava o abastecimento de água em Frutal no início de 1972, a cidade contava com 3800 imóveis, entre residências e estabelecimentos comerciais. Desse total, apenas 14% da população recebiam o benefício de possuir água canalizada, totalizando 532 imóveis (Informativo COPASA). O crescimento da cidade encontrava-se, dessa forma, desigual, visto que a porcentagem apresentada mostrava que apenas uma pequena parte da população contava com o sistema de canalização da água.

Em 1970, além de mudanças na prestação de serviços e implantação e ampliação de infraestrutura básica, evidencia-se a construção de instituições de apoio às crianças, adolescentes e idosos. Destaca-se o término do prédio para abrigo de crianças “Casa da Criança”, do Asilo Santo Antônio de Pádua e a Construção do Hospital São Francisco de Assis, a “Santa Casa”, por iniciativa de Frei Gabriel. E também entidades de apoio

psicossocial, como a APAE (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais). Reis de Paula (2012) apoiado em Ferreira (2009) explica que entre as décadas de 1970 e 80 empreenderam-se diversos investimentos com o intuito de melhorar o que havia sido construído em Frutal em décadas anteriores, de tal forma que

[...] a Prefeitura incentivava novos investimentos no comércio local e no setor da agropecuária. Nessa década ocorreu ainda o surgimento de vários serviços como: associações de classe e de bairro, delegacias, intensificação de policiamento do município, cooperativas, leilões de gado, imobiliárias, revendas de automóveis, despachantes, corretores diversos, consultorias profissionais, clínicas médicas, advogados, rádios, jornais, informática, entre outros para atender a dinâmica socioeconômica de Frutal, relativamente pequena se comparada com outros grandes centros vizinhos.

Em 1981, foi construído o terminal rodoviário “Miguel Morelli”, no bairro Alto Boa Vista. Esta iniciativa propiciou a expansão do espaço urbano de Frutal, de modo que abriu frentes de crescimento no entorno do local em que foi construída a rodoviária. Além disso, nesta mesma década foi projetada a Vila Esperança. Os dois projetos são da primeira administração do prefeito Alceu Silva Queiroz.

O secretário de obras deste período, Antônio Borges<sup>76</sup>, relata que a Vila Esperança foi o primeiro bairro projetado de Frutal. Embora tenha sido planejado, não estava interligado à malha urbana, ficando distante do centro da cidade e de outros bairros. Toninho Borges explica que foi necessário fazer obras de adequação para criar vias de acesso à Vila Esperança:

O primeiro bairro que realmente foi projetado e eu participei disso, foi a Vila Esperança. Na primeira gestão do Sr. Alceu. Ela foi projetada. Era um bairro que não interligava com o resto da cidade, tivemos que criar alguns parâmetros para chegar lá. Mas foi o primeiro bairro projetado, foi a Vila Esperança. Você pode ver que lá tem avenidas [...] (informação verbal).<sup>77</sup>

No período que se estende de 1991 a 2000, a contagem populacional de Frutal passou de 41.424 habitantes para 46.566 habitantes. Entre os anos citados, segundo informações fornecidas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>78</sup>, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,31%. Em Minas Gerais, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Sendo que a taxa de urbanização do município

<sup>76</sup> Como suporte metodológico à pesquisa, utilizamos a gravação de entrevistas (apenas áudio). Os depoimentos foram transcritos exatamente como contidos nos áudios, sem que pudesse haver qualquer alteração no sentido da fala do depoente.

<sup>77</sup> BORGES, Antonio. **Antonio Borges**: Depoimento. [jul. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 1 hora 08 minutos 18 segundos)

<sup>78</sup> Cf. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. FRUTAL (MG). Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/frutal\\_mg#demografia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frutal_mg#demografia). Acesso em: 28 set. de 2015.

passou de 80,22% para 83,78%. Entre as décadas de 90 e 2000 o crescimento populacional de Frutal não foi superior ao crescimento obtido pelas médias estaduais e nacionais. Situação que vai se modificar entre os anos de 2000 a 2010.

Na opinião de Reis de Paula (2012) o crescimento sócio-espacial de Frutal foi menos intenso até meados da década de 1990. “Os setores de saúde e educação (ensino superior), por exemplo, encontravam-se estagnados devido a baixos investimentos por parte dos agentes sociais do município” (REIS DE PAULA, 2012, p. 95). Para este autor, o crescimento de Frutal, até a década de 1960, ocorreu de forma “natural”, sem estratégias de planejamento aparentes. Em suas palavras:

Apenas no final da década de 1970, em 03 de março de 1978, por meio da Lei Municipal nº 1.244, foi instituído o Código de Posturas do Município de Frutal, que permanecerá como o principal documento até o final do século XX. Esse documento tinha por finalidade instituir as normas disciplinadoras do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, além da organização socioespacial e do bem-estar público de Frutal. (REIS DE PAULA, 2012, p. 95)

Embora não houvesse documentos que legitimassem a atuação do poder público municipal, não se pode dizer que o crescimento da cidade tenha ocorrido de forma natural, considerando que o governo municipal, enquanto órgão que elabora e estabelece as políticas públicas, incide no espaço urbano e produz a cidade tendo como base, ou não, a legislação.

Ainda de acordo com Reis de Paula (2012), foi na década de 1970, na gestão do prefeito Alceu Silva Queiroz, mais precisamente em 1978, que se instituiu o Código de Posturas do Município, por meio da Lei Municipal nº 1. 244. De acordo com o autor, este documento foi utilizado até o final do século XX como o principal instrumento de normatização do município. A lei “tinha por finalidade instituir as normas disciplinadoras do funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, além da organização socioespacial e do bem-estar público em Frutal” (REIS DE PAULA, 2012, p. 95).

Até o ano de 2006, quando foi instituído o primeiro Plano Diretor Municipal de Frutal, outras leis já tinham disso implementadas: Código de Posturas (1978); Lei Orgânica (1988); Código de Obras (1991); Código Sanitário (1999) e o Código Tributário (2003). E também, mais recentemente, em 2012, quando se teve interesse em regularizar os conjuntos habitacionais e novos bairros implantados pelo “Minha Casa, Minha Vida” em Frutal, criou-se a Lei de Parcelamento do Solo, cujo objetivo foi o de dar aparato legislativo à ampliação da zona urbana por meio da construção de loteamentos.

Ainda sobre as principais transformações urbanas que ocorreram em Frutal entre os anos de 1990 e 2000, destacam-se o estabelecimento da Universidade do Estado de Minas Gerais<sup>79</sup>, em 2004; a abertura da FAF (Faculdade de Frutal), em 2005; a instalação do Centro UNESCO–HidroEX e a construção da Cidade das Águas, em 2009. Vem ocorrendo também diversificação de agentes produtivos, como demonstram a inserção da cana-de-açúcar – por meio da instalação da Usina Cerradão em 2006, da Usina Frutal em 2005 – e a construção da Cervejaria Premium<sup>80</sup>. Verifica-se, ademais, o surgimento de novos loteamentos, condomínios e bairros.

Com a expansão do emprego na produção sucroalcooleira tornou-se frequente a migração de trabalhadores e seus familiares, de outros estados e regiões, para se empregarem em diversos setores das usinas de açúcar e álcool instaladas no município. A cidade passou a receber também jovens em busca da formação acadêmica em nível superior de todo o país, além de professores, pesquisadores e técnicos para trabalharem na UEMG e no Centro UNESCO-HidroEX, desenvolvendo pesquisas e ministrando cursos.

Em termos estatísticos, os reflexos dessas mudanças podem ser percebidos em alguns dados da evolução demográfica e econômica do município. Entre os anos de 1991 e 2000, segundo informações fornecidas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil<sup>81</sup>, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,31%. Em Minas Gerais, esta taxa foi de 1,43%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

No censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, a população de Frutal era de 53.468 habitantes. Reis de Paula (2012) explica que houve um crescimento populacional de 14,83% se comparado ao censo realizado em 2000. Ainda segundo este autor, o crescimento populacional de Frutal acompanhou o crescimento populacional obtido pelas demais cidades da região do Triângulo Mineiro, sendo que a taxa de urbanização do município passou de 80,22% para 83,78%. No período que vai de 2000 e

---

<sup>79</sup>A universidade oferta à cidade os cursos de Direito, Geografia, Administração, Comunicação Social, Sistemas de Informação, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e Ciência e Tecnologia de Laticínios (transformado em Tecnologia em Produção de Alimentos, em 2012).

<sup>80</sup>No que tange às paisagens rurais, destaca-se a recente instalação das usinas de açúcar e álcool (Usina Frutal, pertencente à multinacional Bunge, e Usina Cerradão, do Grupo Queiroz e Queiroz), que vêm substituindo as paisagens anteriores pelos canaviais e modificando, sobretudo, o modo de vida dos agricultores de médio e pequeno porte, bem como suas relações de trabalho, pois estes deixaram de cultivar pequenas culturas ou atividades ligadas ao comércio local, para dar espaço ao cultivo da cana-de-açúcar, arrendando ou vendendo suas terras.

<sup>81</sup> Cf. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. FRUTAL – MG. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/frutal\\_mg#demografia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frutal_mg#demografia). Acesso em 28 set. de 2015.

2010, a população de Frutal cresceu a uma taxa média anual de 1,39%, superior à taxa de crescimento do Brasil, que foi de 1,17%, no mesmo período. Neste espaço de tempo, a taxa de urbanização do município passou de 83,78% para 86,20%, conforme demonstra a tabela abaixo:

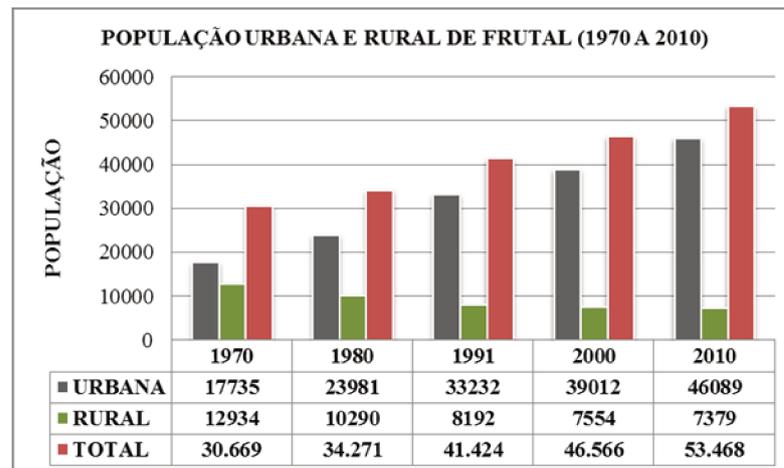
**Tabela 2:** Taxa de crescimento populacional de Frutal (MG).

POPULAÇÃO	(%) 1991	(%) 2000	(%) 2010
URBANA	80,22	83,78	86,2
RURAL	19,78	16,22	13,8

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

**Org.** VEDUVOTO, (2015).

**Gráfico 1:** Evolução populacional de Frutal (1970 a 2010).



**Fonte:** (SIDRA IBGE, 2010) **Org.** VEDUVOTO, 2015.<sup>82</sup>

No que se refere aos índices relativos de qualidade de vida no município, ainda de acordo com os dados fornecidos pelo ADHB, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano)<sup>83</sup> de Frutal em 2010 foi de 0,730 – o que situa o município na faixa de

<sup>82</sup>Cf. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 ago. de 2015.

<sup>83</sup>Os parâmetros que mais contribuíram para o IDHM do município foram a Longevidade, com índice de 0,865, seguida de Renda, com índice de 0,730, e de Educação, com índice de 0,615. Em perspectiva histórica, o município apresentou os seguintes índices de IDHM: (0,516 em 1991 para 0,643 em 2000) e (de 0,643 em 2000

Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)<sup>84</sup>. Os dados apontam para uma melhoria na qualidade de vida da população, pelo menos no que diz respeito à renda, longevidade e educação. Sobre a proporção da população mais pobre, aquela com renda familiar abaixo de R\$ 140,00 (baseado nos preços de agosto de 2010), “passou de 24,36%, em 1991, para 13,72%, em 2000, e para 5,28%, em 2010” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013)<sup>85</sup>. Percebe-se também uma diminuição dos índices de pobreza no município:

**Tabela 3:** Índices de renda, pobreza e desigualdade em Frutal – MG.

	1991	2000	2010
RENDA PER CAPITA	457,57	594,7	752,01
PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES	7	3,07	2,19
PORCENTAGEM DE POBRES	24,36	13,72	5,28
ÍNDICE GINI	0,56	0,56	0,47

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

**Org.** Veduoto, (2015).

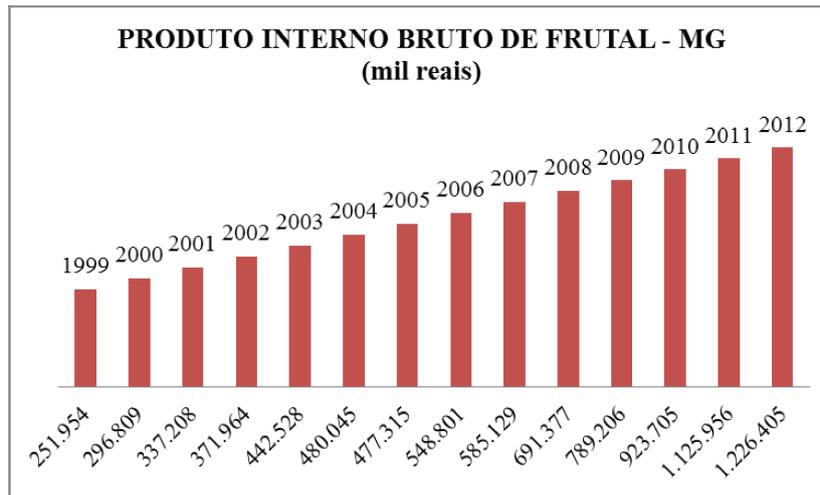
Outro dado que se destaca no que se refere à estatística econômica do município é o valor do Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 251.954 milhões reais, em 1999, para 548.801 milhões reais em 2006, alcançando 1.226.405 milhões reais em 2012. Veja o crescimento em anos:

---

para 0,730 em 2010). Sobre a renda per capita, nas últimas décadas, Frutal apresentou um crescimento de 64,35%, sendo (R\$ 457,57, em 1991), (R\$ 594,70, em 2000) e (R\$ 752,01, em 2010). Segundo o ADHB, isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período (1991 a 2010 de 2,65%), (entre 1991 e 2000: 2,96%) e (entre 2000 e 2010: 2,37%).

<sup>84</sup> “Frutal ocupa a 1021ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM”. Cf. [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/frutal\\_mg#demografia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frutal_mg#demografia).

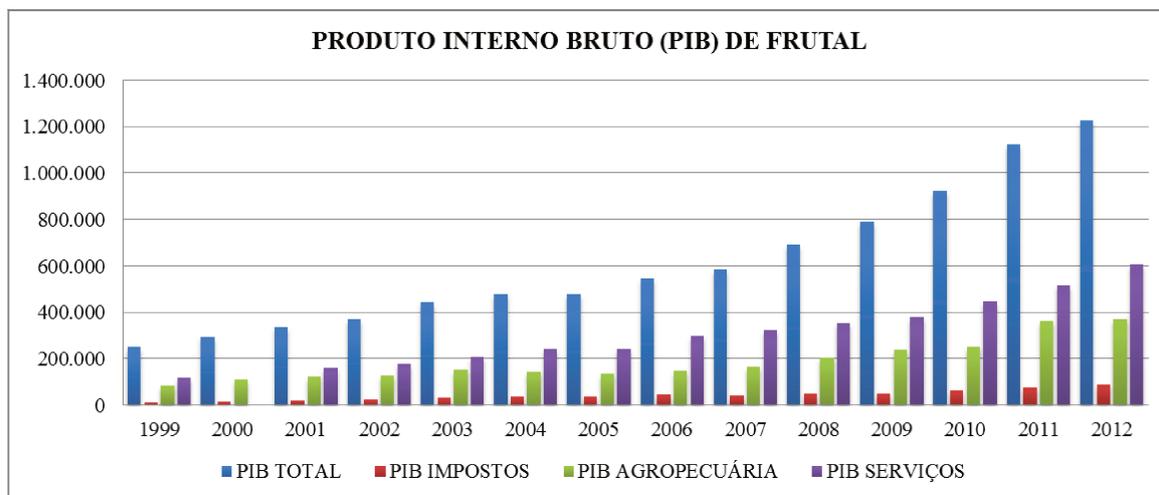
<sup>85</sup> “A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,56, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,47, em 2010” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013).

**Gráfico 2:** Produto Interno Bruto de Frutal (1999 a 2012).

**Fonte:** (SIDRA IBGE, 2010) **Org. VEDUVOTO, 2015.**

O aumento do produto interno de Frutal deveu-se, a partir de 2005, sobretudo, à instalação das usinas de açúcar e álcool, da Cervejaria Premium e da UEMG. Além disso, segundo Reis de Paula (2012), este crescimento deveu-se também à construção civil, ao comércio e a saúde<sup>86</sup>. Para este autor, contudo, “estas atividades sofrem influência, direta ou indireta, do desempenho das atividades da agropecuária e da agroindústria, presentes no município” (REIS DE PAULA, 2012, p. 105).

<sup>86</sup> Sobre a ocupação da população, em 2010, dos habitantes com 18 anos ou mais, 18,98% trabalhavam no setor agropecuário, 0,04% na indústria extrativa, 13,23% na indústria de transformação, 6,00% no setor de construção, 1,19% nos setores de utilidade pública, 17,30% no comércio e 37,38% no setor de serviços (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013).

**Gráfico 3:** PIB de Frutal (Impostos, agropecuária e serviços).

**Fonte:** (SIDRA IBGE, 2010) **Org.** VEDUVOTO, 2015.

As atividades agropecuárias formam a base da economia frutalense, destacando-se, a partir de 2000, a produção da pecuária (leiteira e de corte), abacaxi, laranja e soja. De acordo com Reis de Paula (2012, p. 75),

Em relação à produção leiteira, é importante ressaltar que no ano 2000 a produção de leite em Frutal ultrapassou a 60 milhões de litros, conforme dados coletados no escritório local da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Já em 2008, conforme informações do Boletim Setorial do Agronegócio da Bovinocultura Leiteira publicado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o município de Frutal produziu 50,20 milhões de litros de leite, se classificando em 38º no ranking brasileiro dos 50 principais municípios produtores (SEBRAE, 2010).

Como apresentado por Reis de Paula (2012), a economia leiteira de Frutal sofreu queda na produção, entre os anos 2000 e 2008. Como veremos adiante, tanto a laranja, como a soja, o abacaxi e a pecuária (de corte e leiteira), tiveram a produção diminuída entre os anos 2000 e 2005, havendo, no entanto, um crescimento vertiginoso da plantação de cana-de-açúcar. De acordo com Milton Vicente de Campos (2014)<sup>87</sup>, contador da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal (COFRUL), a produção leiteira de Frutal teve queda significativa a partir de 2007, quando a principal cooperativa, que comprava o leite dos pequenos e médios produtores rurais, passa por severa crise<sup>88</sup>:

<sup>87</sup> Entrevista concedida em 15 de julho de 2014 ao projeto “Saberes e práticas de pequenos agricultores no município de Frutal: a relação campo/cidade”, da Fundação Centro UNESCO-HidroEX. A autora integrou o grupo de pesquisa, atuando na gravação das entrevistas do projeto.

<sup>88</sup> Reis de Paula (2012, p. 102) explica como se deu a dinâmica dos laticínios em Frutal entre as décadas de 1980 a 2000. “Com a decadência da empresa Malibú [laticínio construído na década de 1980], na década de 1990, a empresa COFRUL (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Frutal) desenvolveu um importante papel na

A cooperativa ela foi uma cooperativa, uns quatro ou cinco anos atrás, ela foi uma cooperativa assim, vamos dizer, de médio porte. Ela tinha, mais ou menos, dois mil associados, dentro da própria cooperativa, e que fornecendo, participando da movimentação diariamente da cooperativa, em torno de mil associados. A cooperativa teve um problema financeiro, em fevereiro de dois mil e sete. O que aconteceu, por problemas mercadológicos, problema também até na parte administrativa da própria cooperativa, a cooperativa teve problema financeiro, ela teve, o que aconteceu, ela teve que... praticamente ela ficou desativada uns dois anos (Informação verbal)<sup>89</sup>.

Milton Vicente de Campos (2014) explica que houve uma diminuição de 100 mil litros em relação ao que era produzido pela cooperativa entre 2007 e 2014:

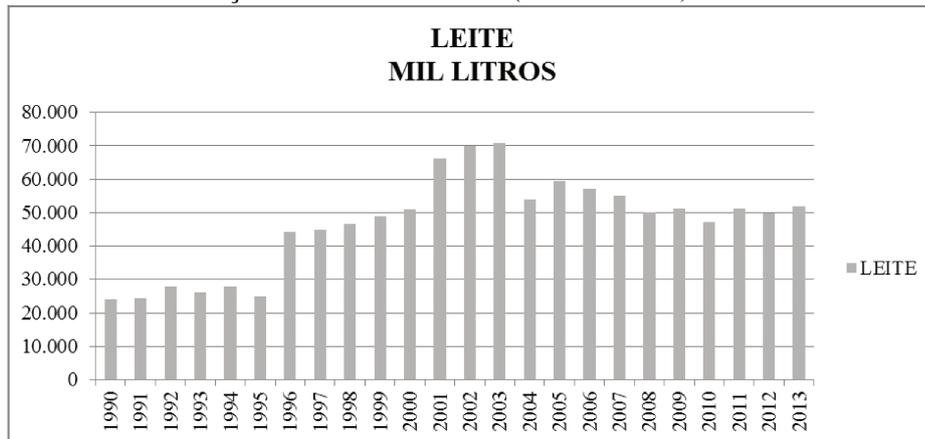
Ela tinha uma captação de leite em torno de cento e cinquenta mil litros de leite, ela envazava aqui... [...] Cento e cinquenta mil litros de leite, captação de leite mensal e buscava no mercado mais cinquenta mil. Então, nós tínhamos uma indústria de leite longa vida, envazávamos, diariamente, duzentos mil litros. [...] Antes de fevereiro de dois mil e sete. [...] A produção hoje, a nossa captação de leite hoje está em cinquenta mil litros de leite por dia. Nós estamos hoje com um terço da nossa captação, porque nós tínhamos cento e cinquenta mil, a meta nossa é chegar a cem mil (Informação verbal).

A diminuição da produção leiteira e o indicativo de crise podem ser observados nos dados fornecidos pelo Censo Demográfico (SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática) a partir de 2003. A captação de leite cai de 70.740 mil litros, em 2003, para 53.968 mil litros, em 2004, conforme demonstra a gráfico abaixo:

---

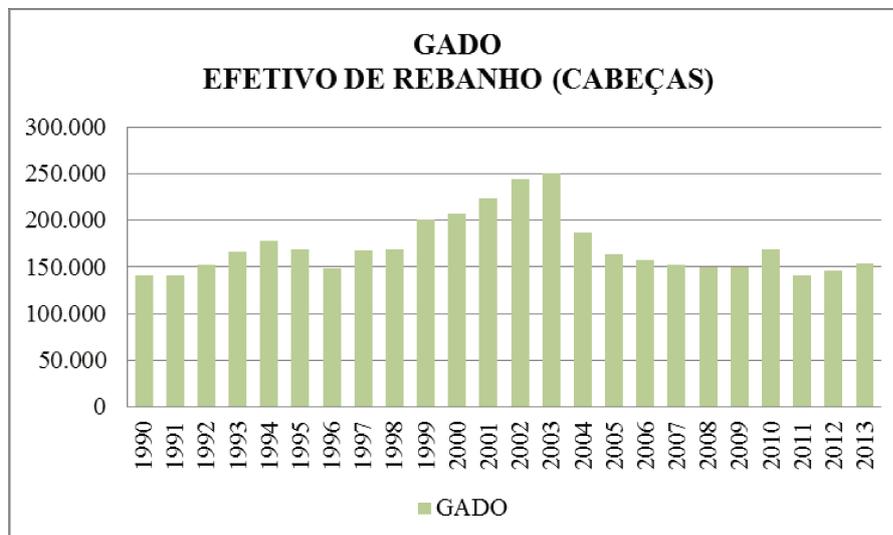
economia de Frutal com a instalação da indústria de leite tipo longa vida e achocolatados. Da mesma forma, esta cooperativa recebia a maior parte da produção de Frutal, além de vários municípios vizinhos como Campo Florido, Conceição das Alagoas, Comendador Gomes, Fronteira, Pirajuba e Planura, atingindo uma coleta de 16,6 milhões de litros anuais. A movimentação desta indústria em Frutal se destacava com 1.400 produtores associados, dos quais 950 eram de Frutal. Além de sua atividade de industrialização de leite tipo longa vida, a entidade prestava serviços de assistência técnica em veterinária e agronomia aos seus associados. [...] Durante as décadas de 1990 e 2000, a COOFRUL teve uma participação importante no aquecimento da economia de Frutal, aumentando a arrecadação municipal e gerando mais de 110 empregos diretos. No entanto, em meados da década de 2000, esta indústria não suportou a crise no setor leiteiro, que afetou Minas Gerais, e encerrou as suas atividades. Atualmente, apesar de manter a infraestrutura de recepção de leite e instalações industriais, a empresa exerce apenas o papel de entreposto por sistema de resfriamento e transporte a outras empresas. [...] Atualmente, Frutal conta com 07 laticínios que beneficiam e processam o leite produzido no município e em sua região”.

<sup>89</sup>CAMPOS, Milton Vicente. **Milton Vicente de Campos**: Depoimento. [jul. 2014]. Entrevistadora: A.Veduvoto e C. Bernardes. Frutal, 2014. Saberes e práticas de pequenos agricultores no município de Frutal: a relação campo/cidade”, da Fundação Centro UNESCO-HidroEX. (Áudio MP3: 43 minutos)

**Gráfico 4:** Produção leiteira em Frutal (1990 a 2013).

**Fonte:** (SIDRA IBGE, 2010) Org. VEDUVOTO, 2015.

No mesmo período, há uma queda significativa no rebanho de bovinos do município. Em 2003, Frutal, tinha 250.531 mil cabeças de gado e, em 2004, 187.067 mil animais. Este dado também está disponível abaixo:

**Gráfico 5:** Cabeças de gado em Frutal (1990 a 2013).

**Fonte:** (SIDRA IBGE, 2010) Org. VEDUVOTO, 2015.

Entre 2000 e 2005, houve diminuição significativa da área plantada das culturas da soja, laranja<sup>90</sup> e abacaxi. A produção de milho também sofreu alterações em quantidade de área plantada. Souza (2012, p. 156) explica:

Para o caso do município de Frutal, especialmente, ao considerar o aumento no número de arrendamentos de terras para o plantio da cana observa-se, [...] sinais de rebatimento sobre as áreas plantadas das principais lavouras do município. Nota-se que a área plantada de abacaxi em uma década foi reduzida em 54%, se comparado o ano 2000 com 2010, de 4200 [hectares] para 1900 [hectares]. A área de cultivo de laranja, que apresentou crescimento do ano de 2000 a 2002, sofreu redução nos anos de 2004 e 2005 e, a partir de 2006, manteve sua área de cultivo estabilizada em torno de 6500 ha. Em relação às lavouras de milho, estas apresentaram variações na última década, sofrendo uma redução de 49% de sua área de cultivo. Já a cultura de soja sofreu aumento de área correspondente a 58%, entre os anos 2000 a 2005. A partir do ano de 2006, a cultura iniciou uma redução contínua, em razão da inversão de grande parte de sua área para a produção de canavieira.

Sendo assim, de acordo com Souza (2012), deve-se considerar, em Frutal, que houve significativo aumento de arrendamento de terras para os empreendimentos da cana-de-açúcar e por isso uma diminuição na produção de outras culturas (permanentes e temporárias). Entendemos que a queda na produção da pecuária leiteira e de corte também esteja associada à chegada das usinas de açúcar e álcool no município<sup>91</sup>.

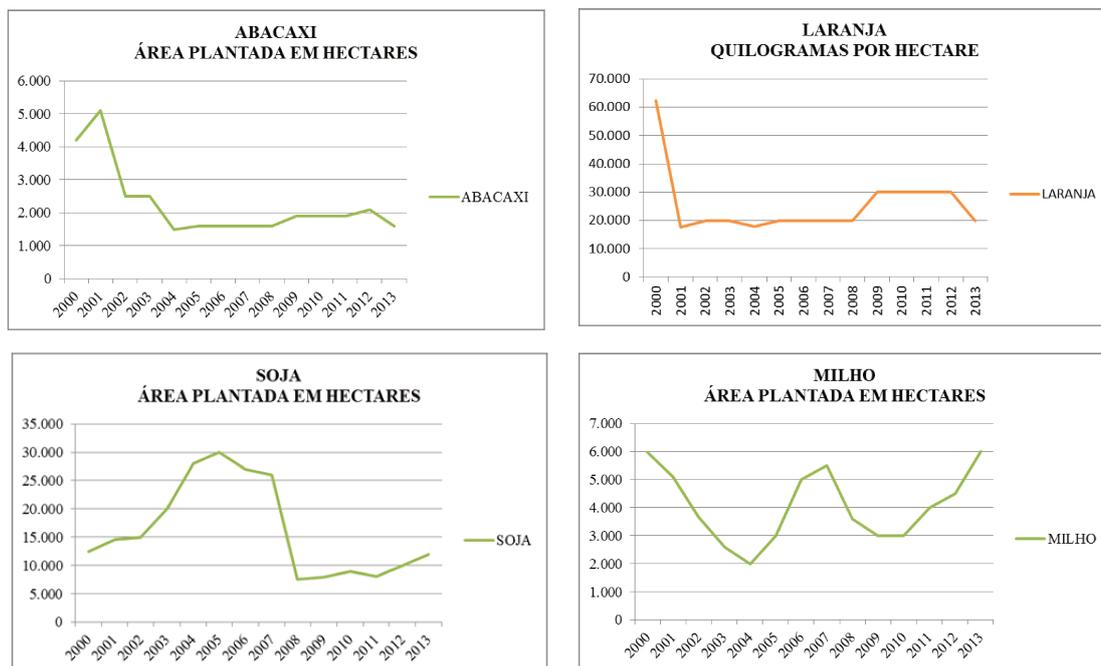
A área plantada de cana-de-açúcar, ainda segundo Souza (2012), ficou em situação de estabilidade entre os anos de 2000 e 2003. O período de crescimento iniciou-se em 2004 a 2008, quando foram incorporados cerca de 23.661 hectares ao plantio. A área de extensão descrita ficou estável até o ano de 2010. “Observa-se que a expansão de áreas plantadas de cana em Frutal, se deve à instalação das usinas Frutal (Bunge), no ano de 2007, e a Cerradão, em 2009” (SOUZA, 2012, p. 157). Nos gráficos, veem-se as oscilações descritas ao longo dos anos:

---

<sup>90</sup> Em março de 2005 o *site* Gazeta Digital informou que a produção de laranja teve uma queda importante entre os anos de 2000 e 2001, passando de 62.400 quilogramas, por hectare, para 17.550. Isso porque, em 2005, a empresa Cargill Agrícola S/A no Brasil anunciou a venda de seus ativos para a Cutrale e à Citrusuco/Fischer. As duas empresas possuíam sede no município. “A Cutrale ficou com a unidade de Uchoa, no interior de São Paulo, de processamento de suco de laranja, com fazendas em Planura e Frutal, em Minas Gerais, um viveiro de mudas e passou a utilizar o terminal portuário de Santos, no litoral de São Paulo, concedido até então à multinacional para exportação de suco de laranja”. A Cutrale ainda é ativa em Frutal e manteve estável a área plantada de laranja. Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/imprimir/secao/2/materia/67854>. Acesso em: set. 2015.

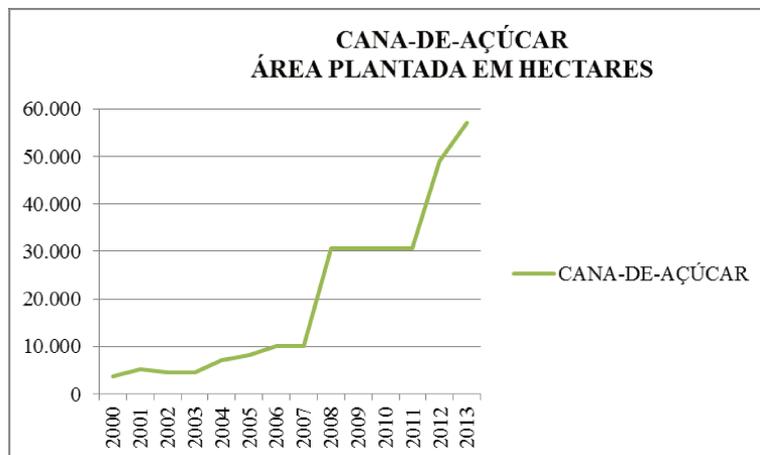
<sup>91</sup> Na opinião de Reis de Paula (2012, p. 85) “no entanto, as áreas ocupadas pela cana-de-açúcar atualmente em Frutal não são apenas as que eram ocupadas por pastagens oriundas da pecuária. Nota-se também que outras atividades agrícolas, como arroz, feijão, milho, soja e sorgo - da cultura temporária - também sofreram quedas significativas na sua produção ou área ocupada. [...] Dessa forma, outras plantações, como a de algodão, arroz, feijão, mandioca e melancia, lavouras temporárias, têm redução na produção no município de Frutal. Nos últimos anos, o feijão, por exemplo, que atingiu quase 2.000 toneladas em 1990, teve a produção reduzida em 2010. Já o milho, a soja e o sorgo apresentaram ligeiro decréscimo na década de 2000, e ligeiro aumento na produção entre os anos 2001 e 2007, o que não se manteve nos anos seguintes [...]”.

**Gráfico 6:** Área plantada em Frutal: Abacaxi, laranja, soja e milho.



Fonte: (SIDRA IBGE, 2010) Org. VEDUVOTO, 2015.

**Gráfico 7:** Área plantada de cana-de-açúcar em Frutal (MG).



Fonte: (SIDRA IBGE, 2010) Org. VEDUVOTO, 2015.

Reis de Paula (2012) explica que, neste período, as agroindústrias sucroalcooleiras se consolidam em Frutal. Duas instalações industriais são evidenciadas, a implantação da Usina de Álcool e Açúcar Frutal com a Usina Moema Participações S.A (Moema Par), com sede em Orindiúva (SP)<sup>92</sup>. E a construção da Usina Cerradão, em junho de 2006, por união de dois grupos ligados ao agronegócio, do frutalense Queiroz de Queiroz e do grupo Pitangueiras (SP). Frutal se destacou na produção de cana-de-açúcar e é o segundo maior produtor do estado de Minas Gerais, ficando atrás somente de Uberaba.

O município de Frutal, 2º maior produtor de cana-de-açúcar em Minas Gerais, produziu 455.120 toneladas em 2010 e 3.825.000 toneladas em 2011, ficando atrás apenas do município de Uberaba, que apresentou 5.700.000 toneladas produzidas. A cana-de-açúcar, segundo o IBGE, apresentava no ano de 1990 quase 2.000ha, perfazendo 0,8% do território total do município. Já em 2005, com a implantação dessas usinas, a área plantada passou para um total de 8.228ha, aumentando o percentual de área ocupada para 3,4%. Na safra seguinte, em 2009, este total chegou a 12,6% do total da área com mais de 30.000ha de lavouras de cana-de-açúcar plantadas, [...] que apresenta a quantidade de hectares ocupados pela cultura da cana-de-açúcar no município de Frutal (REIS DE PAULA, 2012, p. 83).

A espacialização da cana-de-açúcar no município indica que Frutal foi convertida em uma cidade voltada para atender as demandas do agronegócio. As alterações no campo, para além das paisagens que se homogeneizaram, tomadas pela cana, também sinalizam para uma mudança nas condições de trabalho dos pequenos e médios produtores rurais. Isso porque, houve um grande número de propriedades que foram arrendadas ou vendidas para o plantio de cana-de-açúcar. Os dados apresentados por Souza (2012) dimensionam a proporção de arrendamentos em hectares pelas usinas instaladas em Frutal: Bunge (Frutal) e Cerradão:

**Tabela 4:** Cultivo da cana-de-açúcar em hectares, para abastecimento da usina Cerradão em Frutal (MG), 2011.

Safra	Área de cultivo total	Área tomada em arrendamento	Área de produtores independentes
2007/2008	3.000	1.500	1.500
2008/2009	7.100	4.000	3.100
2009/2010	11.123	7.000	4.123
2010/2011	14.000	9.500	4.500

Fonte: SOUZA (2012, p. 99)

<sup>92</sup> Em 2009, a transnacional norte-americana BUNGE, dos Estados Unidos, adquiriu o controle acionário total de seis unidades, tornando-se a terceira maior produtora de etanol do país.

**Tabela 5:** Cultivo da cana-de-açúcar em hectares, para abastecimento da usina Bunge em Frutal (MG), 2011.

Safras	Área de cultivo total*	Área tomada em arrendamento	Áreas de produtores independentes
2005/2006	14.000	14.000	-
2006/2007	19.000	14.100	400
2007/2008	22.000	17.000	500
2008/2009	24.000	19.000	500
2009/2010	24.000	19.000	500
2010/2011	29.000	24.200	300

\*De acordo com Souza (2012) 4.500 (ha) deste total de área são de propriedade da usina.

**Fonte:** SOUZA (2012, p. 99)

A área total do município de Frutal é de 2.430,0 Km<sup>2</sup> (243.000 hectares). De acordo com os dados levantados por Souza (2012), as duas usinas juntas somam 43.000 hectares em área destinada para plantio de cana-de-açúcar. Além disso, como mostram as informações obtidas pela autora, a quantidade de área arrendada para as usinas teve significativo crescimento entre os anos de 2005 e 2011<sup>93</sup>.

Além da chegada das usinas de açúcar em álcool, em 2005, houve a implantação da Cervejaria Premium, do Grupo Aralco de Santo Antônio do Aracanguá (SP), região de Araçatuba. De acordo com Reis de Paula (2012, p. 107), a empresa tem atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro e no setor cervejeiro. A Cervejaria Premium é a primeira fábrica de cerveja e de chopp da Aralco. A Cervejaria localiza-se na Rodovia BR 364, Km 26,6 e chegou ao mercado inicialmente com a marca Fass, que é distribuída nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul<sup>94</sup>.

<sup>93</sup> Sobre o arrendamento de terras em Frutal, Reis de Paula (2012, p. 84), cita: “Sebastião Custódio Couto Júnior, secretário executivo do Sindicato Rural de Frutal, observa que o fortalecimento do agronegócio, especialmente no setor sucroalcooleiro, no Triângulo provocou a queda da bovinocultura do leite e de corte. Desta forma, muitos produtores rurais passaram a arrendar parte de suas terras, com valores praticados entre R\$ 800,00 e R\$ 1.000 o hectare arrendado às usinas instaladas nesta região. Este observa que muitos produtores não tirariam esse valor com suas lavouras normais, mas não podemos perder a diversidade econômica. Essa mudança só é benéfica para o dono da usina, para os funcionários, para o poder público que recebe impostos, o terceirizado que vende produtos, mas, no final, quem paga a conta é o produtor, o dono da terra, que é o que menos ganha. [...] Em função destas mudanças, a Câmara Municipal de Frutal está elaborando um projeto de lei que visa fixar em, no máximo, 30% a área do município que poderá ser usada para o cultivo da cana-de-açúcar. Essa medida visa a proteger o pequeno produtor rural, em sua maioria, e principalmente a rotatividade necessária das lavouras existentes neste município”.

<sup>94</sup> Em 09 de outubro de 2013 “a Cervejaria Premium, que produzia as cervejas Fass, Bela, Santa Fé e Bauhaus, foi vendida para o empresário e investidor Nelson Moreizono. Ele faz parte de um grupo que já foi dono das

No que se refere ao setor de Serviços, em 2004, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) foi instalada em Frutal e passou a funcionar como Fundação Educacional. Nesta parceria, os alunos tinham de pagar uma parte da mensalidade. Em 2007, a UEMG passou pelo processo de estadualização<sup>95</sup>, junto ao Governo Estadual. Neste período, Narcio Rodrigues da Silveira<sup>96</sup> e Zé Maia<sup>97</sup> eram deputados federal e estadual, respectivamente. Junto a outros políticos da cidade<sup>98</sup>, conseguiram uma interlocução com o então governador Aécio Neves e o vice Antônio Anastasia, negociando a estadualização do Campus Frutal:

Desde a chegada da UEMG em Frutal, a luta da cidade passou a ser pela sua transformação em universidade pública e gratuita. Embora muito comemorada, a vinda da UEMG não tinha livrado as famílias locais das mensalidades. O funcionamento da UEMG em Minas Gerais – em praticamente todos os Campi existentes – é feito assim, com os cursos pagos pelos alunos. Com a UEMG em Frutal, veio o sonho da ESTADUALIZAÇÃO. Foi outra etapa de grande luta. Depois de uma ampla negociação dos deputados Narcio e Zé Maia com o Governo do Estado foi, enfim, acertado o processo de estadualização do Campus de Frutal.

---

marcas Benegripe, Doril, Monange e Biotônico Fontoura. Nelson comprou a marca Proibida, que pertencia à Cervejaria Brasileira de Bebidas Premium, e posteriormente adquiriu a Cervejaria Fass, onde produzirá a cerveja Proibida. No total, ele já fez aquisição de três fábricas: na Bahia, Ceará e Minas Gerais, em Frutal. A cerveja já está sendo produzida na fábrica, sendo que o primeiro lote foi produzido para cumprir um contrato feito em São Paulo. Daqui a 15 dias a marca Proibida deverá ser encontrada no mercado frutalense”. Disponível em: <http://www.rodriportari.com.br/?p=3156>. Acesso em: 05 out. 2015.

<sup>95</sup> “São 1.100 alunos de várias regiões do país que buscam na UEMG educação superior, gratuita e de qualidade”. Disponível em: <http://www.uemg.br/unidade.php?id=11>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>96</sup> Narcio Rodrigues da Silveira foi: “Deputado Federal, 1995-1998, MG, PSDB; Deputado Federal, 1999-2003, MG, PSDB; Deputado Federal, 2003-2007, MG, PSDB; Deputado Federal, 2007-2011, MG, PSDB; Deputado Federal, 2011-2015, MG, PSDB. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2007-2011, para assumir o cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais, a partir de 3 de janeiro de 2011. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 2011-2015, para assumir o cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de 2 de Fevereiro de 2011 a 1º de novembro de 2013 e a partir de 16 de dezembro de 2013. Reassumiu em 17 de novembro de 2014”. **Conheça os Deputados: Narcio Rodrigues PSDB. MG.** Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74108&tipo=1](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74108&tipo=1). Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>97</sup> Zé Maia é filiado ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e “Atualmente cumpre o seu terceiro mandato consecutivo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde ingressou em 2003. Na 15ª Legislatura foi presidente da Comissão de Segurança Pública (2005/2006). Desde a 16ª Legislatura é presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária por 4 vezes consecutivas (2007/2008, 2009/2010, 2011/2012 e 2013/2014). Em 2013 foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia e vice-presidente da Comissão Extraordinária das Águas”. **Conheça os deputados da 17ª legislatura (de 01/02/2011 a 31/01/2015).** Disponível em: <http://www.almg.gov.br/deputados/biografia/index.html?idDep=12292&leg=17>. Acesso em: 23 nov. 2015.

<sup>98</sup> Quando da estadualização da UEMG, divulgou-se a comemoração de políticos de Frutal, junto ao ex-deputado Narcio e ao vice-governador de Minas Gerais em 2007, Antônio Anastasia: “Vice-Governador Antônio Anastasia (o grande maestro da estadualização), a reitora Janete Gomes Barreto, o deputado Narcio e Idelbrando Miranda comemoram a conquista da Universidade Pública Gratuita, no dia 21 de junho de 2007” e “O Diretor Ronaldo Wilson vibra com a conquista da UEMG Frutal. Na foto ao seu lado, o cantor e compositor Raimundo Fagner, que participou do anúncio em Frutal como convidado do deputado Narcio Rodrigues”. Disponível em: <http://www.uemgfrutal.org.br/paineis/painel13.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015

Nas negociações, o deputado federal Narcio Rodrigues se comprometeu, por quatro anos, com o aporte de emendas individuais de sua autoria ao Orçamento Geral da União para ajudar no custeio da unidade de Frutal, com recursos que superaram R\$ 5 milhões. [...] No dia 21 de junho de 2007 – data que deve ser sempre comemorada pela cidade como marca especial na sua História – o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Junho Anastasia anunciou, em visita a Frutal e em nome do governador Aécio Neves, ‘a imediata estadualização do Campus de Frutal’, num ato que causou uma verdadeira comoção na cidade<sup>99</sup>.

Em 2009, ocorreu a inauguração da Fundação Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa UNESCO-HidroEX, também uma iniciativa do grupo político representado pelo deputado Narcio Rodrigues. O objetivo inicial da fundação foi se tornar um centro de categoria internacional vinculada a UNESCO, cuja intenção foi a de instaurar um complexo educacional e de pesquisa voltado à proteção dos recursos hídricos:

O Instituto HidroEX – Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas – foi criado no município de Frutal, em Minas Gerais, por meio da ação parlamentar do deputado federal Narcio Rodrigues, com o apoio dos governos federal e estadual, e já é considerado um Centro de Categoria II da UNESCO<sup>100</sup>. [...] O Instituto HidroEX foi projetado para ser um centro irradiador de conhecimento e pesquisa em águas, com o foco voltado para o Cerrado brasileiro e biomas afins, na América Latina e na África (as Savanas, que são um tipo de vegetação muito parecidas com o Cerrado). Será, portanto, um Centro de Excelência de alcance e repercussão internacionais, com referência da UNESCO<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup>Cf. **Estadualização, a grande conquista**. Disponível em: <http://www.uemgfrutal.org.br/paineis/painel13.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

<sup>100</sup> Em notícia veiculada em 29 de outubro de 2009: “Idealizado pelo Deputado Narcio Rodrigues, o Instituto HidroEx, com base em Frutal, Triângulo Mineiro acaba de tornar-se um Centro de Categoria II da Unesco. Até agora o Brasil possui apenas dois projetos pleiteando esta associação, um deles o HidroEX. A vitória em Paris foi a conquista de um dedicado trabalho iniciado em 2001 pelo parlamentar tucano, buscando o credenciamento da UNESCO para seus propósitos. A oficialização do HidroEX como Instituto Categoria II transforma Minas Gerais em um importante polo de pesquisas e geração de conhecimento em questões estratégicas do meio ambiente no mundo. Todo este processo foi formalmente iniciado quando a Comissão Brasileira para Programas Hidrológicos Internacionais – COBRAPHI – aprovou o conteúdo técnico da proposta e o Bureau do Programa Hidrológico Internacional – PHI – fez a recomendação do projeto do HidroEX à UNESCO, em sua 40ª reunião, que aconteceu em Delft, na Holanda, em junho de 2007 (na sede do IHE – Instituto de Educação para as Águas, entidade ligada à UNESCO). Mesmo antes disso várias missões com representantes de Minas Gerais e do Brasil, sempre sob a coordenação do deputado federal Narcio Rodrigues, estiveram reunidas com a Direção de Hidrologia da UNESCO, em Paris, para discutir e formatar o projeto do Instituto HidroEX. O Instituto HidroEX vem sendo implantado pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Secretaria de Agricultura, através da EMATER, em parceria com o Governo Federal, através dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, e de outros órgãos públicos afins”. **Agora é oficial: instituto Hidroex é da Unesco**. Disponível em: <http://www.uemgfrutal.org.br/mostranoticia.php?codnot=339>. Acesso em: 20 nov. 2015.

<sup>101</sup>Cf. **Hidroex: a busca da excelência em águas**. Disponível em: <http://narcio.com.br/hidroex-a-busca-da-excelencia-em-aguas/>. Acesso em: 05 out. 2015.

Além da Fundação HidroEX, a partir de 2010, projetou-se construir um complexo de edifícios, que comporia junto com a UEMG e a HidroEX, a “Cidade das Águas”. O projeto arquitetônico foi elaborado pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner<sup>102</sup>:

O arquiteto, urbanista e paisagista paranaense, Jaime Lerner, esteve na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, [...], para entregar ao governador Antonio Anastasia e ao secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Narcio Rodrigues, o projeto urbanístico e arquitetônico da Cidade das Águas Unesco-Hidroex, em implantação no município de Frutal, Triângulo Mineiro. A Cidade das Águas Unesco-Hidroex é uma resposta de Minas Gerais ao desafio da preservação dos recursos hídricos e coloca o Brasil em destaque, ao atrair instituições de excelência ligadas ao tema da água para desenvolver pesquisas, programas e implantar o conceito das Nações Unidas de educação para as águas. Duas grandes estruturas já estão em funcionamento: o campus da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) com cerca de 1.500 alunos matriculados e as instalações do Unesco-Hidroex. Em toda a estrutura já foram investidos R\$55 milhões pelos governos estadual e federal. A expectativa é de que sejam investidos mais R\$80 milhões para implantação de todo o complexo<sup>103</sup>.

**Figura 11:** Cidade das Águas - Unesco-Hidroex - maquete elaborada pelo arquiteto Jaime Lerner.



**Fonte:** UEMG - Frutal

A partir de 2012, houve uma aceleração na construção das obras da “Cidade das Águas”, isto em razão do anúncio de que o projeto contaria com recursos da União para a edificação do complexo. Em material de divulgação bilíngue (português–inglês), do governo de Minas Gerais, a fundação HidroEX e a Cidades das Águas são apresentados da seguinte maneira:

<sup>102</sup> “Jaime Lerner é arquiteto e urbanista, fundador do Instituto Jaime Lerner e da Jaime Lerner Arquitetos Associados (JLAA), presidente da União Internacional dos Arquitetos – UIA no período 2002/2005. Três vezes prefeito da Cidade de Curitiba [...]”. Disponível em: <http://www.jaimelerner.com/bio.html>. Acesso em: 24 nov. 2015.

<sup>103</sup> **Narcio recebe projeto urbanístico da Cidade das Águas Unesco-Hidroex.** Disponível em: <http://narcio.com.br/narcio-recebe-projeto-urbanistico-da-cidade-das-aguas-unesco-hidroex/>. Acesso em: 05 out. 2015.

Em Frutal, Minas Gerais, Brasil, às margens do Rio Grande, está nascendo uma nova Cidade. Curiosamente, os modernos e sólidos edifícios desta cidade têm como alicerce um argumento forte o bastante para garantir que este projeto ganhe o mundo. Este alicerce chama-se água. CIDADE DAS ÁGUAS DA UNESCO. Este é o nome do arrojado projeto que está sendo implantado no município de Frutal, no estado de Minas Gerais (Brasil), e que tem como objetivo criar um grande complexo educacional inteiramente voltado para as águas. As obras de implantação da CIDADE DAS ÁGUAS estão a todo vapor. Esta proposta tem como fio condutor a presença, em Frutal, do Instituto UNESCO – HidroEX – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas. A partir da presença desta Fundação, outras instituições educacionais e de pesquisa se acoplam ao projeto e estão instalando em Frutal um polo de centros avançados de estudos. [...] a gestão, preservação e recuperação das águas, superficiais e subterrâneas, assim como a educação e formação de uma nova geração de líderes na gestão da água. [...] Os governos do Brasil e de Minas Gerais já investiram R\$ 50 milhões na consolidação física deste imenso conglomerado educacional e pretendem investir mais R\$ 80 milhões nos próximos dois anos, num total previsto de R\$ 130 milhões. [...] A CIDADE DAS ÁGUAS DA UNESCO nasce como um projeto arquitetônico na forma; e de educação, na alma. Uma cidade de tijolos, cimento e máquinas, erguida em torno de um objetivo comum e crucial para a preservação da vida: a preservação da água. (UNESCO HidroEX, p. 7)<sup>104</sup>

**Figura 12:** Imagem Aérea – Complexo Cidade das Águas em Frutal (MG), 2015.



Fonte: Blog do Portari, 2015<sup>105</sup>.

Além do projeto arquitetônico para a construção da Cidade das Águas, Jaime Lerner e equipe traçaram um projeto de reestruturação urbana de Frutal, que intencionou estabelecer novas diretrizes para o Plano Diretor Municipal:

A integração da Cidade das Águas Unesco-Hidroex à área urbana de Frutal faz com que Minas Gerais passe a abrigar o mais ousado e inovador projeto de sustentabilidade em implantação na América Latina. Ele traça diretrizes básicas da estruturação da cidade e se mostra como um complexo educacional e de pesquisa que se integra à comunidade urbana local. Na concepção Lerner de Frutal, formatada

<sup>104</sup> **BRASIL cria Cidade das Águas.** Disponível em: <http://www.hidroex.mg.gov.br/uploads/Cidade-das-aguas.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

<sup>105</sup> **Cidade das Águas fica fora de pacote de retomada de obras do governo de MG.** Disponível em: <http://www.rodriportari.com.br/?p=7329>. Acesso em: nov. 2015.

em 95 páginas, traz recomendações para o Plano Diretor da cidade, sugestões de paisagismo, estruturação viária, de transporte e de iluminação, além de uma ciclovia que corta todo o perímetro urbano<sup>106</sup>.

Concomitantemente, outra intervenção tem provocado substantivas transformações na produção do espaço urbano de Frutal. Trata-se da implantação, em 2005, de loteamento de habitação popular por meio do projeto COHAB Minas Gerais (180 casas), situado na zona Norte na cidade. E a partir de 2009, a instalação do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, com a inserção de cinco conjuntos habitacionais Faixa I (1.853 casas) e Faixa II (em média 2.000 casas).

**Tabela 6:** “Minha Casa, Minha Vida” (Faixa I) em Frutal (MG).

"MINHA CASA, MINHA VIDA" (FAIXA I) EM FRUTAL - MG			
CONJUNTO HABITACIONAL	QUANTIDADE DE CASAS	ANO DE ENTREGA	PREFEITO RESPONSÁVEL PELA OBRA
Residencial Waldemar Marchi	382 moradias	2011	ex-prefeita Maria Cecília Marchi Borges
Residencial Parque Flamboyant	353 moradias	2013	prefeito Mauri Alves
Residencial Waldemar Marchi I	364 moradias	2015	prefeito Mauri Alves
Residencial Waldemar Marchi 2ª etapa	304 moradias	2015	prefeito Mauri Alves
Residencial Francisco Cabrera Moron	449 moradia	2016	prefeito Mauri Alves

**Fonte:** Prefeitura de Frutal, 2015<sup>107</sup>. Org. Veduvoto, 2015.

Para situar a dimensão da implantação deste empreendimento, o governo local contou com a presença do Ministro Gilberto Kassab a Frutal para inaugurar o conjunto habitacional Waldemar Marchi, em maio de 2015<sup>108</sup>:

O sonho de 668 famílias foi realizado na tarde do dia 14 de maio em Frutal. Nesta data, a Prefeitura, Caixa Econômica e Governo Federal entregaram as chaves das

<sup>106</sup> **Narcio recebe projeto urbanístico da Cidade das Águas Unesco-Hidroex.** Disponível em: <http://narcio.com.br/narcio-recebe-projeto-urbanistico-da-cidade-das-aguas-unesco-hidroex/>. Acesso em: 20 out. 2015.

<sup>107</sup> Cf. PREFEITURA DE FRUTAL. **Prefeitura, Caixa Econômica e Governo Federal realizam o sonho de 668 famílias frutalenses.** Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/2015-05-20-12-44-14.html>. Acesso em 10 out. 2015.

<sup>108</sup> Se não fosse por razões climáticas, que impediram o pouso do helicóptero, a Presidente Dilma Rousseff teria sido a responsável pela inauguração e entrega das casas em Frutal, conforme a notícia: “Informações que chegaram há pouco da assessoria da presidenta Dilma é que a visita a Frutal foi cancelada. O motivo seriam as condições climáticas que impediriam o pouso do helicóptero que traria Dilma Rousseff a Frutal. Nesse momento, discute-se o reagendamento da vinda de Dilma a Frutal e se a entrega das chaves ocorrerá com a presença dela ou se o evento prosseguirá normalmente. Em breve, mais informações sobre essa situação. A equipe de Dilma Rousseff e do governador Pimentel estavam em Frutal desde a última quinta preparando para esse evento. Ao que parece, as condições climáticas atrapalharam os planos presidenciais para a vinda à nossa cidade”. **Dilma cancela vinda a Frutal por razões climáticas.** Disponível em: <http://www.rodrigoportari.com.br/?p=6606>. Acesso em: 20 out. 2015.

casas dos residenciais Waldemar Marchi II e Waldemar Marchi 2ª [etapa]. Uma verdadeira multidão compareceu para acompanhar a cerimônia de inauguração oficial dos loteamentos e, pouco depois, se organizou para começar a mudança para os novos bairros. Para participar desse momento importante da vida de aproximadamente 2 mil frutalenses, esteve na cidade o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD). Ele foi recepcionado pelo prefeito Mauri Alves e pela primeira-dama, Wilma de Souza Paulino Alves e, juntos, descerraram a placa de inauguração oficial dos residenciais. O ministro Kassab fez questão de ressaltar a importância do programa Minha Casa Minha Vida para transformar a vida de milhares de brasileiros, especialmente daqueles que pagam aluguel. ‘É um sonho que se concretiza para centenas de famílias que, a partir de agora, vão morar com dignidade, poderão educar melhor seus filhos e dar uma atenção adequada a eles. Ao longo de nove anos, temos mais de 25 milhões de brasileiros beneficiados. Me sinto honrado em representar a presidenta Dilma Rousseff nesse evento e esse é um dos programas mais importantes para nós’, frisou Kassab.

**Figura 13:** Residencial Waldemar Marchi em Frutal (MG), 2015.



**Fonte:** Prefeitura de Frutal, 2015<sup>109</sup>

Sobre os investimentos do Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida” em Frutal, o Portal Brasil<sup>110</sup>, em maio de 2015, noticiou que foram empreendidos 40 milhões de reais para construir os conjuntos habitacionais Waldemar Marchi II e Waldemar 2ª etapa:

O município mineiro de Frutal recebeu [...] 668 unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida. Com investimento de R\$ 40 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o empreendimento com dois residenciais beneficiará 2.672 famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil. O primeiro empreendimento entregue foi o Residencial Waldemar Marchi II, com 364 casas e investimento de R\$ 21,8 milhões. O segundo foi o Residencial Waldemar Marchi 2ª etapa, com 304 casas e investimento de R\$ 18,2 milhões. Todas as unidades habitacionais são adaptáveis a portadores de necessidades especiais. De acordo com

<sup>109</sup> **CASA PRÓPRIA - Maior programa habitacional da história de Frutal!.** Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituradefrutal/posts/841904565846707> Acesso em: 10 nov. 2015.

<sup>110</sup> **Município de Frutal (MG) recebe moradias do Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/municipio-de-frutal-mg-recebe-moradias-do-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 15 nov. 2011.

Kassab, teremos uma nova etapa do Minha Casa, Minha Vida. “Logo, logo será lançada a fase 3 do Minha Casa, Minha Vida, que tem como meta a contratação de 3 milhões de novas unidades habitacionais para que mais pessoas tenham acesso à casa própria”, afirma.

É preciso considerar que o principal critério de seleção das famílias que serão atendidas pelo programa do governo federal é a renda. As unidades habitacionais Faixa I e Faixa II são distintas, dentre outras características, em estrutura (interna e externa), tamanho dos lotes, valor da prestação e o tempo de financiamento dos imóveis. Isso porque as unidades habitacionais Faixa I são subsidiadas pelo FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e recebem subsídio do orçamento geral da união. Assim, os conjuntos habitacionais Faixa I são destinados à população com renda familiar mensal inferior a R\$ 1.600,00.

No caso dos empreendimentos da Faixa I, a demanda é inteiramente indicada pelos governos locais. A construtora é remunerada pela execução do projeto diretamente pelo FAR, não se sujeitando ao risco de inadimplência dos beneficiários e não exercendo qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis. (ROLNIK et al., 2015, p.130)

Já as habitações Faixa II são destinadas para as famílias com renda mensal entre R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00. De acordo com a Caixa Econômica Federal, Frutal não recebeu empreendimentos Faixa III (de 3.100,01 a 5.000,00 reais).

As condições são bem diferentes no caso dos empreendimentos destinados à Faixa 2 e à Faixa 3, que integram o chamado "mercado popular". Nesses casos, a construtora figura como incorporadora da operação, responsabilizando-se pela comercialização das unidades. Os beneficiários celebram contratos de compra e venda diretamente com a construtora, recebendo financiamento para a compra das unidades. O financiamento é concedido pela CAIXA com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (ROLNIK et al., 2015, p.130)

Os residenciais do Faixa I foram construídos, primordialmente, na zona Sul da área urbana. De modo geral, segundo Reis de Paula (2012), a partir de 2008 foram construídos 12 loteamentos, chegando a 17 até o ano de 2011. Também em 2011 foi implantado o primeiro loteamento fechado da cidade, próximo à cidade universitária, área bastante valorizada desde a implantação da UEMG e da UNESCO-HidroEX. Os dois loteamentos de alto padrão de Frutal estão localizados na zona Oeste.

**Tabela 7:** Loteamentos implantados em Frutal (1990 a 2000).

N°	LOTEAMENTO	DATA/APROVAÇÃO	QUANT/LOTES	DÉCADA
1	Granville Casa Blanca	08/11/1994	253	1990
2	Estância Seneville*	20/06/1995	55	
3	Universe Residence Plaza	23/02/1998	119	
4	Residencial Eldourado	18/05/2001	304	2000
5	Condomínio Rio Grande*	23/12/2004	83	
6	Residencial Portinari	19/03/2008	469	
7	Nova Frutal	08/01/2009	417	
8	Chácara Universitária	19/01/2009	209	
9	Conjunto Resid. Waldemar Marchi	21/01/2009	382	
10	Vô Chiquinho	16/09/2009	109	
11	Residencial Zona Sul	08/10/2009	88	2010
12	Jardim do Bosque	14/04/2010	679	
13	Residencial Dr. Jose Salles Filho	15/03/2011	309	
14	Condomínio Resid. Villa Florence*	19/04/2011	152	
15	Residencial Parque Flamboyant	25/04/2001	415	
16	Conjunto Resid. Francisco C. Moron	14/09/2011	465	
17	Jardim dos Ipês	20/10/2011	309	

\*Nota da tabela: Condomínio Fechado.

Fonte: Prefeitura Municipal de Frutal (2012). Org. REIS DE PAULA, 2012.

Em função dessas mudanças, a cidade passou por muitas intervenções em seus espaços centrais e periféricos desde 2005, principalmente. Tanto no que se refere às ações empreendidas pelo governo local (personificado pelos gestores públicos), quanto às realizadas por políticos locais, em interlocução com o Governo Estadual e Federal (os deputados). A partir de 2009, também deverá se considerar a chegada do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, programa desenvolvido em âmbito nacional pelo Governo Federal. Além disso, outros agentes interviram na produção do espaço urbano de Frutal, principalmente do setor imobiliário, que construíram bairros e loteamentos novos, em lugares estratégicos, imprimindo uma nova dinâmica ao mercado imobiliário frutalense.

### **2.3 Planejamento e Gestão: Estratégias de produção do espaço urbano em Frutal**

De acordo com as pesquisas de campo realizadas em Frutal, o governo municipal exerceu papel ativo na produção do espaço urbano. Isto é, construiu e direcionou eixos de crescimento, edificou bairros, fez doações de terrenos, diversificou o setor econômico por meio de incentivos, elaborou documentos de planejamento urbano, dentre outras iniciativas. É necessário observar, contudo, que a organização do espaço de Frutal é caracterizada pela

atuação empreendida por cada Prefeito que administrou a cidade, para além dos instrumentos que direcionam o planejamento urbano de Frutal. Pois cada gestor expressou as suas próprias características na produção do espaço urbano frutalense. Para exemplificar, Antônio Borges<sup>111</sup> cita o período em que foi secretário de obras na gestão do ex-prefeito Alceu Queiroz (1977-1983/1989-1992) e comenta que o Sr. Alceu era a própria lei da cidade, a lei viva. Embora não houvesse plano diretor no período, o desenvolvimento urbano era feito de acordo com as iniciativas do prefeito:

Na realidade, o Sr. Alceu era a lei viva da cidade. A cidade inchou com isso. Não tinha plano de desenvolvimento, ele foi um bandeirante, vamos dizer assim. Mas à maneira dele. [...] É, na realidade era o jeitão dele (informação verbal)<sup>112</sup>.

Em 1972, Frutal recebeu do então Governador biônico de Minas Gerais, Rondon Pacheco, um documento intitulado “Relatório Preliminar de Desenvolvimento Local Integrado de Frutal – Minas Gerais”<sup>113</sup>. O relatório foi elaborado por meio de convênio com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e teve como objetivo aplicar o PAC (Programa de Ação Concentrada) em Frutal, com o aval do Ministério do Interior. No documento consta que o levantamento realizado ocorreu entre a gestão do Prefeito Municipal Homero Alves de Souza (1967-1971) e foi concluída na gestão de José Mizziara Morais de Andrade (1971-1973). De modo geral, foi feito um levantamento diagnóstico com informações geográficas (características físicas), sobre a infraestrutura existente no município, incluindo os principais setores da economia frutalense e as características socioculturais de Frutal e região.

Os estudos sobre o município foram realizados com o intuito de auxiliar a equipe técnica a elaborar uma série de sugestões e diretrizes para política de desenvolvimento urbano de Frutal, tanto de ações imediatas quanto de longo prazo. Para exemplificar, citamos os problemas de voçorocas na cidade. Já na década de 1970, o relatório redigiu instruções técnicas de como estabilizar as voçorocas urbanas e fez críticas às resoluções técnicas que o governo local utilizava para lidar com o problema. Como citado na Introdução, ainda há

---

<sup>111</sup> Secretário de obras nas gestões: Prefeito Alceu Silva Queiroz (década de 1980); Pedro Macedo (1982); Antônio Heitor de Queiroz (1993 – 1996) e Dr. Luiz Antônio Zanto F. Borges (1997 – 2000).

<sup>112</sup> BORGES, Antonio. **Antonio Borges:** Depoimento. [jul. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 1 hora 08 minutos 18 segundos)

<sup>113</sup> Cf. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) – Projeto Rondon VII – Programa de Ação Concentrada – Ministério do Interior. Este material está disponível na Câmara Municipal de Frutal. A cópia digitalizada do documento foi disponibilizada por Adriano Reis de Paula, pesquisador de Frutal.

voçorocas de risco em Frutal e a política local ignorou as instruções recebidas pelo Ministério do Interior por mais de 40 anos:

A Prefeitura de Frutal mandou aterrar, com aterro comum, algumas voçorocas, que surgiram na área, entretanto, esse processo não surtirá efeito por muito tempo, pois, o essencial para evitar o voçorocamento é manter uma cobertura vegetal no solo que lhe proporcione húmus que atue como esponja, evitando velozes correntes d'água na superfície, na ocasião da chuva [...] (RPDI, 1972, p. 41).<sup>114</sup>

Dentre outras observações, o relatório apontou um déficit no que se refere às leis municipais. O município contava com a Lei de Estrutura, Código Tributário, Lei do Quadro de Pessoal, Lei Orçamentária, Código de Posturas – que incluía o Código de Obras, a Lei de Zoneamento Urbano e a Lei de Loteamentos Urbanos. Segundo o documento, a legislação de Frutal estava desatualizada e tinha a aplicação bastante deficiente. O relatório também questionou a estrutura administrativa legal do município. A crítica feita pelo SERFHAU diz respeito à discrepância existente entre o que está definido em lei e a realidade da organização administrativa:

O organograma [...] apresenta a Estrutura Administrativa Real da Prefeitura. Nota-se, de antemão, a enorme discrepância entre o que existe na realidade e o que está definido na Lei de Estrutura. Além disso, observa-se que a estrutura existente foi formada de maneira empírica, tendo como consequência a excessiva centralização das atividades em torno do Assessor. No ápice da estrutura Administrativa encontra-se o Prefeito Municipal, que delegou grande parte de suas atribuições ao Assessor (RPDI, 1972, p. 162).

Sobre o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Aplicação de quotas-partes da Prefeitura Municipal, o Relatório de Desenvolvimento Integrado relatou que ambos foram elaborados “à revelia”, sem que houvesse uma apuração das principais prioridades municipais. O relatório questionou ainda a falta de estudos técnicos apurados nas definições de ações municipais que constavam nos planos. Outras críticas foram feitas:

Com relação ao primeiro deles, verifica-se, ainda, que ele não é aplicado – por mais de um ano e que, em cada nova proposta orçamentária, é apresentado um novo plano plurianual. Com relação ao segundo, sua elaboração é feita por obrigações da legislação em vigor. (RPDI, 1972, p. 174)

Várias medidas de caráter emergencial foram sugeridas ao município com o intuito de acelerar o desenvolvimento urbano de Frutal. Dentre elas, podemos citar a construção de uma nova rodoviária, construída na gestão do Prefeito Alceu Queiroz. Outras diretrizes carecem de atendimento ainda na atualidade.

---

<sup>114</sup> BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU) E PROJETO RONDO VII - PROGRAMA DE AÇÃO CONCENTRADA (PAC). **Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado (RPDI) do município de Frutal MG**. Acervo Público de Frutal. Belo Horizonte: Governos Estadual e Federal, 1972.

Ainda na década de 1970, a maior parte dos terrenos urbanos de Frutal ainda pertencia à Prefeitura Municipal. Intervinha na compra, venda ou doação de terrenos no espaço urbano. Atividade empreendida até os anos 1990, quando cessou o estoque de terras urbanas da Prefeitura Municipal. Antônio Borges descreve este período:

A única imobiliária da cidade, na realidade, era a própria Prefeitura. Todos os terrenos pertenciam quase que única e exclusivamente à Prefeitura, ela que gerenciava o processo de crescimento, de arruamento, determinação de diretrizes urbanas. Tudo por conta da Prefeitura. As pessoas tinham que arrematar os lotes da Prefeitura, pagar para a Prefeitura, para poder construir suas casas, na maioria das vezes. E Frutal veio crescendo, isso foi se tornando praxe. Até que os terrenos da Prefeitura hoje já não existe [sic] mais terreno da Prefeitura dentro do perímetro urbano, um ou outro terreno. [...] Foram vendidos ou doados, na realidade. A maioria pode até ter sido doada. Pode até ter sido doado, porque desde mil novecentos e noventa e dois até o final do segundo governo do Sr. Alceu Queiroz, que não se faz mais arrematação de terrenos. Na época dele, os terrenos eram arrematados. Depois, a maioria foram doados [sic] mesmo. Para atividades privadas ou mesmo para empresas (informação verbal).

A disponibilidade de terrenos para doação ou venda em posse do governo municipal foi veiculada pelo jornal *Pontal do Triângulo*, ainda em julho de 1990. Havia um terreno, em área central, doado pela Prefeitura ao Governo Estadual para a construção de uma escola. O projeto não foi efetivado e o governo municipal requereu o terreno de volta ao município, localizado em frente ao Fórum. Ou seja, ainda na década de 1990 havia áreas desocupadas no Centro, cujo destino era estabelecido pelo próprio governo local. A mídia local e a gestão municipal consideravam que a não posse e edificação do terreno impunham uma estagnação do progresso da cidade. É importante salientar que, neste período, alguns bairros já estavam em construção, localizados em terrenos distantes do Centro. A notícia de jornal bem ilustra esta situação:

Desde o início do ano passado, Alceu Queiroz vem trabalhando junto ao Governo do Estado para que fosse devolvido ao Município o terreno situado em frente ao Fórum, na Rua Osvaldo Cruz. Este terreno foi doado ao Estado para a construção de uma escola Estadual, mas não foi utilizado por motivos técnicos. Ao construir o Fórum, na sua primeira administração, Alceu Queiroz propôs uma permuta de terreno, doando a praça ao Governo para a construção do Fórum, em troca do terreno ao lado. A permuta, porém, não foi concretizada por motivos burocráticos. Vários anos se passaram sem uma solução, que impunha a Frutal um estancamento do progresso do centro da cidade. [...].<sup>115</sup>

Na década de 1980, outra iniciativa que se destaca, foi a construção do bairro Vila Esperança. Antônio Borges explica que este foi o primeiro bairro planejado de Frutal. O entrevistado foi o engenheiro que projetou a obra e trabalhava como secretário do prefeito

<sup>115</sup> PONTAL DO TRIÂNGULO. **O terreno doado ao Estado volta para o município**. Frutal, 08 jul. 1990, pg. 04.

Alceu Queiroz neste período. A Vila Esperança foi construída com o objetivo de desocupar uma área central da cidade que abrigava grupo populacional de baixa renda, e instalá-lo em um bairro mais afastado. De modo reticente, Antônio Borges relata que a Vila foi feita para separar os pobres da cidade. Além disso, embora tenham sido “planejados” equipamentos e serviços urbanos para atender ao bairro em formação, houve certa resistência por parte dos políticos locais para a execução das obras. Toninho, como é chamado, cita o caso da construção de uma avenida para interligar o bairro com o centro da cidade:

Olha, o social daquela época era feito de maneira, vamos dizer assim... Fica difícil para mim estar dizendo essas coisas porque eu já vou entrar no mérito político. Mas a impressão é que a Vila foi feita para você separar os pobres do resto. Então, a concepção seria essa. Mas como eu estava saindo da faculdade, com uma postura acadêmica mais séria, eu a planejei como uma cidade de verdade, tá? Inclusive depois tivemos uma série de entremeios nisso aí, porque as pessoas, os políticos não concordavam com o fazer avenida em vila... essas coisas. Mas acabou ficando do jeito que eu havia planejado. Está até hoje a Vila. Hoje tem um crescimento físico normal. Vamos dizer, a nível de atitudes em termos do bairro. Mas o bairro é um bairro planejado até hoje (informação verbal).

**Figura 14:** Vila Esperança em Frutal (MG) – década de 1990.



**Fonte:** Jornal Pontal do Triângulo (08/07/1990).

Em 08 de julho de 1990, o Jornal Pontal do Triângulo, noticiou a construção de um conjunto habitacional para Frutal na gestão do Prefeito Alceu Queiroz. As casas foram financiadas pelo Governo Federal, mas contou com o incentivo da gestão local no que se refere à implantação da infraestrutura: água, esgoto e energia elétrica. O trecho abaixo faz menção à construção da Vila Esperança e do Conjunto Habitacional Ipê Amarelo, ambos

destinados à população de baixa renda. Nesta passagem, torna-se importante observar que o então prefeito, Alceu Queiroz, não aceitou o padrão de construção estabelecido pelo Governo Federal para a construção das casas. De modo que optou por dar uma contrapartida do município, ao invés de aceitar o estabelecido pelo programa habitacional da época. As casas do novo conjunto habitacional foram construídas como cópias das moradias da Vila Esperança. Vê-se o trecho de jornal:

Segue em ritmo acelerado a negociação junto ao Governo Federal a proposta de construção de 300 casas populares em Frutal. Alceu Queiroz, que desde o início de sua Administração Municipal estava com pedidos de financiamento para construção de 500 casas pela Cohab e 300 pelo plano estadual de Pró-Habitação, logo que o Governo Federal lançou o *Plano de Ação Imediata para a Habitação*, serviu-se da influência e da experiência da Construtora Guimarães Castro, de Uberaba para conseguir colocar Frutal no plano. Como primeiro passo, garantiu um terreno disponível, ao lado do Conjunto Habitacional Ipê Amarelo, com capacidade para até 600 casas. A diretoria da Construtora Guimarães Castro esteve com a ministra da Ação Social, Margarida Procópio, quando garantiu a participação de Frutal no Plano de Ação Imediata para Habitação. No entanto, o plano do Governo Federal prevê um financiamento muito baixo para cada casa. Neste caso, as casas, como o próprio Governo Federal, deveriam ser de cerca de 20 metros quadrados. Alceu Queiroz não aceita esta situação. “Vinte metros quadrados não é casa, é quarto. Nós queremos dar casa à população carente e favorecer a aquisição de casa para a população pobre, mas que sejam casas para a moradia de uma família. Só com verbas da Prefeitura conseguimos fazer casas boas para os funcionários e não vamos, agora, deteriorar o padrão de moradias de Frutal, com casas de 20 metros quadrados”. Com esta determinação, Alceu Queiroz se dispôs a investir no plano do Governo Federal, fazendo por conta da Prefeitura, os gastos com infraestrutura, como rede de água e esgoto e rede de energia elétrica. Com estes serviços colocados no local por conta da Prefeitura, Alceu Queiroz conseguiu que as casas sejam maiores, copiadas daquelas que a Prefeitura construiu para os funcionários municipais na Vila Esperança [...] <sup>116</sup>.

O texto acima menciona que as casas da Vila Esperança foram construídas para atender aos funcionários municipais, contrastando com o explicado por Antônio Borges. Além da Vila Esperança, os bairros Caju e Progresso também foram construídos para a população de baixa renda. No bairro Caju a infraestrutura chegou tardiamente. O asfalto, por exemplo, chegou durante a gestão do prefeito Dr. Luiz Antônio Zanto Borges (1997-2000). E o bairro Progresso teve o seu crescimento acelerado em função da construção do estádio Marretão <sup>117</sup>, construído na gestão do Prefeito Pedro Macedo (1982). Antônio Borges descreve:

<sup>116</sup> PONTAL DO TRIÂNGULO. **Frutal terá 300 casas populares**. Frutal, 08 jul. 1990. Pg. 04.

<sup>117</sup> Antônio Borges descreve o período em que o Prefeito Pedro Macedo esteve à frente da administração da cidade: “O Pedro Macedo foi... ele teve só oito meses de governo, nove. É a intervenção foi mais física, não no intuito de crescimento da cidade. Ele fez obras... o Marretão foi feito pelo Pedro Macedo, nós fizemos umas casas, para doar para pessoas carentes, mas, o mais lembrado realmente é o próprio estádio. Naquela época necessitava-se de um estádio de quinze mil pessoas para que os times da cidade pudessem disputar a primeira divisão do estado. Então nós tínhamos um estádio onde hoje é a Prefeitura, que chamava Woyames Pinto. Esse

Eu acredito que não. Porque, realmente, tudo era um crescimento. O Alto Boa Vista também [estava em] sequência com a cidade. O resto dos bairros [foram construídos em] uma sequência lógica da cidade. Acho que o Caju também foi um bairro planejado, que não tinha ligação com a cidade. Até que no governo do Zanto a gente fez a ligação com a Avenida Brasília para dar vazão aos acessos do bairro do Caju até o Centro da cidade. [...] O Novo Horizonte que é um bairro planejado, cresceu em função do estádio (informação verbal).

O ex-prefeito Antônio Heitor (1993-1996 e 2001-2004) confirma que alguns bairros da cidade como a Vila e o Caju eram carentes de infraestrutura. Toninho Heitor, como é chamado, comenta que na década de 1990, durante a sua gestão, deu andamento à construção de dois bairros, o Princesa Isabel II e o Frutal II:

Tinha ruas sem eletricidade, bairros inteiros, não. Tinha bastante ruas sem eletricidade. [...] na Vila Esperança não tinha. No Caju não tinha. O Novo Horizonte, não existia o Novo Horizonte na época. No meu governo, eu construí dois bairros: o Princesa Isabel II e o Frutal II. Então, foi dois bairros que são do meu Governo. Da década de noventa, que eu fiz. Aí tive que fazer expansão da rede elétrica, essa coisa toda, água e esgoto... tudo de infraestrutura urbana, teve que aumentar, né? (informação verbal)<sup>118</sup>

Ainda sobre a década de 1990, no que se refere às intervenções urbanas, um dado que se destaca na fala de Antônio Heitor, decorre do fato da rede elétrica de Frutal ainda ser bastante deficitária. Não havia carga elétrica suficiente para a instalação de indústrias no município, por exemplo. O ex-prefeito admite que ao assumir a gestão do município ansiava por fazer de Frutal uma cidade semelhante a Curitiba, uma “Curitibinha”. No entanto, ao assumir o governo municipal deparou-se com uma infraestrutura deficitária e insuficiente. Sendo assim, em Frutal, ainda na década de 1990, a cidade não contava com um plano de desenvolvimento urbano. Alguns terrenos centrais estavam destinados a construções de prédios públicos, bairros para população de baixa renda estavam localizados em áreas periféricas e a economia ainda baseada em atividades agropecuárias. Além disso, o planejamento urbano estava submetido à idealização e perspectiva de gestão dos representantes do governo local. Como bem descreveu Antônio Heitor havia uma concepção de planejamento “idealizado” a ser aplicado. O depoente explicou que pretendia transformar a cidade de Frutal em um lugar diferente, “fazer uma intervenção”, porém deparou-se com a

---

estádio foi demolido para que lá fosse construída a própria sede da Prefeitura e o campo passou, para mais afastado da cidade, hoje é cidade. Mas, na época, construído há trinta e três anos era bem afastado da cidade” (informação verbal).

<sup>118</sup> QUEIROZ, Antonio Heitor de. **Antonio Heitor de Queiroz**: Depoimento. [jun. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 1 hora 02 minutos)

cidade real e mudou os planos do desenvolvimento urbano de Frutal durante a sua gestão. Teve de lidar, num primeiro momento, com a falta de infraestrutura urbana, problemas socioeconômicos, de saúde, entre outros:

[...] quando eu entrei, eu não imaginava que, eu como Arquiteto e Urbanista eu imaginava que fosse fazer uma intervenção. Na época, estava na moda na época, tornar Frutal uma Curitiba. Mas eu esbarrei com um problema seriíssimo. Antes de encontrar com isso, a questão muito mais pendente... a infraestrutura urbana de Frutal. A infraestrutura da cidade, faltava muita coisa. Faltava, por exemplo, energia elétrica. Não tinha infraestrutura. Tinha dez mil KVA, na época, amperes. Eu sentia a necessidade de trazer uma indústria para Frutal, gerar emprego, essa coisa toda. Podia, por exemplo, fazer a expansão urbana da cidade, mas não tinha carga para isso. Então, o que foi feito, o primeiro gesto, foi lá no Governo... no Governador, pedir para aumentar a capacidade de energia elétrica na cidade. Então, fomos de dez mil quilowatts ampere para quarenta e dois mil. Quadruplicamos isso. Para poder preparar a cidade para receber os investimentos. Eu tinha vontade de fazer um hospital municipal, mas não tinha capacidade para isso, não tinha... a carga. Então, resumindo, nós fizemos isso. Junto com a CEMIG eu fiz aqui a subestação dois, da CEMIG. Que é ali na saída do Bentinho, a parte oeste da cidade (informação verbal).

Antônio Heitor foi prefeito de Frutal entre as décadas de 1990 e 2000. Quando questionado sobre as principais mudanças entre os seus dois mandatos, o entrevistado relatou que a construção do Plano Diretor Municipal<sup>119</sup> foi a principal conquista. Explica que não havia conhecimento básico sobre a cidade e por isso houve a necessidade de elaborar o plano durante a sua administração. Ainda que, de acordo com a instituição da Lei n. 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), em 2005, todos os municípios acima de 20.000 habitantes foram obrigados a elaborar e apresentar as diretrizes básicas de planejamento e desenvolvimento urbano no Plano Diretor Municipal. Além de comentar sobre a importância de instituir o plano diretor em Frutal, Toninho Heitor explica que montou uma equipe para ajudá-lo na elaboração das diretrizes. Ainda comenta que foi necessário criar estratégias de acesso para dar mobilidade aos dois bairros construídos durante as suas gestões. Utiliza-se do termo “decisão urbanística” para explicitar como planejou as obras que foram executadas. Nas palavras do ex-prefeito:

---

<sup>119</sup> A resolução de nº 25, de 18 de março de 2005 (DOU Seção 1, Edição Nº 60 Pág.102 de 30/03/2005), instituiu: “Art. 1º Todos os Municípios devem elaborar seus Planos Diretores de acordo com o determinado pela Lei Federal 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Art. 2º Os Municípios que devem obrigatoriamente elaborar seus planos diretores até outubro de 2006 são aqueles que não possuem plano diretor, ou tendo aprovado seu plano diretor há mais de 10 anos, enquadram-se em pelo menos uma das seguintes condições: I – tenham mais de 20 mil habitantes; II – integrem regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas”. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129485/resolucao-25-05>. Acesso em: 09 nov. 2015.

Uma coisa foi o Plano Diretor, né? Não tínhamos conhecimento básico. Então eu montei uma equipe interessante, na época, que é o Chico Moron, que tinha vindo de São Paulo. Pela experiência dele de sistema viário, nós fizemos várias interferências no sistema viário da cidade, no sistema viário da cidade. Então, tudo isso foi em função do grupo rápido que a gente montou. Foi quando definiu a criação do hospital Frei Gabriel, foi uma decisão urbanística. Para contemplar e potencializar o bairro onde está a maior população que poderia ser atendida. Que é a população da Vila... Vila Esperança, Caju, então a gente fez uma vazão pela cidade. Uma abertura, uma saída rápida, pela rodovia. Pensando nisso, foi feito na época o Viaduto Conrado Heitor de Queiroz, para desaguar e dar saída de Pirajuba. E também para poder contemplar os bairros do Frutal II (informação verbal).

É preciso considerar, contudo, que outros planos foram elaborados em períodos que antecederam a década de 2000. Estes planos tinham o objetivo, também, de traçar as diretrizes básicas de planejamento urbano do município. Em 29 de fevereiro de 1980, o Prefeito Alceu Queiroz instituiu, por meio da Lei nº 3.705, o Plano Diretor Físico do Município de Frutal. Foi a partir da Constituição de 1988 que estes documentos foram denominados como Plano Diretor Municipal. No capítulo 1, artigo 1º, foram definidos os principais objetivos do documento:

Artigo 1º - O Plano Diretor Físico deste Município tem como finalidades:

- 1- Assegurar o desenvolvimento físico e racional, harmônico e estético das estruturas urbanas e rurais;
  - 1.1 Propiciar estruturas urbanas capazes de atender plenamente as funções de habitar, trabalhar, circular e recrear;
    - 1.1.1 - Proporcionar a população ambiente urbano que lhe permita usufruir uma vida social equilibrada, progressivamente sadia.

É importante observar que, na década de 1970, o município recebeu um relatório contendo as principais características de Frutal e diretrizes para o desenvolvimento urbano local, como já mencionado. Embora o Plano Diretor Municipal tenha sido elaborado somente na década de 1980, Antônio Borges explica que o Plano Diretor Físico apresentado em Frutal foi uma cópia do plano de outra cidade. Ou seja, não foram utilizados os conhecimentos básicos levantados dez anos antes, em 1972. Ainda que desatualizados, não houve um esforço no sentido de seguir um padrão de conhecimento técnico sobre o município. Antônio Borges comentou que nem ao menos fizeram uma leitura minuciosa do plano copiado. Uma vez que, quando apresentado na Câmara Municipal para apreciação, ainda continha trechos que faziam referência à Ituiutaba, cidade que emprestou o Plano Diretor a Frutal. Embora a situação se apresente cômica, é o retrato do planejamento urbano em Frutal. Segue trecho de entrevista:

A primeira vez que nós fizemos um Plano Diretor, não chamava naquela época Plano Diretor, tinha outros nomes. Mas é mais um código de obras, alguma coisa assim. Foi copiado de Ituiutaba, tanto é que na redação, na hora que se estava lendo aquilo, descobriu que estava escrito Ituiutaba. Tivemos que grifar e mudar. Então não pode fazer isso mais. Cada cidade tem uma história, cada cidade tem uma maneira de crescer ou de não crescer (informação verbal).

Sendo assim, já na década de 2000, Toninho Heitor explicou que não havia conhecimentos básicos sobre a cidade – sucessivamente, de uma gestão administrativa a outra, Frutal permanecia sem instrumentos de planejamento que balizassem a sua produção do espaço urbano.

Toninho Heitor foi Prefeito de Frutal em dois períodos. Na década de 1990 (1993 a 1996) e depois na década de 2000 (1997 a 2000). Ainda que houvesse uma preocupação em elaborar instrumentos de planejamento urbano para balizar as ações do governo municipal, algumas situações apresentam-se contraditórias. Quando o ex-prefeito relata as principais obras e ações de seus mandatos, explica que uma marca de suas gestões foi a tentativa de amenizar o êxodo rural. Isto se deu com a construção de escolas rurais, melhoria no transporte escolar rural, dentre outras iniciativas:

Nós tínhamos um norte, um planejamento com esta questão. De segurar o homem do campo no campo. E contemplar a escolas rurais nas Vilas e nos Povoados. Já na minha época, no primeiro mandato, nós contemplamos muito isso na questão da educação. Segurar esse pessoal... Para contemplar as Vilas e os Povoados. Aqui tem cinco vilas e povoados, distritos, no município de Frutal. Precisava fazer isso, entendeu? Pensando já nisso, para não começar a inchar a cidade. Para não acontecer o êxodo, da vinda do pessoal rural para o urbano, entendeu? Então nós fizemos escolas e o transporte escolar que não tinha. Levava as professoras até as escolas rurais para atender a população (informação verbal).

Contudo, de acordo com Toninho, o incentivo para a chegada das usinas de cana-de-açúcar para Frutal também ocorreu durante as suas gestões, essencialmente a partir de 2000. O processo de “segurar o homem no campo” foi completamente alterado com a vinda das agroindústrias para a região. Como já relatado, houve significativo arrendamento de terras de pequenos e médios produtores rurais, principalmente, para as usinas. De fato, há uma dissonância nas políticas de desenvolvimento durante os seus mandatos. A discursiva de que houve a intenção de prestar suporte às atividades rurais locais, com a alocação de infraestruturas na área rural, contraditoriamente, colide com discurso de modernização do campo com a instalação das empresas agroindustriais. Grande parte dos funcionários das usinas reside na cidade e são considerados trabalhadores agrícolas, e não “homens do campo” ou rurais.

[...] Aí em questão das indústrias de açúcar e álcool. Aí, foi isso aí realmente que aconteceu. Eu estive em Alagoas, em São Paulo, para tentar trazer também as indústrias pra cá. Na época eu fazia isso. Indústrias para transformação de cana. Para você ter uma ideia, vou falar em alqueirões. Frutal tem quase cinquenta mil alqueirões. Quarenta nove mil e novecentos alqueirões de terra. Vou falar na linguagem mineira. Então eu sabia que podia trabalhar aí cinco mil alqueirões, desses quarenta e nove mil alqueirões, cinco mil era a cidade, o urbano, a ocupação urbana. Mais outro tanto era de seringueira, abacaxi, não sei o que... trinta e três mil alqueirões de pastagem, entendeu? Então dava para trabalhar bem isso.

O Plano Diretor elaborado na gestão de Toninho Heitor não chegou a entrar em vigor. De acordo com as informações levantadas, o Plano ficou pronto no final do mandato do ex-prefeito, em 2004. Portanto, não chegou a ser enviado para aprovação na Câmara Municipal. Quando a Prefeita Maria Cecília Marchi Borges assumiu a Prefeitura em 2005, houve a necessidade de implementar o PDMU (Plano Diretor Municipal Urbano) em função da Lei Federal, Estatuto das Cidades. Pois, para que as verbas fossem repassadas aos municípios, exigia-se que as cidades acima de 20.000 habitantes elaborassem um Plano Diretor Municipal. A ex-prefeita, Ciça, readequou o documento produzido durante a gestão de Toninho Heitor. Segundo Ionei Dutra, Arquiteto e Urbanista de Frutal, que participou do levantamento de dados e elaboração do diagnóstico para a formulação do plano, foram feitos vários cortes em relação à primeira versão do PDMU, restando um resumo, apenas. Em entrevista, Ionei relatou:

Foi na gestão do Toninho Heitor, na última gestão dele, foi o Verrone, de Rio Preto que elaborou, foi uma equipe que ele montou [...] e eu fui contato dele na cidade. Então eu levantava os dados e passava para a equipe e eles desenvolveram o Plano Diretor. E quando eles vinham aqui eu levava eles para fazerem as visitas técnicas nos locais e foi feito um trabalho dentro do cronograma, dentro das expectativas do que a gente espera de um Plano Diretor. Então foram feitas todas as etapas certinhas. [...] Foi feito um Plano Diretor bacana. Foi um bom Plano Diretor. Ele tinha duzentas páginas, vários mapas e leis complementares que deveriam ser desenvolvidas e aprovadas depois. Mas o Toninho Heitor fez isso no final do mandato. [...] Ele não mandou para a Câmara para ser aprovado, então ficou engavetado e depois a Ciça assumiu e ela mandou para a Câmara. Só que antes dela mandar para a Câmara ela montou uma equipe de trabalho que fez uma revisão nesse plano e fez uma série de cortes, um resumo do plano. Foi feito um resumo desse plano que foi mandado para a Câmara e foi aprovado. Então a gente tem assim, um "arremedo" de Plano Diretor porque as Leis Complementares, que era a Lei de Zoneamento... esse tipo de coisa não foi feito. Não deram sequência (informação verbal)<sup>120</sup>.

<sup>120</sup>DUTRA, Ionei José. **Ionei José Dutra**: Depoimento. [jul. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 1 hora e 20 minutos )

Toninho Borges, dono da Construtora Bom-Teto e ex-secretário de obras, partilha da mesma opinião de Ionei Dutra. Na condição de “construtor”, produtor do espaço urbano de intervenção direta, Toninho faz críticas ao Plano Diretor aprovado durante a gestão da ex-prefeita Maria Cecília. Explica que ocorreram mais cortes do que adaptações. Também reclama da falta de diretrizes sobre o que é e não é permitido em Frutal. De forma irônica, comenta que quando não há direcionamentos sobre o que não pode ser feito, então, tudo se torna permitido:

Na época do segundo governo do Toninho Heitor, realmente fizeram o Plano Diretor trabalhado, sabe? Como manda o figurino. Depois disso foi só adaptações. Cortes e adaptações. Mais cortes do que qualquer coisa. Acho que o Plano Diretor acabou em vinte páginas. Ninguém sabe interpretar aquilo, o que é, o que pode, o que não pode. Quando você não tem o que não pode, tudo pode. Foi o que está acontecendo.

A Prefeitura de Frutal foi governada por Maria Cecília Marchi Borges durante dois mandatos. Esteve à frente da gestão local de 2005 a 2012. Ciça, como é popularmente chamada, foi carinhosamente apelidada pela população de “madrinha”. Isto porque Maria Cecília investiu intensamente, durante as duas administrações, em uma política local de assistência social. A principal característica de sua gestão foi o contato direto com a população. Diferente da trajetória de Toninho Heitor, por exemplo, que se dedicou, em um primeiro momento a fazer mudanças no desenvolvimento urbano e no padrão arquitetônico de Frutal. E, por não ser possível colocar em prática o croqui do planejamento idealizado, pensado inicialmente, optou por fazer mudanças e melhorias na infraestrutura urbana e rural de Frutal. No segundo mandato, se preocupou em buscar meios de diversificar a economia e os segmentos econômicos de Frutal. Como já citado, o ex-prefeito deixou um plano diretor para que Maria Cecília pudesse dar andamento aos projetos iniciados durante a sua gestão. No entanto, Ciça optou por adaptar o “plano oficial” e iniciar outros projetos mais afeitos ao seu estilo de governança.

Sendo assim, quando questionada sobre as necessidades dos moradores de Frutal, Maria Cecília explica que, em sua concepção, o governo local deve ser a principal responsável pelos ciclos de vida de toda a população. Desde o nascimento à velhice. Embora a citação seja longa, justifica-se pela importância de analisar como é feito o planejamento e a gestão urbana em Frutal. Necessário considerar que o município carece que políticas de desenvolvimento urbano que sejam adequadas às suas reais necessidades. Uma vez que, de uma gestão a outra, Frutal fica à mercê dos planos ideológicos de cada administrador público. Com a palavra, a gestora:

Eu acredito que sim. Porque o Governo Federal não mora aqui, nem o Governo Estadual. Então você está diretamente ligado no município, é responsabilidade do gestor se preocupar com o cidadão com a vida dele toda, até chegar no asilo. Como é o caso nosso, que a gente sempre teve uma boa parceria com o asilo, que eu considero também a questão primordial do social. Então o gestor que é sintonizado, que ele quer uma boa qualidade de vida, ele tem que preocupar com o cidadão em todas as etapas da vida dele para que ele seja tratado com respeito, com carinho, com dignidade e que ele se sinta valorizado. [...] porque o social engloba um todo. Muitas vezes a pessoa depende de um medicamento. Ele vai na saúde, mas ele precisa de um laudo da assistente social justificando o motivo daquele medicamento. Ele precisa de uma casa, ele precisa do social. Ele precisa de uma vaga na creche, ele também precisa do social. [...] Então, o pai de família precisa de ter o emprego, precisa de ter a casa, as crianças precisam ir para a escola, para creche, para projeto social de sete a catorze anos, que eu considero muito importante. [...] E cito a UEMG e a FAF, antes da UEMG estadualizar, que os alunos que iniciavam, sem condição financeira, sem ter como pagar a mensalidade, a Prefeitura tinha bolsas. Adotava o critério de bolsas para aqueles jovens mais carentes. [...] Então eu considero que o gestor ele tem que se preocupar desde a mãe grávida, de ter um pré-natal de qualidade, de ter o ultrassom, de ter um parto humanizado, como a gente preconizou na saúde pública, chegando a criança na idade da creche, na idade do ensino fundamental, de ter professores qualificados, estrutura boa de escola municipal. Ter aquele jovem, no horário inverso a escola, atividades onde ele possa ser estimulado, (informação verbal).

Outro ponto que merece destaque no modelo de gestão de Maria Cecília é a concessão de serviços individuais à população. Ademais, sua principal característica foi e ainda é receber pessoas em sua casa para conceder favores políticos. Ciça ainda recebe pessoas em sua casa para este tipo de acolhimento em razão de sua influência política, desde agendamentos de consultas a indicações de emprego. A ex-prefeita faz questão de memorizar o nome e a história dos moradores que a procuram para receber algum tipo de ajuda. No trecho abaixo, explica que quando um sujeito procura a Prefeitura Municipal com algum problema, isto deve ser tratado como uma situação “individual”. Ainda, a ex-prefeita acredita que o atendimento das necessidades particulares do governo municipal em relação à população deverá resultar em uma relação de satisfação, do cidadão com a gestão municipal. Destacamos o trecho em que Ciça relata que as pessoas procuram algo no município que possa trazer “felicidade”. Maria Cecília explica em entrevista:

[...] Então o seu desejo, a sua vontade, com a busca do grande desafio. E o gestor tem que gostar de gente. A primeira coisa é você ter paciência e saber lidar com as pessoas e com as dificuldades. Porque cada vez que você é abordado, o problema ele é único, ele é daquela pessoa, e ela procura no município algo que possa te fazer feliz. Se o seu filho está doente, ele precisa de um acolhimento, se ele vai na unidade básica de saúde e o médico pede um exame ele tem que saber que o município está comprometido a atender com aquele exame. Se no caso ele for encaminhado para cirurgia, o gestor tem que entender que aquele cidadão tem o direito de ser operado num hospital público. Mas um hospital com qualidade. Não é porque é hospital público que as pessoas precisam ser tratadas de qualquer maneira. Então eu vejo que quando o gestor motiva a equipe, a equipe segue o desejo do gestor (informação verbal).

Neste modelo de gestão, perpetuam-se confusões e distorções no que se refere ao atendimento de questões e problemas, ora individuais, ora coletivos, dando vazão a uma política de beneficiamentos pessoais e favores particulares. A coletividade deixa de ser a finalidade última da gestão municipal. De modo que, no período em foco, não ocorreu a implantação de políticas de planejamento urbano com o objetivo de atender a população de Frutal de maneira igualitária. Houve a alocação de creches, unidades básicas de saúde e, principalmente, a construção de vários conjuntos habitacionais. Porém, há de se considerar que estas ações não foram planejadas. Questionamos, então, como as gestões futuras lidarão com as consequências das políticas implantadas pelas administrações passadas?

A ex-prefeita teve os direitos políticos suspensos, em novembro de 2014, e foi condenada por improbidade administrativa<sup>121</sup> Isto porque foi confirmada a ocorrência de um concurso fraudulento durante as suas administrações. Rodrigo Portari, jornalista de Frutal, divulgou em seu portal de notícias, em junho de 2015:

Em novembro do ano passado ela [Maria Cecília Marchi Borges] foi condenada em primeira instância em processo de improbidade administrativa, tendo seus direitos políticos suspensos. Ela, naturalmente, recorreu da decisão. Caso a sentença seja mantida em decisão colegiada no Tribunal de Justiça, ela corre o risco de não poder registrar seus nomes nas urnas diante da chamada “Lei da Ficha Limpa”. A suspensão de seus direitos políticos se deu em virtude do concurso público realizado em sua gestão e que foi anulado pela justiça [...] (PORTARI, 2015)<sup>122</sup>.

Em 2012, Maria Cecília Marchi Borges, ainda estava à frente do governo local e recebeu, por meio do então Secretário de Ciência e Tecnologia, Narcio Rodrigues, um projeto de reestruturação urbana elaborado pelo arquiteto, urbanista e consultor das Nações Unidas, Jaime Lerner. Ciça aceitou e aderiu o projeto, até utilizou, nos discursos oficiais, como parâmetro e instrumento ao planejamento urbano municipal. O *site* da Prefeitura Municipal

<sup>121</sup> Rodrigo Portari transcreveu parte da sentença aplicada à ex-prefeita Maria Cecília Marchi Borges em seu portal de notícias: “Evidente, pois, a ré Maria Cecília Marchi Borges praticou ato de improbidade administrativa no que tange à contratação da Cooperativa de Serviços Profissionais Autônomos Unicon para realização do concurso público em análise, devendo ser condenada às iras do art. 12, inciso II, da Lei nº 8.429/92. Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.429/92, conclui-se que também a Cooperativa de Serviços Profissionais Autônomos Unicon merece ser condenada na forma do dispositivo legal mencionado no parágrafo anterior. Isso porque concorreu diretamente para a prática do ato de improbidade por parte de Maria Cecília Marchi Borges, tendo participado do conluio fraudulento que culminou na anulação do concurso público. Além disso, a cooperativa foi diretamente beneficiada pelo recebimento das taxas de inscrições pagas pelos candidatos inscritos no concurso público. A condenação de Maria Cecília Marchi Borges e da Cooperativa de Serviços Profissionais Autônomos Unicon pela prática de atos de improbidade administrativa é, pois, medida que se impõe”. Cf. **Detalhes da sentença que cassa os direitos políticos da ex-prefeita de Frutal**. Disponível em: <http://www.rodrioportari.com.br/?cat=1&paged=25>. Acesso em 10 jan. 2016.

<sup>122</sup> Cf. **Ciça pode ir para o PTdoB: uma análise sobre o fato**. Disponível em: <http://www.rodrioportari.com.br/?p=6936>. Acesso em 12 jan. 2016.

de Frutal em julho de 2012<sup>123</sup> noticiou,

O Secretário de Estado Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Narcio Rodrigues da Silveira, esteve na manhã de segunda-feira, (16) no gabinete da Prefeitura Municipal, acompanhado dos arquitetos da equipe Jaime Lerner. O objetivo da visita foi apresentar à prefeita Maria Cecília Marchi Borges e aos candidatos a prefeito de Frutal, o projeto de CONCEPÇÃO LERNER Cidade das Águas UNESCO-HidroEX. A primeira a receber o estudo do crescimento ordenador de Frutal para interligação com a Cidade das Águas foi a prefeita Ciça, a quem o secretário agradeceu pelo empenho para efetivação da primeira etapa do projeto, nos últimos cinco anos. Além de implantar o paisagismo, a execução do projeto será exemplo para o mundo. As Diretrizes Básicas de Estruturação Urbana para a cidade de Frutal foram criadas pela equipe do renomado arquiteto Jaime Lerner de Curitiba, em parceria com a empresa InCubus.

Além de idealizar diretrizes básicas de reestruturação urbana, o projeto Lerner traz uma série de justificativas para a construção da Cidade das Águas em Frutal. Isto é, o documento incorpora argumentos legislativos e aborda a representativa de órgãos federais e estaduais para instrumentalizar o discurso de preservação de recursos hídricos no município, bem como alardear sobre a importância da construção do complexo na cidade. Em relação ao Plano Diretor Municipal existente, o Projeto de Lerner, interpreta as diretrizes atribuindo noções de sustentabilidade (econômica, social e ambiental). Isto é, tornou-se necessário, para legitimar o novo projeto, que houvesse mesmo que minimamente alguma aptidão local para endossar as ideias vindas de fora. Consta no Plano de Lerner:

Na esfera municipal o principal instrumento institucional que regula o desenvolvimento de Frutal é o Plano Diretor, instituído pela Lei Complementar nº 054, de 05 de outubro de 2006, sendo o ‘documento orientador da política de desenvolvimento sustentável do território municipal, do desenvolvimento urbano, da expansão urbana, do ordenamento territorial e do processo contínuo de planejamento do Município de Frutal’. Os princípios do plano são caracterizados pela garantia do bem estar dos cidadãos; pelo cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e do território municipal; pela sustentabilidade urbana e rural; e pela gestão democrática e participativa. O objetivo do Plano Diretor é a sustentabilidade econômica, social e ambiental do Município, a ser atingido segundo diversas diretrizes. As Políticas e Planos Setoriais serão coordenados pelas Secretarias Municipais, observando as compatibilidades entre si e com o Plano Diretor Sustentável (PDS), devendo ser revisados, atualizados e divulgados amplamente, embasando o Plano Plurianual de Investimentos (PROJETO DE LERNER, 2012, p. 22).

---

<sup>123</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL. **Secretário Narcio apresenta projeto de Urbanização para Frutal.** Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/> Acesso em: 05 mai. 2014.

O projeto de Lerner utiliza o conceito de “Sustentabilidade”<sup>124</sup> também para “justificar” as sugestões para o Plano Diretor e diretrizes para a reestruturação urbanística de Frutal. Por exemplo, apresenta uma “Diretriz de Mobilidade Sustentável”. E, assim, descreve:

Nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta, de acordo com a legislação vigente (PROJETO DE LERNER, 2012, p. 28).

Para exemplificar, citamos algumas incoerências no que se refere às ações de “sustentabilidade”, que supostamente seriam aplicadas pelo governo local. Recentemente, em 2015, houve a “morte de uma nascente”, situada no Ribeirão Frutal, em função da construção de vias para loteamento do residencial Casa Blanca Granville. O professor da UEMG, Leandro Pinheiro, acompanhou e relatou a situação ao blog de Rodrigo Portari, jornalista de Frutal, em março de 2015. Embora tenham sido feitos vários estudos indicando a impossibilidade de se construir na área, o Ministério Público liberou a Área de Preservação Permanente para o andamento das obras do loteamento. A citação é longa, mas importante para ilustrar a questão:

Localizada próxima da captação da COPASA e dentro dos limites do Residencial Granville Casablanca, [...]. A área em questão está em situação de contestação há vários anos, [...]. Em outros locais do Residencial é possível ver que o arruamento está a menos de dez metros do Ribeirão Frutal, em análise na área, verifica-se que o rio alterou o seu curso e avançou marginalmente em direção à rua. [...] No ano de 2014 fiz dois pareceres, a pedido do Instituto Hidroex – Unesco, juntamente com mais profissionais capacitados, envolvendo a UEMG e o próprio instituto citado, e apresentei os argumentos científicos, envolvendo dados de relevo, solos e vegetação, que comprovam o fato da área ser nascente. No corrente ano (2015) organizei, com outros profissionais, novo parecer reafirmando a condição da área e reapresentando os argumentos científicos, bem como a questão legal da área. Contudo, os pareceres foram contestados por perito constituído pelo MP, sendo que o ultimo parecer do perito baseou-se mais na legislação, equivocada, pois, deveria basear-se no antigo Código Ambiental, já que trata-se de questão antiga. Ademais, mesmo na atual

---

<sup>124</sup> Sobre o desenho urbano, o projeto apresenta uma proposta entoada pela ideia ideológica de sustentabilidade: “Frutal será endereço de um empreendimento ambicioso, capaz não apenas de transformar sua dinâmica urbana como de alavancar processos amplos e profundos de desenvolvimento municipal, o que oportuniza a revisão do desenho da cidade, de sua estrutura de crescimento, buscando aprimorá-la e adequá-la aos novos cenários que se delineiam. [...] A água talvez seja um dos elementos que melhor ilustram o conceito de sustentabilidade – aquele que permite que atendamos as nossas necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas. Tem a singularidade de se apresentar íntegra nos três estados da matéria – sólido, líquido e gasoso – e sua quantidade disponível no planeta é a mesma desde que o planeta se estabilizou para a evolução da vida. A água que sai das torneiras hoje para o consumo do *Homo sapiens sapiens*, é a mesma água que beberam os *Australopithecus*, o *Homo erectus*, e que a Humanidade beberá no futuro. A oportunidade – ímpar – que Frutal tem a sua disposição é a possibilidade da coerência: mais do que apenas sediar um complexo chamado Cidade das Águas UNESCO - HidroEX, transformar-se, por meio da valorização de seu patrimônio ambiental, da busca de caminhos sustentáveis de crescimento' urbano e da promoção da qualidade de vida de seus cidadãos, em sua totalidade, em **Frutal, Cidade das Águas**” (PROJETO DE LERNER, 2012, p. 54).

legislação a área enquadra-se em situação de APP, pois possui afloramento perene de água. Caso a área seja loteada e ocupada e, provavelmente, ocorram impactos econômicos ou ambientais (rachaduras, paredes mofadas, infiltração de água na construção e inundação), infelizmente estarei aqui e serei forçado a dizer que não foi por falta de aviso e de conhecimento de fato<sup>125</sup>.

As diretrizes apresentadas por Lerner e equipe, de acordo com a proposta, deveriam ser incorporadas ao Planejamento Urbano de Frutal, desde os planos e projetos, à prática de gestão municipal. Em julho de 2012, quando Narcio Rodrigues entregou o Projeto de Lerner à Prefeitura Municipal, além de Maria Cecília, estavam presentes os candidatos à eleição que ocorreria em outubro do mesmo ano. Em matéria intitulada “Narcio entrega a Frutal projeto de Lerner que traça o futuro da cidade”, pela Fundação UNESCO-HidroEX, os candidatos a prefeitos de Frutal se pronunciaram a respeito:

Os candidatos majoritários presentes também elogiaram a concepção Lerner de Frutal. “Caso seja eleito, comprometo-me em ser parceiro desta brilhante iniciativa”, afirmou Ézio dos Santos. Para Mauri Alves, com a Cidade das Águas, Frutal começa a escrever uma nova história. “Como prefeito, caso eleito, já tenho uma cartilha a seguir”.

Mauri Alves (2013-2016), atual prefeito de Frutal, confirma que utilizou como instrumento de planejamento e gestão o projeto de reestruturação urbanística de Jaime Lerner. Ainda que este não seja um documento “oficial”, entre as leis e planos municipais de Frutal, o prefeito explicou que embora não haja verbas para atender a todas as diretrizes, o governo local tem feito o possível para concretizar as operações:

Para isso a gente tem um estudo que foi contratado pelo Jaime Lerner de toda uma reestruturação da cidade. É claro que para isso a gente precisa de verbas. Nós estamos indo atrás e estamos começando agora já a primeira etapa dessa reestruturação. Principalmente a mobilidade urbana, que ela vem crescendo e hoje ela é deficitária, a gente tem que trabalhar muito bem nisso (informação verbal)<sup>126</sup>.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Frutal, João de Deus, responsável pela “revisão” da versão do Plano Diretor Municipal de 2006, comentou que várias leis, até então vigentes no antigo PDMU, foram revogadas e retiradas para readequação. No que se refere aos instrumentos de planejamento urbano de Frutal, confirmou que estão utilizando como “material de orientação” o projeto elaborado por Lerner:

<sup>125</sup> Cf. **Pesquisador da UEMG faz análise sobre obras nas margens do Ribeirão Frutal**. Disponível em: <http://www.rodrigoportari.com.br/?p=6216>. Acesso em 20 jan. 2015.

<sup>126</sup> ALVES, Mauri José. **Mauri José Alves**: Depoimento. [nov. 2015]. Entrevistadora: A. Veduoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 23 minutos)

[Foram] muitas leis revogadas. Retiradas para fazer a readequação. [...] O que nós estamos usando muito de balizamento é a reestruturação urbanística do Jaime Lerner, que ele fez para Frutal em 2012. Então essa proposta de reestruturação urbana, nós estamos utilizando no Plano Diretor, está servindo como um material orientativo, para estudo do Plano Diretor de Frutal (informação verbal)<sup>127</sup>.

A revisão do Plano Diretor Municipal ainda está em andamento. Embora a lei estabelecida pelo Estatuto das Cidades preveja que haja uma retificação de cinco em cinco anos, Frutal ficou com a mesma versão por dez anos. Como citado acima, o Plano Diretor Municipal de 2006 não tem sido utilizado para orientar as práticas de gestão municipal.

Na administração Mauri, portanto, as ações empreendidas pelo poder público local não consideraram a opinião dos representantes do poder legislativo municipal e da população de modo geral. Uma vez que o Projeto Lerner não passou por aprovação na Câmara e também não houve consulta popular para a implementação oficial do projeto. Neste aspecto, nota-se que há uma grande lacuna na compreensão sobre a importância do Planejamento Urbano para a administração pública de Frutal.

Houve um atraso nos processos de formulação e implantação do Plano Diretor Municipal da administração de Mauri Alves. Embora se tenha esclarecido que havia a pretensão de se aplicar o Projeto Lerner, isto não foi legalmente registrado nos planos de planejamento urbano da cidade. O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, João de Deus, explicou durante uma audiência que ocorreu em setembro de 2015 que a revisão ocorreu tardiamente em função de falta de verbas. Porém, duas situações se fizeram dignas de análise.

A primeira diz respeito ao levantamento diagnóstico que deve ser realizado para a formulação das diretrizes do Plano Diretor Municipal. Desde a elaboração do Projeto de Lerner, em 2012, a cidade de Frutal sofreu modificações intensas em seu espaço urbano. Entre outros fatores, o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” construiu em Frutal cinco conjuntos habitacionais na Faixa I (1.853 casas) e mais de 2.000 residências na Faixa II. Ou seja, mesmo que o Plano de Lerner tenha se baseado na “cidade real” para formular as diretrizes do projeto, a realidade do espaço urbano de Frutal, de 2012 a 2015, já estava bastante alterada.

Em um segundo momento, durante a reunião que pretendia discutir a revisão do Plano Diretor, ficou evidente que não era a gestão pública local que conduzia as etapas de construção do Plano, mas, principalmente, a empresa responsável pela organização dos

---

<sup>127</sup> BRAGA, João de Deus. **João de Deus Braga**: Depoimento. [nov. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 13 minutos)

dados, Oliver Arquitetura e Engenharia. Uma vez que foi a representante da empresa de consultoria Oliver quem apresentou todo o projeto de estabelecimento de zoneamento urbano (uso e ocupação da cidade) e não o Secretário de Planejamento, João de Deus. Interessa observar, neste momento, que o Estado (Governo Municipal) e o Capital (empresa de formulações de técnicas e normas) fundem-se para a elaboração das diretrizes do planejamento urbano da cidade – consequentemente, aliam-se nas estratégias de produção do espaço.

Sobre a participação popular, alguns representantes da sociedade foram convidados para participar da reunião. Desde os representantes de bairro a professores efetivos da Universidade do Estado de Minas Gerais. Principalmente do curso de Geografia da UEMG. Foi possível perceber que as reivindicações feitas pelos docentes situavam-se em uma perspectiva do planejamento técnico. Ou seja, embora houvesse uma série de questões ligadas à atuação do mercado imobiliário, ou mesmo da incoerência das ações administrativas locais, as contribuições do corpo docente da Universidade restringiram-se a questionamentos sobre problemas pontuais. Ainda que pudesse se adotar uma compreensão mais ampla do processo de produção do espaço urbano, é importante esclarecer que Frutal é também carente de iniciativas e projetos que considerem a técnica nas tomadas de decisão, tamanha falta de comprometimento com as demandas da cidade real. A participação dos professores universitários, neste ponto, tornou-se fundamental.

Além disso, ocorreram embates quando a empresa responsável pela “elaboração” do Plano Diretor foi questionada sobre determinadas decisões que influenciariam no uso e ocupação do espaço urbano de Frutal. Quando o Mapa de Uso e Ocupação foi apresentado, alguns representantes da Câmara Municipal, comissões de bairros e do comércio e, principalmente, a Comissão de Engenheiros, Arquitetos e Urbanistas discordaram das áreas destinadas à instalação de algumas zonas de ocupação em alguns espaços da cidade. Questionaram também o modo de exposição de dados nos mapas elaborados pela empresa Oliver – mesmo que os mapas, de modo geral, tenham sido retirados do Projeto Lerner. Explicaram que aquele formato de apresentação de informações dificultaria a localização de ruas e zonas de interesse, isto porque a população interessada tem a necessidade de consultar, no Plano Diretor, as áreas aprovadas para construções residenciais e instalação de comércio, por exemplo. Em contrapartida, a empresa Oliver Arquitetura e Engenharia mostrou-se bastante intransigente no que se refere a realizar mudanças nos materiais que já estavam prontos ou em andamento. De modo que, segundo a expositora do projeto, a empresa combinou com o governo local um cronograma de atividades e projetos, e

nenhuma informação além do que fora combinado seria incorporado ao Plano Diretor. Um questionamento se impõe: qual a função, então, da realização de audiências com a participação da população, técnicos e representantes do legislativo?

Mauri Alves nunca estivera envolvido em nenhuma atividade política antes de candidatar-se a prefeito. Atuou como Presidente do Sindicato Rural de Frutal em função da ascensão de suas empresas ligadas ao ramo de insumos agrícolas e ração. Além disso, é grande produtor rural de Frutal, no ramo do agronegócio, com plantações de soja, cana-de-açúcar, milho, entre outras. Admite nunca ter pensado na possibilidade de se envolver cargos políticos e acrescenta:

Eu sempre fui ligado [...] a agricultura, tenho uma empresa de insumos agrícolas, nós temos fábrica de ração e plantamos soja, cana, milho, feijão. Aí me escolheram, na época, para presidente do Sindicato, eu fui presidente do sindicato sete anos. Aí, uns grupos de amigos me lançaram e eu fui candidato. Eu nunca fui político, nada. É a primeira vez e sou prefeito.

Embora o atual Prefeito tenha se candidatado, de acordo com o seu relato, por ter anseios de mudanças para Frutal, admite que se frustrou com a administração burocrática ligada ao poder público. Reclamou, sobretudo, da lentidão dos processos públicos e se considera um gestor de conduta empreendedora, mas não se enxerga na condição de político. Em suas palavras:

O gestor ele é tem como meta administrar tecnicamente uma cidade. E, às vezes, ele peca pelo assistencialismo. E o político... o gestor não depende da Prefeitura para sobrevivência. Vem para dar uma mão. Para ajudar, para tentar mudar alguma coisa. E o político leva a política como profissão. Ou ele é deputado, segue carreira, ele estuda para isso. Essa é a diferença. Ele tem as manhas da política. Já o gestor, não. Ele quer que aconteça o negócio mais rápido e quando ele vem de uma empresa privada, ele decide e é rápido. E no poder público tem várias leis, várias entraves que dificulta ele ser mais ágil. Eu sou gestor.

Na concepção de planejamento estratégico, a produção da cidade é comparada ao modo de produção de uma empresa. As terras são loteadas, vendidas e colocadas à comercialização no mercado imobiliário. A obtenção de lucro é sempre a maior possível.

Harvey (1996) percebeu que a partir de 1970, as cidades, de modo geral, passaram por um processo que substituía ação de gerenciamento pelo empresariamento urbano. Dentre outras razões, tendo como cenário a cidade de Baltimore, houve uma diminuição do repasse de verbas do Governo Federal aos Governos Locais pressionando e propiciando a iniciativa dos poderes locais em atrair novos investimentos e negócios para as cidades Norte Americanas.

Mas, o autor sugere que há três afirmativas em seu estudo que poderiam ser aplicadas de modo genérico à realidade urbana de outras cidades. Daí tornou-se possível aproximar as afirmativas de Harvey para a cidade de Frutal quando o autor explica que, num primeiro momento é preciso compreender que “do gerenciamento ao empresariamento” a parceria que se estabelece é sempre “público-privada”. Esta é a principal característica do empresariamento, “na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização de poderes públicos locais para tentar atrair novas fontes de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego” (HARVEY, 1996, p. 52).

O segundo ponto abordado por Harvey (1996) é a natureza especulativa desta parceria empresarial público-privada. As atividades ficam sujeitas às mesmas dificuldades e riscos dos empreendimentos imobiliários especulativos. Contrapondo-se a “certa” estabilidade dos empreendimentos que são gerenciados e planejados. “Em muitos casos, isso significou que o setor público assumisse o risco e a iniciativa privada ficasse com os benefícios, embora existam exemplos suficientes em que isso não se aplica [...]” (HARVEY, 1996, p. 53), pois, para o autor, é preciso tomar cuidado com generalizações absolutas sobre determinada situação.

Harvey (1996, p. 53) explica que, em terceiro lugar, “o empresariamento tem como foco muito mais a economia política do local do que do território” e deixa de prestar a devida atenção ao impacto que os empreendimentos podem causar no entorno do local escolhido:

Tais empreendimentos podem, é claro, ser vistos como forma de gerar benefícios para populações de uma circunscrição específica e, de fato, essa é uma das principais reivindicações que surge na discussão pública que acontece para dar apoio a tais empreendimentos. Na maioria das vezes, porém, a forma assumida é tal que torna todos os benefícios indiretos e potencialmente de alcance mais amplo ou mais restrito do que a jurisdição em que são colocados. Projetos pontuais desse tipo também costumam tornar-se foco da atenção pública e política a ponto de desviar a atenção e mesmo recursos de outros problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo (HARVEY, 1996, p. 53).

Ainda sobre o atual prefeito de Frutal, quando este se autodenomina empreendedor e atribui à lógica comercial, – de obtenção de lucros – à cidade, e se defronta com uma condição diversa, acaba por empreender uma administração pública desalinhada às políticas públicas para satisfação da cidade real. No empresariamento, como descrito por Harvey, é necessário que, assim como no modo de produção capitalista, haja investimentos de capitais para um determinado fim, que não necessariamente são as necessidades coletivas da população da cidade.

O Prefeito Mauri admite ter diversas ideias para Frutal, mas que o funcionamento da máquina pública e a escassez de recursos dificultam a concretização de seus planos, – a cidade é idealizada duas vezes. Hora nos planos de Lerner, outras vezes nas ações empreendidas pelos representantes do governo local. Veja a fala de Mauri:

[Pergunta: O senhor é um prefeito empreendedor?] Resposta: Eu acho que eu sou de mais, eu não deveria ser tanto. Porque eu tenho ideias todo dia. Mas falta verba, falta dinheiro. Então eu acho que sou até de mais empreendedor, às vezes, tem que segurar senão o orçamento não acompanha. A crise dificultou muito, quando vem uma crise que é só econômica, é fácil a gente ajustar. Agora é uma crise política, uma crise econômica, uma crise de corrupção. Então os políticos hoje estão desacreditados, porque às vezes desmotiva até aquele prefeito, aquele que está com boa intenção de fazer as coisas. E você ouve algumas coisas que te chateiam e desmotivam, mas a gente tem que seguir em frente. Alguém tem que fazer. E o Brasil passou por várias crises e vai passar (informação verbal).

Para exemplificar o arrocho orçamentário mencionado pelo prefeito, no exercício de 2014, o município arrecadou 182.668.976, 35 em receitas totais. Os maiores encargos foram os gastos com saúde (39.636.568,02 milhões), educação (30.421.456,52 milhões), administração pública (17.227.223,97 milhões) e com o urbanismo (10.388.710,34 milhões). Consomem em média 53% das receitas dos municipais.

**Quadro 04:** Balanço Financeiro Consolidado de Frutal (MG), 2014.

TÍTULOS	VALOR	VALOR
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		
LEGISLATIVA	4.652.854,69	
ADMINISTRACAO	17.227.233,97	
DEFESA NACIONAL	124.754,89	
SEGURANCA PUBLICA	558.675,64	
ASSISTENCIA SOCIAL	4.855.866,43	
PREVIDENCIA SOCIAL	691.825,67	
SAUDE	39.636.568,02	
EDUCACAO	30.421.456,52	
CULTURA	1.395.877,39	
URBANISMO	10.388.710,34	
SANEAMENTO	12.000,00	
GESTAO AMBIENTAL	1.142.508,44	
AGRICULTURA	1.647.415,69	
COMUNICACOES	30.151,20	
DESPORTO E LAZER	1.970.223,20	
ENCARGOS ESPECIAIS	4.236.251,81	
<b>TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>118.992.373,90</b>
<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>		
RESTOS A PAGAR	8.328.455,07	
DEPOSITOS E CONSIGNACOES	41.339.351,23	
REPASSE CONCEDIDO	6.895.780,65	
<b>TOTAL DA DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>56.563.586,95</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>175.555.960,85</b>
<b>SALDO P/ MÊS</b>		
CAIXA E BANCOS		7.113.015,50
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>182.668.976,35</b>

**Fonte:** Fiscalizando com o TCE – Minas Transparente<sup>128</sup>

<sup>128</sup> Fiscalizando com o TCE – Minas Transparente. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/RelatorioTecnicoAnaliseDefesa#>. Acesso em 11 abr. 2016.

Na discursiva, o planejamento urbano aparece como a solução de problemas em longo prazo, no entanto, as práticas cotidianas, em sua maioria não previstas, são conduzidas pela gestão local e pontual. O prefeito Mauri comentou que se o planejamento de Frutal não for feito agora, não terá outras oportunidades de se concretizar. No entanto, durante o seu mandato não houve uma tentativa de organizar as estratégias de planejamento de curto e longo prazo. A revisão do Plano Diretor Municipal está atrasada e provavelmente não terá tempo de surtir efeito neste mandato. O Secretário João de Deus justificou o atraso dizendo que houve cortes de verba destinadas à elaboração do plano. Observe a contradição, do planejamento à gestão:

[Pergunta: Frutal é uma cidade planejada?] Não, Frutal ela vem de umas gestões anteriores que não foi bem planejada. Ela cresceu por sorte, ela não foi planejada. Agora é o momento de se planejar, ou faz agora, ou nunca. [...] Eu acredito que o planejamento é mais importante. Se você planejar bem a sua administração, depois o dia a dia fica mais fácil. Os bairros novos todos planejados. Eu vou dar um exemplo. Frutal ainda tem muitas ruas de terra, não tem asfalto, infraestrutura. Hoje na nossa gestão não é aprovado nenhum bairro sem que tenha toda infraestrutura: água, esgoto, asfalto, iluminação pública, tudo certinho. Então esse é o planejamento. Inclusive, na revisão do Plano Diretor, para onde vão ser construídas as casas populares, para onde vão as indústrias, mais ou menos dessa maneira.

Ainda que o Plano Diretor revisado seja entregue até o final de 2016, como já relatado, muitos conjuntos habitacionais já foram construídos sem que houvesse a tentativa de optar pelos espaços mais próximos ao centro de equipamentos e serviços coletivos. Comprometendo, sobretudo, a qualidade de vida dos frutalenses. Essencialmente, no que se refere à alocação de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo que são de responsabilidade do Governo Municipal de Frutal.

Sendo assim, no próximo capítulo apresentamos uma análise das principais estratégias do capital imobiliário, aliado às políticas de Estado (do nacional ao local), para a expansão do espaço urbano de Frutal. Além disso, estudamos quatro bairros novos de Frutal, construídos a partir do ano de 2005, com o intuito de compreender como se deu a escolha do lugar, alocação de infraestrutura e qualidade dos serviços prestados pelo governado local em bairros de baixa renda, constituídos por programas habitacionais COHAB e “Minha Casa, Minha Vida”. E, também, quais foram as estratégias de valorização do espaço para a construção de bairros de médio a alto padrão em áreas ditas “privilegiadas”.

### Capítulo III – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FRUTAL: O CAPITAL IMOBILIÁRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

*“É como uma fábrica de montagem de veículos. A gente faz em escala, então, não valeira a pena, pela estrutura da construtora, você sair por aí personalizando projetos” (Antônio Borges<sup>129</sup>).*

Introduzimos este trabalho comentando situações de protestos da população de Frutal em relação à administração pública municipal que, sem atender as demandas de parte da população, mostrava-se, em alguns momentos, ineficiente em vários aspectos, ainda que no período em foco, a partir de 2009, principalmente, tenha-se construído na cidade cerca de 4.000 habitações entre as de Faixa I e Faixa II do Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Dentre estas, grande parte está situada em áreas recentemente urbanizadas, que acusam em sua paisagem as características das antigas paisagens rurais. Ainda que o PMCMV exija que os conjuntos habitacionais possuam toda a infraestrutura básica, como asfaltamento, água e iluminação, é preciso considerar que a maior parte dos serviços e equipamentos urbanos está no centro da cidade e tornou-se de difícil acesso aos moradores dos novos conjuntos habitacionais. Além disso, com a construção do HidroEX e da Cidade das Águas, houve a implantação de residenciais que se anunciam valorizados e em área nobre da cidade. Com o objetivo de estudar as estratégias de gestão e a produção do espaço urbano em Frutal tornou-se essencial analisar os novos meandros do mercado imobiliário da cidade. E também compreender quem são os moradores dos novos bairros. Aqueles que ocupam os conjuntos habitacionais de um lado. E de outro os que podem pagar por bairros com benfeitorias e amenidades. Este é o principal objetivo e sentido deste capítulo.

#### **3.1 Estratégias do capital imobiliário para a valorização do espaço urbano.**

No segundo capítulo desta pesquisa buscou-se compreender como o governo municipal por meio de suas ações, tanto no que concerne ao planejamento, quanto à gestão, produziu e organizou o espaço urbano de Frutal. Nesta terceira parte da dissertação, o objetivo foi compreender quais são as estratégias de produção do espaço empreendidas pelos agentes do capital imobiliário (os proprietários fundiários e os incorporadores imobiliários) atuantes em Frutal, principalmente, na construção de bairros novos, tanto os de residências populares, no estilo de conjuntos habitacionais, quanto os bairros residenciais de padrões considerados

---

<sup>129</sup> Antônio Borges, em entrevista realizada em 30 de julho de 2015, sobre a construção de habitações “Minha casa, Minha vida” em Frutal.

médios e elevados. É necessário reiterar, contudo, que o Estado, nas três esferas (Nacional, Estadual e Municipal) tem participado dos processos de valorização, de hierarquização e até de segregação desses bairros, por meio de maior ou menor alocação de equipamentos e serviços de uso coletivo ou, ainda, com a implementação de políticas públicas que interferem na produção e organização do espaço da cidade.

Do ponto de vista teórico, Antonio Carlos R. Moraes e Wanderley Messias da Costa (1993) explicam que a produção capitalista está fundamentalmente relacionada à produção de valores de troca. A mercadoria é a sua condição elementar de existência. Ainda que a terra não possua propriedade de “ser” mercadoria, quando inserida no mercado de terras, torna-se uma “mercadoria especial” esclarece Gonçalves (2015, p. 205):

A terra em si mesma não possui a propriedade de ser mercadoria. Isso só ocorre mediante a formação do mercado de terras. Ao se tornar mercadoria, equivalente de trabalho ou a terra como trabalho, diz-se que se trata de uma mercadoria especial, pois ela possui características peculiares que nenhuma outra mercadoria tem.

No cerne do capitalismo contemporâneo, Moraes e Costa (1993, p. 159), disseram que a relação que se estabelece entre valorização capitalista e o espaço “é, antes de tudo, uma relação capital-espaço”, de modo que a hegemonia do modo de produção capitalista se apropria do espaço e de tudo aquilo que nele contém. O espaço afigura-se, para o capitalismo, como parte do valor gerado e se expressa na forma de produção de capital constante. Gonçalves (2015, p. 206), apoiado em Harvey, esclarece este processo:

Ainda de acordo com Harvey (1980), tomados em conjunto, esses usos em relação ao solo e suas benfeitorias se tornam valor de uso e também dialeticamente valor de troca na sua totalidade. Essa dupla propriedade do solo, e suas benfeitorias serão determinadas de acordo com os interesses dos seus detentores. Há que se ressaltar que para todas as mercadorias e, isso inclui a terra, toda mercadoria tem valor de uso e de troca – para alguns predomina o valor de uso e para outros de troca.

Moraes e Costa (1993, p. 159) exemplificam esta teoria dizendo que quando uma produção capitalista individual se desenvolve, o faz ocupando uma parcela do espaço. “Esta é a primeira fração do espaço enquanto capital constante (a instalação física da produção)”. Há, segundo os autores, outra relação que se estabelece entre a produção capitalista e o espaço: o capital social geral, – que é a materialização do trabalho morto fixado no espaço no decorrer de sua história. São as cidades em estrutura física, as estradas e toda infraestrutura de modo geral. Assim, importa compreender que, “o espaço, portanto, sob o capitalismo, é o capital como condição e como meio de produção” (MORAIS; COSTA, 1993, p. 159). Ainda, consideram que outra determinação geral do capitalismo é a privatização do espaço por meio da apropriação privada dos meios de produção.

O espaço, portanto, torna-se igualmente capital. De modo que “[...] a história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo o que ele contém” (MORAIS; COSTA, 1993, p. 159). Este processo pode ser exemplificado à medida que se analisa a atuação dos proprietários fundiários, que interessados em obter a maior renda fundiária de suas propriedades, buscam a maior remuneração possível, essencialmente as de uso comercial e residencial de alto padrão – *status*. Pois há que se considerar também que:

O fator localização na cidade não pode ser dissociado da dinâmica de outro elemento, no caso, a terra-mercadoria, isto é, do mesmo modo em que não há espaço geográfico fora da lógica de reprodução do capital sendo o seu contrário verdadeiro, não há localização fora da lógica da terra-mercadoria, bem como não há terra mercadoria sem considerarmos a sua localização (GONÇALVES, 2015, p. 205).

Corrêa (1989) explica que os proprietários fundiários, “estão particularmente interessados na conversão de terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é a mais valorizada que a rural”. Assim, nos dizeres de Corrêa (1989, p. 16): “As possibilidades dessa transformação são, entretanto, dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda da terra para fins urbanos”.

A necessidade de expansão de terras e a construção de habitações dependem do aparecimento de novas camadas sociais, na opinião de Côrrea (2000), ainda que não se possa perder de vista que é uma prática comum construir bairros populares e conjuntos habitacionais em áreas recém-urbanizadas, cuja infraestrutura ainda é bastante precária, enquanto há vários terrenos melhor localizados, próximos a centros de equipamentos e serviços urbanos, que ficam vazios por anos e até décadas esperando valorização. O autor explicou que a expansão urbana se dá, sobretudo, pela chegada de migrantes, que de algum modo participam do mercado de terras e habitação local. Mas está relacionada também às:

[...] possibilidades de remuneração do capital investido em terras e operações imobiliárias. E depende ainda da política que o Estado adota para permitir a reprodução do capital, como o reforço do Estado pelo aumento do número de funcionários e através da ideologia da casa própria, conforme mostra, entre outros Durand-Lasserve (CORRÊA, 1989, p. 17).

Ainda que seja necessário construir empreendimentos imobiliários em áreas periféricas, nos de uso residencial, principalmente, ocorre a seguinte contradição: urbanização de *status* ou urbanização popular. Assim, “as estratégias dos proprietários fundiários variarão segundo suas propriedades se localizem nas áreas onde domina uma ou outra forma” (CORRÊA, 1989, p. 18). Para os proprietários de empreendimentos de *status*, a depender também da localização, empregam-se as seguintes estratégias de valorização:

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas, como o mar, lagoa, sol, sal, verde etc., agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou obtendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infraestrutura. Tais investimentos valorizam a terra que anteriormente fora esterilizada por um razoavelmente longo período de tempo. Campanhas publicitárias exaltando as qualidades da área são realizadas ao mesmo tempo em que o preço da terra sobe constantemente (CORRÊA, 1989, p. 18).

Para os proprietários de terrenos de pior localização, situados em áreas sem atributos naturais ou construídos, de acordo com Corrêa (1989, p. 19), sobra apenas uma estratégia. Sem conseguir atrair a população de classe média e alta, resta a estes proprietários fundiários extrair a renda da terra por meio do loteamento de suas terras. E, sobretudo, se trata de:

[...] loteamentos populares, com o mínimo de infraestrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesse desses proprietários em se tornarem em promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implanta enormes e monótonos conjuntos habitacionais.

Em Frutal, nos últimos anos, pode-se observar mais assiduamente ocorrência de alguns dos processos aqui mencionados, no que se refere à utilização da terra como valor de troca, tanto a alocação de conjuntos habitacionais em áreas recém-urbanizadas, com o mínimo de infraestrutura exigida, como também a implantação de bairros em espaços que sofreram valorização em função da alocação de serviços ofertados pelo Estado. Neste sentido, de acordo com o explicitado no primeiro capítulo, os agentes produtores do espaço estão em constante movimento, produzindo e reproduzindo a cidade e importa-nos observar este movimento.

Sendo assim, no próximo tópico busca-se compreender como se deu, a partir de 2005, a atuação dos proprietários fundiários, incorporadores imobiliários e do Estado na produção do espaço urbano de Frutal.

### **3.2 Expansão territorial e a construção de novos loteamentos em Frutal**

O espaço urbano de Frutal não teve um crescimento significativo, no que se refere à expansão territorial, até a chegada do Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida” em 2009. Ainda que se tenha construído alguns conjuntos habitacionais populares pela COHAB ou por meio de incentivos das administrações locais, como ocorreu na década de 1980 com o Prefeito Alceu Queiroz, a cidade ficou por longo período sem políticas de incentivo à habitação popular. Esta situação se assemelha à da maior parte das cidades brasileiras, uma vez que o PMCMV foi implementado por política de Estado de abrangência nacional.

Toninho Borges, proprietário da Construtora Bom Teto, que está há trinta e três anos no ramo de construção em Frutal, comenta este processo:

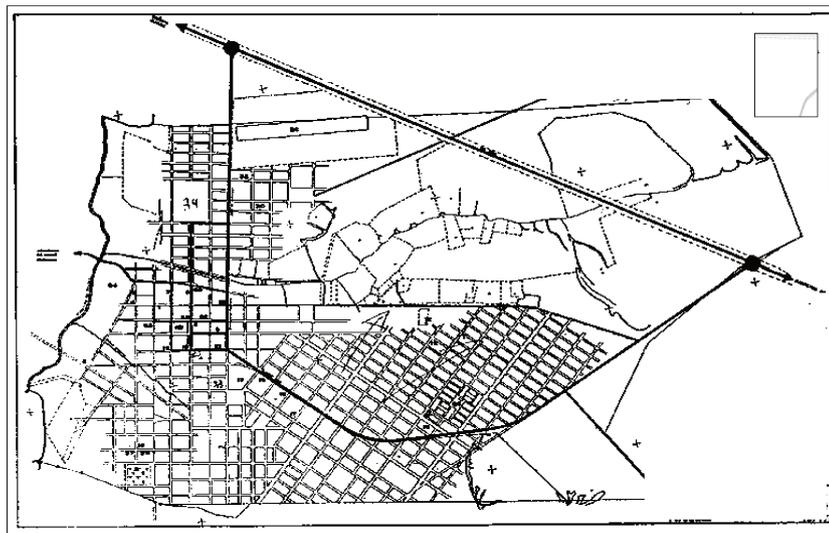
Então nós passamos agora por um processo de crescimento físico de seis, sete anos para cá, jamais visto na cidade. Pode ter acontecido no país inteiro, mas em Frutal, foi uma coisa assim, de outro mundo. Porque a zona urbana de Frutal nunca foi valorizada, nunca cresceu. O forte de Frutal sempre foi a zona rural. A economia rural nossa é muito forte. Agora de seis, sete anos para cá, eu acredito que a gente tenha, entre construtoras e particulares envolvidos no processo, eu acredito que a gente tenha construído de seis anos para cá, mais de quatro mil novas residências (informação verbal).

Contudo, como pode ser observado nos mapas abaixo, houve uma expansão da área urbana de Frutal, anterior à chegada do “Minha Casa, Minha Vida”, sobretudo rumo à direção Leste. Apesar de decorridos trinta e cinco anos entre o mapa de 1971 e o de 2006, é importante salientar que algumas iniciativas da administração pública local impulsionaram este crescimento. Citamos, por exemplo, a construção da rodoviária nova no bairro Alto Boa Vista e também a construção do estádio Marretão, que abriram frentes de crescimento no espaço urbano e estimularam a construção de bairros novos. Antônio Borges ainda era secretário de obras quando o Estádio Pedro Marreta foi construído e afirma que alguns bairros foram formados em função disso:

O Pedro Macedo, ele teve só oito meses de governo, nove. É a intervenção foi mais física, não no intuito de crescimento da cidade. Ele fez obras... o Marretão foi feito pelo Pedro Macedo, nós fizemos umas casas, para doar para pessoas carentes, mas, o mais lembrado realmente é o próprio estádio. Naquela época necessitava-se de um estádio de quinze mil pessoas para que os times da cidade pudessem disputar a primeira divisão do estado. Então nós tínhamos um estádio onde hoje é a Prefeitura, que chamava Woyames Pinto. Esse estádio foi demolido para que lá fosse construída a própria sede da Prefeitura e o campo passou, para mais afastado da cidade, hoje é cidade. Mas, na época, construído há trinta e três anos era bem afastado da cidade. [...] O Novo Horizonte que é um bairro planejado, cresceu em função do estádio.

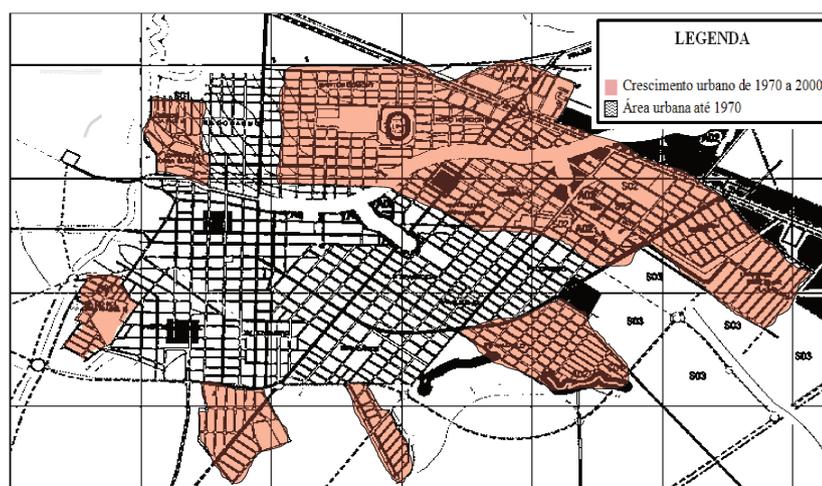
Aa áreas preenchidas em vermelho, no mapa de 2006, ilustram os crescimento urbano de Frutal da década de 1970 a 2000. Importante observar que, sobre a morfologia, a expansão urbana de Frutal, neste período, se deu de maneira relativamente compacta. Não havia, até então, bairros significativamente periféricos. Ainda que, em 2006, o bairro Frutal III, conjunto habitacional construído pela COHAB, implantado em 2005, tenha permanecido com a pior localização, mesmo depois da construção dos conjuntos habitacionais do PMCMV.

**Figura 15:** Área urbana de Frutal em 1971.



**Fonte:**Ministério do Interior. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e Projeto Rondon VII.

**Figura 16:** Área urbana de Frutal em 2006.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Frutal, 2006.

**Org.** Veduvoto, 2016.

No mapa abaixo, as áreas hachuradas em amarelo correspondem aos bairros ampliados e construídos depois de 2009, com a chegada do PMCMV em Frutal, incluindo os conjuntos habitacionais do Faixa I e os residenciais do Faixa II. A expansão se deu principalmente nas direções Norte e Sul da cidade.

**Figura 17:** Expansão territorial de Frutal com o “Minha Casa, Minha Vida” (2015).



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Frutal, 2015.

**Org.** Veduvoto, 2016.

Pode-se ver, na Figura 17 que, na zona Sul, há vazios entre os bairros, denotando que a expansão dos limites territoriais não ocorreu de forma compacta. Esta é uma situação negativa quanto à infraestrutura, pois, com o processo de urbanização, a chegada de equipamentos e serviços urbanos, por exemplo, fica prejudicada, na medida em que não há conexão entre os bairros. A mobilidade também se restringe, em função dos vazios que se formam entre um conjunto habitacional e outro. Além disso, grandes áreas residenciais ficam isoladas da malha urbana de Frutal e restringe o acesso aos equipamentos urbanos.

Proprietário da Construtora Erma, Ernani Macedo se tornou construtor devido à demanda para a construção de casas que se criou com o PMCMV em Frutal. Está no ramo desde 2010, mas abriu a construtora em 2011. Explicou que comprou um residencial já iniciado, Faixa II, o Eldorado, e construiu cerca de quatrocentas casas. Depois, devido à lucratividade do negócio, ele construiu mais trezentas e setenta e cinco casas no Residencial Dr. José Sales Filho. Ernani comentou que os residenciais são construídos nas “bordas” da cidade. Ou seja, em áreas periféricas:

Foi o proprietário do empreendimento Eldorado, do loteamento, que ele veio me oferecer os terrenos e me abriu a curiosidade. Aí ele fez a mesma proposta pra mim, vai lá, constrói as casas que você quiser e me paga os terrenos depois que você vai ter lucro. Eu fiz essa parceria com ele, no meu nome particular, construí e aí, construí mais, aí resolvi abrir a construtora e através de lá... tinha um terreno do

lado, que seriam dois alqueires, eu comprei. Aí eu já parti do zero. Eu fiz infraestrutura toda e a construção de todas as casas também. Vendi terreno, fiz parceria para a construção [...]. Eu comprei o Residencial Eldorado faltando a metade das construções, seria umas quatrocentas casas, terminei de construir as casas, e depois comprei um outro loteamento e fiz o Residencial Dr. José Sales Filho e são trezentas e sessenta e cinco casas também, estou finalizando. [...] Esse loteamento meu, os dois, eles ficam na borda da cidade, praticamente (informação verbal)<sup>130</sup>.

Ernani Macedo comentou que além de construir casas para a própria construtora, faz acordos com “terceiros” também. Esta parceria citada por Ernani, por exemplo, funciona da seguinte maneira: a construtora vende terrenos aos interessados em construir casas para vender, fazendo o papel também de proprietário fundiário. O terceiro fornece o material de construção à construtora. Quando ocorre a venda da casa já finalizada, os lucros são divididos. Assim explica o depoente:

Geralmente, nós fazemos uma parceria, ele me compra o terreno, eu também tenho participação na casa de material de construção, me compra o material de construção, e aí quando termina a casa nós acertamos. Geralmente tem vários tipos de parceria, às vezes a gente divide o lucro total. Conforme o recurso financeiro dele, eu sempre tendo participação. Às vezes é construído no nome dele, às vezes é no meu, às vezes no da construtora. Isso aí, nós trabalhamos mais no sistema de parceria mesmo. Pelo motivo de... a procura é muito grande para profissão de pedreiro. Então eles querem ganhar um pouco mais. Então o que eu faço? Eu faço uma parceria que eles ganham mais e para mim eu não tenho a preocupação de ficar lá todo dia ver se tem alguém trabalhando ou não. É por produção, de quinzena em quinzena, eu vou, faço a leitura e faço o pagamento. [...] tem lá uns dez padrões de parcerias, entendeu? Que eu faço com empresas, talvez com as próprias construtoras, às vezes com particulares, com pedreiros (informação verbal).

Os residenciais foram construídos, sobretudo, em áreas rurais que sofreram o processo de urbanização. O construtor comprou a área em preço de alqueire, e depois, ao urbanizar, vendeu o imóvel a preço de metro quadrado. O processo burocrático de urbanização é relativamente simples. De acordo com o entrevistado, é necessário pedir uma licença ambiental na regional de Uberlândia. Após este procedimento, a Governo Municipal fornece a liberação para o início das obras. A Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos e rurais (Lei N.º 5.977, de 30 de Maio de 2012) regulamenta a zona de expansão e as áreas propícias para construção e, além disso, exige a implantação de pelo menos dois equipamentos e infraestruturas urbanas para urbanizar a área: meio-fio, pavimentação, ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública, com ou sem postes, para distribuição domiciliar; escola

<sup>130</sup>MACEDO, Ernani. **Ernani Macedo**: Depoimento. [jan. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 39 minutos)

de educação fundamental ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Em janeiro de 2015, o entrevistado relatou que não tinha mais a intenção de abrir novos loteamentos para construção. Explicou que o preço da terra em Frutal valorizou cerca de trezentos por cento, do início do Programa, em 2009 ao ano de 2014. De acordo com Ernani, a alta no preço dos lotes rurais tornou-se um empecilho para a retomada das construções. Ainda, comentou que deverá investir em empreendimentos verticais por esta razão:

Geralmente, hoje, o que demanda no Brasil, é o terreno. Ele é muito caro. Então, o terreno ele começou aí... depois que começou as construções, que nós começamos a construir, ele subiu mais de trezentos por cento. Dentro de cinco anos. Valorizou muito. Hoje você já chega numa área perto de Frutal, eles já pedem um preço absurdo. O que está tornando praticamente inviável construir em Frutal. Foi o que aconteceu já em cidades pequenas do estado de São Paulo, que valorizou muito a área rural, para você urbanizar, e hoje pelo preço do terreno, não compensa mais. Eu tenho um exemplo, que eu visitei... Barretos parou o projeto, "Minha Casa, Minha Vida" (informação verbal).

Antônio Borges, proprietário da Construtora Bom Teto, também relatou que houve um aumento significativo no preço da terra em Frutal. Comentou que, em termos de valores, um terreno nos padrões do Minha Casa, Minha Vida (em média 9x30 metros), sem infraestrutura, para usar a expressão de Toninho, de “terra nua”, custava cerca de R\$ 1.270,00 antes da chegada do PMCMV, ao passo que, em 2015, não mais se comprava um terreno em Frutal por menos de R\$ 15.000,00:

Mas, para você ter uma noção, os primeiros lotes que eu comprei no loteamento lá eu paguei mil duzentos e setenta. Hoje você não compra nenhum lote na cidade por menos de quinze mil reais. O lote nu, veja bem, sem nada. O preço que é pago pelo imóvel não acompanhou (informação verbal).

Os empresários das duas construtoras só fizeram residenciais do PMCMV na Faixa II. Ernani Macedo comentou que não faz empreitadas na Faixa I em função dos residenciais serem subsidiados pelo Governo Federal e, por esta razão, a obtenção de lucro ser menor, tendo em conta que a construtora fica responsável pela implantação de toda infraestrutura: asfaltamento, água encanada, etc., e o material utilizado é de qualidade inferior, aumentando o risco de problemas com a construção. Toninho Borges construiu cerca de 1.100 casas no Residencial Jardim do Bosque, na Faixa II e comenta:

Para você ganhar dinheiro no faixa I você tem que fazer porcaria. E eu detesto fazer porcaria. [...] construções mal feitas. Padrão construtivo péssimo, mão de obra tem que ser muito corrida, você não pode especializar em nada. Para você ganhar dinheiro nisso você quem fazer mal feito (informação verbal).

A maior parte dos residenciais na Faixa I construídos em Frutal foi feita por construtoras de outras cidades, como Uberaba, por exemplo. Toninho Borges explicou que as construtoras encontraram em Frutal um nicho propício para a construção, porque no início do PMCMV o preço da terra rural passível de urbanização ainda era “acessível”<sup>131</sup>. O Governo Municipal apoiou e incentivou a construção dos conjuntos habitacionais. Por Toninho Borges: “Vieram e fizeram no Faixa I. Principalmente as construtoras de Uberaba. [...] porque viram em Frutal um nicho de facilidade, de terrenos mais baratos naquela época. E tinha o apoio da Prefeitura”. Para a ex-prefeita Maria Cecília foi conveniente que o projeto MCMV fosse implantado durante o seu mandato, pois lhe asseguraria credibilidade perante a população que foi contemplada com as casas, tratando-se principalmente dos conjuntos habitacionais Faixa I.

No que se refere aos empreendimentos Faixa II também foi interessante para o Governo Municipal que fossem construídas casas para atender toda a população interessada. A gestão local não criou empecilhos para as construtoras e deixou os agentes do mercado imobiliário (construtoras, proprietários fundiários e de imobiliárias) gerenciarem o projeto – nesta modalidade, Faixa II –, na cidade. Segundo Ernani Macedo, o Governo Municipal pouco interveio no processo de implantação dos loteamentos. A função da gestão local foi, fundamentalmente, a de fiscalizar o andamento das obras. Fez uma distinção no que refere à gestão de Maria Cecília Borges (Ciça) e a de Mauri Alves. De acordo com o depoente, o governo de Mauri foi mais eficiente no acompanhamento das obras e na fiscalização da infraestrutura exigida. Na administração de Ciça, por exemplo, os bueiros para escoamento da água pluvial, nos loteamentos construídos durante os seus mandatos, em sua maioria, não foram feitos. Esta é informação que se pode confirmar em campo, pois o entrevistado, Ernani Macedo, comentou que,

O que exigiu foi o seguinte, o atual governo está fiscalizando a sua infraestrutura. Então isso favoreceu muito os compradores das casas, porque eles exigem um asfalto melhor, o escoamento de água. Esse, por exemplo, esse escoamento de água, praticamente não exigia. Exigia, mas a Prefeitura não ia lá e fiscalizava e falava que tem que ser assim e assim. Onde tem alguns problemas na cidade até hoje (informação verbal).

---

<sup>131</sup>Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos e rurais: “**Parágrafo Único** Constitui Zona Urbana do Município de Frutal todo imóvel ou uma parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei específica, incluindo os povoados de Garimpo de Bandeira, Boa Esperança, Água Santa, Vila Barroso e o Distrito de Aparecida de Minas ou ainda: **I** – que se localize em gleba ou lote localizado em área de expansão urbana ou rural, que possa se utilizar de melhoramentos implantados ou mantidos pelo Poder Público ou pela concessionária de serviços (COPASA, CEMIG) indicados em pelos menos dois dos seguintes equipamentos de infraestruturas urbanas implantados [...]”. (PREFEITURA DE FRUTAL, Lei N.º 5.977, de 30 de Maio de 2012)

O construtor Ernani Macedo trata com naturalidade a não intervenção do governo local na alocação e construção dos novos bairros. Pois compreende que o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, embora seja condicionado pelo Estado, o Governo Federal, é executado pela iniciativa privada e, portanto, sofre forte intervenção do capital imobiliário empresarial. Além disso, comenta que, para o governo municipal, a construção de bairros novos é benéfica, pois o aumento de número de residências eleva o valor dos tributos obtidos pela gestão pública municipal:

Partiu do setor imobiliário mesmo. Mas isso daí é em todos os locais, você entendeu? Em todos os locais parte é da iniciativa privada, mesmo. A Prefeitura o que ela tem... a parte dela é essa parte burocrática, urbanizar, principalmente. E para ela é excelente, porque quanto mais loteamento ela recebe, mais impostos, né? (informação verbal)

O segundo construtor entrevistado, Toninho Borges, comentou que em seu loteamento, Jardim do Bosque, todas as diretrizes relativas a implantações de loteamentos no Faixa II foram seguidas. Além disso, a própria construtora contribui com a prestação de serviços para a população do loteamento, como, por exemplo, quando ajuda na limpeza das ruas. As instituições públicas e privadas, portanto, fundem-se mais uma vez na produção do espaço urbano. Desde a elaboração do Plano Diretor Municipal (com a contratação de uma empresa para fazer o diagnóstico e elaborar o documento) à prestação de serviços e alocação de infraestrutura (as construtoras atuaram neste sentido). Para exemplificar, Toninho Borges comentou que os projetos de sinalização de trânsito devem ser fornecidos pela Prefeitura Municipal. E que, geralmente, quando os técnicos da Prefeitura não elaboram os estudos, na maior parte das vezes o bairro não é sinalizado. No Jardim do Bosque, Toninho considerou que foi de interesse de sua construtora, Bom Teto, fazer os estudos de sinalização, em função de manter a organização do bairro e aumentar a sua credibilidade:

Toninho Borges: Na realidade nós somos responsáveis por fazer toda a infraestrutura do loteamento [...]. Asfalto, esgoto, água, energia elétrica, iluminação, dependendo da topografia do loteamento água pluvial. E sinalização de trânsito quando a Prefeitura nos fornece o projeto [...]. Pergunta: E quando não fornece? Toninho Borges: Não se faz. Pergunta: Mas é exigência? Toninho Borges: É uma das exigências. Na realidade o crescimento é muito grande, o interesse é mais do loteador. Agora eu vou começar a fazer a sinalização em todo Jardim do Bosque. Porque o interesse é mais da gente mesmo. As pessoas tem que saber ruas novas, com nomes novos. Pergunta: O senhor fala que é interessa da sua construtora, porque você é de Frutal. Mas e as construtoras de fora? Toninho Borges: Não, as construtoras de fora, que veio fazer Faixa I, ela não sabe nem o nome da cidade. Estou fazendo lá no lugar que vai me dar dinheiro. Esse é o pensamento. Não tem nenhuma preocupação com isso (informação verbal).

Diante do exposto, pode-se concluir que não houve planejamento para implantação do MCMV em Frutal. O governo local geriu os aspectos burocráticos e atuou na fiscalização das obras já em construção. E a iniciativa privada, pulverizada em ações individuais –

empresas construtoras e construtores autônomos –, agiu em consonância com as leis de mercado. Desde a escolha da implantação dos loteamentos – construídos em áreas periféricas, recém-urbanizadas, em função do preço da terra ser mais baixo – à alocação de serviços básicos e infraestrutura. O Governo Municipal participou da regularização das obras, seleção da população beneficiada pelo programa no Faixa I e também na organização de reuniões entre os moradores e a construtora contratada para execução do projeto. Depois de instalado o conjunto habitacional, o município fica obrigado a empreender projetos sociais com a população do novo bairro. Ou seja, a atuação do poder público local está mais presente no atendimento de demandas que se estabelecem com a adesão ao MCMV do que na organização e planejamento do espaço urbano. Débora Assunção<sup>132</sup>, representante da Secretaria de Promoção Humana de Frutal, explicou como o Governo Municipal elabora os projetos:

Quando nós estamos na fase do pré-ocupação, antes das famílias se mudarem para as unidades de habitação a gente elabora um projeto de trabalho social chamado "PTS"<sup>133</sup>. Nesse projeto nós vamos fazer todo o diagnóstico dessas famílias beneficiárias. É um diagnóstico social, econômico e a gente faz um diagnóstico da chamada caracterização da macro área. O que é que existe de equipamento social no entorno desse residencial? Porque quando nós formos desenvolver o chamado o Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, que é o PDST<sup>134</sup>, quando a família já está morando no residencial, que é pós- obras, a gente vai desenvolver esse plano de acordo com as informações que teve dos dados coletados no PTS. Então, por exemplo, lá no PTS, no projeto que a gente faz com o diagnóstico das famílias, nós vamos conseguir saber, por exemplo, a situação profissional dessas famílias. Então na situação profissional das famílias, a gente consegue descobrir se eles estão trabalhando, se as mulheres trabalham, se elas têm profissão, a escolaridade, os cursos profissionalizantes que eles têm interesse em fazer, então, quando formos

<sup>132</sup>ASSUNÇÃO, Débora de Freitas Bunto Bastos. **Débora de Freitas Bunto Bastos Assunção**: Depoimento. [jun. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 33 minutos)

<sup>133</sup>“A execução do Projeto de Trabalho Social – PTS será de responsabilidade do Poder Público local onde está sendo executado o empreendimento, ou no caso em que o Estado aportar contrapartidas, sua responsabilidade será definida entre os entes públicos envolvidos, expressas no Instrumento de Compromisso, previsto em normativo específico desta modalidade do programa. 1.1 O PTS será executado de forma direta ou mista, a partir de sua aprovação, compreendo desde o processo de seleção dos beneficiários até a entrega das unidades. 1.1.1 É vedada a realização do Trabalho Social de forma integralmente indireta, devendo a equipe do Ente Público estar, necessariamente, envolvida com a execução. 1.2 O Projeto de Trabalho Social deverá ser desenvolvido até a mudança das famílias para o empreendimento, devendo ser prorrogado com ações de pós-ocupação, por prazo estabelecido por Estados ou Municípios, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, PORTARIA Nº 21, DE 22 DE JANEIRO DE 2014). Disponível em: [http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trab\\_alho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trab_alho_social.pdf). Acesso em 10 abr. 2016.

<sup>134</sup>“O PDST é elaborado a partir da consolidação do Trabalho Social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários”. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, PORTARIA Nº 21, DE 22 DE JANEIRO DE 2014). Disponível em: [http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria\\_21\\_01jan\\_22\\_2014\\_manual\\_inst\\_trab\\_alho\\_social.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trab_alho_social.pdf). Acesso em 10 abr. 2016.

desenvolver o PDST, nós vamos desenvolver as atividades que nós já sabemos que darão certo com aquele grupo, com aquela comunidade.

França (2015), em seu estudo sobre “Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha Vida”, aponta que o poder público local parece estar condicionado aos interesses do mercado imobiliário e das empresas construtoras na condução dos projetos habitacionais. Além disso, as Prefeituras de cidades pequenas, que até então tinham um mercado imobiliário estagnado, apresentam uma forte carência no tocante a capacidade administrativa de planejar e gerir as ofertas de terrenos recém-urbanizados, dotando-os de infraestrutura para incorporá-los à dinâmica da malha urbana já constituída. De modo que,

O deslocamento de investimentos e a priorização para o atendimento das necessidades habitacionais a partir da padronização de projetos no programa Minha Casa, Minha Vida são determinados pelos interesses do mercado imobiliário, instituições financeiras e das construtoras que visam otimizar os custos determinando a localização e aprovação dos terrenos e a tipologia dos empreendimentos (FRANÇA, 2015, p. 336).

Rolnik (2015) comentou que o desenho do programa MCMV foi um fator de grande relevância para a reprodução de um padrão periférico da habitação para a população de baixa renda no Brasil, de modo geral. O estudo de Raquel Rolnik preocupou-se com as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Mas é possível identificar características que se assemelham ao processo de implementação da política de habitação em Frutal. Assim, a cidade pequena, não situada em região metropolitana, reproduz em certa medida o padrão de urbanização que se estende das metrópoles, às grandes, médias e pequenas cidades. Ou seja: observa-se a conversão da terra urbana em mercadoria e a sua ampla conversão do valor de uso para valor de troca. Ainda sobre o MCMV, Rolnik evidencia a significativa atuação desempenhada pelas construtoras no programa do Governo Federal, tanto na elaboração de projetos, quanto na escolha de terrenos para a construção dos conjuntos habitacionais. Dessa forma, impulsionou-se um processo que, se não relegou ao segundo plano, tornou situação inexistente a inserção urbana dos empreendimentos recém-construídos. Isto seu deu ainda que, de acordo com a autora, alguns municípios tenham assumido um papel mais participativo no planejamento para a oferta de habitação popular e na disponibilização de terrenos para este fim. Assim, para Rolnik (2015, p. 132), “o programa consolida um modelo em que a oferta de habitação se transforma fundamentalmente num negócio, sendo orientada por uma lógica em que a maximização dos ganhos das empresas se torna a principal condicionante”, desde a escolha dos loteamentos à maneira como são elaborados e conduzidos os projetos.

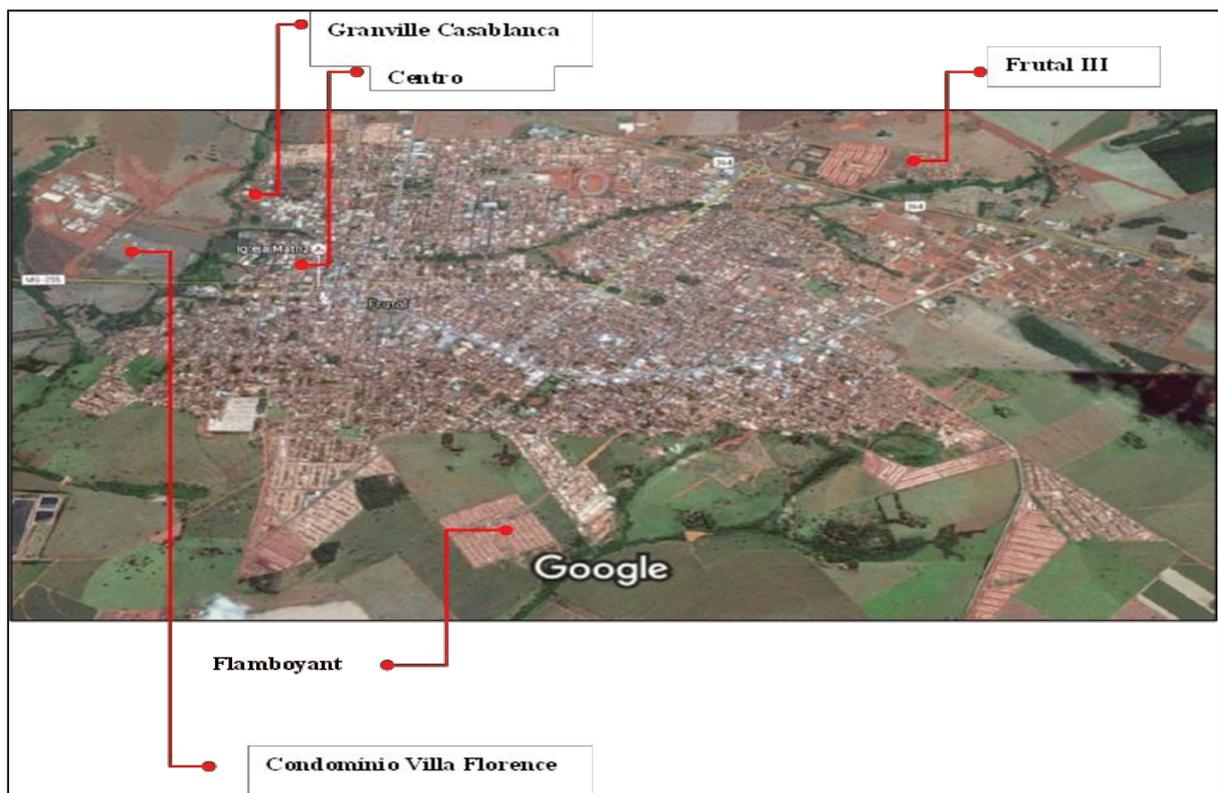
Com essas constatações, a execução do PMCMV impõe uma série de questionamentos, no que se refere à produção do espaço urbano e qualidade de vida da população que passou a morar nos novos conjuntos, em face das contradições observadas. O PMCMV foi uma resposta política à ausência de políticas habitacionais no Brasil, que perdurou por muitas décadas. Projetos como os das COHAB's (Companhias de Habitação Popular) e do BNH (Banco Nacional da Habitação) foram insuficientes para atender às demandas de uma população enorme e diversa que, em grande parte, quando não se enquadrava nos programas de habitação social, não conseguia acesso a financiamentos facilitados no mercado imobiliário. Entretanto, a resposta política do Estado ao problema habitacional não cuida apenas de ofertar moradias, porque o incremento financeiro fornecido pelo Governo Federal a esta política relaciona-se à possibilidade sempre presente de crise econômica e, daí, deve ser considerado como parte das estratégias utilizadas no sentido de alavancar continuamente o capital imobiliário, ou seja, acumular capital via construção civil. Enfim, a política de habitação social tornou-se viável quando possibilitou acumulação de capital e não apenas dispêndio de recursos públicos. Dessa forma, se pode compreender como muitos demandantes por moradias com rendas baixas e até mesmo alguns extremamente pobres puderam acessar os residenciais do PMCMV. Em Frutal, grande parte da população que foi atendida pela COHAB e depois pelo "Minha Casa, Minha Vida" morava em casas alugadas ou cedidas. Ou seja, tratava-se de demandantes pobres que puderam ser atendidos, uma vez que é exigência dos programas de habitação popular que o requerente não tenha nenhum imóvel. Nas habitações do Faixa I, principalmente, o valor da prestação do imóvel é ínfimo se comparado à média de preços de casas alugadas. Neste ponto, é preciso considerar que, para as famílias adquirentes, há uma diminuição de custos no que se refere às despesas com moradia, sendo mais barato pagar a prestação do imóvel adquirido do que o aluguel.

Com base neste contexto, durante a pesquisa de campo, buscamos analisar qual a opinião dos moradores dos novos conjuntos habitacionais sobre a localização de suas casas, a alocação de equipamentos e serviços de uso coletivo, a mobilidade urbana e a inserção do bairro em relação aos serviços situados no centro da cidade, dentre outros aspectos de organização espacial que serão discriminados adiante. Por outro lado, procuramos pesquisar quais foram às estratégias utilizadas pelo mercado imobiliário de Frutal para construir bairros de médio a alto padrão, em áreas melhor localizadas e vendidas como loteamentos de *status*, considerando o quadro de estagnação do mercado imobiliário de Frutal, que perdurou até a década de 2000. Foram analisados quatro loteamentos recém-construídos. O Frutal III e o Flamboyant que foram destinados à população de baixa renda. O bairro Casa Blanca

Granville e o Condomínio Villa Florence com construções arquitetônicas de médio e alto padrão. Para situar:

- FRUTAL III – Construído em 2005, com recursos estaduais da COHAB/MG (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais).
- PARQUE FLAMBOYANT – Conjunto Habitacional para população de baixa renda, Faixa I, construído em 2011 pelo programa “Minha casa, Minha vida”.
- RESIDENCIAL GRANVILLE CASA BLANCA – Loteamento para construção de casas com o padrão classe média/alta. Aprovado em 1994 e implantado somente em 2011.
- RESIDENCIAL CONDOMÍNIO VILLA FLORENCE – Primeiro condomínio de Frutal, construído em 2011.

**Figura 18:** Localização das áreas de estudo: Frutal III, Flamboyant, Casablanca e Florence.



Fonte: Google Maps.  
Org. Veduvoto (2016)

Sobre os conjuntos habitacionais, optou-se por analisar a atuação de dois programas de habitação popular distintos na cidade. O Frutal III, construído pela COHAB, em 2005. E o Flamboyant, empreendido pelo “Minha Casa, Minha Vida”, em 2011. Isto porque julgou-se necessário compreender quais as semelhanças e diferenças entre os dois projetos: o COHAB, financiado pelo Governo Estadual, e o “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. Nestes bairros, o procedimento de pesquisa utilizado foi a aplicação de questionários. As questões, porém, foram elaboradas com base em observações de campo e entrevistas realizadas previamente com os moradores de cada bairro. Com as informações prévias, foi possível nortear os questionamentos aplicados, primeiramente no Frutal III e, em um segundo momento, no Flamboyant. Não foi possível utilizar o mesmo questionário nos dois bairros. Embora haja questões que se assemelhem, outras são distintas, em função do período de construção do loteamento e do programa habitacional responsável.

Houve um espaço de seis anos entre a construção do Frutal III e do Flamboyant, período de tempo responsável pela constituição de diferenças nos perfis dos habitantes dos conjuntos, diferenças que certamente se refletiram nas respostas às questões da pesquisa. De forma aleatória, foram aplicados 38 questionários em cada bairro, alcançando cerca de dez por cento da população de cada conjunto. Apesar de constituir amostragem quantitativa e probabilística suficiente para representação dos moradores dos bairros, o total de 76 questionários não foi aplicado com este intuito. Os dados foram obtidos no sentido de observar tendências opinativas dos moradores sobre as condições de vida nos bairros e, também, no sentido de permitir inferências significativas para as análises quando considerados em face dos dados gravados em entrevistas com os mesmos sujeitos. Assim, o intuito desta parte da pesquisa campo foi traçar os perfis dos moradores e um panorama de sua opinião social sobre as condições dos bairros, ampliando a dimensão das análises sobre o Frutal III e o Flamboyant com um estudo de caso. As perguntas foram direcionadas aos chefes das residências, mas quando não se encontravam, outros moradores foram orientados a responder aos questionamentos tendo em vista o contexto familiar.

### 3.2. 1 Frutal III e Parque Flamboyant.

O Frutal III foi construído em 2006, durante a gestão da Prefeita Maria Cecília Borges. O conjunto habitacional foi construído pela COHAB Minas (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais)<sup>135</sup>.

**Figura 19:** Paisagem urbana do Frutal III em Frutal (MG).



**Fonte:** Veduoto (2015)

Antônio Heitor, prefeito que antecedeu à gestão de Maria Cecília e trabalhou durante cinco anos na COHAB, explicou que, diferente do PMCMV, no programa da COHAB se exige que a Prefeitura Municipal dê uma contrapartida na construção dos conjuntos habitacionais que, geralmente, consiste na doação do terreno para a construção do loteamento. Em função disso, nos programas da COHAB se constroem conjuntos com menor quantidade de unidades habitacionais quando comparados com as unidades dos conjuntos do MCMV.

<sup>135</sup> “O Governo do Estado criou a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas, em 18 de agosto de 1965, como sociedade de economia mista e com base na Lei 3.403, de 02 de julho daquele mesmo ano. Ela foi fundada com a finalidade de combater o déficit habitacional e urbanizar vilas e favelas no Estado. A iniciativa visou responder ao desafio do êxodo rural e da migração populacional para os grandes centros urbanos: consequência da busca de oportunidades produzidas pela transformação econômica e social que o País e Minas Gerais viveram na década de 60. Assim como hoje, a Cohab Minas – responsável direta pela concepção e execução de políticas que visam reduzir o déficit habitacional em Minas Gerais – incumbiu-se de enfrentar essa grande tarefa. No dia 1º de novembro de 1967, inaugurou o seu primeiro conjunto habitacional: o CH Vale do Jatobá, em Belo Horizonte, com 1.312 moradias. Ao longo de toda a sua existência, a Companhia já investiu cerca de 1,5 bilhão de reais e construiu cerca de 113 mil moradias em 370 municípios mineiros. O trabalho da Cohab Minas continua sendo, no entanto, gigantesco, porque a demanda social por novas moradias no nosso Estado é crônica e se acumulou ao longo dos anos”. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.cohab.mg.gov.br/cohab/apresentacao/>. Acesso em 15 fev. 2016.

Isso porque, de acordo com Toninho, o MCMV é gerido pelo Estado, mas executado pelo capital imobiliário, ou seja, pelas construtoras. Neste caso, para que as empresas obtenham lucro, é necessário que seja feito o maior número de unidades habitacionais possíveis por cada loteamento. Antônio comenta:

Primeira coisa, porque a contra partida é do município no projeto das COHABs. O "Minha Casa, Minha Vida" quem faz a contrapartida é empreiteira que entra. A Caixa Econômica Federal, o Governo Federal paga para as construtoras, no bojo todo, no projeto todo. E constrói as casas de imediato. Constrói as trezentas casas que eu te falei. Trezentas, quatrocentas, o que for. É acima de trezentos [no Programa "Minha Casa, Minha Vida"]. Já a COHAB, não. A COHAB a Prefeitura tem que entrar com uma doação, tem que doar o lote para a COHAB. E faz o parcelamento também. É contrapartida do município. Já no "Minha Casa, Minha Vida" não tem nenhuma contrapartida do município. A COHAB era diferente. Voltando a COHAB, a Prefeitura entrega o lote. Entrega a área destinada. Ela tem que doar o lote para a COHAB.

**Figura 20:** Conjunto habitacional Frutal III (COHAB) em Frutal (MG).



**Fonte:** Veduvoto (2015)

O bairro Frutal III ficou distante do centro da cidade, se comparado a alguns conjuntos construídos pelo PMCMV posteriormente. Antônio Heitor justificou a escolha da área dizendo que a Prefeitura Municipal só tinha aquele terreno disponível para a construção. Neste ponto, uma contradição se impõe. Os conjuntos habitacionais do MCMV estão em áreas periféricas e têm custos elevados para a instalação de infraestrutura por serem construídos pelos capitais imobiliários, pois a escolha da área tem que ser a mais barata possível. Assim, quando o Estado faz a escolha da área para a provisão de unidades habitacionais para a população de baixa renda, a lógica é apropriada ao modo de produção capitalista do espaço, que prioriza o lucro e não a inserção dos bairros na malha de serviços urbanos. Toninho comentou, também, que a construção do Frutal III afastado do Centro da cidade e a não construção de equipamentos urbanos (falta de escolas, creches, entre outros) gerou problemas no bairro. Nas palavras do ex-prefeito Toninho Heitor:

É porque foi a área que ela tinha disponível na época, a Cecília que era Prefeita. Um pouco distante da cidade, da malha urbana. Mas hoje, pelo fato de ter sido perto do Frutal II, a densidade habitacional vai unir tudo já. Mas aparece uma série de problemas também. De mobilidade, de escolas, de creches. Tem que trazer creches urgentes lá naquele lugar.

Sobre a caracterização geral dos entrevistados e do bairro, no Frutal III, 74% dos 38 moradores que responderam ao questionário são do sexo feminino e 26% do sexo masculino. Entre os moradores consultados importa observar que apenas 3% estão na faixa de idade de 67 a 70 anos. A maior parte deles está entre 25 a 35 anos, totalizando 24%. No que se refere ao estado civil, 24% estão solteiros, 34% dos entrevistados são casados, 26% na condição de união estável e somam 16% os viúvos e divorciados.

No que se refere à escolaridade é importante observar que 53% dos questionados possuem o ensino fundamental incompleto (de primeira à quarta série). Apenas 11% possuem o fundamental completo. Somam 16% aqueles que não têm ensino médio completo e apenas 13% completaram o ensino médio. Somente um morador abordado possui curso superior. Do total, 5% dos moradores abordados disseram-se analfabetos.

Em relação à ocupação, ainda no Frutal III, 18% dos questionados são aposentados. Ocupados no setor privado estão 21%. Trabalham como servidores públicos 3%. São autônomos 21% dos 38 questionados. E trabalham no setor rural 13% das pessoas abordadas. Não estão ocupadas ou não souberam definir a ocupação 24% das mesmas pessoas, incluindo as que foram consideradas “do lar”.

Nasceram no município de Frutal 37% das pessoas abordadas pela pesquisa. Somam 5% os moradores que nasceram na região do Triângulo Mineiro. Aqueles que vieram de

outras regiões de Minas Gerais são 18% da população perguntada. Responderam que nasceram em outro estado 39% dos questionados, a saber: Bahia, Alagoas, Goiás, São Paulo, Pernambuco, Maranhão e Paraíba.

Os questionados com renda familiar de um salário mínimo são 42%. Outros 29% disseram que sobrevivem com menos de um salário. São 26% os que recebem em torno de dois salários. Apenas 3% relataram viver com três salários. Nenhuma família abordada tem renda maior do que três salários. Moradias com quatro pessoas ou mais somam 42% do total de abordados do Frutal III. As famílias de três pessoas são 18% e as de dois são 26%. Somente 13% moram sozinhos. As condições de pobreza das famílias abordadas se evidenciam com clareza, pois são, em maioria, de quatro pessoas ou mais, que sobrevivem com apenas um ou dois salários mínimos.

Sobre o tempo de residência no imóvel, ao considerar quantas famílias foram originalmente incluídas no programa habitacional da COHAB, as respostas foram as seguintes: 74% estão na casa há mais de três anos, mas apenas 50% dos questionados financiaram a residência diretamente com a COHAB. Estão no imóvel há dois anos 5% dos entrevistados, enquanto 8% responderam que moram na casa há um ano e 13% há seis meses ou menos.

Outra constatação importante é que 24% correspondem a casas que foram compradas de terceiros ou são alugadas, o que sugere a hipótese de que algumas residências foram vendidas/alugadas/cedidas a terceiros logo nos primeiros anos de uso. Para discriminar melhor esses dados, tem-se que: 50% dos moradores são os originalmente contemplados pelo programa COHAB. Responderam que estão em casa alugada 26%. Outros 21% compraram a casa de contemplados pela COHAB e 3% relataram que moram em casas cedidas.

Como se vê, em maioria, esses sujeitos apresentam características sociais, culturais e econômicas básicas que são comuns das classes trabalhadoras desfavorecidas, ainda que alguns possam apresentar pequenas diferenças em uma ou outra característica. O destaque é que são adquirentes que visaram ter a propriedade dos imóveis para moradia, portanto, como valor de uso.

Alguns questionamentos foram direcionados somente aos que são proprietários e efetivamente foram contemplados pelo programa COHAB (50% dos entrevistados). O objetivo foi avaliar a participação do Governo Municipal na triagem dos contemplados pelo programa, bem como pesquisar as condições de infraestrutura e serviços instalados no conjunto quando as casas foram entregues. Sobre o valor da prestação do financiamento, 89% relataram que pagam mensalmente de R\$ 50,00 a R\$ 60,00 reais. Um grupo de 11% disse

pagar uma prestação de R\$ 30,00 a R\$ 50,00 reais. Todos os contemplados relataram que participaram da triagem do Governo Municipal. Sobre o tempo de duração do processo, entre a entrega dos documentos e a nomeação de posse, 42% relataram que o processo durou menos de seis meses. Outros 42% disseram que esperaram por um ano. Aquelas que esperaram por mais de dois anos somam 16%. Todos se disseram satisfeitos com o trabalho do Governo Municipal em relação à triagem realizada. E também, dos moradores contemplados, 100% estão satisfeitos com a casa. Contudo, 37% relataram a necessidade de fazer algum conserto ou reforma no imóvel. Sobre o asfaltamento das ruas do bairro, todos os moradores responderam que não havia asfalto quando se mudaram para o Frutal III. Ainda sobre os remanescentes do Programa COHAB, apenas 5% relataram que foi necessário reivindicar melhorias para o bairro junto ao Governo Municipal.

Daquela porcentagem de pessoas que afirmaram morar de aluguel (26% do total de entrevistados), 90% responderam que pagam de R\$100,00 a R\$ 200,00 reais por mês. E 10% disseram que o preço do aluguel é de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 reais.

Consideramos de suma importância pesquisar onde as pessoas contempladas pela COHAB moravam antes de se mudarem para o Frutal III, incluindo as que compraram ou alugaram as casas, sobretudo para identificar as situações de moradia dos entrevistados. Assim, de 38 pessoas abordadas, 82% responderam que moravam de aluguel, 16% estavam na casa de parentes e amigos e 1% tinham casas financiadas/compradas.

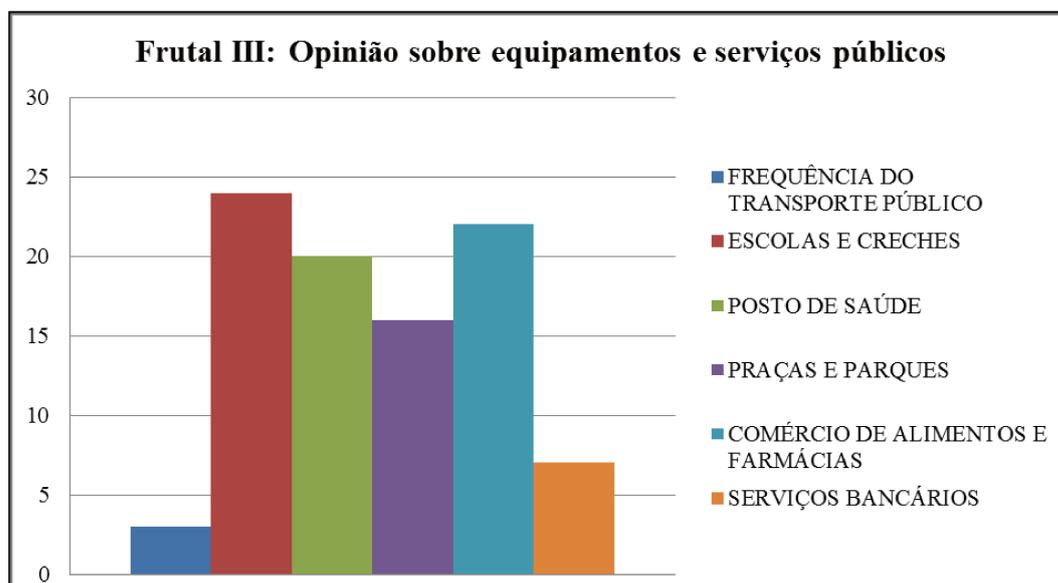
Os moradores do Frutal III abordados estão satisfeitos com a localização da casa. Apenas 5% se disseram insatisfeitos. Mas, ao considerar os cruzamentos possíveis de alguns dados relatados até aqui, pode-se perceber que as condições anteriores de moradia dos abordados eram muito precárias e sua inclusão no programa da COHAB significou melhoria considerável. Mesmo que o bairro esteja localizado em área distante do centro da cidade e faltem equipamentos urbanos. Basta lembrar que seus níveis de renda muito baixos certamente não permitiam que morassem em imóveis alugados melhores do que os do programa. Ou seja, em muitos casos, certamente os valores das prestações dos imóveis da COHAB não são superiores aos valores dos aluguéis que pagavam antes da inclusão no programa. E, certamente, também a mudança para os imóveis da COHAB representou melhoria em vários aspectos além da qualidade dos imóveis, como demonstram os dados a seguir.

Nenhum dos questionados assistiu a episódios de violência no bairro. E dos 100% de moradores da pesquisa, apenas 29% disseram que trocariam sua casa da COHAB por uma do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Das onze pessoas que optariam por outro programa habitacional, duas o fariam em função da qualidade das casas e nove por conta da localização. Deve-se destacar, porém, que nove dos onze moradores que se disseram insatisfeitos com a COHAB estão em casa alugada ou comprada de terceiros.

Em relação aos equipamentos e serviços de uso coletivo, algumas questões se situaram, fundamentalmente, em torno da mobilidade urbana, porque o Frutal III é distante do centro da cidade e, portanto, é afastado de alguns dos principais equipamentos e serviços urbanos públicos e privados, tais como órgãos públicos, serviços de saúde mais complexos, bancos, comércios diversos. Sobre a frequência do transporte público, 95% relataram que os coletivos passam com frequência no bairro, 5% apenas relataram o contrário. Aqueles que usam ou já utilizaram o transporte público, somam 79% dos entrevistados. Os entrevistados que disseram não andar no ônibus fornecidos pelo governo local somam 21%, um número bastante considerável para os que podem optar pelo transporte individual, tendo em vista os níveis de renda observados.

Embora, de forma geral, a população esteja satisfeita com a casa e com o bairro, 97% dos moradores que colaboraram com a pesquisa relataram a falta de algum serviço ou equipamento urbano no Frutal III. Somente uma pessoa disse não haver falta de nada. Quando questionados sobre quais equipamentos/serviços de uso coletivo deveriam ser disponibilizados com urgência, os moradores indicaram mais de uma opção, conforme os dados resumidos no gráfico a seguir.

**Gráfico 8:** Diagnóstico sobre a falta de equipamentos/serviços urbanos no Frutal III, Frutal (MG).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015)

**Org.** Veduvoto (2016)

No bairro Flamboyant, a paisagem urbana é diferente da observada no bairro Frutal III, por ser mais heterogênea. Embora ambos sejam novos, o Flamboyant é mais recente e por isso ainda apresenta característica de lugar recém-urbanizado. Em sua paisagem urbana, as ruas, avenidas, calçamentos se misturam a amplos espaços vazios fechados com cercas, alguns até mesmo próximos a pastos com animais. No Frutal III, as casas apresentam singularidades, uma vez que os moradores tiveram tempo para caracterizar suas moradias com reformas, jardins, árvores, enquanto que no Flamboyant, ainda que algumas casas já estejam diferentes, a maior parte delas ainda compõe imagem paisagística de homogeneidade, que é típica dos conjuntos habitacionais, pois, como mencionou Toninho Borges, os conjuntos habitacionais populares são construídos em ritmo de fábrica, o que impõe uniformidade aos “produtos”.

**Figura 21:** Paisagem urbana do bairro Flamboyant em Frutal (MG).



**Fonte:** Veduoto (2015)

O conjunto Flamboyant foi construído em 2011 pelo programa habitacional, “Minha Casa, Minha Vida”. Na caracterização geral dos questionados por esta pesquisa, 82% são do sexo feminino e 18% do sexo masculino. Com relação à faixa etária, neste bairro a maior parte dos entrevistados encontra-se na faixa de 45 a 55 anos, alcançando 24% do total, dez anos acima da faixa etária dominante no bairro anterior. Os de 65 a 70 anos representam 8%, o que ocorreu também no bairro Frutal III, onde o menor índice de entrevistados está entre a população de 65 a 70 anos.

Sobre o estado civil, no Flamboyant, 29% das pessoas eram solteiras, 37% casadas, 26% em condição de união estável e 8% representam os viúvos e divorciados.

Em relação à escolaridade, chama a atenção que, assim como no Frutal III, há alto índice de pessoas que não completaram o ensino fundamental. Nesta condição, no Flamboyant são 71% das 38 pessoas questionadas pela pesquisa. Do total, 8% se declararam analfabetas, 11% disseram possuir o ensino médio incompleto e outros 11% possuir o ensino médio completo. No Flamboyant, 21% trabalham em ocupações do setor privado, são 16% os aposentados, 5% estão no serviço público e, com a maior porcentagem, 29% são pessoas

autônomas. Apenas 8% estão no setor rural, enquanto 21% das pessoas entrevistadas se disseram “do lar”.

Esses resultados, até aqui, se assemelham às respostas obtidas no Frutal III, mas no Flamboyant o número dos que vieram de outros estados é menor do que o observado na Frutal III, pois representam 18% do total. Os que nasceram em Frutal são 39% dos abordados, nascidos na região do Triângulo Mineiro são 5 % e em outras regiões de Minas Gerais são 37%.

Com relação à renda, os moradores do Flamboyant têm condições financeiras parecidas com as relatadas pelos moradores do Frutal III, denotando condições de pobreza para todos os moradores, ainda que possam variar em sua gravidade, conforme considerada a renda, em face de outros dados. Assim, constatou-se que 55% dos moradores sobrevivem com apenas um salário mínimo por mês e representam 13% aqueles que vivem com menos de um salário, enquanto 18% dos moradores questionados recebem em média dois salários mensais. Somente 13% responderam que têm renda acima de três salários.

Outro aspecto em que os dois bairros se assemelham é a quantidade de famílias com quatro integrantes ou mais, pois estas são 39% no Flamboyant, enquanto 26% moram em três pessoas, 24% em duas pessoas e sozinhos moram 11% dos questionados.

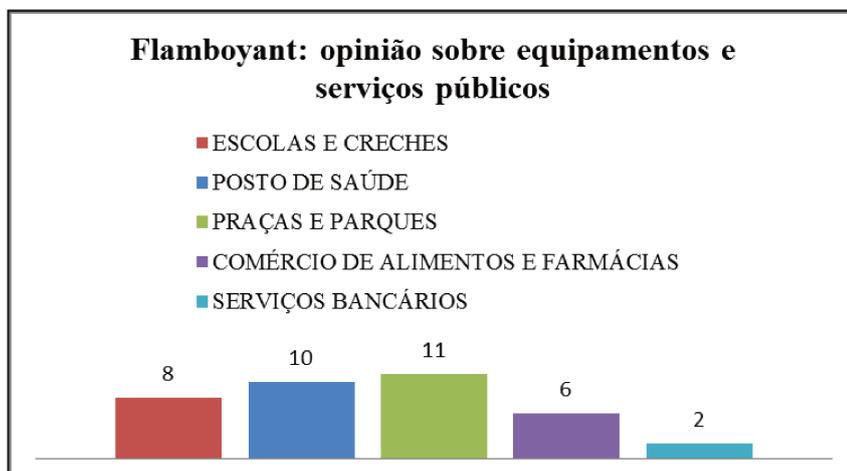
Em relação ao tempo de estadia na casa, 82% responderam que estão na casa há mais de dois anos. Somente 5% dos que participaram da pesquisa estão no Flamboyant há um ano. Contudo, 13% relataram que são moradores deste bairro há menos de seis meses. Esta informação denota que, assim como no Frutal III, uma parcela da população do bairro Flamboyant vendeu ou alugou a casa a terceiros. Combinando com a situação descrita acima, 87% das pessoas responderam que a casa foi comprada em seu nome (ou familiares próximos, como pais e avós) e 13% responderam que a casa está vinculada a terceiros. A mesma porcentagem se repete em relação à participação da triagem de selecionados organizada pelo Governo Municipal; 87% confirmaram que participaram do processo de triagem e outros 13% desconhecem os procedimentos. Das pessoas que passaram pela triagem da gestão local 62% relataram que o processo demorou menos de seis meses, 12% esperaram um ano e 26% ficaram na fila por dois anos ou mais. O índice de aprovação do processo é alto, tal como verificado no Frutal III, pois 92% aprovaram os procedimentos utilizados pela Secretaria de Promoção Humana e apenas 8% se disseram insatisfeitos. Dentre as causas apontadas, está a lentidão nos processos administrativos. No Flamboyant, encontramos uma moradora que está em situação de ocupação. A casa foi destinada a outra família, mas permaneceu vazia. A

gestão municipal está a par do caso e tem dado assistência à família que está ocupando atualmente.

É alto também o índice de satisfação com as casas, na medida em que 92% se dizem satisfeitos e apenas 8% reprovaram a qualidade as residências. A localização do bairro também foi avaliada positivamente: 97% dos entrevistados estão satisfeitos. No que diz respeito aos equipamentos urbanos, principalmente o transporte público, 100% dos questionados relataram que os veículos de transporte público circulam com frequência no Flamboyant. Porém, somente 66% disseram usar ou já ter usado alguma vez o circular. Assemelhando-se ao verificado no Frutal III, embora o índice de satisfação seja alto, 97% da população que contribuiu para a pesquisa do Flamboyant concordam que há falta de equipamentos e serviços urbanos.

No que se refere a metodologia utilizada, no Flamboyant restringimos a escolha de um equipamento urbano ou serviço para que os moradores apontassem como necessidade imediata. Visualize-se o gráfico com a opinião dos moradores:

**Gráfico 9:** Diagnóstico sobre a falta de equipamentos/serviços urbanos no Flamboyant, Frutal (MG).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015)Org. Veduoto (2016)

Neste ponto, cabe retornar a algumas análises importantes na literatura sobre o problema aqui em foco. Em estudo realizado na década de 1980, Maricato (1987) analisou e discutiu o programa de financiamento habitacional BNH (Banco Nacional da Habitação) e buscou esclarecer as estratégias utilizadas para difundir, neste período, o “sonho” da casa própria no Brasil. Maricato esclareceu que Harvey (1982) apontou em seus estudos que havia uma ideologia conversadora ligada à casa própria nos países centrais, de modo que esta situação também podia ver verificada em países periféricos, segundo a autora. Contudo,

Maricato ressalta a necessidade de observar que, no Brasil, a propriedade privada da casa, num determinado momento político – período de regime militar –, assegurou a defesa da permanência da propriedade privada em outras esferas. Por outro lado, dada a condição socioeconômica da maior parte dos brasileiros, a obtenção da casa própria, num primeiro momento, constitui-se como valor de uso. Porém, em muitos casos, a aquisição da casa própria possibilita que haja a obtenção de algum lucro com a propriedade, como a cobrança de aluguel do imóvel, por exemplo. Maricato (1987) explica que mesmo quando a casa própria se trata de um lugar pequeno e com pouca estrutura oferece a sensação de segurança e algum tipo de progresso pessoal:

Entretanto, é preciso chamar atenção para o fato de que outros fatores objetivos tornam a casa própria a principal saída para a população trabalhadora que quer evitar a favela e a insegurança contra o despejo [...]. A casa própria surge aí como um elemento de segurança objetiva contra a rotatividade no emprego (ou o desemprego aberto) e contra o baixo poder aquisitivo, já que os salários mal chegam a cobrir as despesas de alimentação, saúde, transporte, etc. (MARICATO, 1987, p.26)

Sobre o “Minha Casa, Minha Vida”, Pedro Arantes e Mariana Fix (2000), explicam que o pacote habitacional e a grande projeção de *marketing* têm o objetivo de retomar a “ideologia da casa própria”, constituída, como explicou Maricato, durante o regime militar. Segundo Arantes e Fix (2009), esta estratégia utilizada pelos militares também objetivou compensar as perdas de diretos políticos e os apertados salários dos trabalhadores. Os autores explicam que a casa própria, principalmente para os trabalhadores que não têm condição de adquiri-la pelo salário, quando subsidiada ou proporcionada pelo Estado, representa uma dádiva ou um fetiche ao ser alcançado, “um benefício que promove dividendos para todos os seus intermediários, dos empresários aos políticos” (ARANTES; FIX, 2009, p. 06).

Assim como alertou Maricato (1987), Arantes e Fix (2009), explicam que não se trata somente da criação de uma ideologia, pois a obtenção da casa própria é concebida e vivida, principalmente pela população de baixa renda, como um verdadeiro “porto seguro”, no que se refere à sobrevivência familiar. Essencialmente, em períodos de crise, em que a situação do trabalho é incerta. Além de constituir um patrimônio familiar. Assim,

A casa própria, no Brasil, representa a garantia de uma velhice “com-teto”, na ausência ou insuficiência da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade. Para os jovens casais com filhos ou mães chefes-de-família, a casa própria é a garantia de uma estabilidade em vários níveis, em relação à escola dos filhos, aos laços de solidariedade de bairro, à segurança real e simbólica de não ser ameaçados ou vitimados pelo despejo em caso de desemprego. Nesse sentido, a casa própria cumpre um papel de amortecedor diante da incompletude dos sistemas de proteção

social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego e é, por isso, o “sonho número um dos brasileiros” (ARANTES; FIX, 2009, p.06)<sup>136</sup>.

Em Frutal, como apontam os dados levantados pela pesquisa, tanto o programa COHAB, como o “Minha Casa, Minha Vida”, evidenciaram os processos descritos por Harvey (1982), Maricato (1987) e Arantes e Fix (2009). Isto é, a obtenção da casa própria, na condição de valor de uso, foi recebida com elevados índices de satisfação por parte da população, como conquista do “sonho da casa própria”. Ao mesmo tempo, em alguns casos, as casas serviram como meio de extração de renda, com a venda para terceiros ou na cobrança de aluguéis. É preciso observar, contudo, que a maior parte dos questionados recebe um salário mínimo mensal e a diminuição do custo de aluguel foi de grande importância para garantir a sobrevivência familiar em períodos de inflação e crise econômica. Ainda que tenham deixado de morar em bairros centrais ou próximos ao centro e tenham se instalado nas periferias da cidade, os moradores dos dois conjuntos pesquisados não reclamaram da localização de suas casas. Porém, ao serem perguntados sobre os equipamentos e serviços urbanos necessários para a melhoria da qualidade de vida, quase majoritariamente, reclamaram a falta de alguma benfeitoria ou serviço de uso público.

### **3.2.2 Granville Casablanca e Condomínio Villa Florence.**

O residencial Granville Casablanca foi oficialmente aprovado em 1994, mas só foi implantado na década 2000. De acordo com Reis de Paula (2012), isto se deve à dinâmica imobiliária no Brasil, neste período, principalmente em função do “Minha Casa, Minha Vida” e da ampla abertura de linhas de crédito para financiamento de imóveis pelos bancos públicos e privados. Mas, em âmbito local, também se deve considerar a implantação de infraestrutura com equipamentos urbanos em áreas próximas da UEMG e da Cidade das Águas, que funcionaram como propulsores da construção de casas de alto e médio padrão no Casablanca.

---

<sup>136</sup>Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Disponível em: [file:///C:/Users/Ananda/Downloads/Pacote\\_Pedro\\_Mariana\\_Final\\_COMPLETO.pdf](file:///C:/Users/Ananda/Downloads/Pacote_Pedro_Mariana_Final_COMPLETO.pdf). Acesso em 15 fev. 2016.

**Figuras 22:** Residencial Granville Casablanca em Frutal (MG).



**Fonte:** Google Maps (2013).

Em 2011, foi implantado o primeiro loteamento fechado de Frutal, Condomínio Villa Florence, também localizado “ao lado da Chácara Universitária, com a proposta da criação da Avenida das Nações, que faz divisa com a UEMG, cruzando com a Avenida Professor Mário Palmério, que dará acesso direto à rodovia MG- 255” (REIS DE PAULA, 2012, p.112). Assim, o Casablanca e o Florence, concebidos próximos à UEMG e à Cidade das Águas, compõem uma nova forma espacial em Frutal, mas sua expansão se defronta com a lentidão observada no desenvolvimento da UEMG e execução do projeto HidroEX. Em visita ao condomínio Florence, fomos informados que somente cinco famílias nele moram, enquanto estão em construção outras cinco casas. Isso demonstra que foi baixa a adesão dos potenciais clientes desse tipo de empreendimento em Frutal.

O construtor Ernani Macedo considera que o preço dos loteamentos próximos à UEMG e da Cidade das Águas está acima da média de mercado. Avalia que há uma valorização ilusória para os empreendimentos e afirma que há naquela área um processo de especulação imobiliária:

Eu acredito o seguinte, houve uma valorização utópica. Por quê? Por que jamais os preços que eles querem no terreno, a pessoa vai conseguir vender uma casa. [...] Existe a especulação muito em cima do terreno. Eu acredito que ali nas laterais, subindo a Avenida [Mário Palmério]. Eu conversei com proprietário lá, ele vai construir o vertical, os prédios para estudantes. Agora as casas em si, também são viáveis lá. Mas não pelo preço que eles estão pagando no alqueire de terra. O fechado, [...] hoje ela é utópica já [a valorização]. Eles já pensam que vale isso.

Na imagem retirada de satélite pelo Google Maps, lê-se: “Liberdade e Segurança: Para você morar como sempre quis”.

**Figura 23:** Propaganda de instalação do Villa Florence em Frutal (MG).



**Fonte:** Google Maps (2013).

Em pesquisa de campo, entrevistamos três moradores do bairro Casablanca. Dois desses moradores construíram suas casas antes do período de instalação da UEMG e da Cidade das Águas, no final da década de 1990. Relataram que não havia casas no bairro quando as suas foram construídas, não havia asfalto nas ruas do loteamento quando se mudaram e toda a infraestrutura foi feita pela proprietária do loteamento. Lembraram que o Casablanca seria um condomínio fechado, mas optou-se por deixar aberto quando foi vendida a segunda etapa dos lotes. Os três entrevistados consideram que o Casablanca é valorizado em relação aos outros bairros da cidade, em função da localização, do estilo arquitetônico das casas e da classe social dos moradores, bastando registrar que a renda dos entrevistados está entre dez e vinte salários mínimos. Um deles comentou que há um contrato que rege o zoneamento e o estilo paisagístico do bairro que, por exemplo, impede a construção de casas populares e a instalação de comércio. Todos concordam que a UEMG e a Cidade das Águas contribuíram para que o bairro fosse ainda mais valorizado.

### 3.3 Novas demandas e a gestão urbana municipal.

Ao estudarmos Frutal, percebemos que, em cidades pequenas, diferentemente das cidades médias e grandes, alguns serviços de uso público, como os bancários, são alocados de forma centralizada no espaço urbano. De modo geral, em Frutal, por exemplo, as agências bancárias estão situadas no centro da cidade e há apenas uma sede de cada banco no município, dificultando a criação de outras centralidades ou a descentralização de alguns serviços. Ainda que em bairros mais antigos e já constituídos haja melhor diversificação e variação dos tipos de comércio – como padarias, pequenos mercados, farmácias e lojas –, os moradores dos bairros novos ainda precisam ir ao centro para resolver muitas questões do cotidiano. Adriano Reis de Paula<sup>137</sup>, pesquisador de Frutal, relata em entrevista:

O projeto Minha Casa, Minha Vida em Frutal ele acontece muito por conta da especulação imobiliária. Voltado muito mais por ações de investidores do que do próprio poder público. Na verdade ele apenas aproveita a situação fomentada pelo Governo Federal, porque isso de certa forma é importante para a cidade, porque você resolve um problema de moradia e ao mesmo tempo é algo que, de certa forma, é muito visível no campo político. Vários projetos desta magnitude porque era importante para o município atrair investimentos dessa natureza para suprir as necessidades de vários moradores que clamavam por casas. [...] A prefeitura não se prepara para isso, ela não tem esse conhecimento técnico e nem esse discernimento desse planejamento e desse crescimento. Uma vez que se torna precário a coleta de lixo, se torna precário a questão do atendimento do serviço de transporte público. Isso é notório. Mas, como toda cidade pequena e toda cidade que não tem planejamento ela vem remendando essas necessidades e ela vai atendendo de acordo com as suas necessidades (informação verbal).

Como citamos acima, devido à acelerada expansão do espaço urbano em cidades pequenas, condicionada pela construção em série das unidades habitacionais, o urbano esbarra em questões essenciais. Citamos como exemplo, o acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo. O mesmo ocorre com a mobilidade urbana, que deverá ser melhorada para atender aos moradores dos novos bairros.

Sobre a legislação que norteia o planejamento urbano, além de atualizar a Lei de Uso e Parcelamento do Solo Urbano em 2012, nota-se que não houve investimentos em programas e políticas de mobilidade urbana ou de ampliação da rede de equipamentos e serviços públicos por parte da gestão pública municipal. Adotou-se o Plano Lerner como plano horizonte a ser alcançado, mas não se buscou soluções que coubessem no planejamento da cidade em curto prazo.

---

<sup>137</sup>REIS DE PAULA, Adriano. **Adriano Reis de Paula**. Depoimento. [nov. 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 55 minutos)

Nesse sentido, resgata-se, em perspectiva teórica, que o espaço socialmente produzido, como esclareceu Lefebvre (1997 [2006]), Soja (1993) e Gottdiener (1997) é meio, condição e produto do estabelecimento das relações sociais. O tempo e a temporalidade da vida social, nos entendimento de Soja (1993) – das atividades do cotidiano à construção da história, em longo prazo –, são radicadas e enraizadas no espaço, assim como a espacialidade da vida social é enraizada na história e no tempo. Sendo assim, quando observadas as práticas de planejamento e de gestão urbana do Estado, as ações dos agentes capitalistas, as iniciativas das classes sociais diversas que demandam moradias, equipamentos e serviços urbanos, sem esquecer as ações de outros sujeitos envolvidos na produção social do espaço, impõe-se a necessidade de analisar as cidades como produto de interações complexas, que não podem ser resumidas em apenas um sentido. O contexto urbano de Frutal não foge a esta premissa fundamental. A produção social do espaço de Frutal está fundamentada na temporalidade da vida cotidiana dos cidadãos, tal como argumenta Soja (1993) em seus estudos de outros contextos urbanos assemelhados. Daí decorre a importância de analisar as maneiras com que o planejamento e a gestão urbana interferem na constituição da cidade enquanto produto social e não apenas como mercadoria.

Neste capítulo, os dados obtidos nas entrevistas e questionários aplicados junto aos moradores dos dois bairros analisados permitiram perceber sentidos diversos e contradições importantes no processo de construção social do espaço urbano de Frutal. Destaca-se, pois, a importância do sentido político que a produção social do espaço adquire nos estudos sobre a dinâmica urbana contemporânea. Portanto, compreende-se a razão da existência de tantos estudos focados nesta temática, tal como este aqui apresentado. Conclui-se este capítulo com o entendimento de que a discussão sobre a questão urbana em Frutal não se encerra neste trabalho, uma vez que a cidade é espaço onde habitam sujeitos diversos, que produzem tensões, conflitos, encontros/desencontros e contradições extremamente mutantes, próprias da contemporaneidade, em todos os lugares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“se a Prefeitura, se você não arrumar essa área, [a COHAB] passa para outra cidade, entendeu? É pegar ou largar. É um drama. Então, não dá tempo hábil para você fazer um planejamento. Na verdade, o planejamento no Brasil é de brincadeira, entendeu? [Antônio Heitor]”.*

A frase acima é de Toninho Heitor, ex-prefeito de Frutal. Quando o entrevistado faz este desabafo, permite que na sua fala transpareça as angústias, dificuldades e conflitos nas ações de planejar e gerir uma cidade. É também um desafio analisar o movimento de produção do espaço e se torna ainda mais complexo expressar em palavras a vida pulsante de uma cidade, nos dizeres de Lefebvre, expressar a produção social do espaço.

Quando escolhemos observar quais foram as estratégias de gestão utilizadas pelo poder público municipal de Frutal, o fizemos com o objetivo de compreender qual a influência da administração local na produção e organização da cidade. Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, pôde-se perceber que não bastaria descrever as ações empreendidas pelo Governo Municipal (representação do Estado). Houve a necessidade de personalizarmos os administradores de Frutal, porque quando o planejamento urbano é inexpressivo, na maior parte das vezes prevalecem as iniciativas personalistas sobre a gestão e a produção do urbano, tal como se dá na política.

No que se refere à expansão urbana de Frutal, assemelhando-se às metrópoles, cidades grandes e médias, a produção do espaço acontece por meio de uma lógica em que impera o valor de troca sobre o valor de uso. Isto é, o capital imobiliário, quando faz da terra urbana mercadoria, elege os espaços de exclusão e os espaços que serão valorizados. Dialeticamente, o valor se dá, geralmente, quando o Estado implanta equipamentos e serviços urbanos em determinado lugar. Em Frutal, isto se deu com a construção da UEMG e das Cidades das Águas, especialmente nos bairros analisados por esta pesquisa: Casablanca e Villa Florence. Embora a UEMG e a Cidade das Águas não tenham sido determinantes na construção do Casablanca, foram decisivos no processo de valorização do bairro.

O espraiamento do perímetro urbano, por meio da construção dos conjuntos habitacionais, se deu, principalmente, em áreas periféricas. De modo geral, os loteamentos são distantes do centro da cidade e têm acesso restrito aos equipamentos e serviços de uso coletivo, que estão concentrados no centro da cidade, principalmente.

Construindo um paralelo, quando Lefebvre analisa a construção de subúrbios na Paris do século XIX, observa um processo que, de certa forma, propicia a leitura crítica da construção dos conjuntos habitacionais implantados pelo PMCMV e pela COHAB. Isto se deu com a construção de *habitats*,<sup>138</sup> do tipo “pavilhão”, que se espalhou ao redor da capital francesa. Os conjuntos habitacionais de baixa renda serão construídos onde o preço da terra urbana tem menor valor. De modo geral, nos locais em que os equipamentos e serviços fundamentais ao cotidiano urbano não chegam. A análise do autor, embora relacionada a outro período de tempo e espaço, permanece esclarecedora:

Como Engels previra, a questão da moradia, ainda que agravada, politicamente desempenha apenas um papel menor. Os grupos e partidos de esquerda contentam-se em reclamar “mais casas”. Por outro lado, não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito de *habitat* levado à sua forma pura pela burocracia estatal (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

Rolnik (2015)<sup>139</sup> ressalta que “como as casas são produzidas pelo mercado é ele quem define qual vai ser a localização dos empreendimentos e ela é sempre a pior possível, onde não tem cidade”. Os equipamentos, serviços e espaços que legitimam a vida da cidade são inexistentes. E também, a mobilidade urbana quase sempre precária torna-se empecilho no trânsito dos moradores de conjuntos habitacionais pela cidade. Lefebvre (2001) explica que o espaço urbano pressupõe a existência de encontros, coexistência das diferenças e dos conhecimentos, diferentes modos de vida, confrontos ideológicos e políticos.

Durante as visitas ao Frutal III e ao Flamboyant foi possível perceber que há falta de praças, áreas de lazer (campo de futebol, quadra poliesportiva, etc.), espaços de encontros e até mesmo, os bares, cafés, restaurantes e comércios. Os moradores não estão insatisfeitos com a localização de suas residências, como demonstraram os resultados desta pesquisa, mas apontam para a ausência dos equipamentos que são o amálgama do espaço urbano. No Flamboyant, por exemplo, a maior parte dos moradores apontou a falta de praças e parques

<sup>138</sup> Lefebvre (2001, p.23) diferencia os conceitos *habitar* e *habitat*. Para o autor o *habitat* é fruto de uma estratégia política e ideológica, que suprime o *habitar*. *Habitat* é tão somente o lugar da moradia, é isolado da vida na cidade. Enquanto que *habitar* propicia o relacionamento, uma vivência urbana que se dá nas praças, nas ruas, bares, centros comerciais, dentre outros espaços característicos da vida urbana. Em suas palavras: “Até então, “habitar” era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava *habitar*, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem”.

<sup>139</sup>Cf. **BRASIL DE FATO**. “Antes tínhamos os sem-casa, agora estamos criando os ‘sem-cidade’”. Acesso em 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/31184#.VOc95Yw5uJU.facebook>.

como o maior problema, além daqueles que são de necessidade básica: postos de saúde, escolas, creches, que são requisitos fundamentais da cidadania, entre outros.

Desta feita, concluímos que se antes tínhamos problemas graves de déficit de moradia, agora, tem-se um grande entrave no que se refere ao acesso à cidade. Os Governos Municipais, de forma geral, não estão preparadas para atender às demandas dos novos bairros e isso se deve à ausência de contato com a realidade urbana, a cidade real. É preciso considerar que a instalação dos conjuntos habitacionais foi de grande importância para os moradores de Frutal, como os dados da pesquisa demonstraram. Contudo, cabe ao Governo Municipal dar conta de atender as necessidades dos moradores. O planejamento é inexistente, quando há, trata-se de planos idealizados e submetidos em condição de imposição vertical, como fez o Plano Lerner, que será incorporado às diretrizes do Plano Diretor Municipal. Há a planejamento prévio e gestão ineficiente para atender a demanda dos novos bairros, ainda que tenham sido construídos por demandas do próprio Estado. “Então a gente tinha os sem-casa e agora nós estamos criando os “sem-cidade”” (ROLNIK, 2015).

Embora a maior parte da população fique à margem das decisões e a cidade esteja submetida à lógica do capital, o espaço urbano, ainda assim, é produto das relações sociais. Pudemos acompanhar este movimento, por exemplo, quando a paisagem de um bairro se altera em função da ação dos agentes sociais que moram naquele lugar. Mesmo que não tenha havido nenhuma interferência do Governo Municipal ou de qualquer outro agente estatal. Os conjuntos habitacionais, construídos em série, antes iguais, diferenciam-se em função da ação de seus habitantes. Para finalizar, ainda sobre o “Minha Casa, Minha Vida”, Diva Barbosa, aposentada, moradora do Flamboyant, faz uma brincadeira para encerrar a sua entrevista, e comenta, que será em sua casa “MCMV” que viverá o restante de sua vida e nela se encerrará: “Eles falam assim, aqui é “Minha Casa, Minha Vida”. Não! Aqui é “Minha Casa, Meu Fim de Vida” porque quem mora aqui, vai morar eternamente <sup>140</sup>”.

---

<sup>140</sup> BARBOSA, Diva Trindade Barbosa. **Diva Trindade Barbosa**. Depoimento. [25 de maio de 2015]. Entrevistadora: A. Veduvoto. Frutal, 2015. (Áudio MP3: 26minutos)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. **Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais**. Raega - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 13, set. 2007. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/7784/9076>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ANGELINI, Sylvia. **Entre a cidade real e a cidade ideal: as novas leis urbanísticas de Jundiá**. Acesso em 03 out. 2015. Disponível em: <http://saladeimprensa.jundiai.sp.gov.br/>.

ARANTES, Pedro F.; FIX, Mariana. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**. Alguns Comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. Disponível em:[file:///C:/Users/Ananda/Downloads/Pacote\\_Pedro\\_Mariana\\_Final\\_COMPLETO.pdf](file:///C:/Users/Ananda/Downloads/Pacote_Pedro_Mariana_Final_COMPLETO.pdf). Acesso em 25 fev. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. FRUTAL – MG. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/frutal\\_mg#demografia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/frutal_mg#demografia). Acesso em: 28 set. de 2015.

BARRIOS, Sônia. **A produção do espaço**. In: Souza, M.A.A. & SANTOS, M.A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1979.

BASTOS, Rodrigo Dantas. **Economia política do imobiliário: o programa Minha Casa Minha Vida e o preço da terra urbana no Brasil**. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857522>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

BERNARDES, Claudia Lopes. **O abastecimento de água na cidade de Frutal – MG: tramas do espaço urbano ao longo da história**. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, 2012.

BOAS, Soraya Wingester Vilas. **O setor sucroalcooleiro na microrregião de Frutal - Iturama, Minas Gerais: suas características e reflexos na saúde dos cortadores de cana**. Dissertação de Mestrado apresentada à Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.  
BRASIL. **Programa Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em [http://www.sedhab.df.gov.br/mapas\\_sicad/conferencias/programa\\_minha\\_casa\\_minha\\_vida.p](http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/programa_minha_casa_minha_vida.p) df. Acesso em 15 mar. 2015.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Da política urbana federal à produção do espaço municipal: a gestão habitacional no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado apresentada ao instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 2015.

Câmara Municipal de Frutal. **Plano Diretor do Município de Frutal**. Frutal: Minas Gerais, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br>. Acesso em: 20 de mar. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. Edição eletrônica: LABUR, 2007. Disponível em: [http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf). Acesso em: 25 mar. 2014

CARLOS, Ana. Fani. Alessandri. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 53-73.

CARNOY, Martín. **Estado e Teoria Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELAN, Márcio José. **Da Produção do espaço urbano aos meios de consumo coletivo: articulando-os para o debate**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente/SP.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Coleção Pensamento Crítico. Vol. 48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo C. da Costa, CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**. Territórios, Escalas de Ação e Instituição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações paulistanas de 2013: futuro da invenção democrática?** Disponível em: <http://nupsi.org/wp-content/uploads/2013/08/Marilena-Chaui-As-manifestacoes-paulistanas-de-2013-futuro-da-invencao-democratica.pdf>. Acesso em 16 jan. de 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/449/261>. Acesso em 20 mai. de 2014

CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana**: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Ática, São Paulo, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Uma nota sobre o urbano e a escala**. **Território**, Rio de Janeiro, 2003, p.133-136.

COSTA, Wanderley Messias; MORAES, Antonio Carlos Robert. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105037>>.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá, PGE: 2009.

ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. **Limites e potencialidades do planejamento urbano**: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 15-28, junho 2004. Disponível em: [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari\\_junior\\_jose\\_carlos.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari_junior_jose_carlos.pdf).

FERREIRA, Jeová. **Original História de Frutal**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos histórico de Frutal. Frutal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura - Governo Federal, 2002.

FERREIRA, Terezinha. Lamounier. **Respingos de História I, II e III**. Registro de fatos pessoais e de acontecimentos histórico de Frutal. Frutal: Oficinas de Artes / Adebrac, Ministério da Cultura - Governo Federal, 2003; 2006; 2009.

FRANÇA, Karla Christina Batista. Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha Vida. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 325-339, 2015.

FREITAS, José. Ferreira. de. **O Sertanista das barrancas do Rio Grande**. Cuiabá, 2004.

FRESCA, Tânia Maria. **Centros locais e pequenas cidades**: diferenças necessárias. Mercator. Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010. p. 75-81.

FRESCA, Tânia. Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**, Londrina, vol. 10, n. 01, p. 27-34, jan/jun. 2001.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 23, pp. 125 - 132, 2008. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/Artigo\\_Paulo\\_Godoy.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp23/Artigo_Paulo_Godoy.pdf).

GONÇALVES, André Vinícius Martinez. **Obsolescência espacial : o ambiente urbano de Santana em São Paulo – SP**. Tese de Doutorado apresentada ao instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Campinas, 2015.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço**. São Paulo, Edusp, 1993.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2005, 252p.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, HUCITEC, 1980.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96711>>.

LAMAS, José Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e. éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início, fev. 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/86691594/Henri-Lefebvre-A-producao-do-espaco-cap-1-1#scribd>>.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LERNER, Jaime. **Cidade das Águas – Unesco – Hidroex**. Diretrizes básicas de estruturação urbana para Frutal. Governo de Minas. Julho, 2012.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste de Minas**. Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro 1750-1861. Uberlândia, Edufu, 2005.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Das fronteiras do império ao coração da República**. O território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. **Cidades pequenas: como defini-las?** In: José Aldemir de Oliveira. (Org.). *Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. 1ª. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. 1, p. 136-158.

MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MARICATO, Ermínia. 2002. **Dimensões da tragédia urbana**. *Revista Comciencia*[periódico online]. Disponível em <<http://www.comciencia.br/framebusca.htm>>. Acesso em 01/11/2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 2002.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis, Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. 2002. **Dimensões da tragédia urbana**. *Revista Comciencia*[periódico online]. Disponível em <http://www.comciencia.br/framebusca.htm>. Acesso em 25 mai. 2013.

MARICATO, Ermínia. As Idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et al. (Org.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. *Estud.Av* .[online]. 2003, vol.17, n.48. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Acesso em 27 mai. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Uma Arqueologia da Memória Social**: autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MELAZZO, Everaldo. Problematizando o Conceito de Políticas Públicas: Desafios à Análise e à Prática do Planejamento e da Gestão. **TÓPOS**, (online), v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MELO *et. al.* Nágela Aparecida de. **O planejamento urbano e sua aplicabilidade em pequenas cidades**: o estudo de caso do município de Santa Vitória – MG. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 4ª Semana do Servidor e 5ª Semana Acadêmica, Uberlândia, 2008. Disponível em: [http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/Beatriz\\_Ribeiro\\_Soares\\_O\\_PLANEJAMENTO\\_URBANO\\_E\\_SUA\\_APLICABILIDADE\\_EM\\_PEQUENAS.pdf](http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/Beatriz_Ribeiro_Soares_O_PLANEJAMENTO_URBANO_E_SUA_APLICABILIDADE_EM_PEQUENAS.pdf). Aceso em: 15 out. 2015.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. **O Planejamento: algumas considerações**. In. etc, espaço, tempo e crítica. N° 1(2), VOL.1, 2015.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. A produção do espaço urbano em cidades pequenas de **regiões não-metropolitanas**: uma reflexão a partir de um estudo de caso. Anais do SIMPURB: Simpósio de Geografia Urbana, Belo Horizonte: 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/gt12/>. Acesso em 10 Jun. 2014

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), [S.l.], n. 35, p. 19-33, dez. 2013. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75435>>. Acesso em: 16 Jun. 2014.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP**: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço. 2014. 311 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123288>>.

NEWS ALÔ FRUTAL. **“Presidenta Dilma e prefeito Mauri vão inaugurar o maior programa habitacional da história”**. Disponível em: <http://alofrutal.com.br/news/presidenta-dilma-e-prefeito-mauri-va-inaugurar-o-maior-programa-habitacional-da-historia/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações.** Caminhos de Geografia - Programa De Pós-Graduação em Geografia. v. 3, n.5. Uberlândia: 2002. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 20 mai. 2014.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRUTAL. **Diagnóstico do Plano Diretor de Frutal.** Frutal: Minas Gerais, 2003.

REIS DE PAULA, Adriano Silva. SOARES, Beatriz Ribeiro. **A Centralidade nas pequenas e médias cidades: Uma análise da Microrregião de Frutal no Triângulo Mineiro.** Caminhos de geografia. [Revista Online]. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> > Acesso em 15/ 10/2011.

REIS DE PAULA, Adriano Silva. **As transformações socioespaciais de Frutal MG.** 2012. 172f.: Il, CDU 910.1. Dissertação Mestrado em Geografia e Gestão do Território – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: UFU/IG 2012. Disponível em [http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q="+assunto:"](http://busca.ibict.br/SearchBDTD/search.do?command=search&q=) Acesso em: 02 mai. 2014.

REIS, Nerci Aparecida. **A migração do nordestino trabalhador rural e a educação escolar de seus filhos.** Editora Prospectiva: Frutal, 2016. Disponível em: [http://frutal.uemg.br/downloads/Livro\\_Nerci%20Reis.pdf](http://frutal.uemg.br/downloads/Livro_Nerci%20Reis.pdf). Acesso em: 15 fev. 2016.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A cidade como Direito.** In: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universid de Barcelona, vol. XI, num. 245 (33), 1 de Agosto de 2007.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Direito à cidade e o Estatuto da Cidade.** Cidades. Presidente Prudente, vol. 2, n.3, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Nota Técnica II sobre o conceito/definição de cidade.** Ministério das Cidades, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, Elson M. (Org.). **Planejamento urbano no Brasil.** Conceitos, diálogos e práticas. Chapecó: Argos, 2008.

ROLNIK et al, Raquel. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** Caderno Metrôpoles. São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 1-300, maio de 2015.

ROLNIK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo.** Blog da Raquel Rolnik. Acesso em 04 de mar. de 2015. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/artigos-e-publicacoes/>.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei:** legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato. **Regulação Urbanística no Brasil**: conquistas e desafios de um modelo em construção. Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, PUCCAMP, 2000. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/10/regulacao-urbanistica-no-brasil.pdf> Acesso em: 30 abr. 2014.

SABOYA, Renato. **Plano e Projeto**. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/09/plano-e-projeto/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo/razão e emoção. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec /Educ, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: espaço e tempo**, América do Norte, 0, dez. 2012. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/view/306>. Acesso em: 05 Jun. 2015.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In. MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa Omega, 1982.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Andreza Gomes de. **A territorialização do agronegócio canavieiro em Frutal – MG**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de pós-graduação em Geografia, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/3329>. Acesso em 10 ago. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Em torno de um hífen.** Formação, Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 159-161, jan./jul., 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas:** Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção da descontinuidade territorial urbana. In: \_\_\_\_\_. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo.** 2004. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. p. 127-171 *apud* NASCIMENTO, Agnaldo da Silva. **Múltiplas relações entre a morfologia urbana e os Shopping Centers.** Caminhos de Geografia Uberlândia v. 14, n. 48 Dez/2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo,** Brasil. *Invest. Geog.* México, n. 54, agosto 2004. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-46112004000200008&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112004000200008&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 05 jul. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista.** In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 9., 2007, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Desafio Metodológico da Abordagem Interescalar no Estudo de Cidades Médias no Mundo Contemporâneo.** *CIDADES*, v. 3, n. 5, 2006, p. 143-157.

VEDUVOTO, Ananda Maria Garcia. **Indicadores de qualidade de vida urbana: uma análise Da distribuição espacial de equipamentos e serviços de Uso coletivo em Frutal/MG.** Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.9, n.2, p.45-50, 1995.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Gestão do desenvolvimento econômico local:** algumas considerações. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, São Paulo, vol. 8, n. 13, p. 77-87, set. 2006.

## APÊNDICES

## APÊNDICE I



INVENTÁRIO DE ENTREVISTAS			
TEMA: GESTÃO MUNICIPAL			
FUNÇÃO	ENTREVISTADO	DURAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
EX- PREFEITO (GESTÃO 2001 -2004)	ANTONIO HEITOR DE QUEIROZ	1 HORA E 2 MINUTOS	17 DE JUNHO DE 2015
EX-PREFEITA (GESTÃO 2005 -2012)	MARIA CECÍLIA M. BORGES	2 HORAS 32 MINUTOS	27 DE JULHO DE 2015
ARQUITETO E URBANISTA - RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DO DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DE 2006	IONEI DUTRA	1 HORA E 20 MINUTOS	29 DE JULHO DE 2015
ATUAL SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO	JOÃO DE DEUS BRAGA JÚNIOR	13 MINUTOS	30 DE SETEMBRO DE 2015
CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL	PEDRO ALVES BORGES	54 MINUTOS	23 DE NOVEMBRO DE 2015
ATUAL PREFEITO	MAURI JOSÉ ALVES	23 MINUTOS	23 DE NOVEMBRO DE 2015
TEMA: "MINHA CASA, MINHA VIDA" E COHAB			
FUNÇÃO	ENTREVISTADO	DURAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
MORADORA DO FLAMBOYANT	VERA LUCIA MIRANDA DA SILVA	12 MINUTOS	19 DE MAIO DE 2015
MORADORA DO FLAMBOYANT	DIVA TRINDADE BARBOSA	26 MINUTOS	19 DE MAIO DE 2015
MORADORA DO FRUTAL III	VERALUZ HEITOR DE ALMEIDA	07 MINUTOS	20 DE MAIO DE 2015
MORADORA DO FRUTAL III	JULIANA MARTINS	10 MINUTOS	20 DE MAIO DE 2015
AUXILIAR DA PROMOÇÃO HUMANA	DEBORAH ASSUNÇÃO	33 MINUTOS	11 DE JUNHO DE 2015
GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	LUCIMAR ALVES DE SOUZA	26 MINUTOS	18 DE JUNHO DE 2015
TEMA: EXPANSÃO URBANA DE FRUTAL			
FUNÇÃO	ENTREVISTADO	DURAÇÃO	DATA DA ENTREVISTA
PROPRIETÁRIO DE CONSTRUTORA	ERNANI MACEDO	39 MINUTOS	13 DE JANEIRO DE 2015
PROPRIETÁRIO DE CONSTRUTORA	ANTÔNIO BORGES	1 HORA E 08 MINUTOS	30 DE JULHO DE 2015
PESQUISADOR DE FRUTAL	ADRIANO REIS DE PAULA	50 MINUTOS	25 DE NOVEMBRO DE 2015

Org. Veduvoto (2016).

## APÊNDICE II



ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – GESTÃO – MARÍA CECÍLIA (EX-PREFEITA)



### IDENTIFICAÇÃO

1. Nome completo:
2. Nome dos pais e avós:
3. Data de nascimento:
4. Escolaridade:
5. Local de nascimento:

### PRIMEIRA PARTE – HISTÓRIA DA POLÍTICA DE FRUTAL

1. Como a senhora entrou para a política?
2. Em qual período a senhora foi prefeita? Quem foram os vices?
3. A senhora foi representada por quais partidos políticos?
4. Qual foi a sua motivação ao se candidatar?
5. Como foi a experiência de ser prefeita de Frutal? O que é ser gestora de um município?
6. Quais são os atributos de um bom gestor? O que se deve fazer? O que não se deve fazer?
7. Frutal é uma cidade difícil ou fácil de administrar? Quais as principais dificuldades encontradas pela senhora? Quais as maiores realizações?
8. Quais foram as principais obras realizadas em seu primeiro mandato? E no segundo?
9. Quais os principais objetivos destas obras? Qual foi o critério utilizado? Como estabelecer prioridades em meio à escassez de recursos?
10. Em relação ao desenvolvimento econômico, Frutal mudou muito do primeiro para o segundo mandato? O que mudou?
11. Como as usinas de estabelecimento em Frutal? Houve algum acordo/parceria com a Prefeitura Municipal? Trouxe algum problema? E benefícios?
12. Qual a importância e impactos do estabelecimento:
  - Da UEMG;
  - HidroEX
  - Cidade das Águas
13. Houve algum aumento de demandas com a chegada de estudantes e trabalhadores ao município? (Saúde, educação, transporte, infraestrutura)
14. Como a senhora encontrou a Prefeitura? Estava tudo organizado?
15. Conseguiu executar todos os projetos pretendidos no início? Houve apoio da Câmara dos Vereadores? Alguma diferença em relação a isso, do primeiro para o segundo mandato? Momentos de tensão? (E a Av. JK, entrada da cidade)
16. O que mudou na sua visão sobre a cidade, de moradora, antes do envolvimento com a política, e depois, como Prefeita?
17. Você é conhecida por se lembrar do nome das pessoas, isso é importante para a política?
18. Algumas pessoas chamam a senhora de “madrinha”. Por que deste apelido?

19. Houve um momento, durante o seu segundo mandato, que aconteceu um protesto em função de uma rua com o asfalto ruim. Teve repercussão nacional. Como a senhora percebe o protesto dos moradores? A repercussão que teve e a sua atuação como gestora?
20. Existem alguns lugares em Frutal que são considerados violentos em função do tráfico de drogas. Em algum momento a senhora teve medo? Evitou/evita passar por alguns lugares?
21. A construção da Cidade das Águas foi importante para Frutal? As águas de Frutal justifica isso?
22. Frutal já teve problemas com o abastecimento de água?
23. Houve um movimento conta a COPASA, por quê?
24. Qual a importância de Frutal para a região? E no Triângulo Mineiro?
25. A senhora teme pelo futuro da Cidade das Águas? Na época, a Prefeitura concordou com esta ideia? Houve alguma colaboração da Prefeitura? Alguma promessa não cumprida?

## SEGUNDA PARTE – GESTÃO

1. Quando a senhora assumiu a Prefeitura, qual foi a sua primeira iniciativa? Havia um planejamento das demandas mais imediatas? Quais eram?
2. É possível planejar quais vão ser as ações da Prefeitura ou as demandas surgem no dia a dia?
3. Há uma diferença significativa entre o que se planeja e o que é possível executar? Poderia citar exemplos?
4. Em relação ao orçamento, como acontece a busca de recursos para manter as despesas da Prefeitura? Quais são os fundos que são arrecadados no município? O que vem do estado de Minas Gerais? E do Governo Federal?
5. Quando a senhora assumiu a Prefeitura, havia um Plano Diretor? Como foi a construção das diretrizes?
6. Houve alterações no Plano Diretor? A senhora saberia dizer quais foram as mais significativas?
7. Além do Plano Diretor, quais são os instrumentos de planejamento urbano? Isto fica a cargo de cada Prefeito?
8. Quais são os instrumentos de Gestão?
9. Qual a importância das Secretarias para o funcionamento da Prefeitura?
10. A senhora poderia me explicar qual o critério utilizado pela Prefeitura no que se refere à alocação dos equipamentos urbanos? Como decidir quais áreas serão atendidas?
11. Frutal mudou muito nos últimos 10 anos? Houve uma expansão urbana significativa? Em quais áreas da cidade? Qual o papel da gestão local neste processo?
12. Como foi a implantação da COHAB em Frutal?
13. Onde foram construídas as casas de COHAB? Quantas casas foram construídas?
14. Porque o Frutal III foi construído naquele espaço? O que foi feito para atender a população deste loteamento?
15. E o “Minha Casa, Minha Vida”, como foi o processo de implantação? Foram construídos quantos loteamentos durante a sua gestão?
16. Foram construídas muitas casas em Frutal. Tanto as de FAIXA I, quanto as de FAIXA II. A senhora considera que isto foi bom para a cidade? Por quê?
17. Em relação ao orçamento, a Prefeitura estava preparada para dar suporte aos bairros novos? Foram criadas muitas demandas? Quais?

18. No que se refere a implantação do “Minha Casa, Minha Vida”, a gestão local teve tempo de planejar onde seriam instalados os loteamentos novos?
19. Frutal tem periferias? E áreas nobres?
20. A gestão local consegue prever como e quando vai haver a expansão dos limites da cidade?
21. Como são construídas as políticas públicas do município? Tem interferência da população?
22. A senhora se inspirou em algum ex-prefeito de Frutal ou de outra cidade para criar o seu modelo de gestão? Existe um modelo de gerir a cidade ou isso é suplantado pelo orçamento e as despesas da Prefeitura?

#### FINALIZAÇÃO

1. O que é cidade para a senhora?
2. Qual a importância de Frutal para a senhora?
3. De quem é a cidade? Por quem é construída?
4. Administrar a cidade é mais razão ou emoção?
5. Qual é o papel da mulher na política? É difícil ser mulher e estar a frente de uma Prefeitura?
6. Como conviver com as críticas e as cobranças?
7. A senhora tem algum arrependimento? Algum conselho para os próximos gestores?
8. Planos e projetos para o futuro?
9. Como imagina que Frutal vai estar daqui a dez anos?

## APÊNDICE III



## ROTEIRO – GERENTE GERAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



## IDENTIFICAÇÃO

6. Nome completo:
7. Idade:
8. Escolaridade:
9. Local de nascimento:

## IMPLANTAÇÃO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL– “PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA”.

1. Há quanto tempo o senhor está à frente desta agência?
2. Acompanhou o processo de implantação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Frutal desde o início, em 2009?
3. Em média, quantas casas faixa I e faixa II foram construídas em Frutal neste período?
4. Houve alguma mudança no ritmo das construções com as etapas 1 e 2 do PMCMV?
5. Qual a função da Prefeitura Municipal na implantação das habitações faixa 1 no município? E em relação as faixa II, qual a contrapartida da gestão local?
6. Quem são os principais agentes na implantação do PMCMV? O Governo Federal, a Caixa Econômica Federal e as construtoras?
7. Foram construídas habitações na zona rural (faixa I ou faixa II)? Saberria dizer em qual região?
8. O senhor saberia dizer em qual eixo da cidade ocorreu o maior número de construções?
9. Ainda há demanda em Frutal para construção de casas faixa II?
10. Em uma perspectiva geral, em quais cidades da região houve a maior quantidade de construções? O senhor acredita que o PMCMV foi bem recebido em Frutal?

## APÊNDICE IV



### ROTEIRO – PROMOÇÃO HUMANA (SECRETARIA DA PREFEITURA)



#### IDENTIFICAÇÃO

10. Nome completo:
11. Idade:
12. Escolaridade:
13. Local de nascimento:

#### GESTÃO – “PROJETO MINHA CASA, MINHA VIDA”

11. Há quanto tempo você está à frente da Secretaria de Promoção Humana?
12. Qual a função desta Secretaria?
13. Há quanto tempo você trabalha com o “Minha casa, Minha vida”?
14. Qual a função da Prefeitura na interlocução entre o “Minha casa, Minha vida”, a Caixa Econômica Federal e a população?
15. A Prefeitura fica responsável apenas pela mediação das habitações TIPO I?
16. Como funciona a triagem das casas?
17. É a Prefeitura quem faz os projetos para a construção de conjuntos habitacionais de interesse social?
18. Você saberia dizer se havia uma demanda por este tipo de habitação em Frutal? Como é calculada a quantidade de casas que serão construídas em cada empreendimento? E a quantidade total no município?
19. Como a Prefeitura autoriza a atuação das empreiteiras para a construção dos conjuntos? Existe algum edital de seleção, como se dá este processo?
20. Qual a contrapartida da Prefeitura na construção dos empreendimentos? Existe algum tipo de recurso que é disponibilizado para isso que é proveniente do município?
21. Qual o valor total de cada unidade habitacional? Qual é o valor da parcela mensal do financiamento? O financiamento deste tipo de moradia tem duração de quanto tempo?
22. Você sabe dizer quantos conjuntos habitacionais TIPO I foram construídos em Frutal? Quantas unidades habitacionais? Saberá dizer o nome de cada empreendimento?
23. Quais conjuntos foram construídos na Gestão da Maria Cecília? E na Gestão do Mauri?
24. Qual a Secretaria responsável por alocar os equipamentos e serviços de uso coletivo em cada conjunto depois de prontos (linhas de ônibus, escolas, creches, postos de saúde)?
25. Saberá dizer quais as Construtoras que foram responsáveis por cada empreendimento? Há sede destas firmas em Frutal?
26. Houve doação de algum terreno? Quem estipula a localização de cada conjunto? É a Prefeitura?

27. Qual a responsabilidade da Prefeitura na execução deste projeto do Governo Federal?
28. Você acredita que ainda há demanda pela construção de habitações? Há mais projetos em andamento?
29. Como a senhora avalia a qualidade das casas?
30. Acredita que os moradores estão satisfeitos?

## APÊNDICEV



UNICAMP

## ROTEIRO – EX PREFEITO – TONINHO HEITOR



## IDENTIFICAÇÃO

14. Nome completo:
15. Idade:
16. Escolaridade:
17. Local de nascimento:

## IMPLANTAÇÃO – COHAB – TONINHO HEITOR

31. Você foi prefeito em Frutal em qual período?
32. Quais foram as principais intervenções urbanas que foram feitas na década de 90? E na década de 2000?
33. O que é o Projeto COHAB? É do governo federal?
34. Como o projeto COHAB veio para Frutal? Quem trouxe?
35. Como foi a implantação da COHAB em Frutal?
36. Onde foram construídas as casas de COHAB?
37. Quantas casas foram construídas?
38. Porque o Frutal III ficou distante do centro da cidade?
39. Você soube se houve algum planejamento naquela época para atender a população do Frutal III? Como mobilidade urbana, postos de saúde e escolas?
40. Qual a principal diferença entre a COHAB e o “Minha casa, Minha vida”?
41. Sobre o Plano Diretor, como ocorreu o processo de diagnóstico para elaboração das diretrizes?
42. Você acredita que o Plano Diretor de Frutal foi utilizado pelos gestores?
43. Em sua opinião, quais são os principais planos e leis que embasam o planejamento urbano de uma cidade? Como se dá a gestão urbana em processos de decisão rápida?
44. Você acredita que é viável que o planejamento urbano esteja aliado à gestão urbana?

## APÊNDICE VI



UNICAMP

### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – CONSTRUTORAS



#### IDENTIFICAÇÃO

18. Nome completo:
19. Idade:
20. Escolaridade:
21. Local de nascimento:

#### AGENTES – MERCADO IMOBILIÁRIO (CONSTRUTORAS)

1. Qual o nome de sua construtora?
2. Há quanto tempo o senhor atua no ramo da construção de casas?
3. Como era a construção de casas antes do “Minha casa, Minha vida? E depois?
4. O senhor foi responsável por quais empreendimentos em Frutal?
5. Quais são do projeto “Minha casa, Minha vida”?
6. Construiu algum conjunto habitacional TIPO I? (Se não, por que...)
7. Como era o mercado imobiliário antes e depois do “Minha casa, Minha Vida”. Quais as principais mudanças?
8. O senhor saberia dizer quantas casas foram construídas pela sua construtora? E no geral? Foram muitas?
9. Ainda há demanda para a construção de habitações?
10. Houve alguma alteração no preço da terra urbana? E na terra rural urbanizada?
11. Em Frutal quais são os bairros melhor valorizados? E os de pior valorização?
12. Qual foi a atuação e participação da Prefeitura nesse processo?
13. O senhor sabe se as casas, antes alugadas, no Centro e em bairros circundantes, estão ficando desocupadas?
14. Em que áreas da cidade foram construídos os conjuntos habitacionais melhor localizados? E os de pior localização? Isto faz diferença em uma cidade como Frutal?
15. O senhor acredita que a cidade estava preparada para receber estes empreendimentos? Acredita que a população tem sido bem servida com equipamentos urbanos?
16. Por quais equipamentos urbanos as construtoras ficam responsáveis quando constroem os loteamentos de casas?
17. O senhor tem algum loteamento em construção?
18. A construtora do senhor atua em cidades da região? Quais?
19. O mercado imobiliário de Frutal está saturado? Ainda há demanda por construções?
20. O senhor poderia exemplificar, em valores, o aumento do preço do m<sup>2</sup> em Frutal?
21. Poderia me explicar como ocorre a urbanização de áreas rurais? E qual o papel da Prefeitura?
22. O senhor consegue comparar a atuação do MCMV em Frutal com as cidades da região?

## APÊNDICE VII



### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FLAMBOYANT



#### IDENTIFICAÇÃO

22. Nome completo:
23. Idade:
24. Escolaridade:
25. Local de nascimento:
26. Local de residência:

#### COTIDIANO

1. Há quanto tempo você mora no Flamboyant?
2. Esta casa é sua? Onde você morava antes?
3. Pagava aluguel? A prestação da casa é menor que o aluguel?
4. Estas casas foram construídas pelo projeto “Minha casa, Minha vida” você se lembra como ocorreu a seleção de famílias que compraram as casas? Foi em que ano?
5. Foi na gestão de qual prefeito, você se lembra?
6. Quando a prefeitura entregou as casas, estava tudo pronto? Havia asfalto, bueiro, creches, escolas e o coletivo passava por aqui? (Se não, quando e por quem foi feito.)
7. Você considera que o Flamboyant fica longe do centro da cidade?
8. Você tem carro ou moto? Quando tem que ir ao centro, como você faz? O coletivo passa sempre por aqui?
9. Onde estudam as crianças e adolescentes que moram aqui?
10. Qual é o posto de saúde mais próximo?
11. Você gosta de morar aqui, a vizinhança é boa?
12. Você sabe se houve episódios de violência que não tenham sido solucionados? O Flamboyant é um lugar seguro para se viver?
13. Você gosta de morar aqui? As casas são boas?
14. Arrepende-se por ter comprado a casa aqui? Há residenciais melhor localizados ou que a infraestrutura seja melhor?
15. Você sabe quem construiu as casas aqui? O nome da construtora? Se houver algum problema, a quem você deve recorrer?
16. Qual foi o envolvimento da Prefeitura na construção, entrega e manutenção do residencial?
17. Você acredita que falta algum tipo de assistência da prefeitura? Qual?
18. Alguma sugestão ou ideia de como melhorar o Flamboyant? Falta alguma coisa?



## APÊNDICE VIII



### ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FRUTAL III

#### IDENTIFICAÇÃO

27. Nome completo:
28. Idade:
29. Escolaridade:
30. Local de nascimento:
31. Local de residência:

#### COTIDIANO

19. Há quanto tempo você mora no Frutal III?
20. Esta casa é sua? Onde você morava antes?
21. Estas casas foram construídas pelo projeto COHAB, você se lembra como ocorreu a seleção de famílias que compraram as casas? Foi em que ano?
22. Foi na gestão de qual prefeito, você se lembra?
23. Quando a prefeitura entregou as casas, estava tudo pronto? Havia asfalto, bueiro, creches, escolas e o coletivo passava por aqui? (Se não, quando e por quem foi feito.)
24. Você considera que o Frutal III fica longe do centro da cidade?
25. Você tem carro ou moto? Quando tem que ir ao centro, como você faz? O coletivo passa sempre por aqui?
26. Onde estudam as crianças e adolescentes que moram no Frutal III?
27. Qual é o posto de saúde mais próximo?
28. Você gosta de morar aqui, a vizinhança é boa?
29. Você sabe se houveram episódios de violência que não tenham sido solucionados? O Frutal III é um lugar seguro para se viver?
30. Você conhece algum residencial que foi construído pelo “Minha Casa, Minha Vida”? Gostaria de morar em algum deles? Pela qualidade das casas ou em função da localização?
31. Você acredita que falta algum tipo de assistência da prefeitura? Qual?
32. Alguma sugestão ou ideia de como melhorar o Frutal III? Falta alguma coisa?

## APÊNDICE IX



## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa, **PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO URBANA EM FRUTAL** - vinculado ao IGEO – Instituto de Geociências, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob responsabilidade da mestrandia Ananda Maria Garcia Veduvoto (ananda.veduvoto@gmail.com).

A pesquisa visa compreender a reprodução do espaço urbano e a gestão pública municipal de Frutal – MG. A localidade em questão vem sofrendo nos últimos anos alterações importantes no seu espaço urbano, com significativo crescimento populacional, ocasionados pela instalação e diversificação dos agentes produtores da cidade. Tem ocorrido de forma intensa a construção de novos conjuntos habitacionais e abertura de loteamentos, impulsionados, especialmente, pela forte atuação do programa federal “Minha casa, Minha Vida”. Considerando esse contexto, a pesquisa visa compreender os conteúdos resultantes desse processo, bem como as suas interfaces com a gestão territorial urbana realizada pela poder público municipal.

Sua participação nesta pesquisa acontecerá por meio da realização de entrevista, na qual será convidado a relatar o seu cotidiano. Não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Vale ressaltar que sua participação não é obrigatória, mas vai contribuir para a produção de conhecimento.

O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste termo, onde consta o e-mail da aluna para que possa tirar qualquer dúvida a respeito do trabalho e de sua participação a qualquer momento.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG: \_\_\_\_\_ declaro que li o termo acima e consenti a realização da entrevista.

Frutal, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## APÊNDICE X

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA  
BAIRRO FLAMBOYANT – “MINHA CASA, MINHA VIDA”Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
IGEO – Instituto de GeociênciasPRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO URBANA EM FRUTAL  
Mestranda: Ananda Maria Garcia Veduvoto**1. Sexo**

- Feminino  
 Masculino

**2. Qual sua idade?**

- 18 a 25 anos  
 25 a 35 anos  
 35 a 45 anos  
 45 a 55 anos  
 55 a 65 anos  
 65 a 70 anos  
 Mais de 70 anos \_\_\_\_\_

**3. Qual seu estado civil?**

- Solteiro  
 Casado  
 União Estável  
 Viúvo  
 Divorciado

**4. Escolaridade:**

- Analfabeto  
 Fundamental Completo  
 Fundamental Incompleto  
 Médio Completo  
 Médio Incompleto  
 Curso Técnico  
 Superior Completo  
 Superior Incompleto

**5. Ocupação:**

- Aposentado  
 Atividade no setor privado  
 Atividade no setor público  
 Negócio Próprio  
 Atividade no setor rural

**6. Local de Nascimento**

- Município de Frutal  
 Triângulo Mineiro  
 Minas Gerais  
 Outro estado

Qual \_\_\_\_\_

**7. Renda:**

- Menos de um salário mínimo.  
 Um salário mínimo.  
 Dois salários mínimos  
 Acima de três salários mínimos

**8. Moram na casa:**

- Uma pessoa  
 Duas pessoas  
 Três pessoas  
 Mais de quatro pessoas.

**Quem mora com você?** \_\_\_\_\_**9. Há quanto tempo você mora nesta casa?**

- Menos de seis meses.  
 Um ano  
 Dois anos ou mais

**10. A casa foi comprada em sem nome?**

- Sim  
 Não

De quem? \_\_\_\_\_

**11. Você participou da triagem da Prefeitura Municipal (Promoção Humana) para o “Minha Casa, Minha Vida” tipo I?**

- Sim  
 Não

**12. O processo durou quanto tempo? (entre a solicitação de documentos e a entrega da casa)**

- Menos de seis meses  
 Um ano  
 Mais de dois anos

**13. Você ficou satisfeito com a triagem feita pela Prefeitura?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_**14. Você está satisfeito com a casa?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_**15. Teve algum problema com a casa? Foi preciso fazer algum conserto ou reforma?**

- Sim  
 Não

**16. Está satisfeito com os serviços prestados pela Construtora responsável?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_**17. Você está satisfeito com a localização da casa?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_**18. O coletivo passa com frequência por aqui?**

- Sim  
 Não

**19. Você já utilizou o transporte público?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

**20. Você acredita que falta algum tipo de serviço aqui?**

- Sim  
 Não

**Qual serviço?** \_\_\_\_\_

**21. Assinale o equipamento ou serviço que você acredita que é o que deveria ser construído com mais urgência?**

- Frequência do transporte público  
 Escolas e creches  
 Posto de saúde  
 Praças e parques  
 Comércio de alimentos e farmácia  
 Serviços bancários

**Outros:** \_\_\_\_\_



## APÊNDICE XI

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA  
FRUTAL III - PROGRAMA COHAB MINAS GERAIS  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
IGEO – Instituto de Geociências



**PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO URBANA EM FRUTAL**  
**Mestranda: Ananda Maria Garcia Veduoto**

---

**4. Sexo**

- Feminino  
 Masculino

**5. Qual sua idade?**

- 18 a 25 anos  
 25 a 35 anos  
 35 a 45 anos  
 45 a 55 anos  
 55 a 65 anos  
 65 a 70 anos  
 Mais de 70 anos \_\_\_\_\_

**6. Qual seu estado civil?**

- Solteiro  
 Casado  
 União Estável  
 Viúvo  
 Divorciado

**4. Escolaridade:**

- Analfabeto  
 Fundamental Completo  
 Fundamental Incompleto  
 Médio Completo  
 Médio Incompleto  
 Curso Técnico  
 Superior Completo  
 Superior Incompleto

**6. Ocupação:**

- Aposentado  
 Atividade no setor privado  
 Atividade no setor público  
 Negócio Próprio  
 Atividade no setor rural

**6. Local de Nascimento**

- Município de Frutal  
 Triângulo Mineiro  
 Minas Gerais  
 Outro estado

Qual \_\_\_\_\_

**7. Renda:**

- Menos de um salário mínimo.
- Um salário mínimo.
- Dois salários mínimos
- Três salários mínimos
- Acima de três salários mínimos.

**8. Moram na casa:**

- Uma pessoa
- Duas pessoas
- Três pessoas
- Mais de quatro pessoas.

**Quem mora com você?** \_\_\_\_\_

**9. Há quanto tempo você mora nesta casa?**

- Menos de seis meses.
- Um ano
- Dois anos
- Mais de três anos.

**10. A casa é:**

- Comprada
- Alugada

Caso a casa seja financiada pelo PROGRAMA DA COHAB, vá para a pergunta 11, pule a 21 e a 22.

Caso a casa seja comprada de TERCEIROS, vá para a pergunta 22.

Caso seja alugada, vá para a pergunta 21.

**11. Qual é a prestação do seu financiamento por mês:**

- Menos de R\$ 30,00
- De R\$ 30,00 a R\$ 50,00
- De R\$ 50,00 a R\$ 60,00
- Mais de R\$ 60,00

**12. Por quanto tempo você vai pagar o financiamento da COHAB?**

- Menos de 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 20 anos
- Mais de 20 anos

**13. Você participou da triagem da Prefeitura Municipal (Promoção Humana) para o PROJETO COHAB?**

- Sim
- Não

**14. O processo durou quanto tempo? (entre a solicitação de documentos e a entrega da casa)**

- Menos de seis meses
- Um ano
- Mais de dois anos

**15. Você ficou satisfeito com a triagem feita pela Prefeitura?**

- Sim
- Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

**16. Você está satisfeito com a casa?**

- Sim
- Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

**17. Teve algum problema com a casa? Foi preciso fazer algum conserto ou reforma?**

- Sim  
 Não

**18. Quando você se mudou para o Frutal III, o loteamento já possuía asfalto?**

- Sim  
 Não

**19. O Frutal III tem associação de moradores?**

- Sim  
 Não

**20. Já foi necessário reivindicar algum problema na Prefeitura?**

- Sim  
 Não

**21. Você paga aluguel?**

- Casa cedida  
 Até R\$ 50,00  
 De R\$ 50,00 a R\$ 100,00  
 De R\$ 100,00 a R\$ 200,00  
 De R\$ 200,00 a R\$300,00  
 Mais de R\$ 300,00

**22. Você comprou a casa de Terceiros?**

- Sim  
 Não

**23. Onde você morava antes de se mudar para o Frutal III?**

- Em uma casa financiada/comprada  
 Em uma casa alugada  
 Com parentes ou amigos

**24. Você está satisfeito com a localização da casa?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

**25. Aconteceu algum episódio de violência que não tenha sido solucionado?**

- Não  
 Sim  
 Se sim, qual \_\_\_\_\_

**26. O coletivo passa com frequência por aqui?**

- Sim  
 Não

**27. Você já utilizou o transporte público?**

- Sim  
 Não

**Por quê?** \_\_\_\_\_

**28. Você acredita que falta algum tipo de serviço aqui?**

- Sim  
 Não

**Qual serviço?** \_\_\_\_\_

**29. Assinale o equipamento ou serviço que você acredita que é o que deveria ser construído com mais urgência:**

- Frequência do transporte público

- Escolas e creches
- Posto de saúde
- Praças e parques
- Comércio de alimentos e farmácia
- Serviços bancários

Outros: \_\_\_\_\_

**30. Gostaria de morar em algum Residencial do “Minha Casa, Minha Vida”?**

- Não
- Sim

Se sim, em função da:

- Qualidade das casas
- Localização